

Revista NERA

n.41



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

**MST E IDEOLOGIA: A TEORIA E A PRÁTICA NO ASSENTAMENTO
CELSO FURTADO EM QUEDAS DO IGUAÇU/PR**
Renata Cattelan e Marcelo Lopes de Moraes

**ASSENTAMENTOS RURAIS E AS MODIFICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO MUNICÍPIO
DE RIO BONITO DO IGUAÇU**
Cristiana Sturmer dos Santos e Luis Claudio Krajevski

**DA SERRA/ROÇA PARA O TERRITÓRIO CAMPO/LAVOURA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E
CULTURAIS DE REASSENTADOS RURAIS ATINGIDOS POR BARRAGENS**
Claudia Maria Prudêncio de Mera, Denisa Soares,
Suzimay Specht e Roni Blume

**O PAPEL DA AGRICULTURA ENTRE FAMÍLIAS PLURIATIVAS ASSENTADAS EM REGIÃO METROPOLITANA: O CASO
DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS EM AMERICANA E COSMÓPOLIS/SP**
Luciane Cristina De Gaspari, Carlos Armênio Khatounian e Paulo Eduardo Marques

**AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA, PILHAGEM TERRITORIAL E RUMOS DO DESENVOLVIMENTO NA
REGIÃO DA NOVA ALTA PAULISTA**
Cláudia Marques Roma e Raul Borges Guimarães

O TRABALHO NO CAMPO: QUESTÕES DO PASSADO E DILEMAS PARA O FUTURO
Frederico Daia Firmiano

**EXCLUSIÓN EM LA INCLUSIÓN POR DESCALIFICACIÓN: ANÁLISIS
DE LA SITUACIÓN DE LAS ASALARIADAS RURALES EN URUGUAY**
Joaquín Cardeillac Gulla e Lorena Rodríguez Lezica

**PROJETOS AGROECOLÓGICOS EM COMUNIDADE QUILOMBOLA:
ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO**
Rafael Navas e Maria Elisa Paula Eduardo Garavello

**NO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS, A RESISTÊNCIA GERMINA NA TERRA:
A LUTA TERRITORIAL EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOLAS**
Lucas Gama Lima e Flavio dos Santos

A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO AMAPÁ: DESAFIOS E PERSPECTIVAS ATUAIS
Heliadora Georgete Pereira da Costa e Roni Mayer Lomba

Jan./Abr.

2018



Revista NERA nº. 41

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2018**

Revista NERA (RNERA) nº. 41

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford

CORPO EDITORIAL

Franciele Aparecida Valadão
Hellen Mesquita
Leandro Ribeiro Nieves
Lucas Pauli

CONSELHO CIENTÍFICO

Adolfo da Costa Oliveira Neto – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Antonio Augusto Rossotto Ioris – University of Edinburgh (Reino Unido)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – Pesquisador independente (Goiânia, GO, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Maximiliano Macías Fernández – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Elienai Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro Clemente – Universidade Federal de Goiás – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Guilherme Marini Perpetua – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – Universidad de Caldas (Manizales, Calda, Colômbia)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Márcio Mendes Pereira – UFRRJ (Seropédica, RJ, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)

Matias Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
 Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Munir Jorge Felício – NERA (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Nelson Rodrigo Pedon – IFSP (Birigui, SP, Brasil)
 Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior– UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Tiago Egídio Avanço Cubas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virginia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, n. 1, n. 2	2012 – ano 15, n. 21
1999 – interrompida	2013 – ano 16, n. 22
2000 – ano 3, n. 3	2013 – ano 16, n. 23
2001 – interrompida	2014 – ano 17, n. 24
2002 – interrompida	2014 – ano 17, n. 25
2003 – interrompida	2015 – ano 18, n. 26, Dossiê
2004 – ano 7, n. 4	2015 – ano 18, n. 27
2004 – ano 7, n. 5	2015 – ano 18, n. 28, Dossiê
2005 – ano 8, n. 6	2015 – ano 18, n. 29
2005 – ano 8, n. 7	2016 – ano 19, n. 30
2006 – ano 9, n. 8	2016 – ano 19, n. 31
2006 – ano 9, n. 9	2016 – ano 19, n. 32, Dossiê
2007 – ano 10, n. 10	2016 – ano 19, n. 33
2007 – ano 10, n. 11	2017 – ano 20, n. 34, Dossiê
2008 – ano 11, n. 12	2017 – ano 20, n. 35
2008 – ano 11, n. 13	2017 – ano 20, n. 36, Dossiê
2009 – ano 12, n. 14	2017 – ano 20, n. 37
2009 – ano 12, n. 15	2017 – ano 20, n. 38, Dossiê
2010 – ano 13, n. 16	2017 – ano 20, n. 39, Dossiê
2010 – ano 13, n. 17	2017 – ano 20, n. 40
2011 – ano 14, n. 18	2018 – ano 21, n. 41
2011 – ano 14, n. 19	
2012 – ano 15, n. 20	Quadrimestral
2012 – ano 15, Dossiê	ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
 Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

	APRESENTAÇÃO
08	PRESENTATION PRESENTACIÓN
	Lorena Izá Pereira
	MST E IDEOLOGIA: A TEORIA E A PRÁTICA NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO EM QUEDAS DO IGUAÇU/PR
12	MST AND IDEOLOGY: THEORY AND PRACTICE AT CELSO FURTADO SETTLEMENT IN QUEDAS DO IGUAÇU/PR MST E IDEOLOGÍA: LA TEORÍA Y LA PRÁCTICA EN EL ASENTAMIENTO CELSO FURTADO EN QUEDAS DO IGUAÇU/PR
	Renata Cattelan e Marcelo Lopes de Moraes
	ASSENTAMENTOS RURAIS E AS MODIFICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU
39	RURAL SETTLEMENTS AND SOCIOECONOMIC CHANGES IN THE MUNICIPALITY OF RIO BONITO DO IGUAÇU ASENTAMIENTOS RURALES Y LAS MODIFICACIONES SOCIOECONOMICAS EN EL MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU
	Cristiana Sturmer dos Santos e Luis Claudio Krajevski
	DA SERRA/ROÇA PARA O TERRITÓRIO CAMPO/LAVOURA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E CULTURAIS DE REASSENTADOS RURAIS ATINGIDOS POR BARRAGENS
62	FROM SIERRA/FARM TO THE FIELD CROP/TILLAGE TERRITORY: SOCIOECONOMIC AND CULTURAL TRANSFORMATIONS OF RURAL PEOPLE RESETTLEMENT AFFECTED BY DAMS DE LA SIERRA/FINCA PARA EL TERRITORIO CAMPO/CULTIVO: TRANSFORMACIONES SOCIOECONÓMICAS Y CULTURALES DE REASSENTADOS RURALES AFECTADOS POR REPRESAS
	Claudia Maria Prudêncio de Mera, Denisa Soares, Suzimay Specht e Roni Blume
	O PAPEL DA AGRICULTURA ENTRE FAMÍLIAS PLURIATIVAS ASSENTADAS REGIÃO METROPOLITANA: O CASO DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS AMERICANA E COSMÓPOLIS/SP
85	THE ROLE OF AGRICULTURE AMONG PLURIACTIVE FAMILIES SETTLED AROUND ON METROPOLITAN REGION: THE CASE OF THE MILTON SANTOS SETTLEMENT IN AMERICANA AND COSMÓPOLIS/SP EL PAPEL DE LA AGRICULTURA ENTRE LAS FAMILIAS PLURIACTIVAS ASENTADAS EN ZONA METROPOLITANA: EL CASO DEL ASENTAMIENTO

MILTON SANTOS EN AMERICANA Y COSMÓPOLIS/SP

Luciane Cristina De Gaspari, Carlos Armênio Khatounian e Paulo Eduardo Marques

102

AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA, PILHAGEM TERRITORIAL E RUMOS DO DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DA NOVA ALTA PAULISTA

SUGARCANE AGRIBUSINESS, TERRITORIAL LOOTING AND DEVELOPMENT PROCESS IN THE REGION OF NOVA ALTA PAULISTA

INDUSTRIA DE LA CAÑA DE AZÚCAR, DESPOJO TERRITORIAL Y PROCESO DE DESARROLLO EN LA REGIÓN DE NOVA ALTA PAULISTA

Cláudia Marques Roma e Raul Borges Guimarães

120

O TRABALHO NO CAMPO: QUESTÕES DO PASSADO E DILEMAS PARA O FUTURO

THE RURAL WORK: ISSUES OF THE PAST AND DILEMMAS FOR THE FUTURE

EL TRABAJO EN EL CAMPO: CUESTIONES DEL PASADO Y DILEMAS PARA EL FUTURO

Frederico Daia Firmiano

138

EXCLUSIÓN EM LA INCLUSIÓN POR DESCALIFICACIÓN: ANÁLISIS DE LA SITUACIÓN DE LAS ASALARIADAS RURALES EN URUGUAY

EXCLUSÃO NA INCLUSÃO POR DESQUALIFICAÇÃO: ANÁLISE DA SITUAÇÃO DAS ASSALARIADAS RURAIS NO URUGUAI

EXCLUSION IN INCLUSION BY DISQUALIFICATION: ANALYSIS OF THE SITUATION OF RURAL SALARIED IN URUGUAY

Joaquín Cardeillac Gulla e Lorena Rodríguez Lezica

165

PROJETOS AGROECOLÓGICOS EM COMUNIDADE QUILOMBOLA: ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO

AGROECOLOGICAL PROJECTS IN THE COMMUNITY QUILOMBOLA: ANALYSIS FROM THE TERRITORY

PROYECTOS AGROECOLÓGICOS EN COMUNIDADES QUILOMBOLA: ANÁLISIS A PARTIR DEL TERRITORIO

Rafael José Navas da Silva e Maria Elisa Paula Eduardo Garavello

192

NO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS, A RESISTÊNCIA GERMINA NA TERRA: A LUTA TERRITORIAL EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOLAS

IN THE SEMIARID OF ALAGOAS, THE RESISTANCE GERMINATES ON LAND: THE TERRITORIAL STRUGGLE IN DEFENSE OF NATIVE SEEDS

EN EL SEMIARIDO DE ALAGOAS, LA RESISTENCIA GERMINA EN LA TIERRA

LUCHA TERRITORIAL EN DEFENSA DE LAS SEMILLAS CRIOLLAS

Lucas Gama Lima e Flavio dos Santos

**A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO AMAPÁ:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS ATUAIS**

218

THE COUNTRYSIDE EDUCATION DEGREE IN THE STATE OF AMAPÁ:
CURRENT CHALLENGES AND PERSPECTIVES

L'ÉDUCATION RURALE DIPLÔME EN ÉTAT AMAPÁ: DÉFIS ET
ENJEUX ACTUELS

Heliadora Georgete Pereira da Costa e Roni Mayer Lomba

COMPÊNDIO DE AUTORES

236

COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

261

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Apresentação

Inaugurando o ano XXI da Revista NERA, a quadragésima primeira edição nos contempla com dez artigos relacionados a diferentes e importantes temas da questão agrária e desenvolvimento rural não apenas em escala brasileira, mas sim latino-americana. Os artigos deste número abordam temáticas como trabalho no campo, assentamentos rurais, relações de gênero, relação cidade-campo, comunidades tradicionais, expansão do agronegócio, agroecologia e resistência, onde o território comparece como conceito central. Os debates e contribuições presentes nestes artigos reafirmam que a Revista NERA, cada vez mais, se destaca nas discussões acerca da questão agrária em diferentes escalas e territórios, evidenciando as distintas territorialidades produzidas por diversos agentes e sujeitos, não apenas no Brasil, mas sim como em todo o globo, evidenciando que temas como questão agrária e desenvolvimento territorial ultrapassam fronteiras e que a sua discussão em âmbito acadêmico, institucional e militante é necessária.

O primeiro artigo desta edição, intitulado “MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR”, de autoria de Renata Cattelan e Marcelo Lopes de Moraes, explora a relação entre teoria e empiria em um assentamento localizado no município de Quedas do Iguaçu, no Centro-Sul Paranaense e que compõe o território da cidadania do Cantuquiriguaçu, região histórica de luta pela terra. Partindo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o objetivo do artigo é identificar se os assentados pelo processo de reforma agrária compartilham da ideologia socialista pregada pelos dirigentes do MST e pelo programa agrário definido pelo movimento. Para atingir o objetivo proposto, os autores se pautam em metodologias como trabalhos de campo e aplicação de questionários.

Em continuidade, o artigo de autoria de Cristina Sturmer dos Santos e Luis Claudio Krajevski, com o título “Assentamentos rurais e as modificações socioeconômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu”, também tem como recorte um município da região Centro-Sul Paranaense, onde o objetivo foi identificar a evolução dos indicadores socioeconômicos do município em decorrência da instalação dos assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves dos Santos. Como metodologia, os autores utilizam em dados secundários e históricos para a análise da evolução dos indicadores socioeconômicos e também metodologias de abordagem qualitativa. O artigo nos permite concluir que a implementação dos assentamentos estudados permitiu a alteração da estrutura fundiária de Rio Bonito do Iguaçu, bem como a transformação da estrutura produtiva e da realidade socioeconômica, através de novas territorialidades.

O terceiro artigo deste número com o título “Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos

por barragens”, de Claudia Maria Prudêncio de Mera, Denisa Soares, Suzimay Specht e Roni Blume, nos contempla com um tema que cada vez adquire mais espaço e o seu debate é cada vez mais urgente: a questão da desterritorialização e reterritorialização devido a megaprojetos hidrelétricos. Neste caso, os autores analisam as transformações territoriais decorrentes das configurações socioeconômicas e culturais ocorridas com os agricultores familiares atingidos por barragens de um reassentamento organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) com atingidos pela Barragem de Dona Francisca, construída sobre o Rio Jacuí, na mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, no estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa de cunho qualitativo identifica dificuldades enfrentadas pelos agricultores.

No artigo “O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP”, os autores Luciane Cristina De Gaspari, Carlos Armênio Khatounian e Paulo Eduardo Moruzzi Marques trazem para o debate uma questão pertinente: os assentamentos em regiões metropolitanas, que reconfiguram a dinâmica cidade-campo. Os autores analisam a importância da agricultura nas estratégias de reprodução das famílias no território, onde a agricultura apresenta um caráter multifuncional que permite a manutenção da renda das famílias e se configura como um forma de resistência no campo.

O quinto artigo, de autoria de Cláudia Marques Roma e Raul Borges Guimarães, com o título “Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista”, no qual o objetivo é discutir acerca da inter-relação entre campo e cidade a partir da identificação dos problemas urbanos em cidades de pequeno porte gerados pelo avanço do modelo de desenvolvimento imposto pelo agronegócio canavieiro. Roma e Guimarães argumentam que não tem como pensar no desenvolvimento territorial da região da Nova Alta Paulista, sem considerar o processo denominado de pilhagem territorial, visto que acumulação do capital agroindustrial envolve o monopólio da renda da terra, a degradação do trabalho e apropriação dos recursos da natureza, reduzindo o desenvolvimento à poucos componentes econômicos. O debate a respeito do impacto da expansão do agronegócio em cidades pequenas ainda é incipiente e cada vez mais necessário, o que evidencia ainda mais os avanços no debate trazidos pelos autores.

Em seguida, Frederico Daia Firmiano nos contempla com o artigo intitulado “O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro”, onde o objetivo é apontar tendências no mundo do trabalho no campo no Brasil baseado em um contexto de mundialização, financeirização do capital e políticas públicas neoliberais, que impõem novas relações laborais. O debate posto por Firmiano é de extrema relevância no contexto atual de reforma da previdência, uma vez que segundo o autor, estas deverão ampliar contingente de trabalhadores precários no campo (e na cidade) e as formas de superexploração do trabalhador, onde a “contrarreforma trabalhista deverá elevar a condição do trabalhador da

informalidade à formalidade, tragicamente, por meio da legalização das formas de superexploração da força de trabalho”.

Em consonância com o artigo de Firmiano, Joaquín Cardeillac Gulla e Lorena Rodríguez Lezica, através do artigo com o título “Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay”, salta escalas e inserindo no debate a questão de gênero, analisa a situação de mulheres assalariadas rurais no Uruguai. Gulla e Lezica, ao analisar a questão relacionada a qualificação do trabalho de mulheres e homens no campo, constataram a presença desproporcional de mulheres em tarefas não qualificadas, concluindo que ocorre um movimento para a inclusão de mulheres no mercado de trabalho rural uruguaio, porém ainda é possível argumentar sobre uma "exclusão na inclusão”, isto significa que há mecanismos de exclusão das mulheres rurais mesmo quando há uma inclusão, evidenciando relações desiguais de gênero e precarização do trabalho.

O oitavo artigo do número 41 da Revista NERA é de autoria de Rafael José Navas da Silva e Maria Elisa Paula Eduardo Garavello, com o título “Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território”, com o objetivo do artigo é avaliar as ações agroecológicas na comunidade quilombola Mandira, localizada no município de Cananéia, litoral do estado de São Paulo, onde há projetos como a criação da Reserva Extrativista e manejo de recursos e a implantação de sistemas agroflorestais. Silva e Garavello concluem que a criação da Reserva Extrativista e manejo de recursos proporcionou maior sustentabilidade e remuneração e que o projeto de sistemas agroflorestais proporcionou maior diversidade de produtos e autonomia, auxiliando na preservação da natureza e na soberania alimentar da população do Quilombo Mandira.

Lucas Gama Lima e Flavio dos Santos, no artigo intitulado “No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas”, tem como objetivo analisar a resistência das comunidades camponesas para permanência no território e para a preservação das sementes crioulas, frente ao crescente processo de inserção de sementes geneticamente modificadas (OGM) no Semiárido de Alagoas através da criação de bancos comunitários de sementes. O debate inserido por Lima e Santos é importante em um contexto de monopolização dos territórios pelo capital transnacional, onde empresas do agronegócio controlam territórios via territorialização (apropriação do território) e territorialidade (uso do território), ambos impostos pelo movimento do capital e onde o último correspondem a empresas de insumos e sementes geneticamente modificadas. As resistências frente a estes processos ocorrem em escala local e precisam ser compartilhadas.

Por fim, finalizando esta rica edição, o artigo intitulado “A licenciatura em Educação do Campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais”, onde os autores Heliadora Georgete Pereira da Costa e Roni Mayer Lomba a partir de uma abordagem qualitativa, compartilham conosco os resultados da pesquisa sobre o curso de Licenciatura em Educação

APRESENTAÇÃO

do Campo (Campo Ciências Agrárias e Ciências da Natureza, com ênfase em Agronomia e Biologia) ofertado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), iniciado em 2014, no qual os dados revelam que o cursos de licenciatura em educação do campo é um desafio para a instituição, visto que rompe com o modelo tradicional das licenciaturas mantidas, porém, ao mesmo tempo, se consolida como um grande avanço das políticas públicas de educação voltadas para atender os povos do campo.

Todos os artigos desta edição possuem contribuições importantes, uma vez que realizam um diálogo entre teoria e empiria acerca de temas históricos e, ao mesmo tempo, tão atuais. Os trabalhos presentes no número 41 da Revista NERA nos contemplam com diferentes informações empíricas, de distintas escalas de análises, onde diversos sujeitos são ouvidos, o que contribuí para a compreensão da heterogeneidade dos sujeitos sociais, da questão agrária em diferentes escalas e das formas de resistências encontrada por estes sujeitos diante ao avanço do capitalismo nos territórios destes sujeitos, que afeta todas as dimensões da vida destes sujeitos.

Desejo a todos (as) uma excelente leitura!

Lorena Izá Pereira
Editora da Revista NERA

MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR

Renata Cattelan

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Francisco Beltrão, Paraná, Brasil
e-mail: renata.cattelan@gmail.com

Marcelo Lopes de Moraes

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Francisco Beltrão, Paraná, Brasil
e-mail: marcelomoraes.unioeste@gmail.com

Resumo

A realidade agrária brasileira ainda é complexa. A concentração de terras faz do Brasil um dos líderes nessa questão. A criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em 1984 propôs, além da luta pela reforma agrária e pelas terras, a luta pelo Socialismo. Visto que o sistema político e produtivo socialista é complexo, o objetivo desta pesquisa se centrou em identificar se os assentados, pela reforma agrária, compartilham da ideologia socialista pregada pelas falas dos dirigentes do MST e pelo programa agrário definido pelo movimento. Para atender a este objetivo foi realizada uma pesquisa de campo, em que se aplicaram formulários para as famílias do Projeto de Assentamento Celso Furtado, localizado no município de Quedas do Iguaçu/PR. Os resultados da pesquisa mostram que a grande maioria dos assentados da amostra não compreende ou mesmo nunca ouviu falar do Socialismo, também não tem amplo conhecimento sobre outras práticas e símbolos ligados ao ideário do MST. Apesar do pouco conhecimento teórico, grande parte dos assentados mantêm práticas ligadas a ideias constituídas a partir de experiências coletivas e individuais, quando em contato direto com lideranças do MST, especialmente, no acampamento.

Palavras-chave: Ideologia; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); reforma agrária.

MST and ideology: theory and practice at Celso Furtado settlement in Quedas do Iguaçu/PR

Abstract

The Brazilian agrarian reality is still complex. The concentration of land makes Brazil one of the leaders in this issue. The creation of the Landless Workers' Movement (MST) in 1984 proposed, in addition to the struggle for agrarian reform and land, the struggle for Socialism. Since the socialist political and productive system is complex, the objective of this research was focused on identifying if the settlers by the agrarian reform share the Socialist ideology preached by the leaders of the MST and by the agrarian program defined by the movement. To accomplish this objective, a field survey was carried out in which forms were applied to families of the Celso Furtado settlement project, located in Quedas do Iguaçu city/PR. The survey results show that the great majority of the participant settlers do not understand or never heard of Socialism. They also have no broad knowledge of other practices and symbols linked to the ideology of the MST. Despite the lack of theoretical knowledge, most of the settlers maintain practices linked to ideas formed from collective and individual experiences when in direct contact with MST leaders, especially in the camp.

Keywords: Ideology; Movement of Landless Rural Workers (MST); land reform.

MST e ideología: la teoría y la práctica en el asentamiento Celso Furtado en Quedas do Iguazu/PR

Resumen

La realidad agraria brasileña sigue siendo compleja. La concentración de tierras hace de Brasil uno de los líderes en esta cuestión. La creación del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en 1984 propuso, además de la lucha por la reforma agraria y por las tierras, la lucha por el socialismo. Dado que el sistema político y productivo socialista es complejo, el objetivo de esta investigación se centró en identificar si los asentados por la reforma agraria comparten de la ideología socialista predicada por las palabras de los dirigentes del MST y por el programa agrario definido por el movimiento. Para atender a este objetivo, se realizó una investigación de campo donde se aplicó formularios en familias del Proyecto de Asentamiento Celso Furtado, ubicado en el municipio de Quedas del Iguazú / PR. Los resultados de la investigación muestran que la gran mayoría de los asentados de la muestra no comprende o ni siquiera ha oído hablar del Socialismo, tampoco tiene amplio conocimiento sobre otras prácticas y símbolos ligados al ideario del MST. A pesar del poco conocimiento teórico, gran parte de los asentados mantienen prácticas ligadas a ideas constituidas a partir de experiencias colectivas e individuales cuando en contacto directo con líderes del MST, especialmente en el campamento.

Palabras-clave: Ideología; Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST); reforma agraria.

Introdução

Os conflitos sociais marcam a história desde os primórdios da humanidade e, com a ascensão da propriedade privada, as discrepâncias sociais passaram a ficar evidentes e a se consolidar na sociedade. Gohn (2002) discorre que tais lutas se transfiguram em movimentos sociais, por intermédio da organização coletiva. Houtart (2006) complementa que, apesar da multiplicidade dos indivíduos envolvidos, eles são ligados pela consciência de classe.

Sob a perspectiva marxista, os homens são produtores de ideias e o fazem pelas relações com o ambiente, que é permeado pelas ideias dominantes e que reproduzem as desigualdades, que são impostas aos indivíduos como uma maneira de esconder a realidade social. São estas ideias as quais se dá o nome de ideologia (CHAUÍ, 2006).

Renomados autores, das mais variadas áreas, se propuseram a debater sobre o conceito do termo ideologia. Destarte, a definição adotada nesta pesquisa é de Althusser (2003), que complementou o prisma marxista dizendo que a ideologia não é singular, não é somente a classe dominante que a possui, mas que todas aquelas, que desejam exercer sua hegemonia e se manter no poder fazem uso. Propõe, ainda, a definição do conceito de *Aparelhos Ideológicos do Estado* que é o meio, o fim e o palco das lutas de classes.

No que concerne às relações recentes das lutas de classes, especialmente, no campo agrário brasileiro, como delimitado pela presente pesquisa, a partir da gênese do

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e das lutas pela mudança da estrutura agrária hodierna, o que se percebe são décadas de estagnação. O MST foi criado, oficialmente, em 1984, e os objetivos do movimento se traduziram, ao longo dos anos, em organizar uma grande massa de indivíduos marginalizadas, no campo ou na cidade, e construir nelas o desejo da luta pela reforma agrária e pela terra. Além disso, um dos pilares do MST, reproduzido pelo seu programa agrário, é o Socialismo.

Quando se fala em Socialismo, entendendo este como um complexo sistema produtivo e político é arriscado pensar, em pessoas humildes, muitos com pouco ou nenhum estudo e, ainda, vivendo em situações de pobreza, que compartilhassem desse mesmo ideal. Sabourin (2008, p.164) é enfático ao falar que os dirigentes do MST “[...] lutam, antes de tudo, por uma revolução socialista no Brasil, objetivo que está longe de ser partilhado pelo conjunto dos agricultores e sem-terra membros do movimento ou simpatizantes”.

Neste contexto, a problemática desta pesquisa é: a partir da ótica do indivíduo assentado pela reforma agrária, como a ideologia do MST, especialmente, os propósitos socialistas, está se inserindo na prática da vida social e produtiva do assentamento rural? A pesquisa foi realizada no Assentamento Celso Furtado localizado no município de Quedas do Iguaçu/PR com uma amostra de 43 famílias. O objetivo é identificar como as ideias do MST influenciaram ou influenciam a vida dos assentados.

A proposta desta pesquisa tem relevância ao procurar compreender a formação e o ideário de um dos maiores movimentos sociais do mundo, o MST, assim como de identificar o potencial da sua ideologia e sua difusão com a massa da população assentada. O objetivo desta pesquisa é procurar conhecer o entendimento dos assentados, aqueles que são os sujeitos de toda a história do MST e da reforma agrária, quanto às propostas do movimento e analisar criticamente os desafios pelos quais eles passam diante das contradições entre a teoria e a prática. Sabourin (2008, p. 172) afirma, ainda, que “Os assentados são tudo menos uma experiência socialista e revolucionária”. Esta pesquisa ganhou um alicerce com base nessa assertiva do autor, que é pragmático em analisar os indivíduos assentados sob esta ótica. O trabalho realizado também se justifica pela ausência de trabalhos com o tema proposto, especialmente, para o recorte geográfico de estudo.

Além desta seção de introdução, este artigo apresenta uma seção concernente à discussão sobre as classes sociais e a busca pelo poder social por meio da ideologia. Em sequência se faz um resgate histórico da agricultura e da criação do MST, bem como sobre a questão agrária brasileira. Em seguida, apresenta uma seção de metodologia, que descreve os procedimentos adotados para a coleta de dados. Posteriormente ao registro da metodologia são apresentados os resultados da pesquisa e, por fim, as conclusões do estudo.

Ideologias: as lutas e as relações das classes sociais

Desde que a história humana pode ser registrada em sociedade, os conflitos sociais são observados e são estes, por vias da história, que transformam as estruturas da coletividade e do corpo social de dominação. Rememorando capítulos da história como as conquistas bárbaras, as cruzadas acontecidas na Idade Média, as Guerras Napoleônicas, os conflitos da unificação alemã, Primeira e Segunda Guerras Mundiais, o embate árabe-israelense e outros episódios (MAGNOLI, 2006), compreende-se que as guerras por hegemonia econômica, política e religiosa são tão antigas quanto a própria história da sociedade.

Lenin (2001, p. 24) escreve que “a história nos revela uma luta entre povos e sociedades, assim como no seu próprio seio, e que, além disso, ela nos mostra uma sucessão de períodos de revolução e reação [...]”. É nesse aparente caos que se conduz o descobrimento da teoria da luta de classes. Para Marx e Engels (2008, p. 45) é na história, pelo menos na história escrita, que se observam os conflitos sociais e de classes e precede-se que “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes”.

O que transforma tais lutas em movimentos sociais é a organização coletiva. É característica do movimento social a sua formação e estruturação em sociedades que se encontram em processo de mudança (GOHN, 2002). Souza (2013) concorda em dizer que é no conceito de classe social, que se compreende, de maneira completa, a forma como cada sociedade singularmente funciona.

Chauí (2013, p. 98) coloca que as classes sociais não podem ser traduzidas em dados fixos, elas não são definidas de maneira simples ou apenas pelas determinações econômicas, sendo “[...] um *sujeito* social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classes”.

Sob a perspectiva marxista, como descrito nas palavras de Chauí (2006), os homens são produtores de ideias pelas quais buscam explicar e assimilar a sua vida singular, social e suas relações com o ambiente. Todavia, Chauí (2006, p. 21) procura assinalar que essas ideias “tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia”.

Marx se dedicou ao estudo da ideologia colocando que os homens se diferenciam dos animais, a partir do momento em que “[...] começam a produzir seus meios de vida [...]”. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem indiretamente, sua própria vida material” (MARX; ENGELS, 1979, p. 27). Isso significa dizer que cada indivíduo coincide com a sua produção, “[...] tanto com o *que* produzem, como com o modo *como* produzem”

(MARX; ENGELS, 1979, p. 28). Sobre essa produção, Marx e Engels (1979) colocam que esta é essencial para determinar o modo de vida social sob a pressuposição do que os filósofos chamam de *Verkehr*, termo alemão, que se aproxima do que se conhece por intercâmbio, dos homens uns com os outros.

Para Chauí (2006) a ideologia é tida como um processo objetivo e subjetivo inconsciente, produzido pelas condições de existência dos indivíduos. A alienação do trabalho é o que torna possível a sustentação da ideologia. O pensamento marxista é claro em falar que a ideologia é única e é através dela que a classe dominante exerce o poder de dominação e a reprodução dessa dominação.

Em meio a tal discussão se traz à luz o filósofo Louis Althusser (1918 – 1990), que enraizado na filosofia marxista, trouxe contribuições importantes para esta. Seu aporte para este estudo ocorre por meio da definição do conceito de “*Aparelhos Ideológicos do Estado*” e mostra que estes funcionam na esfera pública e privada, por meio da ideologia (ALTHUSSER, 2003).

Levando em consideração que não há como uma classe manter o poder do Estado sem que exerça sua hegemonia¹, paralelamente, e sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado se permite compreender que estes últimos não são somente o objeto e o meio, mas também o palco das lutas de classes (ALTHUSSER, 2003).

Quanto às formações ideológicas, Althusser (2003) compreende, sobretudo, que não há uma única forma, acrescentando à teoria marxista o fato de que a ideologia não é singular. O que o autor propõe, em sua teoria, não comporta a presença de uma ideologia única e que seja a dominante como remete a proposta marxista, fala-se de uma ideologia como processo e que, constantemente, é restabelecido dentro dos aparelhos ideológicos e também fora deles. Althusser (2003, p. 84) procura sustentar o fato de que “as ideologias *têm uma história sua*” e que essa história é concretizada pela luta de classes.

Althusser (2003, p. 107) pontua o processo de gênese da ideologia em sua teoria colocando que:

se é verdade que os AIE representam a *forma* pela qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente medir-se e confrontar-se, as ideologias não “nascem” dos AIE mas das classes sociais em luta: de suas condições de existência, de suas práticas, de suas experiências de luta, etc.

O que fica explícito é a complementariedade dos pensadores. A luta de classes nada mais é do que o processo de conquista de espaço na sociedade, tanto quanto a reformulação do modo de produção. A luta constante é muito bem delineada pela história, é nela que as classes se formam e a luta de classes passa a ser um fator tão importante. A

¹ Pronko e Fontes (2012, p. 391) sintetizam o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci colocando que para ele a definição tem duas direções conjuntas “[...] para explicar as formas específicas da produção e organização do convencimento em sociedades capitalistas e para pensar as condições das lutas de classes subalternas”.

luta de classes, por sua vez, passa a ser um movimento, movimento este denominado de social, visto que é na pluralidade que este acontece, é uma ação coletiva, é um pensamento construído socialmente, pelas experiências e pelas relações. Essa ação coletiva, esse movimento social, tende a se transformar em revolução na luta das classes pela hegemonia feita no palco do que Althusser chama de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE).

É nos AIE's, que os conflitos de classes acontecem, tendo em vista única e exclusivamente poder tornar hegemônica a sua própria ideologia e transformá-la em obrigação, de modo de produção para todas as classes. A ideologia é a conexão, que une pessoas singulares, em vista de um objetivo em comum. Isto só é possível a partir do momento em que se cria uma consciência de classe, um motivador comum, uma ideologia que transpasse os objetivos individuais e venha para conduzir a metamorfose social.

A questão agrária brasileira no período anterior ao MST

Passaram-se, aproximadamente, 10.000 anos de uma época definida como a introdução da agricultura na humanidade, partindo da fixação dos povos nômades e caracterizada pelo prelúdio da cultivação dos solos e plantas e da exploração dos ecossistemas para a sobrevivência. A introdução da agricultura foi de tamanha transformação para a sociedade, que proporcionou a multiplicação da espécie, tanto quanto o desenvolvimento de técnicas e conseqüente aumento de produtividade. Deu origem, simultaneamente, ao nascimento de categorias sociais, que já não produziam sua própria alimentação (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Destarte, o homem não nasceu agricultor, ele o aprendeu. Desenvolveu técnicas e instrumentos para o cultivo de plantas e para a domesticação de animais. Sem nenhum tipo de saber congênito, o homem pode se adaptar livremente aos ecossistemas e conforme suas necessidades, das maneiras mais diferentes em cada ambiente. A agricultura, assim como a evolução humana é, portanto, produto histórico (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Passados centenas de anos, juntamente com a evolução humana e da agricultura, avançaram as relações de produção, ficando cada vez mais complexas. Nos últimos séculos, a terra, principal meio de produção, foi ficando escassa. Silva (2001) argumenta que o processo de capitalização da produção, principalmente, com os avanços da Revolução Industrial, trouxe novos papéis para a agricultura. Inicialmente, as necessidades que a agricultura precisava atender era a de produzir alimentos suficientes para uma população industrial, que crescia a taxas exponenciais e ainda garantir seu aumento de produtividade, já que se via obrigada a liberar mão de obra para as indústrias.

Fernandes (2013, p. 119) define a questão agrária como “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos

trabalhadores [...]”, e ainda coloca que as características da questão agrária se relacionam com o desenvolvimento do capitalismo e suas fases, sendo dependente do momento histórico.

A caracterização demográfica brasileira antes de 1500 era de povos reunidos em tribos ou agrupamentos culturais e de parentesco. Tinham abundância em alimentos provenientes da natureza e viviam da caça e pesca. A agricultura e a domesticação de plantas eram restritas a espécies como a mandioca e o amendoim (PROUS, 2007).

Por meio da repressão, cooptação dos povos e exploração dos recursos, agora transformados em mercadorias e levados à Europa para a troca mercantil, por pelo menos 350 anos após a chegada dos portugueses, o formato de produção agrária se transformou. Exploração do ouro, prata, ferro e minérios logo se esvaíram e a organização colonial passou a utilizar a terra, supostamente desocupada, para a produção agrícola, principalmente, de produtos dos quais havia carência na Europa (STEDILE, 2011).

Enquanto modelo agrário, o período entre 1500 e 1850 teve como fundamento, basicamente, o que ficou conhecido pelo termo inglês *plantation*². Em 1850 foi promulgada, pela Coroa Portuguesa, a Lei de Terras que dotava a terra, pela primeira vez no Brasil, como privada (BRASIL, 1850). A terra, enquanto bem de produção, passou a ter importância fundamental. O que antes era um bem natural, agora se torna um bem mercantil. Em relação à distribuição de terras, no processo de formação econômica do Brasil, Silva (2001) analisa a sua relevância:

É exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente *não* reprodutível – ou pelo menos, mais complicado de ser multiplicado – que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental. Desde que a terra seja apropriadamente privada, o seu dono pode arrogar-se o direito de não utilizá-la produtivamente, isto é, deixa-la abandonada, e de impedir que outro a utilize. Por isso é que a estrutura agrária – ou seja, a forma como a terra está distribuída – torna-se assim o “pano de fundo” sobre o qual se desenrola o processo produtivo na agricultura (SILVA, 2001, p. 24).

As discrepâncias fundiárias se tornaram crises, protelando-se até 1929 e culminando com a quebra da bolsa de valores de Nova York, conhecida como Grande Depressão ou Crise de 1929. Foi justamente em meio às sucessivas crises do sistema monocultor agroexportador que germinou o nascimento de revoltas do *campesinato*³. O camponês, no sentido do campesinato, é introduzido diante da necessidade de autonomia

² O *plantation* é descrito por Welch *et al.* (2009) como um sistema de produção agrícola monocultor de grande extensão, baseado principalmente no sistema escravista e na cultura para exportação.

³ Segundo Costa e Carvalho (2012), o campesinato é caracterizado por um conjunto de famílias camponesas de determinada região que tendo acesso a terra, possuiriam condições de reproduzir seus modos de produção e satisfazer suas necessidades imediatas.

produtiva, a qual lhe é negada, enquanto não tem acesso ao fator produtivo terra (COSTA; CARVALHO, 2012).

O período entre 1888 (Lei Áurea) e 1964 (golpe militar) é muito bem descrito por Morissawa (2001), que o divide em três fases. A primeira fase se situa entre 1888 e 1930 com as lutas messiânicas⁴, como foi o caso de Canudos na Bahia (1893-1897) liderados por Antônio Conselheiro e do Contestado entre o Paraná e Santa Catarina (1912-1916) liderado pelo Monge José Maria. A segunda fase, entre os anos de 1930 e 1953, foi pontuada pelas ações voluntárias e localizadas. A terceira fase (1954-1964) é marcada pelas lutas organizadas, que começam a ganhar dimensão nacional como foi o caso da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) (MORISSAWA, 2001).

O autor supracitado coloca o estágio seguinte, entre 1964 e 1984, período da ditadura militar, como uma “longa noite escura”. Foi uma fase de repressão ao sindicalismo na qual se extinguíram, praticamente, todas as organizações de trabalhadores rurais. E não foi somente no meio rural que isso aconteceu, greves do movimento operário foram proibidas, a união estudantil foi reprimida e os meios de comunicação foram censurados.

Stedille (2010) complementa que o grande vitorioso de todo esse processo foi a empresa agrícola, pois foi alvo intenso da modernização da agricultura acontecida nas décadas de 1960 e 1970. Para que se consolidasse a modernização agrícola foi fundamental que não acontecesse a reforma agrária, o capitalismo necessitava da manutenção da estrutura fundiária para sustentar as condições de favorecimento e de desenvolvimento da modernização.

A década de 1970 e o início da década de 1980 foram de poucos, talvez, nenhum avanço para a reestruturação fundiária. Foi nestas condições que se gestou o projeto nacional do qual seria criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (MORISSAWA, 2001).

A origem do MST

Relembrando a história a partir do “embrião do MST”, a semente talvez tenha sido plantada ainda quando os primeiros indígenas se colocaram contra a mercantilização e exploração da terra, que até então era coletiva e natural (MST, 2016).

Uma confluência de movimentos rurais iniciados, especialmente, na região Sul do Brasil deu origem ao MST, que teve sua fundação entre 21 e 24 de janeiro de 1984 em Cascavel no estado do Paraná, durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem-Terra.

⁴ Chamadas assim pelo fato do líder do movimento ser um intermediário de fé (MORISSAWA, 2001).

Nasceu da articulação das lutas pela terra, pela reforma agrária e contra a exploração no campo (CALDART, 2001).

Lara Junior (2012) coloca que o MST, em sua formação ideológica básica, é fruto da materialização do sincretismo religioso e político, mencionando também o ecletismo marxista. O autor propõe que o nascimento do MST coincide com uma gama de ideologias que unidas e moldadas, especialmente, pelos líderes do movimento, deixaram os ideais e a luta do MST com características únicas.

As relações sociais que se formaram, em uma época de dicotomias rurais, legaram um motivo gestado por líderes religiosos, primeiro com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Teologia da Libertação, que vieram para a tomada de consciência e depois na combinação de novas igrejas pentecostais. A criação da consciência crítica, objetivo destes religiosos, foi de suma importância para que o nascimento do MST fosse possível. Não por menos, vários dos dirigentes do MST foram ou são ligados a igrejas (LARA JUNIOR, 2012). Nota-se que a organização religiosa, bem como o apoio das igrejas foi fundamental para que o movimento tomasse a dimensão a que se chegou no Brasil. A diversidade cultural e histórica criou uma identidade social singular dos indivíduos na ideologia do MST.

Entrelaçada ao nascimento do MST, a redemocratização brasileira acontecia aos poucos. Já em 1988 era aprovada a nova Constituição Federal e, em 1993, no âmbito das lutas sociais, foi criada a Via Campesina, um movimento internacional de luta por terra, por direitos indígenas, das mulheres e dos trabalhadores agrícolas.

O período iniciado no governo FHC (1995) foi descrito por Grisa e Schneider (2014) como influenciado pelo neoliberalismo internacional, no que diz respeito à desestatização e a abertura ao capital e comércio estrangeiro. Entre 1996 e 1999, o MST continuou agindo, principalmente, por meio de ocupações e mobilizações (MST, 2016). No início dos anos 2000, o MST já se fazia presente em 23 estados, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos, em um total de 1,5 milhão de pessoas (MORISSAWA, 2001).

O governo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003 era uma promessa de compromisso com as mudanças na questão agrária e de contrariedade à antecessora política neoliberal. O que o discurso indicava era que essas mudanças seriam radicais: desconcentração de terra, aumento de empregos e renda na agricultura e uma reforma agrária de larga escala. Já constatado pela história, isso não aconteceu (MULLER, 2005).

Era evidente que o presidente não abandonaria um dos únicos segmentos que sustentavam a economia na época, o agronegócio. Por outro lado, também não poderia se esquecer da sua base eleitoral, que compreendia também o MST. Desta maneira, a tentativa foi de manter pessoas ligadas tanto ao agronegócio quanto à reforma agrária em

cargos importantes do seu governo. Esse arranjo ambíguo não agradou quem esperava por mudanças claras (MULLER, 2005).

O governo de Dilma Rousseff, iniciado em 2011, foi demasiadamente uma continuidade das diretrizes políticas do governo Lula. Apesar da proximidade histórica entre o MST e o Partido dos Trabalhadores (PT), neste momento já se colocava muita tensão nessa relação que vinha sendo prejudicada desde o governo Lula (CAMPOS, 2015). O Gráfico 01 mostra o número de famílias assentadas por governo entre os anos de 1994 e 2014.

Gráfico 01 – Número de famílias assentadas por ano no Brasil – 1995 a 2014 (em mil)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em INCRA (2016).

O Gráfico 01 também identifica os anos dos governos FHC, Lula e Dilma, a fim de comparar o total de famílias assentadas em cada período. O 1º mandato Lula foi o que obteve maior número de famílias assentadas, enquanto que o 1º mandato Dilma foi o que menos assentou. O ano de 2006 teve o maior número de assentados dentre os anos analisados, enquanto que o ano de 2011 teve o menor número.

O Programa Agrário do MST e o cenário recente

O Programa Agrário do MST foi elaborado para o VI Congresso Nacional do movimento e exibiu uma proposta para a Reforma Agrária Popular e os fundamentos para esse programa. De acordo com o exposto no programa, a divisão é feita em nove blocos com propostas e objetivos para diferentes áreas. É neste programa que o MST embasa suas ações. O programa estabelece a proposta de organização agrícola pautada na alimentação saudável e na cooperação, sempre contando com a colaboração governamental na implantação de projetos de energia alternativa e renovável. Empenham-se, também, pelo incentivo do governo com relação a políticas de crédito, pesquisa e

tecnologia, armazenagem, auxílio técnico e consumo para a produção nos assentamentos, além da exigência de se combater as culturas transgênicas (MST, 2013).

Este programa objetiva, também, desenvolver potencialidades regionais, aumentar a renda da população camponesa, reduzir desigualdades econômicas, desenvolver agroindústrias e implantar o intercâmbio de conhecimento entre produtores, técnicos e a sociedade, bem como garantir a reorganização produtiva, a estruturação da produção orgânica, a assistência técnica e a pesquisa na área, sem deixar de colocar a educação como direito fundamental. Dessa forma, os integrantes reivindicam também melhorias nas infraestruturas sociais como moradia, acesso a energia elétrica e saneamento básico, saúde e educação gratuita e de qualidade (MST, 2013).

O último dos objetivos do programa diz respeito às mudanças na estrutura do Estado. Estas levantam questões de funcionamento do que se chama de “Estado burguês” e que este teria um caráter antidemocrático. A luta em favor da classe trabalhadora e a realização do modelo produtivo só seriam possíveis com um “Estado popular” para que os trabalhadores pudessem ser sujeitos políticos permanentes e que realizassem as mudanças necessárias (MST, 2013).

O período anterior à criação do MST (diga-se a ditadura militar) foi polarizado para o setor agrícola, enquanto que se incentivava a mecanização do campo, culturas de grandes extensões, entrada de novas tecnologias e a exportação de *commodities*, os pequenos produtores eram forçados a sair do campo sem apoio e se acumulavam no inchaço dos centros urbanos. É árduo mensurar os impactos da criação do MST, tendo em vista que ocorreu em um momento delicado de redemocratização do país. A avaliação é polissêmica, suas possíveis conquistas não podem ser verificadas sem levar em consideração as mudanças ocorridas, concomitantemente, na política e na economia.

Ademais, pode-se observar que os objetivos do programa agrário do MST são ousados. Não deixam de expressar, com liberdade, a face social e coletiva que é o desejo, especialmente, de quem elaborou o programa, na busca não somente da terra, mas da qualidade de vida e do Socialismo, assim como colocado quase que no fim do programa.

Passados 32 anos da criação do MST não se nega que a reforma agrária, assim como feita neste período, contribuiu para a redução das diferenças econômicas, simultaneamente, levando renda e qualidade de vida para os pequenos agricultores por todo o país. Mais um fato inegável é que em números não houve melhora satisfatória.

Segundo IBGE (2016a), em 1980, os estabelecimentos rurais com menos de 10 ha somavam 50,43% do total de estabelecimentos e dispunham de 2,47% da área total enquanto que os estabelecimentos com mais de 1.000 ha correspondiam a 0,93% dos estabelecimentos e usufruíam de 45,1% da área agricultável. Para o ano de 1985 as condições ficaram similares, as menores propriedades eram 52,9% e ocupavam 2,66% do

total da área, ao passo que as maiores propriedades eram correspondentes a 0,87% do total de estabelecimentos e 43,73% do total da área. A semelhança se manteve para os anos de 1995 e 2006 mostrando a dificuldade na desconcentração de terra, apesar das ações constantes da reforma agrária. Além disso, houve uma redução considerável no número total de estabelecimentos no período de 1985 para 1995 quando mais de 950 mil estabelecimentos rurais deixaram de existir, sendo que mais de 660 mil foram no estrato das propriedades com menos de 10 ha (IBGE, 2016a).

O atual cenário da estruturação agrária brasileira ainda não é considerado ideal. O Brasil se posiciona no topo dos países com os maiores índices de concentração de terras do mundo. Os resquícios históricos da interpolação de ciclos ainda hoje permanecem, a visão de capitalização da agricultura, de plantio de culturas denominadas “eficientes” e em grande equivalência, de fácil exploração e de venda acessível. Atualmente, já se considera essencial o desenvolvimento rural para o desenvolvimento da sociedade e a discussão sobre seus aspectos de fundamental importância para a evolução no campo (MATTEI, 2014).

O resgate histórico do setor agrícola brasileiro é marcado com as cicatrizes das políticas direcionadas, das políticas dispersas ou mesmo da falta delas. É uma peculiaridade rural o estigma dos ciclos pelos quais o setor rural tem passando, absorvendo crises, lutando contra políticas hostis, perdurando a vida do pequeno e médio agricultor, enfrentando a exploração e os choques com os grandes produtores do agronegócio.

As mudanças realizadas pela redistribuição de terras não alterou, com significância, a estrutura agrária. No entanto, as perguntas que marcam, nesse sentido, são: Mesmo não tendo acontecido da maneira ideal, o que seria da estrutura agrária se a redistribuição de terras não tivesse acontecido? Sem a terra, o que seria das famílias que hoje estão em assentamentos da reforma agrária? Seria mesmo necessária a ação do MST para a distribuição de terras?

Metodologia

Quanto aos procedimentos técnicos, esta pesquisa se caracteriza pelo estudo de campo feito pelo pesquisador por meio de entrevistas, pessoalmente, com o grupo pesquisado na tentativa de apreender as conexões e justificativas para fenômenos ocorridos naquele contexto específico (GIL, 2002). A pesquisa de campo, segundo Fachin (2003), é utilizada na busca pela avaliação de grupos, de instituições, de obstáculos sociais, de procedimentos encontrados na sociedade e que fora do próprio contexto não seria possível compreender.

O instrumental adotado é o formulário, dentre as vantagens da sua utilização se destacam: a oportunidade de aplicação em populações heterogêneas, alfabetizadas ou analfabetas, sem o comprometimento das informações já que o pesquisador tem a oportunidade de explicar, adaptar, flexibilizar e orientar as perguntas de acordo com a realidade; o alcance de dados mais complexos já que se pode estabelecer um contato mais pessoal; isonomia no preenchimento; e observação constante das respostas, reações e fenômenos, que acontecem durante a aplicação (MARCONI; LAKATOS, 2012).

Caracterização do espaço de estudo

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) (2016), o Projeto de Assentamento (PA) Celso Furtado se localiza no município de Quedas do Iguaçu, na mesorregião Centro Sul do estado do Paraná. A mesorregião Centro Sul Paranaense tem por característica a concentração de assentamentos rurais, justifica-se por ser marca forte da região as propriedades com grandes extensões de terra, destinadas principalmente a extração de madeira e pecuária, além de culturas como: milho e soja. A mesorregião é considerada, predominantemente, agrícola, no ano 2000 quase 70% dos municípios ainda não haviam atingido 50% de grau de urbanização (IPARDES, 2004).

A microrregião de Guarapuava, localizada no Centro Sul Paranaense, na qual se encontra o município de Quedas do Iguaçu, é composta por 18 municípios. A reforma agrária é um traço constante, 15 municípios da microrregião têm pelo menos um assentamento, somam-se 57 ao todo, abrangendo 4.687 famílias, aproximadamente 19 mil pessoas e 100 mil hectares de terra. A microrregião acomoda, ainda, os três maiores assentamentos do Paraná: PA Ireneo Alves dos Santos, que possui 900 famílias; o PA Marcos Freire, 604 famílias, os dois no município de Rio Bonito do Iguaçu; e o PA Celso Furtado, com 1.089 famílias no município de Quedas do Iguaçu (ROOS, 2010).

O PA foi criado no dia 26 de setembro de 2005, a partir do remanejamento de 25.285,53 ha de terras das fazendas Rio das Cobras e Pinhal Ralo, ambas de “propriedade” da empresa Araupel S.A. As terras na realidade eram de posse da União, a empresa ocupava irregularmente o espaço e por este motivo não houve necessidade de desapropriação das terras (ROOS, 2010).

Logo após a criação efetiva do PA Celso Furtado, a Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária (COTRARA) foi incumbida de realizar um estudo e desenvolver o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Muito influenciados pelo MST e sua estrutura, as próprias famílias decidiram por manter uma organização comunitária já existente no acampamento. Uma das decisões foi a criação de 13 comunidades divididas em duas classes: as comunidades centrais e as comunidades satélites. As centrais, formadas pelas

comunidades Renascer, 10 de Maio e Margarete, deveriam ter serviços sociais básicos, como saúde e educação e atenderiam as comunidades satélites. As comunidades satélites seriam 10: Nova Esperança, Nossa Senhora Aparecida, Campo Novo, Palmital, Três Caicos, Santa Bárbara, Comunidade Orgânica, Entre Lagos, Bom Jesus e Nova União (COTRARA, 2006).

Procedimentos metodológicos

A aplicação do formulário foi realizada nos dias 17, 18, 22 e 23 de setembro de 2016, no PA Celso Furtado. Apesar do tamanho do PA, muitas famílias não puderam ser assentadas na época e, para resolver este problema, uma área que havia sido destinada para reserva ambiental do assentamento passou a abrigar mais 107 famílias. Esse espaço ficou conhecido como “corredor”, por ser uma faixa de terra que corta todo o assentamento. As famílias instaladas, neste espaço, se encontram em situação irregular em relação às demais famílias do assentamento, isto pela característica da área de preservação e pelas questões ambientais inerentes a esse processo de readequação dessas famílias.

A parte do PA denominada de “corredor” é o espaço no qual se realizou a presente pesquisa. Foram utilizados métodos estatísticos de amostragem, a partir do cálculo de amostra para população finita, conforme Equação 01, em que n é a amostra calculada, N é a população, Z é a variável normal padronizada associada ao nível de confiança, p é a probabilidade do evento ou grau de heterogeneidade e e é o erro amostral (MIOT, 2011). O nível de confiança utilizado é 95% que corresponde na tabela Z a 1,96. O grau de heterogeneidade utilizado é 5%, mostrando um grupo bem homogêneo. A porcentagem de erro admitida é 5% de margem para mais ou para menos.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p(1-p)}{Z^2 \cdot p(1-p) + e^2(N-1)} \quad (01)$$

Para as variáveis utilizadas, o cálculo da amostragem foi $n=43$, o que demonstra mais de 40% do universo da população. Portanto, farão parte da aplicação dos formulários 43 famílias escolhidas, aleatoriamente, dentro do espaço da pesquisa denominado de “corredor”.

Resultados e discussões

A aplicação do formulário objetivou, inicialmente, traçar um perfil socioeconômico e produtivo e, posteriormente, identificar a influência da ideologia do MST no assentamento.

Perfil socioeconômico e produtivo

As 43 famílias que formam a amostra totaliza 141 pessoas, na qual a média foi de, aproximadamente, três pessoas por família. Da amostra, 81,39% das famílias contam com uma ou mais formas de assistência governamental, sendo que 44,18% destas famílias recebem valores de cerca de um salário mínimo referente à pensão por morte de cônjuge, aposentadoria por idade ou tempo de serviço e auxílio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por doença ou invalidez. Ao todo, 34,89% das famílias recebem o benefício do Programa Bolsa Família e 23,25% não possuem nenhum tipo de auxílio governamental.

Para indivíduos, que já haviam parado de estudar ou concluído os estudos, com idade igual ou superior a 19 anos, 43,62% afirmou ter estudado até o Ensino Fundamental - séries iniciais entre o 1º e 5º ano. Os que se consideram analfabetos são 19,15% dos indivíduos, enquanto que 2,13% se identificaram como alfabetizados mesmo sem ter frequentado a escola formalmente. Indivíduos com Ensino Superior corresponderam a 4,25% da amostra. Do total, 20,21% concluíram o Ensino Médio e 80,85% foram considerados pelo menos alfabetizados. Todas as crianças e jovens até os 17 anos estavam frequentando a escola.

A maior parcela da amostra, 69,77%, tem renda entre um e três salários mínimos⁵. Dez, das 43 famílias da amostra têm renda igual ou inferior a um salário mínimo, o que corresponde a 23,25% do total. A parcela com renda superior a três salários mínimos equivale a 6,98% das famílias.

Pode-se destacar um perfil socioeconômico com um padrão de escolaridade baixa dos indivíduos. A renda é, em mais de 80% dos casos, derivada ou complementada com auxílios governamentais. As condições socioeconômicas e estruturais das propriedades que fazem parte desta amostra convergem para a amplitude nacional das propriedades rurais brasileiras. Segundo o DIEESE (2011), tendo como base dados da PNAD 2009, a maior parte da população rural brasileira se encontra entre os 25 e 59 anos, muito próximo da estimativa da amostra. A escolaridade também mostra que a população rural tem na grande maioria até cinco anos de estudo e mais de 20% não tem nenhum tipo de instrução, a média de anos de estudo da população rural do país para 2009 foi de 3,9 anos. O número de moradores por domicílio da amostra obedece ao padrão brasileiro de pouco mais de três pessoas por família. Desta maneira, a amostra analisada converge às condições socioeconômicas das propriedades rurais brasileiras em geral.

As variedades produzidas para consumo são bastante diversificadas, os assentados citaram a produção de: arroz, feijão, mandioca, frutas, legumes, verduras, amendoim, cana-de-açúcar, milho, batata-doce, dentre outros. Referente às variedades

⁵ Salário mínimo para o ano de 2016 corresponde ao valor de R\$ 880,00 (BRASIL, 2015).

produzidas para venda, as mais significativas são milho e soja, sendo indicadas em 14 e 12 propriedades, respectivamente. Das propriedades, que fizeram parte da amostra, uma faz uso de sementes transgênicas. A venda de outros produtos também foi relatada, contudo com menor frequência e atuando como complemento de renda. A venda de grãos é feita por meio de contratos particulares com terceiros ou por cooperativas agrícolas.

Quando questionados se produziam alguma variedade orgânica, 58,14% responderam que não e 41,86% responderam que sim, baseados especialmente na produção de legumes, verduras e frutas. Uma das reivindicações de grande parte das famílias foi o auxílio técnico na produção de orgânicos. Reconhecem o potencial, a qualidade e a importância na produção, contudo, ainda é muito custoso.

Da amostra, 72,09% das propriedades tem produção de leite para venda, sendo que o produto é encaminhado para laticínios da região em cidades como Cruzeiro do Iguaçu/PR, Rio Bonito do Iguaçu/PR, Quedas do Iguaçu/PR e também para São Miguel do Oeste/SC, em que se encontra a cooperativa industrial da Reforma Agrária Terra Viva.

O perfil produtivo destacado nas famílias da amostra expõe uma produção baseada, basicamente, na subsistência. Destinado em grande parte para a produção de alimentos para consumo e se mantendo da renda da venda de leite, algumas famílias com a venda de grãos (soja e milho) e outras ainda sobrevivendo de auxílios governamentais. Apesar de uma grande porção das famílias apresentar abundante diversificação produtiva, a maioria não as vende.

Existe demanda dos assentados por auxílio na produção, pleiteiam ajuda para produzir, principalmente, os orgânicos. Relatam que o assentamento já teve uma comunidade com um projeto abrangente de produção de orgânicos, mas a falta de auxílio técnico, crédito e assistência do governo fez com que a produção praticamente se extinguisse. Além disso, faltam cooperativas e agroindústrias que organizem e auxiliem os produtores no processamento dos produtos locais.

A relação com o MST e a influência da ideologia produtiva e de classe

O primeiro passo no caminho até a assentamento é a participação no acampamento. Os próprios assentados assinalam que o acampamento acaba sendo de grande valia para o aprendizado com relação à produção ou mesmo a convivência social. Os chefes de famílias assentados foram indagados sobre o que pensavam das ocupações de propriedades por meio da força, 93,02% afirmaram que as ocupações são necessárias e se tornam a única forma de pressionar o governo para fazer cumprir o que já é determinado na Constituição Federal. Dos 43 indivíduos, 6,98% disse que seria melhor se pudessem comprar a sua própria terra.

Algumas famílias levantaram questões importantes no que diz respeito à aquisição de terras, no Brasil, afirmando que um agricultor pobre, que foi empregado por toda a vida, jamais teria condições de comprar sua própria terra se não fosse por meio de uma larga escala de financiamentos e auxílios governamentais. E o mais importante, apesar de ter a terra não se trata somente de possuí-la, mas de ter condições de fazer produzir. Esse ponto vai de encontro ao que Silva (2001) coloca como a dificuldade de se analisar a terra, enquanto meio de produção, justamente por ser esta “não reprodutível” o proprietário se encontra no direito de fazer com esta o que quiser ou simplesmente nada fazer, é o direito da propriedade privada.

A discussão sobre as terras improdutivas está amarrada com o sentido da reforma agrária sob a ótica do MST. É no que eles chamam de terras improdutivas que se desenvolve a luta do movimento para garantir essas terras aos agricultores, que precisam destas para sobreviver. As terras improdutivas, para o movimento, estão relacionadas às propriedades que não cumprem sua função social já determinada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Terra, que deliberam sobre a exigência da terra cumprir com requisitos de utilização consciente de recursos naturais, regulamentação das relações de trabalho e favorecimento do bem-estar social suprindo necessidades da sociedade.

É de grande valia para a criação da consciência coletiva do movimento entender o porquê da ocupação ser realizada, como são escolhidas essas propriedades e qual é a função social que os novos proprietários devem dar para terra. Quando questionados sobre o significado do termo “terras improdutivas”, os assentados mostraram, em geral, ter pouca consciência do sentido específico do termo para o MST.

No tocante a importância da terra para a família, a principal resposta foi o meio de sobrevivência, 72,09% das famílias afirmaram que a terra é a única maneira que eles têm de sobreviver. Outros 39,53% responderam que a terra é importante para que eles deixem de ser empregados e passem a ser os donos de sua própria produção, usufruindo do fruto dos seus esforços. Serem donos da produção é maciçamente incorporado das teorias marxistas socialistas, conforme Chauí (2006) expõe sobre o fetichismo da mercadoria e a separação entre o produtor e a sua produção. O Assentado 11 relata que ter a “(...) terra é tudo. Agora eu sou o patrão e tem comida *pros meus filho*”. O Assentado 04 complementa: “Hoje eu ganho o meu dinheiro, antes eu ganhava dinheiro *pros outro*”.

Com relação à simbologia do hino do MST, observa-se pela letra o sentido amplo para o movimento ao representar a união e o companheirismo, que liga cada um a um único ideal. A letra lembra: “*Nossa força nos faz edificar, nossa pátria livre e forte, construída pelo poder popular*”. É um fator de cunho ideológico de maneira que influencia o pensar, a lembrança da luta. Mostra o instrumento que a massa de pessoas é na luta em que eles se desafiam. Althusser (2003) propunha que a ideologia de classe era formada através das

experiências, vividas sob o palco dos aparelhos ideológicos, utilizados para impor a sua ideologia e concretizado nas lutas de classes.

Das famílias pesquisadas, 55,81% não sabiam o hino do MST, enquanto 44,19% diziam se recordar mesmo que já não fosse uma presença forte na vida depois de assentado. A maioria das famílias concorda em dizer que no acampamento as coisas acontecem com mais intensidade, em todos os sentidos, e que depois de assentados perdem muito da organização e da união, da coletividade como um todo.

Karl Marx é um teórico importante para o movimento, especialmente utilizado na formação ideológica dos líderes que atuam, diretamente, com os acampamentos e assentamentos. No programa agrário do MST, como já abordado anteriormente, várias das práticas propostas pelo movimento se pautam nos ideais socialistas, incansavelmente, discutidos por Marx e seus seguidores. Desta maneira, questionou-se se os assentados já haviam ouvido falar em Karl Marx, 76,74% responderam que não e 23,26% que sim.

Os objetivos, pelos quais o movimento luta, são alicerçados em três pilares: a luta pela terra, pela reforma agrária e pelo Socialismo. Quando o Socialismo é colocado como uma chave tão expressiva, na busca dos ideais do movimento, este se torna um ponto crucial e muito significativo. Deste ponto de vista, diante da situação de que a maior parte dos agricultores tem baixa escolaridade, torna-se fundamental a formação ideológica e de caráter coletivo para a compreensão da importância dessas mudanças. Conforme descrito pelos assentados, a formação não se inicia com a teoria propriamente dita, e como se nota pelas respostas ao formulário, na maioria das vezes estas pessoas não chegam à teoria. Inicia-se na realidade, na construção do acampamento e no compartilhamento da terra e dos meios de produção. O Assentado 43 conta como foi o acampamento neste sentido:

[...] A gente dividia as *tarefas*, [...] cada um ganha uma função conforme o que sabe fazer ou da necessidade do acampamento. [...] Ali a gente aprende a partilhar, se o vizinho não tem a gente come junto, dá o que tem mais, faz troca de comida, ensina plantar. É ali que se aprende a vida na roça e na comunidade. [...] Ali é coisa séria, mas também é aprendizado, a gente aprende se organizar, aprende que dois são mais forte que um e quem não acompanha a multidão acaba desistindo. O acampamento seleciona muita gente. Mas também não discrimina, tinha gente da cidade que não sabia plantar nada. A coordenação dizia que quem era responsável *pelas plantações* precisava ensinar e ajudar a plantar. E isso acontecia. Quem não tinha a prática saía do acampamento sabendo pelo menos o básico [...]

Nota-se que a questão do social e do coletivo está muito presente no acampamento, uma vez que todos são instruídos a compartilhar materiais, comidas, a própria terra, e as experiências e transformar isso em aprendizado. Era o que Marx e Engels (1979) chamavam de intercâmbio.

Conforme discutido por Althusser (2003), era pelas experiências que a ideologia ganhava sua história e se consolidava na prática da luta de classes. Para identificar fragmentos dessa ideologia, questionou-se se já tinham ouvido falar do Socialismo, 23,26 % responderam que sim e 76,74% que não. Quando questionado, o Assentado 30 respondeu de imediato: “Eu sou socialista”. Foi o indivíduo da amostra que demonstrou a maior ligação com os ideais socialistas pregados pelo MST.

Dos 23,36% que disseram ter ouvido falar do Socialismo reiterou-se se sabiam dizer o que era o Socialismo, 80% não souberam explicar e 20% demonstrou ter algum conhecimento como sistema econômico e organizativo. Dentre os 23,36% que afirmaram ter pelo menos ouvido falar do Socialismo se inclui os 4,25% dos indivíduos que responderam ter ensino superior. A média de escolaridade dos assentados que responderam ter conhecimento sobre o Socialismo é de aproximadamente nove anos, enquanto que para os indivíduos da amostra a média de escolaridade é de aproximadamente cinco anos. Estas características demonstram que a variável escolaridade pode estar associada ao conhecimento teórico envolvido na questão.

Para finalizar, cada chefe de família teve a possibilidade de citar aprendizados que havia tido com o MST. Dos 43 indivíduos indicados como chefe da família e que participaram da pesquisa, 20 afirmaram ter aprendido a importância da agricultura familiar ainda quando estavam no acampamento, 19 indivíduos também colocaram o aprendizado de técnicas de manejo rural, preparo da terra, “cultivo de sementes selvagens” na fala do Assentado 30. Outros 11 indivíduos disseram ter aprendido a organização da coletividade, da importância em se existir uma estrutura de organicidade do acampamento, do movimento e do assentamento. Da mesma maneira, dez assentados responderam que aprenderam a consciência coletiva, a importância da união, do companheirismo e da solidariedade. Outros ainda citaram, com menos frequência, a organização social, a conscientização sobre a reforma agrária, a organização produtiva, a preservação da biodiversidade, a produção de orgânicos e questões políticas. Quatro disseram não saber responder ou mesmo que não haviam aprendido nada.

Confrontando os resultados da pesquisa com o referencial teórico proposto, nota-se que o estabelecimento do MST, enquanto movimento social ocorreu no período de redemocratização do Brasil, justamente como coloca Gohn (2002), sendo um processo natural da transformação de luta coletiva em movimento social e suas origens em sociedades, que passam por mudanças estruturais.

Gohn (2002) ainda faz uma importante discussão sobre a importância das lideranças para os movimentos sociais, como assinalado pela pesquisa, enquanto acampados, os indivíduos sofrem fortes influências de líderes e mantêm um senso de coletividade muito maior que depois de assentados. No assentamento, a sensação de perda

de organização e consciência coletiva é sentida pelos próprios indivíduos, possivelmente, pelo distanciamento do movimento e da falta do objetivo em comum que no acampamento era a conquista da terra. A questão é que depois de conquistado o objetivo do grupo, que estava lutando pela terra, começam as limitações para desenvolver o restante dos objetivos específicos. Essa quebra é o limitador do alcance do movimento.

Uma característica marcante do Movimento Sem-Terra é a pluralidade de indivíduos. Não há espaço para discriminar personalidades, da cidade ou do campo, sabendo ou não lidar com a terra, qualquer um pode fazer parte do movimento. É atestado por Chauí (2013), quando coloca que as classes sociais não são dados fixos e nem de fácil identificação e que são sujeitos sociais, que se interpretam e se transformam.

Como citado por Lara Junior (2012), o sincretismo da religiosidade popular foi de fundamental importância para a criação das bases ideológicas do MST, apesar destes não se constituírem, necessariamente, parte dela. O Assentado 30 aponta esse ecletismo religioso como um entrave nas organizações produtivas, hoje na prática, dentro do assentamento. Ele coloca que “A organização comunitária depende muito da religião”, dentro do assentamento a religião é muito forte, isso faz com que cada grupo se isole o que não é apreciado na troca de experiências, nas organizações produtivas e mesmo na vida social. Esse retraimento prático das relações sociais dentro do acampamento em função das diferenças religiosas é, possivelmente, uma das questões das quais o movimento poderia tratar com as famílias depois de assentadas e que após acampamento é assunto negligenciado.

A organização levada do acampamento para o assentamento é sentida, principalmente, na organização social. As comunidades e o coletivo de famílias foram mantidos no assentamento Celso Furtado por decisão conjunta. Já nas questões produtivas, o que se faz representar é um pensamento de liberdade de quando tem um pedaço de terra para plantar ser livre e dono daquilo que produz. A maior parte da organização e da ideologia do MST fica no acampamento, ou possivelmente, seja esquecida com o passar do tempo pelos indivíduos.

Na orientação da identificação da ideologia produtiva e de classe, no assentamento, se utilizou a construção do termo elaborado por Althusser (2003) de que a ideologia não é única, mas que existem aparelhos ideológicos e que, enquanto processo, todos aqueles que querem chegar ou permanecer no poder a utilizam. Os Aparelhos Ideológicos do Estado são o caminho, o palco e a finalidade das lutas de classe e dos objetivos de dominação.

Os Aparelhos Ideológicos são, além do próprio Estado, instituições que funcionam e são transformados metodicamente pela ideologia. Quanto ao uso ou aplicação no assentamento, os Aparelhos Ideológicos estão presentes, primeiramente, quanto ao MST, enquanto palco de lutas, nas escolas, enquanto formadores de opinião, nas famílias

enquanto influenciadores permanentes e na religião, uma das precursoras do Movimento Sem-Terra, por meio particularmente da Igreja Católica (CPT) e das igrejas pentecostais (especialmente as mais difusas no Brasil, Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil, Igreja do Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo e Deus é Amor), cada qual com seu peso nessa construção.

A análise é permanente e plural, os sujeitos e os Aparelhos Ideológicos estão em constante transformação, em constante formação de sua própria história. A identificação destes conceitos na construção do assentamento, na história das famílias e dos sujeitos ativos, dentro do assentamento, enquanto pensamento coletivo permite considerar a não singularidade, como colocado por Althusser, da identidade ideológica de classe. Enquanto processo de mudança, o Movimento Sem-Terra é caracterizado como um Aparelho Ideológico, um objeto, um meio e um cenário para as lutas de classes.

Como explorado pela presente pesquisa, a ideologia ligada ao Movimento Sem-Terra, enquanto conjunto de ideias se mostra muito mais em aspectos do acampamento do que na vida depois de assentados. O que, contudo, é um traço notável e continua presente na vida da maioria dos assentados é o aprendizado referente à importância da agricultura familiar e mesmo as técnicas de manuseio rural, citado por grande parte das famílias, que fizeram parte da amostra.

A falta de cooperativas e/ou agroindústrias é sentida por alguns assentados, mas a maioria não atesta este fato como um limitador. Sobre a falta de organizações coletivas, Sabourin (2008) coloca que é a representação de um forte pensamento da autonomia econômica. Os assentados têm receio de perder aquilo que para eles foi tão difícil de conquistar, o poder sobre o que é dele, o que eles chamam de “ser patrão”. Organizar uma cooperativa é perder a emancipação, que acabaram de ganhar, e isso pesa na hora de decidir pela participação.

Como forma de identificação das relações ideológicas do MST com os assentados, foram utilizadas questões pragmáticas no sentido de conhecimento dos indivíduos quanto ao programa agrário desenvolvido pelo MST, e apresentado neste trabalho, e também quanto às ideias como a produção orgânica, a organização cooperativa e mesmo o Socialismo enquanto transformação social. Os saberes coletivos, a utilização dos intercâmbios de conhecimento e peças simbólicas como o hino do MST e datas marcantes para o movimento. A justificativa, de grande parte, por estes não estarem tão próximos ao ideário do movimento foi que essas questões ficam para trás, quando cada um ganha a terra e que a partir do momento que é feito o assentamento a atuação do movimento é muito menor em comparação ao acampamento.

Considerações finais

A proposta da presente pesquisa foi identificar a influência da ideologia do MST nos assentados do Projeto de Assentamento Celso Furtado localizado no município de Quedas do Iguaçu/PR. O objetivo consistiu em compreender, do ponto de vista do indivíduo assentado, as práticas e as ideias do MST e como elas estavam inseridas no contexto da vida e do setor produtivo do assentamento.

Para explorar o assunto foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de formulário para 43 chefes de família do assentamento. Por meio das respostas dos indivíduos se elaborou um perfil socioeconômico e um perfil produtivo, os quais identificaram características como a baixa escolaridade, renda derivada de auxílio governamental, em muitas famílias, e produção baseada na subsistência. A renda, quando não é advinda de auxílios governamentais, vem principalmente da venda de leite e grãos, seguindo a tendência regional.

Com relação à influência da ideologia do MST o que os assentados mostraram foi que a maioria não tinha domínio ou conhecimento da teoria sobre o Socialismo, simbologias do MST e as questões agrárias. Entretanto, estes assentados mostraram manter práticas ligadas ao movimento como a diversificação produtiva, a organização social dentro do assentamento, a importância da agricultura familiar, técnicas rurais e agricultura orgânica, mesmo que não sendo efetivadas no momento, ainda são lembradas pelos assentados como aprendizado tido com o MST.

O acampamento se mostrou bem mais dinâmico do que o assentamento no que diz respeito às práticas ligadas a ideologia do MST. No acampamento tudo era coletivo incluindo a produção. Já assentados, a sensação de ter um pedaço de terra que é só dele não permite mais visualizar o conjunto, o coletivo. Como colocado por Sabourin (2008), a autonomia que os produtores tanto desejam está na contramão das estruturas coletivas das quais os dirigentes do MST pregam. Desta maneira, as cooperativas ou mesmo produções coletivas simples não se mantêm.

Apesar dos assentados não compartilharem da ideologia do MST ou compreenderem o projeto socialista, a maioria permanece participante do movimento e o defende. Esse sentimento de reciprocidade é um formato de gratidão, principalmente, pela inserção social, pelos sujeitos que agora podem ser vistos pela sociedade. O projeto de revolução não é relevante para eles, talvez, seja um dos motivos pelo qual nunca se consolidou como uma luta específica da totalidade.

Compreender as relações entre o MST, enquanto direção, e o MST enquanto grande massa de indivíduos se apresenta dificultado pelo acesso às informações dentro dos assentamentos. A intenção desta pesquisa foi aglutinar as informações concedidas pelos

indivíduos, utilizando uma amostra, para solucionar as distinções entre discurso e prática do movimento e sobre a ideologia do MST e as práticas dos assentados.

O desfecho desta pesquisa atestou que os assentados não compartilhavam da ideologia do MST, mas de qualquer maneira mantinham experiências e práticas ligadas a essa ideologia e, ainda, demonstrou que as condições socioeconômicas dentro do assentamento merecem atenção governamental.

Com os resultados obtidos na realização deste estudo e com o conhecimento adquirido no decorrer da realização desta pesquisa pode-se sugerir a elaboração de trabalhos futuros. Uma opção é a aplicação da pesquisa, em outros assentamentos, a fim de confrontar resultados. Apresenta-se como uma possibilidade, também, a realização do estudo com questões ideológicas não abordadas, visto que grande parte dos indivíduos afirmou ter estado mais ligado às questões ideológicas do MST no acampamento, aspecto que seria uma alternativa para executar a pesquisa neste espaço.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2ª ed. São Paulo: Graal, 2003.

BRASIL. Decreto nº 8.618 de 29 de dezembro de 2015. Dispõe sobre o valor do salário mínimo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8618.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850. Dispões sobre as terras devolutas do Império. **Secretaria de Estado dos Negócios do Império**, Rio de Janeiro, 20 set. 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 09 ago. 2016.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, vol.15, nº 43, São Paulo: Set/Dec, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>>. Acesso em 08 set. 2016.

CAMPOS, Marcos Paulo. Movimentos sociais e conjuntura política: uma reflexão a partir das relações entre o MST e o governo Dilma. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.4, n.7, jan-jun, 2015.

CHAUÍ, Marilena. A história do pensamento de Marx. *In*: BORON, A. A.; AMDEO, J.; GONZÁLEZ, S. **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Expressão popular: São Paulo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora: indagações. *In*: Fundação Perseu Abramo; Fundação Friedrich Ebert (Orgs.). **Classes? Que Classes? Ciclos de debates sobre classes sociais**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2013, p. 87-103.

COOPERATIVA DE TRABALHADORES EM REFORMA AGRÁRIA (COTRARA). **PDA Celso Furtado**. Santa Maria do Oeste: COTRARA, 2006.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horacio Martins de. Campesinato. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 115-122.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4ª ed. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/707/Estatisticas_Meio_Rural_2011.pdf?sequence=3>. Acesso em 23 out. 2016.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 199 f. Tese (livre-docência), Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol.52 supl.1 Brasília 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>>. Acesso em: 18 out. 2016.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. Tradução: Simone Rezende da Silva. *In*: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. 1ª ed. Buenos Aires: Expressão Popular, 2006, p. 459 – 469.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. [s.l.]: SIDRA, 2016a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em: 04 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades – Quedas do Iguçu**. [s.l.]: IBGE, 2016b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412090>>. Acesso em: 08 set. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Números da Reforma Agrária**. [s.l.]: INCRA, 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em 02 out. 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Leituras regionais: Mesorregião geográfica Centro-Sul Paranaense**. Curitiba: BRDE, 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul.pdf>. Acesso em 02 out. 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Relação dos municípios do estado ordenados segundo as mesorregiões e as microrregiões geográficas do IBGE – Paraná – 2012**. [s.l.]: IBGE, 2016. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf>
. Acesso em: 10 set. 2016.

LARA JUNIOR, Nadir. Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST. **Revista NERA (UNESP)**, ano 15, nº20 – jan/jun de 2012, p. 156-174. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1854/1754>. Acesso em 05 abr. 2017.

LENIN, Vladimir. **As três fontes**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MAGNOLI, Demétrio (Org). **História das Guerras**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2ª ed. São Paulo: ciências humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução: Pietro Nassetti. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MATTEI, Lauro. Considerações a cerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 52, supl.1, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600006>>. Acesso em: 03 out. 2016.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MIOT, Hélio Amante. Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. **Jornal Vascular Brasileiro**, Vol. 10, nº 4, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jvb/v10n4/v10n4a01.pdf>> Acesso em: 01 out. 2016.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **A história da luta pela terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em 29 ago. 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Programa agrário do MST: lutas, construir Reforma Agrária popular!** 3ª ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

MULLER, Charles C. Agricultura, desenvolvimento agrário e o Governo Lula. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIV, nº 2, Abr/Maio/Jun, 2005. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/534>>. Acesso em 18 out. 2016.

PRONKO, Marcela; FONTES, Virgínia. Hegemonia. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 391-396.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

RODRIGUES, Lúcia. Governo abandona de vez a reforma agrária. **Revista Caros Amigos**, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cultura/122->

edicoes/edicao-176/4828-terra-governo-abandona-de-vez-a-reforma-agraria>. Acesso em 30 out. 2016.

ROOS, Djoni. **O aprendizado e resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de sem-terra em Quedas do Iguaçu/PR**. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2010.

SABOURIN, Eric. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 16, nº 2, 2008, p. 151-184.

SILVA. José Graziano da. **O que é a questão agrária**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SOUZA, Jessé. As classes sociais e o mistério da desigualdade brasileira. *In*: Fundação Perseu Abramo; Fundação Friedrich Ebert (Orgs.). **Classes? Que Classes? Ciclos de debates sobre classes sociais**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2013, p. 53-64.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964 -1990**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WELCH, Clifford Andrew *et al.* **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. 01. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Sobre os autores

Renata Cattelan – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Francisco Beltrão, Paraná, Brasil; Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

Marcelo Lopes de Moraes – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Mestrado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Doutorado em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ-USP); Coordenador do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

Como citar este artigo

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de. MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 12-38, jan.-mar. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. A primeira autora **Renata Cattelan**, foi responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, coleta de dados através do questionário e redação do manuscrito. O segundo

autor **Marcelo Lopes de Moraes** foi responsável pelos procedimentos técnicos, revisão crítica do manuscrito e auxílio na interpretação e análise dos resultados.

Recebido para publicação em 10 de abril de 2017.
Devolvido para a revisão em 06 de julho de 2017.
Aceito para a publicação em 05 de agosto de 2017.

Assentamentos rurais e as modificações socioeconômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu

Cristina Sturmer dos Santos

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil
e-mail: cristinasturmer@gmail.com

Luis Claudio Krajevski

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil
e-mail: luisclaudio@uffs.edu.br

Resumo

Diante do debate e experiências referentes a reforma agrária, existe um vasto campo para pesquisa de lacunas ainda existentes. O impacto socioeconômico dos assentamentos se configura como uma dessas lacunas. No Paraná, mais precisamente no município de Rio Bonito do Iguaçu, foram implantados dois assentamentos rurais no período de 1997/1998, os quais reúnem, aproximadamente, 1.530 famílias assentadas. Assim definiu-se como objetivo deste estudo identificar a evolução dos indicadores socioeconômicos de Rio Bonito do Iguaçu, em decorrência da instalação dos assentamentos "Marcos Freire" e "Ireno Alves dos Santos". A metodologia utilizada para avaliar os impactos consiste no estudo de caso sobre o município de Rio Bonito do Iguaçu, através de dados secundários referentes a alguns indicadores socioeconômicos. Analisando a produção agropecuária e os índices de renda, desigualdade e pobreza, observa-se que os assentamentos proporcionaram uma modificação produtiva no município, intervindo diretamente na realidade socioeconômica local. Desta forma, conclui-se que a implementação destes dois assentamentos permitiu a alteração não só da estrutura fundiária neste território, mas, também, a transformação da estrutura produtiva e da realidade socioeconômica do município de Rio Bonito do Iguaçu.

Palavras-chave: Indicadores socioeconômicos; reforma agrária; Rio Bonito do Iguaçu.

Rural settlements and socioeconomic changes in the municipality of Rio Bonito do Iguaçu

Abstract

In the face of the debate and experiences related to agrarian reform, there is a vast field for research with existing gaps. The socioeconomic impact of settlements is one of these gaps. In Paraná, more precisely in the municipality of Rio Bonito do Iguaçu, two rural settlements were implemented in the period 1997/1998, which bring together approximately 1,530 settled families. Thus, the objective of this study was to identify the evolution of the socioeconomic indicators of Rio Bonito do Iguaçu, as a result of the installation of the settlements "Marcos Freire" and "Ireno Alves dos Santos". The methodology used to evaluate the impacts consists of the case study about the municipality of Rio Bonito do Iguaçu, through secondary data referring to some socioeconomic indicators. Analyzing the agricultural production and the indices of income, inequality and poverty, it is observed that the settlements provided a productive change in the municipality, intervening directly in the local socioeconomic reality. In this way, it can be concluded that the implementation of these two settlements allowed the alteration not only of the land structure in this territory, but also the transformation of the productive structure and socioeconomic reality of the municipality of Rio Bonito do Iguaçu.

Keywords: Socioeconomic indicators; land reform; Rio Bonito do Iguaçu.

Asentamientos rurales y las modificaciones socioeconómicas en el municipio de Rio Bonito do Iguaçu

Resumen

Ante el debate y experiencias referentes a la reforma agraria, se percibe un amplio campo de pesquisa aún por hacerse. El impacto socioeconómico de los asentamientos se presenta como uno de esos vacíos. En Paraná, más precisamente en el municipio de Rio Bonito do Iguaçu, fueron implantados dos asentamientos rurales en el periodo de 1997/1998, los cuales reúnen alrededor de 1.530 familias asentadas. De este modo, se ha definido como objeto de este estudio identificar la evolución de los indicadores socioeconómicos de Rio Bonito do Iguaçu a causa de los asentamientos "Marcos Freire" e "Ireno Alves dos Santos". La metodología empleada para evaluar los impactos consiste en el estudio de caso sobre el municipio de Rio Bonito do Iguaçu, mediante datos secundarios relacionados a algunos indicadores socioeconómicos. Analizando la producción agropecuaria y los índices de ingreso, desigualdad y pobreza, se puede observar que los asentamientos han proporcionado un cambio productivo en el municipio, interviniendo de modo directo en la realidad local. Por lo tanto, se concluye que la implementación de estos dos asentamientos ha logrado no solo una alteración en la estructura agraria, sino también la transformación de la estructura productiva y de la realidad socioeconómica del municipio de Rio Bonito do Iguaçu.

Palabras-clave: Indicadores socioeconómicos; reforma agraria; Rio Bonito do Iguaçu.

Introdução

A discussão sobre a questão agrária é extremamente abrangente e diversa no Brasil (MORISSAWA, 2001; STEDILE E LOCONTE, 1997). Dentro dessas se inserem os debates sobre reforma agrária e os assentamentos rurais, as discussões acerca do problema histórico e estrutura relacionado à desigualdade e concentração de terras no país (MIRALHA, 2006). Estudos demonstram (LEITE, 2010; SPAROVEK, 2003; LEITE, 2006) que a implementação de assentamentos rurais, pela sua natureza, em maior ou menor medida produzem mudanças na estrutura fundiária, que podem conduzir a modificações na economia regional, no meio ambiente, em aspectos sociais e políticos dos territórios onde se instalam.

Porém, existem inúmeras contradições e problemas que necessitam ser melhor compreendidos com relação aos assentamentos rurais. Há, portanto, a necessidade de estudos que possam contribuir para a melhor implantação e visualização das potencialidades e debilidades das propostas atuais de assentamentos. Neste sentido, o presente trabalho propõe analisar a evolução de alguns indicadores socioeconômicos visando mensurar os impactos dos Projetos de Assentamentos Federal (PA's) no município de Rio Bonito do Iguaçu, Paraná (PR). Define-se como principal objetivo do estudo identificar a evolução dos indicadores socioeconômicos do município de Rio Bonito do

Iguaçu em decorrência da instalação dos assentamentos “Marcos Freire” e “Ireno Alves dos Santos”.

Para a consecução deste objetivo, utilizou-se uma pesquisa descritiva com metodologia predominantemente qualitativa, através de estudo de caso, resultado de análise documental e dados secundários obtidos nas bases oficiais. Serão analisados os indicadores socioeconômicos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e os dados os Censos Agropecuários de 1996 e 2006 com o intuito de observar os componentes dos indicadores e visualizar os efeitos dos PA's no município.

O artigo está estruturado em cinco seções, incluindo a presente introdução. A seção dois debate os elementos teóricos a respeito dos assentamentos e seus impactos socioeconômicos. Em seguida, se discute a metodologia adotada neste trabalho. Logo após, se apresentam os dados obtidos e se analisam os resultados. Por fim, tem-se as considerações finais.

Assentamentos rurais e impactos socioeconômicos

Partindo de uma perspectiva histórica, observa-se que a ocupação do território brasileiro se fundamentou na exploração agrícola e de recursos naturais, visando a produção de excedentes destinados à exportação. Situação essa que pode ser verificada nas movimentações territoriais após o processo de colonização e nos diferentes ciclos econômicos brasileiros, precisamente cana-de-açúcar, mineração e café (MORISSAWA, 2001). Visualiza-se que a formação da estrutura fundiária do Brasil provocou um desenvolvimento na agricultura baseado no latifúndio e na monocultura para a exportação, base do modelo de desenvolvimento primário-exportador (FURTADO, 2003).

Como consequência desse processo de concentração e forma de uso da terra, podemos destacar a geração de desigualdades regionais, econômicas e sociais, e um deslocamento expressivo de populações do campo rumo aos grandes centros urbanos. Inúmeras contradições e mobilizações das massas de excluídos do campo emergem como resultado desse êxodo rural ocorrido ao longo do tempo. Estas consequências negativas acabam provocando a insatisfação de determinados setores da sociedade, possibilitando a formação de movimentos sociais que reivindicam o direito à terra.

A luta pela terra é composta por diversos atores sociais, contextos regionais e períodos distintos na história brasileira, apresentando inclusive alguns conflitos significativos, que vão desde o episódio ocorrido no Arraial de Canudos (1893-1897), no sertão da Bahia, até a Revolta dos Posseiros (1940-1950) no Sudoeste do Paraná (MORISSAWA, 2001). As mobilizações em torno da questão agrária no Brasil estão relacionadas principalmente à luta por uma reforma na estrutura agrária do país, traduzindo-

se na forma de políticas que proporcionaram a criação de diversos instrumentos institucionais e de organização social.

Assim, as alterações na estrutura fundiária brasileira são sensíveis a pressões sociais fruto das organizações de povos tradicionais, de famílias agricultoras, ou de agricultores despossuídos que constituem movimentos sociais. Dentre estes últimos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Este se materializou fruto de uma construção histórica e política que conduziu sua formação no ano de 1984. Atualmente, se organiza por todo o território brasileiro, através de inúmeras ações relacionadas à reforma agrária e às famílias agricultoras.

Pela diversidade regional existente no Brasil e de acordo com a heterogeneidade dos conflitos agrários que se enfrenta, a política de reforma agrária no país permite a criação de diversas realidades reformadas (COCA, 2011). Parte desses instrumentos são as criações de Projetos de Assentamentos rurais (PA), existindo vinte tipos de assentamentos de Reforma Agrária¹ dentro do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Os projetos de assentamentos rurais estão inseridos num conjunto de situações que antecedem a sua implementação. Dentre estas situações, destacam-se a regularização de posseiros, resolução de conflitos de grilagem, ocupação de organizações de trabalhadores (como é o caso do MST), resistência de populações nativas, estruturas falidas ou abandonadas, entre outras geradas pelos mais diversos métodos utilizados (LEITE, 2000). Nesse contexto, os assentamentos rurais podem ser entendidos como “[...] o tipo de ocupação do espaço rural que dá espaço à construção de atividades rurais de cunho familiar (individual e coletivo)” (FILIPPI, 2005, p. 03). Até o ano de 2013, existiam 1.258.205 famílias assentadas em todo o Brasil, de acordo com o sitio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2013).

Referente a este processo de reforma agrária existem diversas dúvidas e questões relacionadas à eficiência do modelo adotado no Brasil. São questões relacionadas ao financiamento do PNRA, a forma de organização dos assentamentos, além de outras questões referentes a dimensões mais amplas de vida e trabalho no campo, as quais não se reduzem a concessão da terra. Um obstáculo ao estudo da questão agrária no Brasil é o problema relacionado à insuficiência de dados sobre a estrutura agrária do país e sobre a reforma agrária em si. David *et al* coloca que “No Brasil, a questão agrária tem sido objeto de lutas sociais e políticas intensas, mas a ausência de uma base de dados confiáveis sobre o assunto limita o debate democrático” (David *et al*, 1998, p.115). Nesse contexto, germinam trabalhos e estudos que visam dimensionar os efeitos dos PA's, buscando possibilitar a criação de parâmetros de avaliação (LEITE, 2000). E questionando afirmações reducionistas

¹Para mais informações sobre a tipologia dos assentamentos rurais ver Coca (2013).

que desqualificam ações nesse sentido, colocando a reforma agrária como “uma tese ultrapassada e obsoleta, incompatível com o atual estágio do capitalismo brasileiro e não apresenta nenhum impacto econômico na sociedade” (LEITE, 2006, p. 149).

O estudo dessas experiências pode contribuir para o entendimento e a potencialização da reforma agrária no Brasil, porém ainda existem poucas pesquisas nesse sentido. Nos estudos que já foram realizados, são apresentados resultados que indicam que as regiões com áreas de assentamentos “[...] constitui-se um novo cenário com uma dinâmica social e econômica própria” (NETO *et al.*, 2012, p.155). Este panorama acaba gerando processos complexos de inter-relação entre os assentados, o poder público e os demais agentes do entorno dos PA's, de maneira que podem ocorrer modificações significativas na dinâmica regional. Assim, cria-se uma “[...] realidade agrária ‘reformada’ nada desprezível [...], com um potencial de inserção - econômica, política e social a ser explorado mais exaustivamente” (LEITE, 2010, p.02).

As motivações que geram impactos no assentamento e seu entorno podem estar associadas ao nível de organização política e social, tornando possível outro estágio de organização econômica e produtiva proporcionado pelos assentados (LEITE, 2010). Outra razão para a geração de modificações regionais, refere-se à redistribuição do fator de produção (terra) como potencial criador de “efeitos multiplicadores” na economia local ligada ao assentamento. Dentre elas, a diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas e as mudanças tecnológicas, são aspectos que elevam a renda dos assentados. Consequentemente, isto acarreta em aquecimento do comércio local, maior arrecadação de tributos e movimentações bancárias, ou ainda efeitos ligados a capacidade do assentamento de se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional (LEITE, 2010).

Outro fator que ocasiona impactos regionais está relacionado à questão demográfica. Inicialmente em decorrência do próprio aumento populacional, mas, também, dependendo da origem da nova população, é possível a ocorrência de uma reorganização política territorial. Questões relacionadas à demografia podem ser decisivas para o sucesso da atividade agrícola, uma vez que se os agricultores assentados não dominarem técnicas de cultivo regionais ou se tiverem dificuldades quanto a adaptação à cultura regional, conflitos e resultados negativos podem ser detectados. Modificações mais profundas e estruturais também podem ser desencadeadas pela organização e efetivação dos assentamentos. Como as referentes a questões de gênero e emancipação das mulheres (GONÇALVES, 2004).

Considerando os impactos econômicos positivos resultados dos assentamentos, existe a criação direta e indireta de empregos, o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno, a obtenção de divisas e o aumento da arrecadação tributária

(SPAROVEK, 2003). Como impactos sociais da instalação de assentamentos, poderiam ser consideradas a melhoria na qualidade de vida, a redução da imigração rural-urbana, a diminuição dos problemas urbanos decorrentes do crescimento das cidades, a queda no excesso de mão de obra desempregada das cidades, a maior estabilidade familiar e a manutenção de manifestações culturais do meio rural (SPAROVEK, 2003).

Teófilo e Olinto (2000), ao destacar o trabalho de Joseph Stiglitz “Distribuição, Eficiência e Voz: Elaborando Reformas de Segunda Geração”, apresentam argumentos importantes para demonstrar a capacidade das políticas de redistribuição, como à reforma agrária, possuem. Stiglitz critica a ideia neoclássica tradicional que propõe que a livre ação dos mercados tem capacidade de conduzir a um cenário de Eficiência de Pareto² (TEÓFILO e OLINTO, 2000). Conforme estes autores, Stiglitz argumenta essa ideia propondo que “o Estado pode atingir a equidade social, primeiro redistribuindo ativos econômicos (terra e/ou capital), e em seguida deixando que os mercados atinjam um equilíbrio competitivo eficiente” (TEÓFILO e OLINTO 2000, p.13). Assim, considera que em um cenário de informações imperfeitas, ações do Estado podem beneficiar uns sem prejudicar outros, permitindo que se atinja o equilíbrio de Pareto. Desta forma, a criação de políticas de reforma agrária geraria impactos na geração de taxas maiores de eficiência produtiva, impactos na educação, na geração de capital social e permitiria a criação de capacidades diferenciadas de enfrentamento a crises econômicas, reduzindo seus efeitos maléficos a economia (TEÓFILO e OLINTO, 2000).

Metodologia

Este estudo se constitui de uma pesquisa descritiva, pois se objetiva descrever o comportamento de um determinado grupo em uma situação específica (LEAL e SOUZA, 2006). Quanto aos procedimentos, se utiliza de um estudo de caso, precisamente, da evolução dos indicadores socioeconômicos de Rio Bonito do Iguazu com foco nas modificações decorrentes da instalação dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire. O estudo tem uma abordagem de pesquisa predominantemente qualitativa, não sendo utilizados métodos estatísticos de tratamento dos dados e correlação, se restringindo a algumas estatísticas descritivas.

Para mensurar a evolução dos indicadores do município de Rio Bonito do Iguazu utilizou-se dados secundários e análise documental dos registros do município. O período analisado nesta pesquisa compreende desde a data anterior da criação dos assentamentos

² De acordo com Varian, “Uma situação econômica é eficiente no sentido de Pareto se não existir um modo de melhorar a situação de algum grupo de pessoas sem piorar a de algum outro grupo. O conceito de eficiência de Pareto pode ser utilizado para avaliar diferentes formas de alocar os recursos” (Varian, 2006, p.19).

(entre 1997 e 1998) até o período posterior a implementação dos PA's. Desta forma, é possível visualizar a evolução dos indicadores socioeconômicos do município. Os dados utilizados foram dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006.

Após o levantamento dos dados secundários se comparou os diferentes períodos, procurando investigar os componentes dos indicadores que influenciaram as modificações. A análise de resultados está dividida em três momentos: o primeiro focado no resgate histórico do tecido social onde estão os assentamentos; o segundo focado na análise dos indicadores econômicos referente à produção, analisando os impactos dos assentamentos na produção agropecuária do município; e um terceiro momento no qual são verificados os dados referentes aos indicadores de renda, desigualdade e pobreza e, posteriormente, como isso pode afetar os indicadores socioeconômicos. Assim, é possível evidenciar dois tipos de modificações: uma relacionada a estrutura fundiária e produtiva e outra ligada a modificações populacionais e socioeconômicas.

Um ponto de atenção sobre as análises dos dados está ligado à diferença entre as bases de dados e a metodologia nos diferentes Censos Agropecuários. Como alertado por Hoffmann e Ney (2010, p. 08), muitos estudos que realizaram análises da estrutura fundiária do país declaram que

“há problemas de comparabilidade dos dados do Censo de 2006 com o de 1995/1996. [...] O próprio IBGE (2009) afirma que é necessário considerar a influência da mudança do período de coleta dos dados nas estimativas da distribuição da posse da terra”.

Com isso, alguns cuidados são necessários no momento da análise dos dados coletados.

Resultados e discussões

As discussões presentes nesta seção se baseiam em três análises: processo histórico; estrutura fundiária e produção agropecuária; e alterações populacionais, incluindo indicadores socioeconômicos. Estas diferentes perspectivas permitem compreender a ocupação de boa parte do território de Rio Bonito do Iguaçu, a estrutura fundiária e a produção existente antes e depois da implantação dos assentamentos e seus efeitos, principalmente quanto as transformações socioeconômicas que ali ocorreram.

Rupturas e continuidade: o processo de formação dos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire

Entre as mesorregiões Oeste e Centro-Sul do Estado do Paraná localiza-se o Território Cantuquiriguaçu, formado por 20 municípios, com diversidade de atores sociais, entre os quais camponeses com terra e sem-terra, indígenas, atingidos por barragens, entre outros (CONDETEC, 2009). A formação fundiária e social dessa região do Estado do Paraná está associada ao processo de ocupação do território e as condições geográficas da região. A geografia da região, o relevo ondulado e as formações de florestas possibilitaram atividades de extração, enquanto em áreas planas campestres houve exploração da pecuária. Sobre esse território, havia inicialmente uma grande população de indígenas Kaingang, porém, no período de 1900 a 1920 a região teve um incremento significativo da população, causado pela:

“[...] presença de peões e agregados expulsos de fazendas e terras das proximidades em busca de subsistência; foragidos da justiça do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, transformando o espaço em local de fugitivos da lei; bem como de posseiros refugiados do Contestado expulsos da terra pela empresa colonizadora americana Brazil Railway Co.; argentinos e paraguaios em busca de erva-mate.” (WACHOWICZ, 1985 apud JANATA. 2012, p. 55).

Essa população, que veio para ocupar a região, constituiu relações sociais e econômicas que permitiram, em 1960, o início da acumulação de capitais por um pequeno grupo de proprietários de terras. Esse grupo obteve significativo domínio sobre os meios de produção regionais entrando em atrito com os outros agentes sociais, promovendo um significativo processo de disputa política e territorial. De forma que

“O enriquecimento dos fazendeiros levou às disputas pelo controle político regional e desdobrou em conflitos pela posse da terra e a disputas pelo controle político (que passava pelo controle da terra). A falta de comunicação e isolamento da região contribuiu para a formação de uma cultura de violência que persistiu até tempos recentes” (FABRINI, 2002, p. 156).

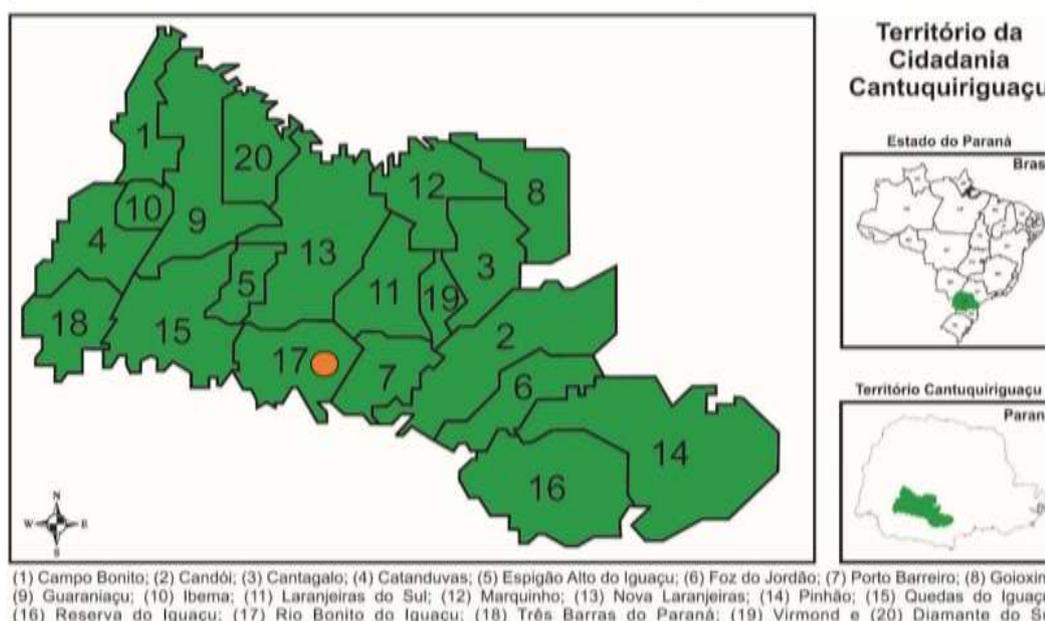
Em decorrência da crise da pecuária e de problemas deste setor a nível nacional, no período entre o final do século XIX e início do século XX, houve um aumento da extração vegetal em regiões ainda não exploradas mais intensamente. De forma que pelas características naturais, com densidade de ervateiras e araucárias, essa região torna-se uma alternativa de exploração. Com o fim da extração dos recursos naturais atenua-se o processo de concentração dos meios de produção já iniciado e “neste contexto, ocorreu à apropriação de grandes áreas de terra formando, conseqüentemente, grandes latifúndios” (FABRINI, 2002, p. 157). Emerge, dentro dessas movimentações, a criação da Empresa madeireira Giacomet-Marodin, atualmente conhecida como Araupel Celulose, que chegou a

possuir uma área total de 83 mil ha (COCA, 2015). Esta empresa, na região Centro-Sul do Paraná, abarcava, em 1996, parte considerável de três municípios, ocupando 49,6% das terras de Rio Bonito do Iguaçu; 26,7% de Quedas do Iguaçu e 10,9% de Nova Laranjeiras (JANATA, 2012).

Nessas condições, a agricultura familiar ficava a margem, explorando áreas florestais e de topografia ondulada com dificuldades de extrair estabilidade econômica. Uma das atividades desenvolvidas por esses pequenos agricultores nas áreas florestais é a suinocultura, que cria condições para o desenvolvimento do comércio e a estruturação de um mercado interno regional (FABRINI, 2002).

No final da década de 1980 e início da década de 1990, dentro do território ocorre um fortalecimento dos movimentos internos contra as forças do latifúndio que culminam em grandes acampamentos de Sem Terra e o início do desmonte do latifúndio da Giacometi-Marodin (CEZIMBRA, 2013; JANATA, 2012). Inserido nesse processo histórico está a formação de Rio Bonito do Iguaçu, que anteriormente era vila de Laranjeiras do Sul, que foi emancipado em 19 de março de 1992, ocupando uma área de 746 km². Na figura 01 está a representação da localização do município de Rio Bonito do Iguaçu que consiste na área realçada no mapa.

Figura 01– Localização do Território Cantuquiriguaçu, no Paraná e no Brasil, com destaque para o município de Rio Bonito do Iguaçu - 2016.



Fonte: NEDET/UFFS, 2016.

No município, além do forte poder de impacto ambiental que a madeireira possuía, a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, que começara a ser construída em 1970, alterou

significativamente a paisagem da região. Este impacto, que não pode ser totalmente mensurado, atingiu 170 famílias, as quais passaram por processos controversos de reinstalação e indenização pela perda de suas terras (JANATA, 2012). Essas contradições regionais, juntamente com um contexto nacional favorável, propiciou a ocupação da Fazenda Pinhal Ralo, em 17 de abril de 1996. Aproximadamente três mil famílias se instalaram neste local, buscando pressionar e viabilizar a reforma agrária na região. Essa ação, liderada pelo MST, permite a criação de dois assentamentos de reforma agrária: Ireno Alves dos Santos em 1997 com 934 famílias e Marcos Freire, em 1998, com 578 famílias (FABRINI, ROSS e MARQUES, 2007)³.

Com relação ao perfil das pessoas que se encontravam nesta região, a Divisão de Assentamentos e Conflitos Agrários da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Paraná fez um levantamento sobre a composição das 2.888 famílias que estavam acampadas na Fazenda Pinhal Ralo, dez dias após sua ocupação. Os resultados foram que

“7,37% empregados rurais temporários (bóias-frias); 11,39% trabalhadores urbanos; 8,69% desempregados urbanos; 9,07% arrendatários; 6,99% mão de obra familiar; 4,26% meeiros; 2,87% empregados rurais permanentes; 1,45% desempregados rurais; 1,04% proprietários; 0,21% posseiros; 6,65% não especificados e quase 40% restantes eram desempregados.” (JANATA, 2012, p. 73).

Com relação à origem dos acampados, a Folha de Londrina (1996) aponta o número expressivo de trabalhadores que vieram de Foz do Iguaçu, bem como o papel desempenhado por brasiguaios na ocupação e a predominância de origem de trabalhadores de pequenos municípios da região Sudeste e Centro Oeste. Além desta, outras lutas camponesas irão se somar e alterar substancialmente a composição regional da distribuição fundiária, sendo que, as famílias assentadas em 2010 representam “21% dos agricultores familiares do Território com 30% da área, tendo em média 22 ha de área por estabelecimento familiar” (MORAES, 2013, p.159).

Um aspecto que deve ser considerado é o perfil da agricultura praticada nos assentamentos rurais. É perceptível que ocorre uma disputa entre modelos mais tradicionais de agricultura e a agricultura convencional, com modelos mais sustentáveis de produção, os quais são estimulados pelos movimentos sociais pela luta e conquista da terra (a partir dos anos 1990) (COCA, 2011; FABRINI, 2002; CEZIMBRA, 2013). Assim, acontece com as famílias assentadas o mesmo fenômeno ocorrido com outros segmentos da agricultura a partir do avanço do modelo da revolução verde nos anos 1990. Mesmo assim, após o

³ No ano de 2015 ocorreu mais um avanço dos trabalhadores Sem Terra contra o latifúndio da Araupel Celulose (cujo patrimônio fundiário foi formado por terras griladas da União). Dois acampamentos do MST se estabeleceram na região: Herdeiros da Luta (Rio Bonito do Iguaçu) e Dom Tomás Baudoino (Quedas do Iguaçu). Este conflito agrário (como tanto outros) está imerso em violência. Resultando na morte de dois trabalhadores Sem Terra em um confronto no ano de 2016 em Quedas do Iguaçu.

processo de redistribuição fundiária, as famílias assentadas geralmente, em maior ou menor medida, se inserem paulatinamente dentro do modelo de agricultura da revolução verde.

Assentamentos, estrutura fundiária e produção agropecuária

O primeiro elemento a ser analisado nessa seção se refere aos dados referentes a estrutura fundiária de Rio Bonito do Iguazu. Através desses é possível visualizar uma mudança significativa, principalmente no número de estabelecimentos agropecuários, que passou de 756 em 1995/1996 para 2.646 em 2006, variação que é fruto principalmente dos assentamentos de reforma agrária. A distribuição da área do município, de acordo com o tamanho dos estabelecimentos, também se alterou de forma significativa. Anteriormente aos PA's, a predominância na área total era de estabelecimentos entre 10.000 e 100.000 ha, após a implementação dos PA's, a predominância passa a ser entre dez e vinte hectares.

Tabela 1 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor, em Rio Bonito, PR – 1995/1996 e 2006.

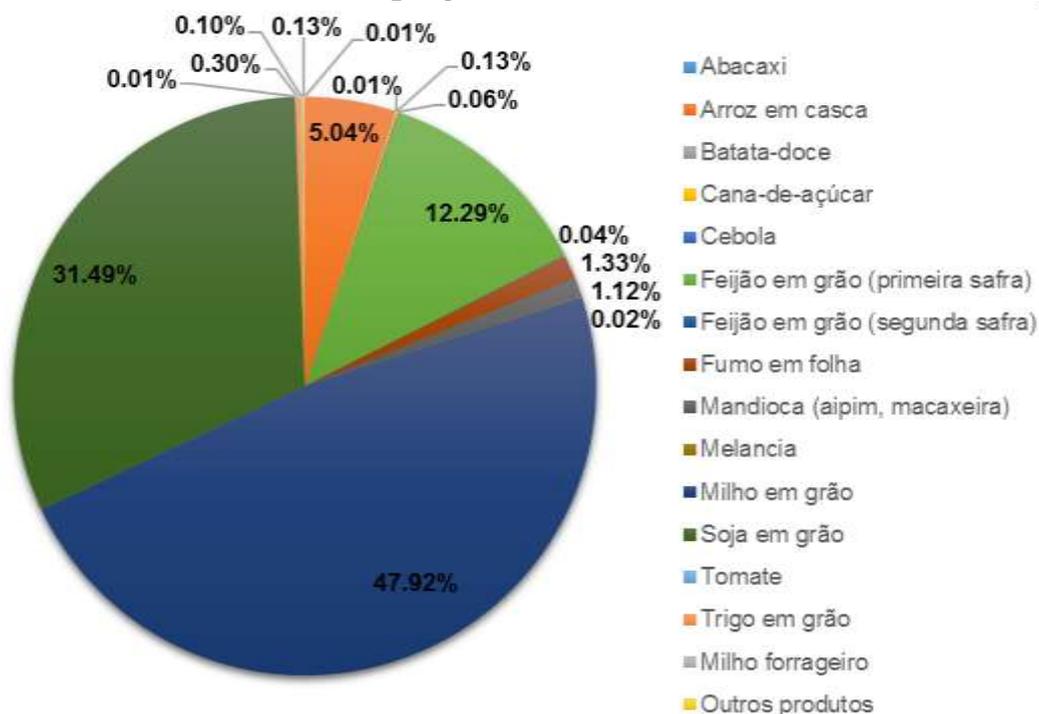
Condição do produtor	1995/1996			2006		
	Número de estab.	Área ocupada (Hectares)	% da área total	Número de estab.	Área ocupada (Hectares)	% do total de estab.
Proprietário	622	56.290,076	96,09%	672	21.176	46,38%
Arrendatário	46	964,652	1,65%	28	490	1,07%
Assentado sem titulação definitiva*	-	-	-	1.530	22.183	48,59%
Parceiro	22	207,837	0,35%	16	271	0,59%
Ocupante	66	1.116,749	1,91%	145	1.537	3,37%
Total	756	58.579,314	100,00%	2.646	45.656	100%

*presente apenas na metodologia do Censo Agropecuário de 2006.

Fonte: IBGE, 2013.

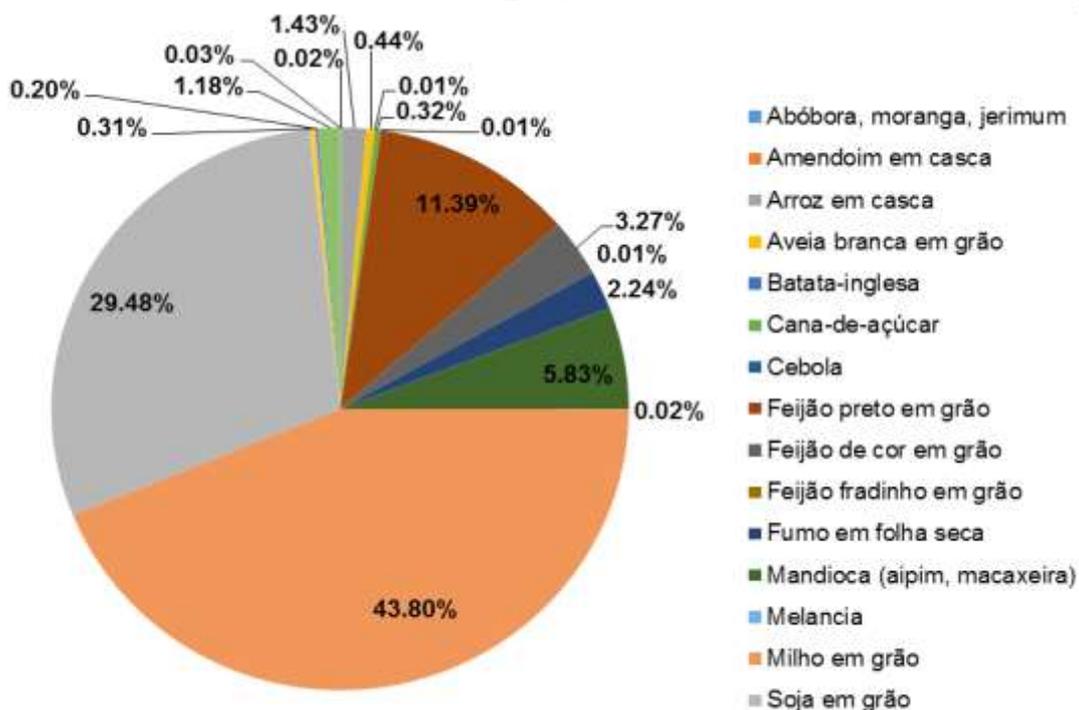
Quanto ao perfil da produção agropecuária da região, alguns dados realçam as principais atividades desenvolvidas. Com relação a lavoura temporária, mesmo com as mudanças metodológicas, observa-se uma elevação não muito significativa da área plantada. Porém, houve uma modificação na distribuição da produção entre as categorias de produtores e seus percentuais de participação no valor da produção (Gráfico 01). Sendo que, os assentados nesse cenário, como destacado anteriormente, desempenham um papel importante na produção.

Gráfico 1 - Porcentagem da área de lavoura temporária por cultura, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1995/1996.



Fonte: IBGE, 2013.

Gráfico 2 - Percentual da área colhida de lavoura temporária por produto, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 2006.



Fonte: IBGE, 2013.

É salutar ressaltar que, diferentes de outras regiões, este território onde estão localizados os assentamentos tem um processo de implementação tardio do modelo da revolução verde⁴. De forma que, por ser uma região periférica, este modelo vem iniciar seu processo de territorialização e expansão a partir dos anos 1980, entrando em conflito com outras maneiras de fazer agricultura. Os assentados são influenciados por esta e outras formas de produção, adotando, quando possível, essa forma de fazer agricultura. Prova disso é que as produções das *commodities* (soja e milho) se mantêm estabilizadas nos dois períodos analisados.

Na lavoura permanente ocorreram modificações significativas no sentido de redução do valor e da área colhida, resultado das alterações na metodologia do IBGE no Censo Agropecuário de 2006. A produção de hortaliças também sofreu alterações em decorrência das modificações metodológicas. Desta forma, as variações que se observou são decorrentes das mudanças na metodologia, e não na produção em si.

Quanto a bovinocultura de leite, a produção no Rio Bonito do Iguaçu aumentou de 1.561.097 litros em 1995/1996 para 15.691.000 litros/ano em 2006. Ainda, em 2006 os assentados são responsáveis por 54,97% dessa produção, a qual representa R\$ 2.899.000,00 (IBGE, 2013). Ainda sobre a produção animal, não se utilizou as mesmas unidades de medidas para analisar os dois períodos, para 1996 estavam disponíveis os dados referentes as cabeças vendidas e, em 2006, estavam à disposição os dados referentes ao rebanho efetivo. Mesmo assim, visualiza-se uma participação significativa dos assentados no número de cabeças dos rebanhos analisados, no ano de 2006, chegando a quase 50% quando se refere a bovinos e quase 60% do total de suínos.

Deve-se ressaltar que existem várias modificações tecnológicas que contribuíram para as melhorias produtivas na agropecuária entre 1996 e 2006. No entanto, existem limitações para o acesso da agricultura do tipo familiar a esse tipo de tecnologia pela limitação de crédito e estrutura para a adaptação ao modelo tecnológico proposto. Observando os dados, se conclui que os assentamentos promoveram uma modificação fundiária no município de Rio Bonito do Iguaçu, porém está modificação não avança para alterações estruturais da base produtiva. Por mais que tenha ocorrido um relativo aumento da diversidade e da quantidade produzida, as alterações estruturais produtivas estão condicionadas a outros elementos macroeconômicos e ao tecido social.

É possível visualizar iniciativas que contribuem para essas alterações, inclusive dentro do próprio MST. Evidencia desta política foi adoção da agroecologia⁵ no Congresso

⁴Esta é a segunda revolução agrícola da modernidade, pautada na quimificação, monocultura e mecanização das produções agropecuárias (MAZOYER e ROUDART, 2010).

⁵A agroecologia trata de aspectos produtivos e técnicos de sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas, trabalha as bases científicas desses arranjos, mas também comina em um movimento que propõem

Nacional do movimento 2000, no qual se colocou como linha geral a produção agroecológica. Em nível regional, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Formação em Agroecologia (CEAGRO) promove diversos cursos de formação com foco em agroecologia. Até 2016, aproximadamente 130 técnicos foram formados, além do desenvolvimento de 26 projetos agroecológicos na região, com foco na agroecologia, entre 2001 e 2010 (SANTOS, 2016). No entanto, os efeitos não são imediatos de forma que, por exemplo, no Assentamento Ireno Alves dos Santos, mesmo com inúmeras atividades organizadas nesse sentido, não existe uma efetividade de transição ecológica da produção, visto que menos de 10% das 934 famílias têm sua produção em processo de conversão (CEAGRO, 2011).

Assentamentos, dinâmica populacional e econômica

Para compreender as alterações na dinâmica populacional do município de Rio Bonito do Iguaçu, em decorrência da instalação dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, a tabela 2 expõe os dados populacionais e as variações no período entre 1991 e 2010.

Tabela 2 – População total/rural/ urbana e variação populacional, em Rio Bonito do Iguaçu, PR – 1991, 2000 e 2010.

Ano	População Total			População Rural			População Urbana		
	Total	%	Variação	Total	%	Variação	Total	%	Variação
1991	5.770	100	-	5.056	87,63	-	714	12,37	-
2000	13.791	100	139,01%	11.913	86,38	135,61%	1.878	13,62	163,01%
2010	13.661	100	-0,93%	10.339	75,68	-13,20%	3.322	24,32	43,47%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

No período de instalação dos assentamentos, entre 1991 e 2000, ocorre um aumento de 139% na população do município, sendo que o acréscimo maior foi direcionado para a área urbana. Após o processo de redistribuição fundiária, é possível observar que do ano de 2000 para 2010 a população rural e total começam a diminuir. Esse processo está relacionado não apenas aos fatores internos do município, mas a processos estruturais que tencionam as organizações sociais para a urbanização e centralização da população (Mc NEILL, 2011).

Quando os assentamentos são instalados as pessoas que migraram e foram alocadas através da política pública de reforma agrária, trazem consigo toda uma bagagem cultural e social, que também permite alterações nas dinâmicas e fluxos municipais. Isso

modificações culturais, sociais e de ordem política ligadas à agricultura (COSTABEBER e MOYANO, 2000; GUZMAN, 2013).

pode refletir no comportamento dos indicadores socioeconômicos, que se visualizam nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3– Indicadores da população extremamente pobre, 20% da população extremamente rica, Índice de Gini, para o Brasil e o município de Rio Bonito do Iguaçú, nos períodos de 1991, 2000, 2010.

Ano	Brasil		Rio Bonito do Iguaçú		Brasil	Rio Bonito do Iguaçú
	20% mais ricos	Extremamente pobres	20% mais ricos	Extremamente pobres	Gini	Gini
1991	67.21%	18.64%	51.16%	42.80%	0.63	0.46
2000	67.56%	12.48%	63.10%	26.36%	0.64	0.59
2010	63.40%	6.62%	54.04%	9.67%	0.60	0.50

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Tabela 4 – Renda per Capita e sua variação, Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para o Brasil e o município de Rio Bonito do Iguaçú, nos períodos de 1991, 2000, 2010.

Ano	Brasil		Rio Bonito do Iguaçú		Brasil	Rio Bonito do Iguaçú
	Renda per capita (Reais)	Variação	Renda per capita (Reais)	Variação	IDH	IDHM
1991	447.56	-	118.37	-	0.493	0.319
2000	592.46	32,37%	246.86	108,55%	0.612	0.466
2010	793.87	34%	405.76	64,37%	0.727	0.629

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Os indicadores socioeconômicos apresentados permitem visualizar uma melhora nos níveis de renda e uma diminuição significativa na população em situação de vulnerabilidade. No entanto, quando analisados os do índice concentração de recursos (índice de Gini⁶ e riqueza absorvida pelos 20% mais ricos) não ocorrem alterações significativas. Observando os dados, percebe-se que no mesmo período de implementação dos assentamentos (1991-2000) ocorreu um aumento significativo na renda *per capita* média do município (108,55%). O aumento observado foi muito superior ao ocorrido no país como um todo no mesmo período, com uma elevação de 32,37%. No período posterior, 2000 a 2010, observam-se um aumento da renda *per capita* novamente maior que a nacional, com a renda *per capita*, porém com um percentual de variação menor que o do período anterior.

Sobre o comportamento da renda *per capita* é importante ressaltar que em 1994, que foi o período com maior variação nesse indicador, ocorreu a implementação do Plano Real, o qual permitiu uma estabilidade de preços no país, provocando impactos na produção

⁶ O índice de Gini mede o grau de concentração, assim medidas mais próximas de zero demonstram menores concentrações ao ponto que índices de Gini mais próximos de um demonstram maior concentração (AMBROSIO *et al.*, 2008).

e distribuição de riqueza. Outro ponto de atenção com relação à análise da renda *per capita* é que o aumento da população provoca um aumento no nível de produto gerado no setor produtivo da economia. Assim, o acréscimo demográfico significativo que houve no município de 1991 para 2000 pode ter influenciado no aumento do produto da economia local e no valor médio da distribuição *per capita*.

O índice de Gini de Rio Bonito do Iguaçu em 1991 apresentava um valor de 0,46, que demonstra um cenário de concentração de renda, porém menor do que o observado no resto do país. Em 2000 o valor do índice se elevou passando para 0,59, diminuindo posteriormente de acordo com os dados de 2010 para 0,50. Os valores nacionais nesse período também aumentaram de 1991 para 2000 (0,63 para 0,64) e diminuíram de 2000 para 2010 (0,64 para 0,60), no entanto os dois cenários, municipal e nacional, demonstram um nível de concentração de riqueza considerado alto. Investigando as origens desses resultados, analisa-se outros indicadores de distribuição e de concentração que estão relacionados a quantidade de riqueza que está sendo absorvida pelo 20% mais ricos da população e a porcentagem da população que se caracteriza como extremamente pobres. Em 1991, observando o caso do Brasil, os 20% mais ricos da população detinham 67,21% da riqueza produzida no país e 18,64% da população localizava-se na categoria de extremamente pobres. Entre 2000 e 2010 a situação pouco se altera, o que se altera nesse período é a porcentagem de extremamente pobres que diminui nos três períodos, passando de 18,64% em 1991 para 6,62% em 2010, indicando a redução da população que vive com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, em nível nacional.

No caso de Rio Bonito do Iguaçu, pode-se visualizar uma situação diferente da observada de forma geral no país com relação a concentração da riqueza pelos 20% mais ricos do município. Observa-se que, de 1991 para 2000, ocorreu um aumento na concentração de riqueza em um único extrato da população, esse movimento já pode ser visualizado no comportamento do Índice de Gini que demonstrou aumento da concentração da riqueza entre 1991 e 2000. E assim como o Índice de Gini, a concentração de riqueza nos 20% mais ricos da população do Rio Bonito do Iguaçu diminuiu em 2010.

A porcentagem da população que se encontra na faixa de extrema pobreza obteve reduções sensíveis nos períodos analisados. Entre 1991 e 2000 houve uma variação de -37,78% de um período para outro. A variação é ainda maior se comparado o período de 2000 com 2010, havendo uma variação de -175,59, uma vez que a porcentagem de extremamente pobres diminuiu de 26,36% da população em 2000 para 9,67% em 2010. Segundo Esquerdo (2011), o governo federal no período de 2000 a 2010 empregou políticas governamentais e transferência de renda fortemente ligadas a erradicação da miséria extrema no país, esse fator pode ser um dos geradores dessa redução no número de pessoas que vivem na extrema miséria em Rio Bonito do Iguaçu e no Brasil.

Sobre os assentamentos e sua relação com a pobreza, Leite (2010), descreve as debilidades da situação inicial dos assentados e sua condição no início do processo de implementação dos assentamentos. Essas adversidades iniciais podem ser uma das motivações para que o período de 1991 a 2000 não tenha tido uma redução maior da extrema pobreza no município (em decorrência do estágio inicial dos PA's). Este tema pode ser objeto de pesquisas futuras, analisando os elementos que podem ter contribuído para essa situação de pobreza e a relação que pode ter com os PA's do município.

Ademais é visível a movimentação e geração de riqueza que a implementação dos assentamentos fomentou quando se analisa a composição do Produto Interno Produto (PIB) e as observações sobre o emprego. Os dados do PIB municipal demonstram um comportamento atrelado ao PIB do setor agropecuário, sendo este o principal empregador do município. O que se manifesta também nos empregos formais que saltaram de 5 em 1996 para 246 em 2010, com um saldo (relação entre admitidos e desligados) de -2 em 1996 para 92 em 2010 (IPARDES, 2013). O que demonstra que grande parte da população empregada pode estar realizando atividades no campo não remuneradas via emprego formal.

De acordo com o IPARDES (2013), a população ocupada no município é de 8.102 pessoas, muito superior aos dados do emprego formal. As alterações que ocorreram no cenário brasileiro têm influência nas modificações que ocorrem em Rio Bonito do Iguaçu. No entanto, a condição socioeconômica do município de forma geral é frágil considerando que cerca de 9% da população ainda vivia na extrema miséria em 2010, que o índice de desenvolvimento da educação ainda é muito baixo e que, mesmo com uma melhora significativa, a renda *per capita* média tem valores inferiores ao salário mínimo (Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013).

Considerações finais

Os apontamentos realizados sobre as variáveis socioeconômicas possuem consonância com as teorias expostas que estudam o impacto dos assentamentos nas suas regiões de instalação. Pela metodologia que se adotou, disponibilidade dos dados e o objetivo deste estudo, alguns impactos apontados pelos autores não puderam ser identificados. Como é o caso dos efeitos multiplicadores dos PA's, listados por Leite (2010), sobre a arrecadação governamental, movimentações bancárias, influência sobre aspectos políticos e legais. Também não foi possível verificar a capacidade que as modificações demográficas causadas pelos assentamentos possuem de alterar a cultura e modificar a tecnologia utilizada nas suas regiões de instalação. Sinaliza-se esses dois pontos com essenciais para futuros estudos sobre assentamentos rurais.

Retomando a análise de resultados, o indicador econômico de produção, obtido através da análise dos dados dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006, permite observar que os assentamentos permitiram efeitos de ordem produtiva, mesmo com as disfunções existentes entre os dados dos dois Censos Agropecuários. Com relação aos indicadores socioeconômicos analisados, observa-se uma melhora durante os períodos analisados que pode ser associada as modificações provocadas pelos assentamentos. O crescimento demográfico do município, em decorrência dos PA's, propicia aumento da dinâmica econômica do município e uma modificação das proporções dos habitantes do meio rural. As variáveis relacionadas a renda também se alteram no período analisado, pelas modificações referentes ao emprego e a produção que ocorreram no município.

Porém, mesmo com a ação de reforma agrária realizada no município, a desigualdade e a concentração de renda são visíveis nos índices apresentados, havendo disparidades também quando se observa que a terra ainda possui um considerável grau de concentração. Esse cenário de concentração fundiária e de renda pode ser observado também em nível nacional, o que demonstra que não é algo restrito a Rio Bonito do Iguaçu e pode estar sendo influenciado por um comportamento macroeconômico e social, uma vez que existe um processo histórico de formação de desigualdades regionais. Os processos referentes aos movimentos históricos que conduziram a desigualdades regionais geraram também disparidades entre os setores da economia como pode ser visualizado na relação os diferentes setores dentro da própria agricultura.

Contudo, com as variáveis analisadas é possível verificar a capacidade que a redistribuição fundiária tem de gerar efeitos multiplicadores na região de instalação dos assentamentos, principalmente sobre a renda e a produção. Também é perceptível que ocorreram movimentações do município no sentido de melhora da condição social, mesmo permanecendo um estágio ainda debilitado quanto ao desenvolvimento, não se pode afirmar que a contribuição dessa nova população tenha alterado questões políticas e legais profundamente.

Diante dos elementos expostos, o estudo alcançou o objetivo proposto, uma vez que com base nos dados analisados observa-se que ocorreu uma evolução positiva nos indicadores socioeconômicos do município de Rio Bonito do Iguaçu. Entretanto, não é possível concluir especificamente se a natureza das alterações é **apenas** em decorrência dos assentamentos de reforma agrária realizadas no município dado a imensidão de fatores envolvidos nesse tecido social. Porém, as modificações que ocorreram na demografia, produção e no emprego causadas pelos assentamentos rurais demonstraram sua capacidade de gerar efeitos multiplicadores na economia municipal.

A não possibilidade de determinação da intensidade dos impactos que os assentamentos trouxeram (tanto positiva como negativamente) está relacionada, em parte, a

falta de dados que se refiram as áreas de assentamentos, ao processo de reforma agrária e mesmo sobre o meio rural do país de forma geral. O problema em encontrar dados concretos sobre a situação da produção, uso das terras, pessoas que trabalham sobre os lotes entre outros aspectos que teriam papel chave na possibilidade de visualização da eficiência e das debilidades dos assentamentos. De forma geral, as informações secundárias usadas no estudo não permitem retratar a realidade sem distorções, sendo necessário um estudo de caráter mais aprofundado para investigar outros agentes e fatores que possam ter gerado e ser causadores da evolução dos indicadores socioeconômicos de Rio Bonito de Iguazu, em conjunto com os PA's.

Por fim, o trabalho que se realizou tem sua importância ao representar um esforço de colocar um olhar sobre uma questão com várias lacunas de estudo e que como visualizado tem um nível alto de complexidade e um impacto significativo na sociedade. Os assentamentos rurais possuem um papel estratégico na construção de alternativas que visem superar as desigualdades regionais e formar uma proposta diferenciada para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Referências

AMBROSIO, Luís Alberto, FASIABEN, Maria do Carmo Ramos, ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Distribuição locacional agropecuária e concentração fundiária na Bacia Hidrográfica dos Rios Mogi Guaçu e Pardo. In: **46th Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, 2008, Rio Branco. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/138.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Consulta do perfil e variáveis do desenvolvimento por município**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia. **ATER como Instrumento de Fortalecimento das Comunidades do Assentamento Ireno Alves dos Santos: construindo e consolidando a viabilidade econômica e soberania alimentadas famílias assentadas através da agroecologia**. Chamada Publica ATER, 2011.

CEZIMBRA, Elmar do Nascimento. **Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho**. 192 f. Dissertação (mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Sustentável. Pato Branco: UTFPR, 2013.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu–Estado do Paraná**. 2011. 295 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2011.

_____. O Programa de Aquisição de Alimentos como uma política pública emancipatória no Território Cantuquiriguaçu-PR. **REVISTA NERA**, n. 26, p. 165-182, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3575> Acesso em: 10 de nov. 2017.

_____. DEBATENDO O CONCEITO DE REFORMA AGRÁRIA: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 170-197, 2013.

CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. **Cantuquiriguaçu - Território Paraná: Estratégia para o desenvolvimento II**. Laranjeiras do Sul: CONDETEC, 2009.

COSTABEBER, José Antônio, MOYANO ESTRADA, Eduardo. Transição Agroecológica e Ação Social Coletiva. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. v.1, n.4, p.50-60; out.dez/2000. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/28.pdf> Acesso em: 06 nov. 2014.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque *et al.* Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um atlas. In: SCHMIDT, Benicio Viero *et al* (orgs.) **Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 1998.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 294 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/fabrini.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2013.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni, MARQUES, Erwin B. A espacialização da luta pela terra no Paraná. **Espaço Plural**, Ano VIII, n. 16, p. 33-41, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/1453/1183>> Acesso em: 21 mai. 2013.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS editora, 2005.

FOLHA DE LONDRINA. **Acampamento já reúne 13.276 pessoas/Alimentação de famílias custaria R\$ 190 mil/mês**. Londrina, PR, 14 de jun. 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo: 2003.

GONÇALVES, Renata. Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero. **REVISTA NERA**, n. 5, p. 43-55, 2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1469/1445> Acesso em: 19 de nov. de 2017.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. El despliegue de la Sociología Agraria hacia la Agroecología. In: **Cuaderno Interdisciplinar de Desarrollo Sostenible**. Barcelona: Cajamar, 2013. p. 85-109.

HOFFMANN, Rodolfo, NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/publicacoes/download_orig_file?pageflip_id=8632224> Acesso em: 25 jul. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/1996 e 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>> Acesso em: 06 nov. 2013.

_____. **Censo Agropecuário 2006, dados preliminares**. IBGE, Rio de Janeiro, p.1-146, 2007. Disponível em

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuaria.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>> Acesso em: 19 jun. 2013.

JANATA, Natacha. **“Juventude que ousa lutar!”**: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. 276 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LEAL, Alzira Elaine Melo, SOUZA, Carlos Eduardo Gerzson de. **Construindo o Conhecimento Pela Pesquisa**: Orientação Básica para elaboração de trabalhos científicos. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2006.

LEITE, Sergio. Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: LEITE, Pedro Sisnando *et al.* (orgs). Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: **Paralelo**, v. 21, 2000. Disponível em: <http://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/livro_reforma_agraria_e_desenvolvimento_sustentavel.pdf> Acesso em: 05 jan. 2013.

_____. **Impactos regionais da reforma agrária no Brasil**: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: **Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**, 2010, Fortaleza. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_27.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2013.

_____. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. **Revista Nera**, n. 9, p. 144-158, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1949>>. Acesso em: 19 de nov. 2017.

MAZOYER, Marcel, ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

McNEILL, John R. Combustibles, Herramientas y economia. In: **Algo Nuevo Bajo el Sol**: historia medio ambiental del mundo em el siglo XX. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, n. 8, p. 151-172, 2012. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1445-4199-1-PB.PDF>>. Acesso em: 19 nov. 2017

MORAES, Vitor de. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu–Estado do Paraná**: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. 2013. 311 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108654/000760524.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. Expressão Popular, São Paulo, 2001.

NETO, João Ambrósio Ferreira *et al.* A população local e a percepção dos impactos dos assentamentos rurais. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 1, p. 153-164, jan-abr/2012, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewArticle/588>> Acesso em: 20 jul. 2013.

SANTOS, Cristina Sturmer dos. **Análise do processo de transição agroecológica das famílias agricultoras do Núcleo da Rede Ecovida de agroecologia Luta Camponesa.** Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Dissertação de Mestrado. 196 f. Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul: 2016.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira.** São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003.

STÉDILE, João Pedro, LOCONTE, Wanderley. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual Editora, 1997.

TEÓFILO, Edson, OLINTO, Pedro. Seminário Internacional sobre Distribuição de Riqueza, Pobreza e Crescimento Econômico. In: TEÓFILO Edson (org.) *et al.* **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico.** Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Distribuicao_riqueza_crescimento_economico.pdf> Acesso em: 25 jun. 2013.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: conceitos básicos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Sobre os autores

Cristina Sturmer dos Santos – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil; Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.

Luis Claudio Krajevski – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Doutorado em andamento em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau; Professor Assistente II na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.

Como citar este artigo

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKI, Luis Claudio. Assentamentos rurais e as modificações socioeconômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 39-61, jan.-mar. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Cristina Sturmer dos Santos** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pela aquisição de dados e suas interpretações e análises; e o segundo autor **Luis Claudio Krajevski**, pelos procedimentos de tradução do artigo, orientação na produção e revisão do trabalho.

Recebido para publicação em 26 de abril de 2017.
Devolvido para a revisão em 10 de novembro de 2017.
Aceito para a publicação em 21 de novembro de 2017.

Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens

Claudia Maria Prudêncio de Mera

Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) – Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil
e-mail: cmera@unicruz.edu.br

Denisa Soares

Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) – Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil
e-mail: denisoares@hotmail.com

Suzimary Specht

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
e-mail: suzimary.specht@ufsm.br

Roni Blume

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
e-mail: roniblume@yahoo.com.br

Resumo

Neste estudo objetivou-se analisar as transformações territoriais oriundas das configurações socioeconômicas e culturais ocorridas com os agricultores familiares atingidos por barragens, de um reassentamento organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, migrantes da Barragem de Dona Francisca, no Estado do Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada nesta pesquisa é descritiva de tipo qualitativa, com aplicação de entrevistas semiestruturadas aos mesmos. Foram identificadas as dificuldades que os agricultores enfrentam para o desenvolvimento de suas atividades no meio rural no novo começo campo/lavoura, após a migração de serra/roça para o reassentamento e as novas organizações advindas com a reorientação desta migração dos agricultores atingidos por barragens. Por fim conclui-se que ao se depararem com dinâmicas endógenas que estavam territorializadas nos seus modos de organização social, os mesmos tiveram dificuldades para criar novas bases à apropriação do território.

Palavras-chave: Agricultura familiar; reassentamento; território; migrações.

From sierra/farm to the field crop/ tillage territory: socioeconomic and cultural transformations of rural people resettlement affected by dams

Abstract

This study brings the results of a survey that collected data of the Territorial transformations from the settings and the socioeconomic and cultural transformations of family farmers affected by dams of a resettlement organized by MAB, migrant of the Dona Francisca dam, in the State of Rio Grande do Sul. The methodology used in this research is descriptive, from qualitative nature, using semi-structured interviews to record data about the routines of farmers in family agriculture. Were also identified the difficulties farmers face in the development of their activities in rural areas in the new beginning/crop field after migrating from Sierra/farm for resettlement and the new organizations arising with the reorientation of this migration of farmers affected people. It concludes is when facing endogenous dynamics that were

territorialized in their modes of social organization, they had difficulties to create new bases for the appropriation of the territory.

Keywords: Family agriculture; resettlement; territory; migrations.

De la sierra/finca para el territorio campo/cultivo: transformaciones socioeconómicas y culturales de reasentados rurales afectados por represas

Resumen

El objetivo del presente trabajo es analizar las transformaciones territoriales provenientes de las configuraciones socioeconómicas y culturales ocurridas con agricultores familiares afectados por represas. Estos agricultores pertenecen a un reasentamiento organizado por el Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB y son migrantes de la represa Dona Francisca, localizada en el estado Rio Grande do Sul. La metodología utilizada en esta investigación es descriptiva del tipo cualitativa, con aplicación de entrevistas semiestructuradas a los migrantes. Se identificaron las dificultades que los agricultores enfrentan para el desarrollo de sus actividades en el medio rural en el nuevo comienzo campo/agricultura, después de la migración de la sierra/finca para el reasentamiento y las nuevas organizaciones resultantes de la reorientación de los agricultores afectados por embalses. Se concluye que al encontrarse con dinámicas endógenas que estaban territorializadas en sus formas de organización social, los agricultores tuvieron dificultades para crear nuevas bases para la apropiación del territorio.

Palabras-clave: Agricultura familiar; reasentamiento; territorio; migraciones.

Introdução

A construção de hidrelétricas no Brasil teve início na década de 1950, devido a dificuldades de importação de carvão e derivados do petróleo. No entanto, a discussão sobre a temática que trata de reassentamentos de agricultores atingidos por barragens e a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, ampliaram-se na década de 1970. É neste período que ocorreram duas graves crises energéticas mundiais. Para Gremaud (2002), tanto a crise do petróleo de 1973 quanto à ocorrida em 1979 quadruplicaram o preço do petróleo, o que fez com que os países buscassem novas formas de gerar energia, em substituição ao petróleo.

Uma das formas de geração de energia foi o aprofundamento da infraestrutura do setor hidrelétrico e a construção de barragens em rios, em várias regiões do país. De acordo com o MAB (2016), se por um lado ampliou-se o potencial de aproveitamento da energia, por outro, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam próximas às margens dos rios. A consequência foi a expulsão de milhares de famílias de suas terras, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossaram as fileiras de sem-terra e algumas foram reassentadas em outras áreas rurais do país. A princípio a indenização deveria garantir a permanência na terra, no entanto, a forma de indenização dos atingidos por barragens foi bastante diversa.

Neste contexto, segundo Silva e Silva (2012, p. 02), “surge uma categoria de análise nas ciências humanas, que se ocupa em estudar os efeitos socioespaciais que as barragens impõem: o atingido.” Ainda de acordo com os autores, a construção de hidrelétricas são projetos que desconsideram as populações que ali vivem e possuem vínculo identitário com a área a ser inundada. Entre os impactos sociais ocasionados pela construção de uma hidrelétrica está o deslocamento compulsório, que se caracteriza pela fragmentação das relações de pertencimento dos impactados com o seu lugar de moradia e com os elementos que fazem parte do seu modo de vida. Portanto, é nesta questão de reassentamentos que incide a significativa diferença entre os assentados e reassentados; enquanto os primeiros migram voluntariamente em busca de melhores condições de vida, os outros são obrigados a deixar seus espaços de forma compulsória.

Para Soares, Froëhlich e Marques (2007), as famílias atingidas por barragens são, muitas vezes, agricultores com menor poder aquisitivo e acabam sofrendo com as mudanças a que são submetidos, excedendo a sua capacidade de resposta à situação em que foram inseridos.

No Rio Grande do Sul, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2012), existem oito reassentamentos que se concentram nas regiões Nordeste, Central e Noroeste do Estado. No caso deste estudo, foram analisadas as configurações e as transformações socioeconômicas e culturais ocorridas com os agricultores familiares atingidos pela construção da Barragem de Dona Francisca, da Hidrelétrica Dona Francisca, localizada no Rio Jacuí, nos municípios de Agudo e Nova Palma, na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, que foram reassentados.

A concessão foi adquirida em 1998 e a operação da Usina teve início em 2001. Neste mesmo ano, foi realizado um levantamento com o objetivo de realizar um diagnóstico das famílias reassentadas em função do deslocamento provocado pela Barragem Dona Francisca (MAB, 2016). Neste levantamento foram identificadas famílias adaptadas à nova realidade, famílias com dificuldade de adaptação e famílias vulneráveis. Segundo o diagnóstico, as famílias classificadas como vulneráveis são incapazes de se desenvolverem na nova propriedade e de garantir a subsistência familiar, situação que provavelmente levará ao abandono da gleba e ao agravamento das condições de sobrevivência de seus membros.

O que pode estar ocorrendo nestes processos de mudanças são rupturas nas trajetórias territoriais, pelas desterritorializações das áreas rurais às margens do Rio Jacuí e simultaneamente as reterritorializações no reassentamento, que transformaram o novo habitat em território. Contudo, cabe salientar que a territorialização não deveria ser forçada, pois segundo pesquisadores envolve processos complexos e multidimensionais marcados no tempo e no espaço.

Segundo Heidrich (1998), o habitat não é um território, este só se efetiva se houver o ato de apropriação. Para o autor, a apropriação é mais que o domínio das condições físicas e naturais, é o uso efetivo do espaço pela comunidade para formalizar a sua permanência transformando a natureza através do trabalho, de modo a produzir riquezas de forma organizada.

Para Raffestin (1983) a apropriação também se manifesta em forma de pertencimento efetivada pela posse material e simbólica do espaço materializando as impressões digitais da comunidade com o transcorrer do tempo na sua história.

Ampliando o sentido da territorialização, Haesbaert (2002) aponta que esta pode ocorrer sob múltiplas formas de construção e apropriação concreta ou abstrata do espaço social. É determinada pela interação de elementos como: o poder político e disciplinar, as questões relativas aos interesses econômicos, as necessidades ecológicas, o desejo e a subjetividade. A definição proporcionada pelo autor amplia o espectro de análise sugerindo a multiplicidade das dimensões. Nesta, também se verifica a indicação da simultaneidade e a concomitância, onde novos elementos passam a fazer parte da valorização material do espaço. Assim, a reprodução material interage com diferentes iniciativas visando à preservação ecológica, o lazer, a qualidade de vida, em suma, uma nova configuração oriunda das transformações socioeconômicas e culturais, dando um diferente sentido para a apropriação do novo território.

A partir desta situação, este trabalho tem como objetivo analisar as transformações territoriais oriundas das configurações socioeconômicas e culturais ocorridas com os agricultores familiares migrantes da Barragem de Dona Francisca, no Estado do Rio Grande do Sul, que foram reassentados em um novo local, organizado pelo MAB¹

Procedimentos metodológicos

A metodologia para avaliar a atual situação destes agricultores familiares, domiciliados em um reassentamento, será a descritiva do tipo qualitativa. Para o estudo foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a treze agricultores familiares, denominados na ordem alfabética, de entrevistados A à M. Segundo Gil (2008), uma das peculiaridades da pesquisa descritiva é que esta procura descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. O caso da metodologia qualitativa, segundo Minayo (2000, p. 134) é relevante para ciência, pois busca:

- (a) compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos; (b) compreender as relações que se dão entre atores sociais tanto no âmbito das instituições como dos movimentos sociais;

¹ A localização e o nome do reassentamento foram omitidos, a pedido dos entrevistados.

e (c) avaliar das políticas públicas e sociais tanto do ponto de vista de uma formação, aplicação técnica, como dos usuários a quem se destina.

As entrevistas foram aplicadas no período de julho a outubro de 2016. A seleção dos entrevistados foi baseada em dois critérios: ser residente no assentamento e possuir o Termo de Posse (documento de ocupação) de um lote de terras de 18 hectares.

De acordo com Marques (2005), todas as famílias atingidas pela construção da Barragem de Dona Francisca foram incluídas em algum tipo de reassentamento. Destas, 82 famílias foram reassentadas em áreas individuais (até 20 hectares cada área) em municípios da região da hidrelétrica. Por outro lado, 50 famílias foram reassentadas em áreas remanescentes, adquiridas durante o processo de desapropriação e que tinham condições de acesso e de cultivo.

O reassentamento lócus deste estudo foi criado em 2000, tendo uma área de 749,06 hectares. Na sua formação original residiam 38 agricultores. Em 2016 residiam no mesmo, somente treze famílias de agricultores.

A análise dos dados qualitativos foi realizada pelo método de análise de conteúdo. Este método de análise objetiva classificar palavras, frases, ou mesmo parágrafos em categorias de conteúdo, comparando as respostas. Segundo Ribeiro e Nodari (2001), a estratégia é tratar os dados descritivos como fato, ou seja, que os dados falem por si mesmos. A descrição dos dados da pesquisa apresenta extratos retirados diretamente das anotações originais.

Perfil dos entrevistados

Os participantes da pesquisa têm idade média de 46 anos, sendo que as faixas etárias variam entre 25 a 67 anos. Estes moradores, na sua maioria, são naturais de municípios atingidos por barragens. Dos treze entrevistados, oito foram indenizados a partir da Barragem de Dona Francisca, quatro moradores vieram de outras cidades (Nonoai, Santo Ângelo e Lagoa Vermelha) e compraram o direito de uso de um lote de terras nesse reassentamento, e um morador permutou (trocou de comum acordo) sua área de terras com uma família no reassentamento Júlio de Castilhos/RS.

Quanto à escolaridade, um entrevistado se considerou sem escolaridade, sete não concluíram o ensino fundamental, dois concluíram o ensino fundamental, um não concluiu o ensino médio e dois concluíram o ensino médio. Os dados são similares aos apontados pelo IBGE (2006), em relação a população total do município onde está localizado o reassentamento, que possui 67,66% dos munícipes com ensino fundamental incompleto.

O reassentamento foi criado há dezesseis anos, e os entrevistados estão residindo, em média, há treze anos no reassentamento, sendo dezesseis anos o que está há mais tempo

e quatro anos o de menos tempo. A família com menos tempo de residência no reassentamento tem o maior número de pessoas residindo e produz a grande maioria dos alimentos que consome.

Atualmente, residem em média três pessoas nas famílias reassentadas, sendo que em dois domicílios reside apenas uma pessoa. De acordo com os dados do IBGE (2006), residem nos estabelecimentos rurais do município onde está localizado o reassentamento, em torno de duas a quatro pessoas, totalizando 4.261 residentes no meio rural.

Na família com seis pessoas nota-se que, apesar de serem os moradores mais recentes do reassentamento, demonstram entusiasmo e inovação em seus cultivos, trazendo novas perspectivas em seus métodos de cultivo, inovando com fruticultura, criação de animais e produção de verduras. Estes fizeram um replanejamento do plantio das árvores frutíferas, fazendo uma barreira de proteção com capim elefante e afins, evitando a deriva da lavoura de soja que são as lavouras de monocultura de plantadores arrendatários. Outro aspecto é a diversificação de cultivos, a rotação de culturas, cuidados sustentáveis com o solo, as águas e os demais recursos naturais da propriedade.

Sobre a renda das famílias, oito reassentados têm na comercialização do leite e da soja a principal renda da família. Um reassentado produz somente leite, um produz milho, outro assentado produz soja e gado, um produz a lavoura de milho, soja, trigo, feijão, aveia, verduras, mandioca e batatas e um entrevistado arrenda a sua terra para outros produtores que plantam grandes lavouras de soja. A fração de terra de dezoito hectares dificulta às famílias terem gado, soja, milho, verduras, etc. A área é pequena, e quando o agricultor opta em plantar soja sobra pouca terra para gado e outras cultivos. Nas propriedades que integraram o estudo existe uma participação significativa da produção de soja, mesmo tratando-se de produtores familiares. No município onde está o reassentamento, o percentual de soja da agricultura familiar é de 27,36%; e 82,60% produzem pecuária leiteira comercialmente.

Sobre as rendas não agrícolas, nove não possuem outra renda além da agrícola e quatro possuem outras rendas, provenientes de aposentadorias ou pensões. Além disso, não possuem outras atividades além das praticadas no reassentamento, o que difere de outros produtores do município, pois segundo dados do IBGE (2006) cerca de 70% das pessoas que vivem no meio rural do município onde está localizado o reassentamento estudado declaram ter atividades econômicas fora do estabelecimento familiar, 36,69% empregam seu trabalho em atividades ligadas ao agronegócio, como cooperativas, prestação de serviços, empresas de assistência técnica, comercialização de grãos, e 63,31% em outros segmentos não agrícolas.

Caracterização da região do reassentamento

A localização do reassentamento, lócus deste estudo situa-se na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Pode-se explicar a evolução da região através de duas trajetórias. Inicialmente uma economia alicerçada na exploração de agricultura de subsistência e pecuária bovina que, após, transformou-se em produtora e exportadora de grãos, pela expansão das culturas de trigo, milho e, principalmente, soja, não pela exclusividade, mas pela predominância.

Para Frantz (1980), é a partir da década de 1960 que surgem as granjas de trigo e soja na região, sendo que, como em outras regiões do estado e país, o crescimento econômico regional foi pautado em uma modernização desenvolvimentista, através de um arcabouço estatal (crédito rural subsidiado, pesquisa e extensão rural pública).

Assim, junto com a expansão da lavoura de grãos foi articulado um novo sistema de produção e foram constituídas novas relações sociais, econômicas e de produção, dos produtores com o mercado, e novas formas de cooperativismo e sindicatos, mudanças estas, fundamentais no meio rural da região, com predominância até os dias atuais.

Quanto à questão da estrutura fundiária, segundo dados do IBGE (1985), após os anos 60, a região apresentou uma redução significativa do tamanho dos estabelecimentos rurais. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, 70% dos estabelecimentos agropecuários são de agricultores familiares, que ocupam menos de 30% da área. No município onde está localizado o reassentamento estudado, esse número é ainda menor, sendo que a agricultura familiar representa 75,22% dos 1.336 estabelecimentos rurais, ocupando somente 10,30% da área produzida. O município possui apenas 9,25% dos produtores com áreas entre 50 e 100 ha, o que demonstra uma forte concentração de terras, pois 26% têm áreas entre 50 e 100 ha e o restante mais que 100 hectares.

Até meados da década de 90, a produção leiteira era uma importante atividade econômica na maioria dos municípios da região, tendo havido, a partir de então, uma alteração significativa na matriz produtiva de alguns municípios, que passaram quase que exclusivamente para a monocultura da soja, milho, trigo etc. A partir de 2005, após consecutivas quebras nas safras de grãos e a instalação de plantas industriais de laticínios, a atividade leiteira voltou a ser significativa.

Também cabe destacar que no município e região existem além dos reassentamentos de agricultores atingidos por barragens, um número significativo de famílias assentadas pelo programa de reforma agrária.

Pode-se dizer que as características da região remetem a um desenvolvimento agrícola retratado como um modelo que tem as suas variáveis centrais de reprodução determinadas por ações modernizadoras dos processos produtivos e alicerçadas no aumento

de produtividade, no investimento de máquinas e equipamentos, na busca de uma economia de escala e consequente concentração de terra, sendo determinado por critérios econômicos ligados restritamente à questão agrícola, e que são intrínsecos à realidade dos agricultores familiares e não familiares, assentados ou não.

Processo de migração dos agricultores atingidos pela Barragem de Dona Francisca

A Barragem de Dona Francisca, RS, foi planejada por muitos anos, até sua efetivação, pois este empreendimento mudaria as condições de vida social, econômica e cultural. As famílias foram indenizadas em dinheiro, pelas terras e infraestrutura das suas propriedades que foram atingidas pelo alagamento da barragem, através do MAB. A Figura 1 mostra o local de origem dos produtores reassentados.

Figura 1- Localidade de origem dos produtores reassentados



Fonte: Dados da pesquisa

No entanto, frente à resistência de parte destas famílias em se desterritorializarem, abandonando suas casas, terra e lembranças emocionais, e a fim de facilitar a aceitação das famílias para saírem das diversas localidades ao longo das margens do Rio Jacuí foi oferecida também, a oportunidade de cada família e de cada filho maior de 18 anos, habilitar-se a receber um lote de 18 hectares de terras localizadas em fazendas desapropriadas pelo Estado.

Naquele momento houve, portanto, a opção por reassentamento em uma fazenda desapropriada (Figura 2), que foi ofertada pelo MAB para realocar os agricultores familiares advindos das desapropriações da Barragem de Dona Francisca. Esta opção foi a escolhida por 38 famílias agricultoras,

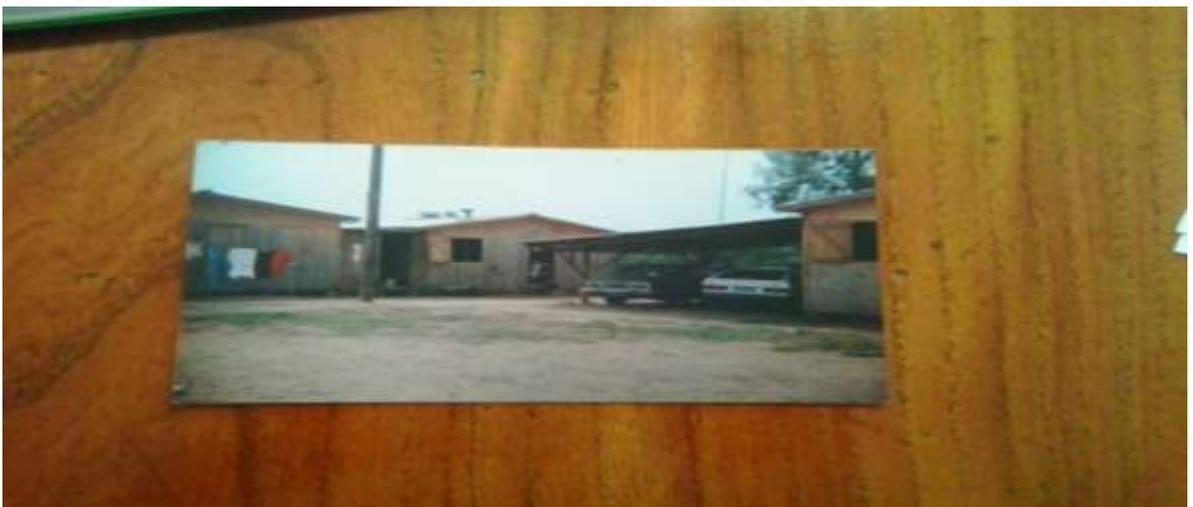
Figura 2 - Área do reassentamento destino dos migrantes da Barragem Dona Francisca



Fonte: Pesquisa de campo

Durante os anos iniciais, cada família recebeu subsídios para investir na propriedade, sendo construída pelo Estado uma comunidade social com salão comunitário, com espaço de lazer, cancha de bochas, escola para atender até o ensino fundamental, igreja e campo de futebol, constituindo-se como uma agrovila (Figura 3). A preocupação foi de construir todo o possível, dentro das necessidades de adaptação de todas as famílias, com acesso à eletricidade, água potável, estradas e toda infraestrutura que possuíam em suas moradias e comunidade de origem.

Figura 3 - Agrovila formada no início do reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo

Quando começou o processo de sensibilização para a desterritorialização das famílias atingidas pela Barragem de Dona Francisca, as pessoas mais velhas das famílias

registravam tudo o que possuíam em suas propriedades e na comunidade, para que tudo pudesse ser feito de modo satisfatório na comunidade de destino.

No início do processo de reassentamento, as famílias foram se estabelecendo em um hectare de terra na sede da velha fazenda. Segundo muitos comentários e lembranças, os entrevistados referem-se a esta estrutura inicial como “agrovila”, um “aglomerado de pequenas casas construídas pela organização do MAB”. Essas casinhas foram construídas em reduzido espaço de terras localizadas na sede da fazenda. E assim, instalados nessas casas, as famílias ficaram um ano, esperando a burocracia que regia os trâmites de demarcação dos lotes de terras. Após os rearranjos e determinação da localização ocorreu a distribuição dos lotes de terra de 18 hectares aos “contemplados”.

A escola, o salão e o campo de futebol (Figuras 4, 5 e 6, respectivamente) foram sendo construídos aos poucos a partir dos primeiros anos de implantação da infraestrutura obrigatória prometida pelo Estado e o MAB. O salão comunitário também serve de espaço para a prática religiosa. Todas as famílias se denominam católicas, apesar de alguns serem evangélicos. No salão da comunidade há uma pista de dança e uma cancha de bochas de piso batido. Conforme a fala dos entrevistados, as pessoas da comunidade já foram mais participativas. Mas em domingos, feriados, datas festivas e comemorativas o salão ainda é o ponto de encontro, além do campo de futebol que é próximo ao salão, e é utilizado principalmente pela juventude local e os visitantes para os jogos.

Figura 04 - Escola Municipal de Ensino Fundamental localizada no Reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo

Figura 5 - Igreja e Salão Paroquial Comunitário e Religioso do Reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo

Figura 6 - Campo de Futebol localizado no Reassentamento



Fonte: Pesquisa de Campo

Estratégias de desenvolvimento dos reassentados frente ao cenário que se depararam no município se comparados ao anterior, antes da migração

Dos treze residentes, oito faziam parte do grupo originalmente reassentado. Os demais compraram ou realizaram permuta dos lotes de terra. Essas permutas acontecem entre assentamentos e por decisão e comum acordo entre os donos de lotes de terra dos diferentes assentamentos e reassentamentos no município e na região. Estas ações não são permitidas legalmente, mas há algumas diretrizes diferenciadas por serem terras que devem ser produtivas e produzidas. Mas, frente às muitas regras e normativas que regem as determinações de propriedades e posse, corroboraram dois entrevistados: “Eu cheguei há nove anos, eu vim de Júlio de Castilhos, eu comprei a metade de um lote de uma mulher que também tinha se separado. Foi difícil, foi bem difícil o começo, longe demais, difícil acesso” (ENTREVISTADO G). “Nós viemos depois de vir uns vizinhos e daí compramos aqui”. (ENTREVISTADO J).

Pode-se dizer que os agricultores que chegaram ao reassentamento se depararam com uma realidade totalmente diferente daquela de onde viviam. Consideram que tiveram dificuldades de se adaptar ao “novo” que encontraram no reassentamento. Para muitos, a nova realidade na qual se depararam nos momentos iniciais foi desoladora, conforme relatos de alguns entrevistados: “Dava vontade de bota a trouxa nas costas e sair”. [...] hoje não quero falar (ENTREVISTADO C). “Tudo difícil, lá era melhor. [...] Foi bem difícil, até abaixo assinado fizeram para tirar nós daqui, e lá era melhor que aqui” (ENTREVISTADO K). “Nossa chegada foi muito boa, mas manter hoje tá muito sofrido, massacrado. [...] Mudou tudo, e lá plantava milho, feijão, fumo, mandioca, de tudo, verdura de tudo” (ENTREVISTADO I).

Ainda, conforme outros entrevistados:

Na verdade vinha de uma cultura de terras “dobradas” com cultura do fumo, feijão, milho, e verduras de todo tipo, com trabalho manual, enxada e foice e boi com arado e aqui é uma cultura no campo plantando soja, e para essas coisas novas tem que ser tudo com máquinas. Quando cheguei a maioria das pessoas já estavam aqui, eu estudava na Serra Gaúcha e numa visita a família, resolvi voltar e buscar o direito a um lote de terras. Eu voltei e com minha família, a mãe e um irmão. Passamos longo tempo planejando como faríamos, ficamos morando mais de um ano na agrovila, onde as pessoas não estavam acostumadas a viver tão perto, sem saber ao certo a localização de cada lote de terras para já irem plantando uma árvore ou outras coisas, os animais ficavam em grandes áreas e cada dono de animais ia organizando piquetes [...] Na agrovila, muitas pessoas, pouco espaço, tendo que conviver em banheiros e lavanderias coletivas, com dificuldades pelos diferentes costumes e comportamentos [...] Mas também por que demorou a demarcação dos lotes, foi triste e sofrido, ficávamos esperando demarcar os lotes para fazer a casa e galpões e separar os animais, plantar frutas e tudo mais [...] muito ociosos e na angústia por mudar-se para uma casa nova (ENTREVISTADO B).

Olha, tive dificuldades sim, por que foi acordado entre o movimento de barragens e o Estado, e aqui a implantação foi diferente, as construções foram mal feitas e com materiais muito inferiores; [...] Lá a gente morava era num sistema colonial, planta o quer, do jeito que quer e vende pra quem quer. Era autônomo e aqui já foi um pouco reprimido, e principalmente a agrovila, foi um colapso pois eram 38 moradores em menos de um hectare de terras e as pessoas não tinham aquele modo de vida e as pessoas não tinham aquela postura (ENTREVISTADO H).

Como cada lugar tem sua história, cultura e um modo de organização individual e social, para a maioria dos entrevistados, o processo de reterritorialização foi difícil por vários motivos: tipos de moradia, estradas ruins dificultando o acesso e escoamento da produção, configuração física do lote (relevo e tipo de solo) e o preconceito da população da cidade com os reassentados.

A chegada aqui eu me apavorei, eu pensei que a gente ficou tudo numa favela, uma casa do lado da outra, aquilo ali virou uma discussão, durou um ano e pouco aquela favela, e os grupos também foi uma coisa bem errada, uma individualização. Aqui a diferença é que precisa bastante terra para

sobreviver, lá com menos terra a gente fazia mais dinheiro, tem que ser tudo muito bem administrado (ENTREVISTADO M).

Alguns vieram em razão do casamento. “Eu cheguei com meu pai em setembro de 2008, eu vim solteira, vim morar com meu pai e comecei namorar o vizinho e dali dois anos nos casamos” (ENTREVISTADO E). “Senti diferença no clima e também aqui tenho uma vida de casada, lá também lidava com o leite eu sempre morava no interior” (ENTREVISTADO D).

A grande maioria dos reassentados afirma que, apesar da roça/serra não ter sido uma agrovila, eles trabalhavam em grupo, durante o período de mais trabalho como no plantio e na colheita. As famílias trocavam trabalho e se reuniam em mutirões para se ajudarem uns aos outros. Na realidade atual, do campo/lavoura “é cada um por si”. Além disso, a produção era diversificada. Conforme um dos entrevistados: “Era de tudo um pouco, plantava e criava os animais quase tudo que a terra podia produzir” (ENTREVISTADO C). “Naquela região já nasciam sendo ensinados a plantar e trabalhar, os pais ensinavam e era 100% manual”. (Entrevistado G). “Nós lá plantava de tudo, milho, feijão, verdura, fumo e tudo e aqui fica só o leite e a soja” (ENTREVISTADO M). “Olha, antes a gente plantava o milho, a EMATER trazia os cursos, a gente se reunia e fazia os cursos de objetos de palhas e comidas a base de milho e do leite ensinaram fazer o queijo e a ricota; agora não há nada disto” (ENTREVISTADO N). Conforme outro entrevistado:

Antes de chegar aqui era plantio de fumo para vender e feijão, milho e todas as verduras para consumo e criar os animais. Produzíamos tudo para os gastos e despesas da família. Todos aprendiam com os mais velhos, avós, pais, vizinhos mais velhos, meio herança de pai para filho. A produção era de pequenas áreas. E também tínhamos a produção de gado de corte nelore e crioulo. E aqui mudou tudo, mas adaptamos para gado de leite, produção de milho e pastagem e um pouco de soja. (ENTREVISTADO B).

Se comparadas, as práticas realizadas por estes produtores na realidade anterior ao reassentamento mudaram em vários aspectos, desde o tipo de relações de trabalho que eles desenvolviam (mutirão/trabalho coletivo/trocas de trabalho) e também mudaram as relações ao longo dos anos na comunidade do reassentamento. “Mudou tudo, de feirante para plantador de soja e produtor de leite. [...] lá nós trabalhava em grupo aqui cada um por si, e desde o princípio trabalhamos com leite e soja, mas olha até é difícil de responder isso daí” (ENTREVISTADO A). “Era juntos e plantava de tudo e vendiam na feira em Santa Maria, mudanças mais difíceis era as amizades de vizinhos, nossa comunidade precisa melhorar, aqui tá terminada a comunidade” (ENTREVISTADO C). “Lá era tudo, o boi e eu plantava quatro hectares de fumo, mas aqui essa terra da só pra leite e soja, aqui cada um por si e lá era uma montoeira de gente se ajudando” (ENTREVISTADO M).

Uma das mudanças ocorridas a partir do reassentamento foi a necessidade do uso de máquinas e equipamentos, pois o relevo exige manejo diferente e investimento de cobertura de solo, o que segundo os entrevistados exige um investimento na produção e mecanização para aumentar a produtividade. “Acho que agora cada proprietário tem sua máquina, antes tinha muita gente que lavravam com boi e arado e agora não” (ENTREVISTADO D). “Já acabei falando antes, mas aqui é tudo com máquina e muito diferente; antes de ter um trator forte e equipamentos pagávamos hora/máquina” (ENTREVISTADO E). “Lá lavrava com boi e arado e aqui tem trator já faz nove anos, pra trabalhar é bom, mas a terra não fica boa, prejudica” (ENTREVISTADO C). “Já tinha máquinas, era máquinas do pai, agora tenho as minhas” (ENTREVISTADO G). “Tudo com o tempo vai desenvolvendo e as máquinas, aqui arado é pouco, tem diversificação. [...] algumas pessoas foram embora que não se adaptaram, não gostam do trabalho, não se adaptaram a cultura de soja e leite e foram embora” (ENTREVISTADO I). “Aqui o trator faz, pagamos horas de trator e lá era arado e boi” (ENTREVISTADO J). “Mudou, mudou bastante, hoje cada um tem sua maquinazinha para lidar (ENTREVISTADO L). “Aqui as máquinas fazem muito melhor e lá era tudo a mão” a “muque” aqui é tudo a máquina”. [...] A gente tenta manter, mas hoje tá muito sofrido, massacrado” (ENTREVISTADO M).

Antes do reassentamento, quem cuidava do trabalho eram os homens, organizando a divisão de tarefas na produção agropecuária e as mulheres cuidavam da alimentação e da atividade leiteira. As práticas sociais, quanto à divisão na mão de obra conforme o gênero, foram reproduzidas na comunidade do reassentamento, sendo ainda os cuidados com a casa e alimentação um encargo das mulheres da família. “Aqui é a mesma coisa, eu lido com o leite e entro e faço a comida e ajudo também na roça, eu cuido da casa, roupa e quando precisa dou uma mão pra ele na lavoura” (ENTREVISTADO E). “As mulheres que cuidam da alimentação e eu e o meu filho combinamos o que fazer” (ENTREVISTADO M). “Sim, na parte da comida mais da mulher, e o homem mais na lavoura e nas máquinas” (ENTREVISTADO F). “As mulheres que cuidam da comida, o resto eu aqui faço tudo sozinho” (ENTREVISTADO I). Um dos entrevistados corrobora:

Os chefes da família, o pai cuidava da divisão de tarefas e a mãe cuidava da organização da alimentação e também das roças de verduras. As decisões sobre o que plantar e onde e como plantar era conversado em casa, e o pai e a mãe iam ensinando. E logo cedo todos os filhos já sabiam e opinavam em como plantar, principalmente a parte de horta, verduras, feijão, milho, frutas e pastagens para os animais. (ENTREVISTADO B).

Um aspecto importante é como ocorria e ocorre atualmente a transmissão dos saberes, antes e depois do reassentamento. A maioria relata que os saberes eram passados dos pais para os filhos, e assim sucessivamente, também no que diz respeito a fazer a roça, plantar, colher, vender, etc., como nos relatam alguns entrevistados. “De pai para filho. A mãe

me ensinou a trabalhar, e aqui eu tive que reaprender a fazer mudanças de tudo, de cultura e de diferentes jeitos de fazer e estabelecer, e ensino meu filho” (ENTREVISTADO A). “Na lavoura de pai para filho, na casa de mãe que me ensinava, de olhar e aprender” (ENTREVISTADO E).

E depois do reassentamento, ao longo dos anos na Comunidade, ocorreram mudanças significativas, pois na perspectiva da mecanização e tecnologia, são os filhos que estão buscando aprender para ensinar os mais velhos da família. Conforme os entrevistados, “Olha isso muda, por que no meu caso o meu filho trabalha com máquina e pra ti ver já foi trabalhar até no Mato Grosso (ENTREVISTADO H). “Nossos tempos passados não voltam mais, não adianta mais ensinar os filhos, eu ensino, mais tem coisas que não sei ensinar, não sei nem explicar essas coisas da tecnologia e máquinas” (ENTREVISTADO C).

E o relato do entrevistado sintetiza as discussões feitas sobre as adaptações e mudanças no processo produtivo:

Antes e aqui também os ensinamentos são de pai para filho, hoje já ensino e levo meu filho junto para ir vendo e se envolvendo nas “lidas. As mudanças são grandes, tem que sempre se adaptar, mas no início foi mais difícil, viemos de um cultivo manual, com o apoio do preparo da terra com boi e arado, não tinha o uso de agrotóxicos, os pais ensinavam os filhos tudo com o uso da enxada para carpir e limpar a roça. E aqui no reassentamento hoje é lavoura com solo fraco, mais despesas com insumos, com muito uso de fungicidas, custo alto de produção e também no início com despesas de pagar hora máquina, antes de ter um trator forte e equipamentos (ENTREVISTADO J).

As práticas religiosas, de lazer e de educação que existiam antes do reassentamento são parecidas com as rotinas atuais, com algumas pequenas mudanças ao longo dos anos, na Comunidade. As pessoas passaram a conviver menos socialmente e a realizarem menos atividades de lazer, devido à dedicação de um tempo maior para o trabalho. “As práticas religiosas são as mesmas, já fomos mais organizados, mas precisamos de mais união e comprometimento para reativar a parte de lazer da nossa comunidade” (ENTREVISTADO B). “Lá eu participava pouco, participei mais aqui, fui da diretoria, ia a todas as missas. Lá era a mãe, e aqui é a esposa e o filho que me incentivam e já fui presidente da comunidade”. (ENTREVISTADO A). “Lá a gente todos os fins de semana e feriados se reunia e não trabalhava, aqui não se vai à comunidade, aqui não tem mais como, só trabalha e não tem jeito, tem que fazer uma nova diretoria”. (ENTREVISTADO C). “Antes eu ia mais à igreja e agora menos, a gente acaba trabalhando mais, dando mais atenção ao trabalho e esquece a comunidade” (ENTREVISTADO E). “Olha antes de vir para cá, ia todo domingo na igreja, já aqui é diferente, sinto que aqui dificulta, cada um mais em casa, mais trabalho e também umas fofocas” (ENTREVISTADO F). “Eu acho que é a mesma coisa, a missa, a catequese, e umas mudanças diferentes, é que cada um na sua casa, antes se visitavam mais”

(ENTREVISTADO G). “Nós lá em baixo ia todos os domingos, e aqui rezam muito pouco” (ENTREVISTADO J). No processo de reterritorialização dos reassentados houveram transformações culturais e, principalmente, sociais significativas, que segundo os relatos foram negativas, pois as práticas coletivas em comunidade passaram a enfraquecer, e este enfraquecimento é percebido pelos entrevistados como ruim para a coletividade.

Em relação à produção e comercialização dos produtos agrícolas e pecuários, houve uma mudança significativa para todos os entrevistados depois que foram morar no reassentamento. As mudanças ocorreram ao longo dos anos na Comunidade, conforme relatos: “Lá nós trabalhava em grupo aqui cada um por si, e desde o princípio trabalhamos com leite e soja e lá eram produtos de feira” (ENTREVISTADO D). “Para nós aqui mudou por causa das dificuldades por não ter como fazer o bloco de produtor, nós não conseguimos acessar essas coisas e dificuldades do resto” (ENTREVISTADO E). O entrevistado refere-se à questão de não ter o Documento de Posse e autorização de uso do lote no nome do comprador, ou do arrendatário, ou outra forma qualquer de apropriação do lote de terra.

“Mudou, lá era milho e feijão e fumo, e aqui é soja e leite para as cooperativas” (ENTREVISTADO K). “Mudou os preços, o custo de produção é a maior dificuldade” (ENTREVISTADO L). “Mudou o que lá era fumo, aqui é o soja e o preço fica bom” (ENTREVISTADO M). “Mudou bastante, aqui tinha investimento de fumageiras e não tem mais, para mim foi quem mais colheu por mil” (ENTREVISTADO H). “Sempre vai mudando e agora a principal renda vem do leite e soja” (ENTREVISTADO D). “Mudou para leite e soja, lá tinha mais fumo e verduras e aqui logo quando chegamos plantamos verdura e depois veio soja para ter mais renda e depois veio o leite, por motivo de ampliar a renda” (ENTREVISTADO K). “Aqui é o soja e lá era feijão, milho, verduras, fumo e tudo o resto” (ENTREVISTADO M).

Não se aproxima, tentei o plantio de fumo, e um hectare de fumo bem trabalhado rende como 10 hectares de soja. Eu senti muito por ser tão distante e de difícil acesso e mesmo tendo certeza que a monocultura não é viável, mas acabo tendo que plantar soja, o feijão não se adaptou aqui. (ENTREVISTADO H).

Mudou tudo, no início não tínhamos diversidade de alimentos na família e também de animais, tudo tinha que comprar no mercado e agropecuária. No início era muito ruim e difícil, mas encontramos um jeito de produzir praticamente tudo aqui, também. E produzir para vender soja e leite (ENTREVISTADO B)

Mudou, mudou, aumentei a produção e outros animais também, e o problema está sendo os blocos, e os papéis da terra e fica complicado se não poder vender o leite por causa do bloco de produtor, me preocupa, a cooperativa anda meio excluída (ENTREVISTADO F).

Não são significativas as mudanças de comportamento relativas aos hábitos de alimentação depois do reassentamento. As poucas mudanças que ocorreram ao longo dos anos na Comunidade do Reassentamento são em relação ao acesso, diversidade e ao tempo decorrido para plantio e desenvolvimento de cultivares como as frutas. “Não, os hábitos continuam os mesmos, aqui implantamos o jeito de viver como a vida lá na serra, ajustando um pouco. (ENTREVISTADO B). “Agora já tá quase, já tem fruta” (ENTREVISTADO C). “Os hábitos continuam os mesmos e plantamos quase tudo que se come” (ENTREVISTADO F). “Os hábitos vão se aperfeiçoando com o que tem para comer, mas é quase a mesma coisa de antes” (ENTREVISTADO G).

Em relação à assessoria técnica, antes do reassentamento os agricultores eram orientados pelas fumageiras. Quando houve a migração a orientação foi realizada pela EMATER e a Cooperativa. “Lá nos tinha mais, como vou dizer: assistência técnica aqui é pouca” (ENTREVISTADO A). “Aqui pouca assessoria técnica, cada vez menos investimento nessa assessoria técnica no geral. Mas aqui nós temos orientação particular e parcerias pela cooperativa que entregamos o leite. Mas ainda assim é crítica, precisa melhorar” (ENTREVISTADO B). “Lá, Itauba, Linha Somavila, não tinha assessoria e aqui também não” (ENTREVISTADO C). “Lá tinha partes que não ia máquina e aqui vai a toda área de terra. Não, tenho assessoria por falta de legalizar os papéis da terra” (ENTREVISTADO E). As terras que foram vendidas, trocadas ou permutadas não receberão as escrituras do Estado no nome do comprador, pois é ilegal. “Aqui é horrível, a cooperativa só vem aqui para assinar, eu acho ruim” (ENTREVISTADO G). “Antes era das firmas de fumo, mas aqui muito pouco pela cooperativa, mas dá para dizer que não tem assistência, e o que tem é ruim” (ENTREVISTADO H). “Não, nada, a agropecuária ajuda as vezes” (ENTREVISTADO J). “Lá quem dava assistência era o instrutor do fumo e aqui não tem nada, mas quem é que não vai saber planta um pé de milho” (ENTREVISTADO K). “Em comparação, aqui não tem mais, não tem mais a EMATER. No começo vinham os da EMATER e os da cooperativa, mas é só trabalhar, aqui ou lá, a gente vai aprendendo trabalhar” (ENTREVISTADO L).

O sistema produtivo atual sofreu mudanças após a chegada ao reassentamento. As atividades produtivas mudaram e foram sendo adaptadas ao longo dos anos na Comunidade. Os motivos das mudanças são destacados pelo produtor:

Sistema produtivo com mecanização para a soja e também com tecnologia para produção de gado leiteiro e o leite. Mudou muito depois da instalação deste sistema produtivo aqui. E também as conquistas advindas da mecanização própria. Mudou para melhor. Conquistas materiais de melhorias em máquinas e rebanho e também em produção e resultados, e os motivos, são os ganhos em qualidade de vida e de resultados por planejamento adequado de aproveitamento da área total do meu lote de terra, unindo mais a área de minha mãe (ENTREVISTADO B).

Sobre as políticas públicas, as famílias que têm acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, não são a maioria. Ao longo dos anos, houveram mudanças após alguns integrantes, moradores do reassentamento, endividarem-se, tendo que abandonar suas terras e se recolocarem em outras comunidades urbanas ou rurais. Além disso houveram outros dificultadores como o relatado a seguir. “Lá nós não acessávamos os Pronaf e aqui já mudou, tive que acessar, a gente consegue, mas aqui foi difícil por causa de ter que ter um avalista por solidariedade” (ENTREVISTADO A). O avalista por solidariedade é quando mutuamente os agricultores avalizam e garantem com suas assinaturas os empréstimos mutuamente, em transações financeiras nos bancos públicos e cooperativados. “Não, agora não acesso mais nada, mas também pelo caso dos papéis” (ENTREVISTADO E). “Não, sem documentos da terra não acessa nada, estamos irregulares” (ENTREVISTADO G). “Não, não busco acesso a nada, não, não peguei nada no banco, pois nunca pudemos acessar” (ENTREVISTADO H). “Eu nem sei o que falar, mas eu quero falar de ter mais terras mais perto, por que com poucas terras, os filhos tem que ir embora” (ENTREVISTADO M).

Perguntados se há algum motivo que dificulte a sua permanência na comunidade foram apontados dois dificultadores: a falta do bloco do produtor e a falta de regularização da terra. “Principal é o bloco de produtor, agora tenho que fazer tudo à vista e sem subsídio” (ENTREVISTADO F). “Irregular, por estar irregular, (ENTREVISTADO G). “Tô aqui por que não tem como vender” (ENTREVISTADO M). “Nada, aqui tá bom precisava do posto de saúde” (ENTREVISTADO H). Por outro lado, muitas falas dos entrevistados trazem expectativas de melhorias para o futuro no reassentamento, como a construção e o funcionamento de uma Unidade Básica de Saúde -UBS, ou preferencialmente, o funcionamento de uma equipe de trabalho em saúde nas diretrizes das Estratégias de Saúde da Família - ESF.

Ao serem questionados sobre o que consideram importante para que ocorra o fortalecimento da Comunidade, seguem os relatos: “Mas olhamos, nós estamos mal das diretorias da comunidade, tem que ter mais união. Eu acho que entre os moradores tem que ter união para evoluir”. (ENTREVISTADO A). “A primeira coisa é mais união, e também um auxílio técnico gastaria menos tempo trabalhando aqui e sobraria mais tempo para conviver na comunidade” (ENTREVISTADO E). “Aqui tinha que fundar uma associação, uma forma de cooperativa, eu penso que voltar a união, um projeto que una as pessoas e desenvolva renda” (ENTREVISTADO G). “Pra mim não adianta mais, pois estou velho, mas o posto de saúde e o ônibus de arranca dente são importantes” (ENTREVISTADO I). Como eu disse o posto de saúde, também o 1º e o 2º grau e quadra de esportes e estrada”. Hoje o colégio acolhe só o 1º grau, ensino fundamental em turno integral. (ENTREVISTADO L). “Posto de saúde e uma patrulha agrícola aqui dentro do assentamento, agente de saúde e estrada”

(ENTREVISTADO M). Outro entrevistado une vários itens na sua fala e sugere a atenção da gestão pública, com compromisso de melhora e implantação de educação até o ensino médio e unidade de saúde na comunidade: “Considero necessário maior atenção pelos administradores públicos do município, na saúde e no lazer das pessoas dessa comunidade. Também a construção de um imóvel para implantação de um posto de saúde nessa comunidade”. (ENTREVISTADO B).

Ainda outro entrevistado sugere o melhoramento das estradas, que são de difícil acesso e “foram abandonadas pelo poder público municipal” (SIC), responsável pela manutenção, melhoramento e conservação das estradas. “Aqui a estrada é péssima, aqui já arrastei com meu trator muitos ônibus e carros dos barros, não temos assistência, é uma queixa alarmante, é desumano, é exorbitante o estado das estradas” (ENTREVISTADO H).

Parte das famílias que saíram de suas terras no reassentamento não se adaptaram às novas realidades de produção, com predomínio da atividade leiteira e da soja, pois são necessários investimentos significativos em insumos e maquinários agrícolas, e a produtividade depende diretamente de investimentos em cobertura de solo. É importante salientar que parte das famílias que saíram voltaram para terras semelhantes às antigas de origem, às margens do alague do Rio Jacuí.

Enfim, busca-se identificar possíveis soluções para minimizar as dificuldades que os agricultores familiares enfrentam para o desenvolvimento de suas atividades no meio rural na comunidade reassentada. Pode-se dividir as estratégias em duas: a estrutural e a conjuntural.

Na primeira delas, as estratégias que poderiam fortalecer o desenvolvimento dessa Comunidade são: o nível de infraestrutura, com boas estradas para melhoria da mobilidade rural, atendimento local em saúde e escolas até o ensino médio. Por outro lado, as estratégias conjunturais vão além destas, são questões que fazem parte da realidade regional. São produtores que vieram de outra realidade, com produção de fumo, e se depararam com a produção de grãos. Esses produtores perceberam dois caminhos a seguir: ou vendiam a área e migravam para outro local, o que fez a maioria deles, já que apenas oito são oriundos do reassentamento do MAB ou ainda, como fez um dos entrevistados, arrendando sua área de terras e vivendo com uma aposentadoria somada ao valor do arrendamento da lavoura. E outros atores sociais itinerantes são os arrendatários, que plantam vários lotes de terras que foram abandonados pelos migrantes que mudaram-se para outra propriedade rural ou centro urbano, pagando o arrendamento em sacas de soja.

Considerações finais

Quando se estabelece um grande empreendimento hidrelétrico este afeta o cotidiano de muitas famílias que tem que sair do seu território consolidado, que será alagado, para

morar e trabalhar em um novo espaço. Tal contexto foi analisado neste trabalho ao se estudar as transformações territoriais oriundas das configurações socioeconômicas e culturais ocorridas com os agricultores familiares atingidos pela Barragem de Dona Francisca em um reassentamento organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, no Estado do Rio Grande do Sul.

Diante dos dados obtidos e análises construídas constatou-se que a compreensão das questões relativas a apropriação territorial visando transformar o novo habitat em território são difíceis tanto a nível estrutural como conjuntural.

Considerando a caracterização do reassentamento constatou-se que este fica localizado a 34 km de distância da cidade mais próxima, tendo ônibus somente três vezes por semana, e as estradas são precárias sendo que até os carros pequenos têm dificuldades de locomoção, o que acarreta constantes manutenções onerando as famílias.

No que tange as estratégias de desenvolvimento dos reassentados frente ao cenário com que estes se depararam na região se comparados ao anterior, antes da migração; os limites, desafios e potencialidades foram e são de trabalho duro, dedicação e muita determinação.

Em se tratando das transformações na organização social, econômica e cultural dos agricultores reassentados nesta comunidade há um processo de isolamento social, todos dedicam muito tempo para o trabalho e pouco tempo para a convivência social em comunidade, além da perda das relações de vizinhança como a ajuda mútua em épocas de colheita.

Além disso, se faz necessário empreender em busca de estratégias de coordenação e análise técnica, trabalhos em grupos, fortalecimento de vínculos sociais e entendimentos de como produzir no campo/lavoura, tendo uma patrulha agrícola para corroborar nas etapas produtivas e para comercializar com as cooperativas e as empresas.

As populações ameaçadas por barragens, inicialmente de forma ampla e generalizada, resistem às mudanças e ao processo de desterritorialização e, neste estudo, percebeu-se que as pessoas envolvidas compartilharam angústias semelhantes, decorrentes da saída das terras atingidas por barragens serra/roça para as propriedades destino campo/lavoura. A maioria das famílias migrantes das áreas das barragens expressam suas preocupações com o rompimento dos laços comunitários anteriores, a relação com o rio e a perda material das condições de vida das suas famílias.

Portanto são muitos os desafios para a transformação do novo habitat em território por estes reassentados pelo MAB. Ao serem retirados de seu lugar de origem e colocados em outro, os mesmos tiveram suas escolhas limitadas. Quando se deparam com outra realidade e com dinâmicas endógenas dos territórios diferentes e, particularmente, na especificidade

dos seus modos de organização social, tiveram dificuldades para criar bases à apropriação do “novo território” de reassentados. A sugestão para amenizar este problema seria o resgate do agir local pelas antigas práticas da comunidade, seja através do patrimônio cultural ou pela incorporação diferenciada de antigas técnicas agrícolas nas práticas produtivas. A ação se conformaria em uma reterritorialização visando despertar a atenção dos assentados para a valorização do “seu” novo território, da nova configuração territorial descrita neste trabalho, como campo/lavoura.

Referências

- FRANTZ, T. R. **As Granjas de Trigo e Soja: gênese e evolução de um grupo de agricultores capitalistas no planalto do Rio Grande do Sul.** 1980. 406 f. (Tese de Doutorado). Universidade de Paris I Pantheon: Sorbonne: Paris, 1980.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GREMAUD, A. P. **Economia Brasileira Contemporânea.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos.** São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002.
- HEIDRICH, A. L. **Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico.** Documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: 1985. CD-ROM.
- _____. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 mai. 2016.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: mai. 2012.
- MAB – MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Final da Década de 70: os primeiros passos.** Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: dez. 2016.
- MARQUES, M. **A Identidade Água Abaixo: os reassentamentos da usina Hidrelétrica Dona Francisca.** Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, 2005.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes. 2001.
- RIBEIRO, J. L. D; NODARI, C. T. **Tratamento dos Dados Qualitativos: técnicas e aplicações.** Porto Alegre: PPGEU/UFRGS, 2001.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- ROSSATO, E. **História de Fortaleza dos Valos.** Fortaleza dos Valos: [s.n.e], 1988. 197 p.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. de P. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do Assentamento Olhos D'Água em Uberlândia-MG. **Sociedade & Natureza**, 23(3), 39, 2011.

SOARES, N. B.; FROEHLICH, J. M.; MARQUES, M. M. S. A Identidade Água Abaixo: os reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UHDF) - RS. In: SOBER -CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. **Anais Eletrônicos...** 2007.

Sobre os autores

Claudia Maria Prudêncio de Mera – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ); Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente na Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) – Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil.

Denisa Soares – Graduação em Psicologia pela Faculdade da Serra Gaúcha – Caxias do Sul, Rio Grande do Sul; Mestrado profissional em andamento em Desenvolvimento Rural pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) – Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil.

Suzimary Specht – Graduação em Geografia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente do curso de Gestão Ambiental na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Roni Blume – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestrado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Doutorado em Agronegócio pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente do curso de Agronegócio na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Como citar este artigo

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 62-84, jan.-mar. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as) **Claudia Maria Prudêncio de Mera, Denisa Soares, Suzimary Specht e Roni Blume**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Denisa Soares** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados; a autora **Suzimary Specht** pelo desenvolvimento

teórico-conceitual; a autora **Claudia Maria Prudêncio de Mera** pela interpretação e análise;
e o autor **Roni Blume** pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 14 de agosto de 2017.
Devolvido para a revisão em 15 de setembro de 2017.
Aceito para a publicação em de setembro de 2017.

O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP¹

Luciane Cristina De Gaspari

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP)
– Piracicaba, São Paulo, Brasil
e-mail: luciane.degaspari@yahoo.com.br

Carlos Armênio Khatounian

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP)
– Piracicaba, São Paulo, Brasil
e-mail: armenio.esalq@usp.br

Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP)
– Piracicaba, São Paulo, Brasil
e-mail: pmarques@usp.br

Resumo

A partir da década de 2000, o Estado brasileiro criou assentamentos denominados Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). No estado de São Paulo, estes PDS estão em grande parte localizados em regiões metropolitanas. Neste contexto, buscamos examinar o papel da agricultura na estratégia de vida das famílias pluriativas do assentamento periurbano Milton Santos. Para tal intuito, levantamos elementos de contextualização do assentamento, de caracterização das famílias pluriativas, de suas estratégias e de suas práticas agrícolas, além de considerarmos indicadores de renda familiar. Constatamos que a atividade agrícola desempenha papel multifuncional, possibilitando notadamente aos assentados com poucas chances de inserção no mercado de trabalho a realização de atividades produtivas geradoras de renda, contribuindo para uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chaves: Projeto de Desenvolvimento Sustentável; assentamentos periurbanos; pluriatividade; reforma agrária; multifuncionalidade da agricultura.

The role of agriculture among pluriactive families settled around on metropolitan region: the case of the Milton Santos settlement in Americana and Cosmópolis/SP

Abstract

We examined the role of agriculture within the life strategies of pluriactive families on the Sustainable Development Project (PDS) Milton Santos Land Reform Settlement. PDS is a style of land reform project which attempt to enhance the ecological adequacy of farming practices, including restrictions to pesticide use. Starting in the 2000s, the Brazilian Government created settlements called Sustainable Development Projects (PDS). In the State of São Paulo, these PDS projects are located on metropolitan regions, in which non-farm activities are typically available and propitiate pluriactive strategies. We raised the contextual elements of the settlement, pluriactive strategies, characteristics of pluriactive

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq “Estruturação do Núcleo de Agroecologia da ESALQ – USP”.

families and their agricultural practices, as well as family income indicators. We found out that agricultural activities play a multifunctional role, enabling settlers to carry out productive activities that generate income and contribute to sustainable development. Agricultural activities were particularly important for settlers with difficult insertion in the urban labor market due to illiteracy and/or deficient educational background.

Keywords: Sustainable Development Project; periurban settlements; pluriactivity; agrarian reform; multifunctionality of agriculture.

El papel de la agricultura entre las familias pluriactivas asentadas en zona metropolitana: el caso del asentamiento Milton Santos en Americana y Cosmópolis/SP

Resumen

Desde la década de 2000, el gobierno brasileño creó asentamientos de reforma agraria llamados proyectos de desarrollo sostenible (PDS). En el estado de Sao Paulo los PDS se encuentran en las áreas metropolitanas. En este contexto, este estudio ha buscado examinar el papel de la agricultura en la estrategia de vida de las familias pluriactivas en el asentamiento Milton Santos. Con este fin, se describen los elementos de contextualización local, la estrategia pluriactiva, las características de las familias pluriactivas y sus prácticas agrícolas, así como los indicadores de ingreso familiar. Encontramos que la agricultura desempeña papel multifuncional que permite, en particular a los agricultores con pocas posibilidades de inserción en el mercado de trabajo, realizar actividades de generación de ingresos que contribuyan al desarrollo sostenible.

Palabras-clave: Proyecto de Desarrollo Sostenible; los asentamientos periurbanos, pluriactividad, la reforma agraria; la multifuncionalidad agraria.

Introdução

A crise ambiental enfrentada no planeta modificou o debate sobre a reforma agrária no Brasil impondo novos desafios. O modelo de produção instaurado pela modernização agrícola não responde a questões decorrentes desta crise. Como tentativa de resposta, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Estado Brasileiro propuseram a criação de novas modalidades de assentamentos, buscando incrementar a sustentabilidade dos sistemas de produção, usando os conhecimentos, conceitos e técnicas preconizados pela agroecologia, que é uma abordagem científica da agricultura numa perspectiva ecológica, baseada em análises sistêmicas e interdisciplinares, tendo como objetivo final melhorar a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola (KHATOUNIAN, 2001).

Com essa perspectiva de sustentabilidade, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) editaram a Portaria/INCRA nº 477/99, estabelecendo o “Projeto de Desenvolvimento Sustentável” (PDS). Trata-se de uma modalidade de assentamento que busca promover atividades produtivas em áreas de interesse ambiental, com acompanhamento sistemático baseado no uso de práticas agroecológicas e produção sustentável (BRASIL, 2000). Estes PDS

puderam também responder à demanda do MST de instalação de assentamentos sustentáveis sob a perspectiva de Comuna da Terra. O assentamento Milton Santos, focalizado neste estudo, foi simultaneamente fruto desta idealização de Comuna da Terra e da experimentação da modalidade de PDS.

A proposta de Comuna da Terra é concebida como meio para mobilizar trabalhadores das periferias urbanas de regiões metropolitanas para a causa da reforma agrária. Para Delwek Matheus (2003), idealizador da proposta, ela deve garantir trabalho e renda aos trabalhadores rurais ou àqueles que desejam voltar ao campo, devendo ao mesmo tempo suprir a população urbana de alimentos saudáveis e baratos.

Segundo seu idealizador, as Comunas da Terra buscam criar próximos a regiões metropolitanas núcleos de economia camponesa, expandindo os benefícios da reforma agrária à população urbana com passado rural. A justificativa mais robusta está na inviabilidade de transferir famílias de grandes centros urbanos, onde possuem uma rede importante de relações sociais, para locais distantes de sua moradia (MATHEUS, 2003). As Comunas da Terra devem, portanto, estar próximas ao mercado consumidor e às infraestruturas de transporte e outros serviços. A proximidade do mercado favorece o estabelecimento de circuitos curtos de comercialização, permitindo também o desenvolvimento de atividades não-agrícolas e da pluriatividade (MATHEUS, 2003).

A área dos lotes da Comuna da Terra variam de dois a cinco hectares, consideravelmente menor do que o módulo fiscal nas diferentes regiões rurais do Brasil. Na concepção da proposta, apesar da área produtiva ser pequena, uma renda aceitável poderá ser garantida pela agregação de valor aos produtos com a implantação de agroindústrias, produção de produtos em sistemas agroecológicos em circuitos curtos de comercialização, bem como pela realização de atividades não agrícolas (MATHEUS, 2003). As Comunas da Terra devem favorecer práticas produtivas adequadas à preservação dos recursos naturais, apoiadas por assistência técnica e extensão rural estatal. Esta última deve ser voltada à promoção da sustentabilidade, envolvendo universidades e centros de pesquisa.

Contudo, as Comunas da Terra são experiências bastante incipientes, de modo que seus reais limites e potencialidades ainda não foram profundamente analisados. Assim, o assentamento Milton Santos, concebido nos moldes das modalidades PDS e da proposta de Comuna da Terra, situado na Região Metropolitana de Campinas/SP, constitui um espaço privilegiado para o estudo do alcance de tais iniciativas. Considerando a possibilidade de ocupação não-agrícola das famílias, uma questão pendente é em que medida a agricultura pode efetivamente contribuir nas estratégias econômicas dos assentados.

Nesta ordem de ideias, nosso objetivo foi estudar o papel da agricultura na estratégia de vida das famílias pluriativas assentadas. Com tal ótica, pretendeu-se identificar elementos internos das famílias e examinar o lugar da agricultura em seu cotidiano. Nossa

hipótese é de que a agricultura ocupa um papel fundamental na estratégia de vida das famílias pluriativas, uma vez que oferece uma complementação de renda não negligenciável, especialmente por ocupar membros menos capacitados ao trabalho em meio urbano.

Metodologia

O estudo foi baseado em metodologia sistêmica, com vistas a compreender o significado dos eventos e das relações sociais em sua totalidade. No entanto, tal construção não significa tomar em conta toda a realidade, mas considerar símbolos representativos desta última. Trata-se de um estudo essencialmente qualitativo.

A partir deste olhar para a realidade social, construiu-se uma tipologia das famílias assentadas no Milton Santos baseadas na composição da renda familiar total. As famílias consideradas pluriativas no âmbito deste estudo são aquelas cuja renda oriunda de atividades não agrícolas corresponde a mais de 50% da renda familiar total.

Para nossa discussão, iluminamos às lógicas e estímulos de uma estratégia pluriativa. Em um segundo momento, tratamos do contexto histórico do território e do assentamento, além das características destas famílias. Passamos, então, a discutir indicadores sobre as práticas agrícolas realizadas pelas famílias pluriativas. Por fim, também avaliamos o resultado econômico gerado por três famílias pluriativas. Para esta discussão, os dados utilizados foram coletados de forma censitária em 2012, pelo Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP, junto a 54 famílias assentadas, destas 17 famílias com 68 membros são pluriativas. Ademais, os resultados econômicos de três famílias pluriativas citadas são referentes ao ano de 2013, e foram igualmente importantes para nossa reflexão.

A estratégia pluriativa

O conceito de pluriatividade se refere à análise da diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas (SCHNEIDER, 2009). A ideia destaca estratégias de gestão do trabalho na unidade de produção familiar, que abrangem atividades agrícolas e não-agrícolas. Essas estratégias podem estar associadas à insuficiência de renda gerada pela agricultura para a família ou a motivações de outra natureza, alheias à agricultura. O desenvolvimento de atividades não-agrícolas é alto em zonas de grande densidade demográfica, como em regiões metropolitanas, geralmente com dinâmicas econômicas mais intensas.

Em termos conceituais, atividade é a realização de um conjunto de tarefas, procedimentos e operações de caráter produtivo e laboral (SCHNEIDER, 2003). As atividades agrícolas propriamente resultam em produtos agrícolas in natura. São ditas para-agrícolas aquelas atividades que transformam, beneficiam ou processam produtos agrícolas ou derivados, bem como a prestação de serviços ligados à agricultura. As atividades não-agrícolas são tipos de empregos em ramos e setores econômicos e produtivos tidos como não-agrícolas (SCHNEIDER, 2003b), tais como a indústria e os serviços. A pluriatividade é a interação ou combinação entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas (SCHNEIDER, 2003a), no seio de uma unidade de produção familiar, que é realizada por diferentes membros (família pluriativa), ou mesmo por um único membro (trabalhador pluriativo).

Normalmente, a análise da pluriatividade é baseada na unidade familiar e considera a agregação de três características fundamentais: a composição demográfica da família; o processo de tomada de decisão vinculado às vontades e interesses dos indivíduos, considerando suas posições locais e históricas e; as microdinâmicas socioeconômicas do território (FULLER, 1987, MARDENS, 1995, SACCO DOS ANJOS, 2003). O foco da análise da pluriatividade refere-se às relações entre a agricultura e o sistema econômico e, também, entre os agricultores e o mercado de trabalho, considerando relações intrafamiliares (FULLER 1987, MARDENS, 1995).

Segundo Saco dos Anjos (2003), a pluriatividade pode ser considerada como uma característica inerente à organização das unidades de trabalho familiar ou, para outros autores, como Machado e Casalinho (2010) como um processo de definhamento social. A estratégia pluriativa pode garantir a reprodução social em contextos precários, reflexo da modernização agrícola, ou significar a realização de projetos individuais. Os significados, características e formas da pluriatividade variam de acordo com os fatores que estimulam seu aparecimento. Em outras palavras, as formas diversas da pluriatividade emergem das respostas dos agricultores aos contextos em que estão inseridos. Deste modo, para fins de nossa análise, passamos a examinar o contexto em que as famílias pluriativas assentadas no Milton Santos estão inseridas.

O assentamento Milton Santos

Convém inicialmente salientar que São Paulo se desenvolveu com um padrão agrário moderno, generalizado e intenso (MULLER, 2004). O estado desfruta do maior mercado interno do país, apoiado por relações capitalistas de produção avançadas e uma agricultura mercantil tecnificada. A Região Metropolitana de Campinas é representativa da intensa urbanização e industrialização estadual, com um espaço rural moderno e

concentrado. Os municípios de Americana e Cosmópolis, onde está localizado o assentamento Milton Santos, integram este conglomerado urbano, podendo ser pensados como um espelho regional. O território é marcado por alta densidade demográfica, elevadas taxas de urbanização e de dinamismo econômico com terras valorizadas e forte concentração fundiária. Assim, trata-se de um território representativo para discutir a pluriatividade, e o lugar da agricultura nas estratégias das famílias pluriativas.

O assentamento Milton Santos apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento da pluriatividade em razão do mercado de trabalho urbano muito próximo, e da facilidade de escoamento de produtos agrícolas no mercado local de alimentos. Ademais, as características do assentamento, como área produtiva reduzida e dificuldade de acessar água limitam a prática agrícola. Nesta medida, é comum o trabalho fora do lote em atividades não agrícolas por alguns membros das famílias, enquanto outros realizam atividades agrícolas.

As terras onde hoje se localiza o assentamento já foram ocupadas no passado com culturas de café, algodão, cana de açúcar e soja. A área pertencia à família Muller até a década de 1940 (2ª Guerra Mundial), quando foi confiscada pelo governo Vargas. Após o confisco, a família Abdalla apossou-se da área (Sítio Boa Vista), com a fábrica de Tecidos Carioba por mais de 15 anos. Posteriormente, o grupo Abdalla teve o Sítio Boa Vista confiscado e repassado ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), por meio do decreto nº 77.666, de 24 de maio de 1976 devido a suas dívidas com a União (SALIM, 2007). Em 2006, a área foi enfim repassada para o INCRA executar a implantação do assentamento Milton Santos, em razão da pressão do movimento social.

A formação do assentamento Milton Santos ocorreu em grande parte por trabalhadores, que viviam em situação marginal nas cidades da região. O trabalho de base para recrutamento dos sem-terra ocorreu em Limeira (bairro Ernesto Khiel), em Campinas (bairros Padre Josi, Campo Belo, Marque Exile, Monte Cristo e Carlos Marighela) e nas periferias dos municípios de Cosmópolis e Paulínia.

O assentamento está portanto localizado nos municípios de Americana (56 hectares) e Cosmópolis (48 hectares). A área total é de 103,45 ha, distribuídos em Reserva Legal (20,88 ha), Área de Preservação Permanente (10,88 ha) e Área Agrícola (71,84 ha) - dividida em 70 lotes de aproximadamente um hectare cada um. Além do monocultivo em larga escala de cana de açúcar, o entorno é entrelaçado por indústrias, bairros urbanos periféricos, chácaras de lazer, empresas de recreação e alguns remanescentes de mata ciliar.

Em linhas gerais, a produção do assentamento Milton Santos desde sua criação é predominantemente de hortaliças comercializadas principalmente através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com

Doação Simultânea. Nossos dados coletados em 2012 revelaram que a produção agrícola é a principal fonte de renda para 51% das famílias, e a segunda para 45%. Apesar de ser a principal atividade agrícola, a produção de verduras é limitada pela falta de água nos lotes, considerada como o maior entrave produtivo por 56% das famílias assentadas.

No assentamento não há creche, escola ou espaços para prática de lazer e esportes. Instalações para empreendimentos coletivos, como agroindústria, também não foram edificadas. Existe apenas um barracão de uso coletivo para realizações de reuniões, festas, festivais de cinema e de teatro promovidos pelos assentados e instituições parceiras. Em termos de organizações locais, destacam-se pequenos grupos de Organismos de Certificação Social (OCS)² e uma associação.

Por outro lado, as terras do entorno do Milton Santos conhecem forte especulação imobiliária. Na vizinhança surgem bairros com lotes para construção de casas de moradia, chácaras de lazer, ranchos e barracões industriais. Ademais, o assentamento está localizado em área periurbana, distante cerca de 20 minutos da cidade e disponibilidade de transporte público diário em seis horários diferentes.

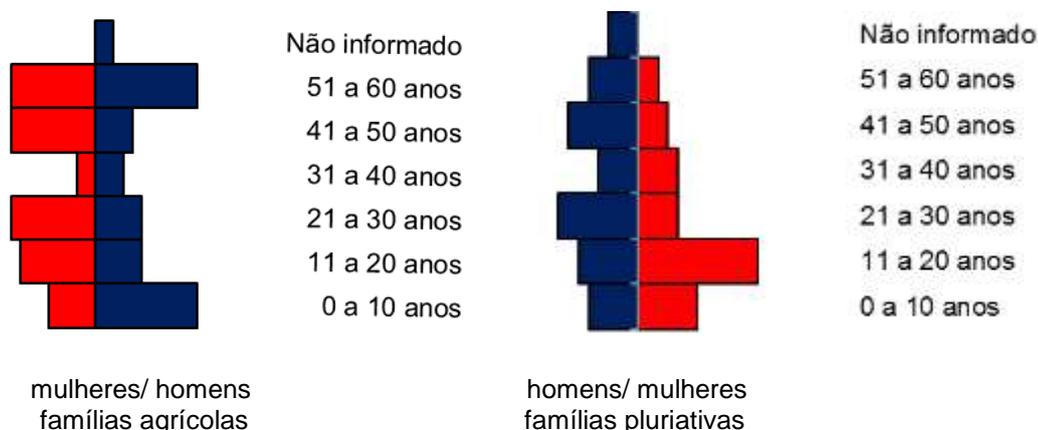
As famílias assentadas pluriativas

A trajetória de vida dos titulares dos lotes das famílias pluriativas remete aos processos de migração e ao êxodo rural. Esta trajetória iniciou-se com os progenitores dos titulares, que trabalhavam como minifundistas, arrendatários e trabalhadores rurais. Os progenitores habitavam regiões pouco dinâmicas, em termos econômicos, do país e encontravam-se em condições de vida precárias com poucas oportunidades de trabalho. Foi quando os titulares dos lotes deixaram seus progenitores e foram em busca de novas oportunidades profissionais. Assim, migraram e continuaram a trabalhar como arrendatários ou trabalhadores rurais em condições análogas a seus pais. A precariedade os levou a migrarem novamente, desta vez para as periferias urbanas, onde aprenderam profissões como aquelas de pedreiro, mecânico e doceiro. Na sequência dessa trajetória, estas famílias saíram das periferias urbanas da RMC e voltaram ao campo para formar o assentamento Milton Santos.

Neste último, a população predominante é masculina (53%). Os homens são ainda mais numerosos em famílias com estratégia de renda agrícola, e em faixas etárias acima dos 50 anos. Já em famílias pluriativas há mais jovens, conforme o gráfico 01.

² Trata-se de um dispositivo de reconhecimento de produção orgânica para venda local e mercados institucionais, nos quais é possível obter em média 30% de valor adicional ao produto. O reconhecimento orgânico obtido via OCS é estabelecido pela alínea VIII do Art. 2º do Decreto nº6.323/07.

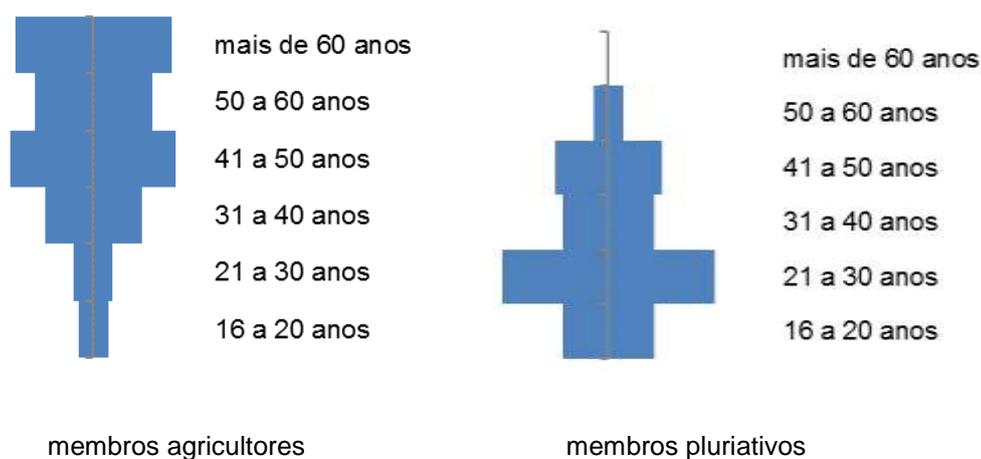
Gráfico 01: Pirâmides etárias dos membros das famílias com estratégia agrícola e pluriativa assentados no Milton Santos, Americana, SP



Fonte: Dados da pesquisa.

Em famílias pluriativas e agrícolas as crianças (0 a 10 anos) compõem 21% dos membros. Os adolescentes (entre 11 a 20 anos) se concentram em famílias pluriativas (21%). Os adultos entre 21 a 50 anos predominam em quantidade proporcional semelhante entre as famílias pluriativas (45%), e com estratégia agrícola (49%). A maior disparidade está nas faixas etárias acima de 51 anos, que comporta 15% dos membros de famílias agrícolas e 3% em pluriativas. Situação semelhante foi vista também em outros contextos relatados por Schneider (et al., 2006; 2009). Neste caso a razão pode estar atrelado ao fato dos membros que realizam atividades agrícolas serem majoritariamente idosos, conforme o gráfico 02:

Gráfico 02: Pirâmides etárias dos membros que realizam a atividade agrícola e dos membros pluriativos respectivamente assentados no Milton Santos, Americana, SP



Fonte: Dados da pesquisa.

Os assentados que executam as atividades agrícolas situam-se nas faixas etárias entre 31 e 50 anos (44%), mais de 60 anos (24%) e entre 50 a 60 anos (18%), tal como pode ser visto no gráfico 02. Algumas tarefas agrícolas, que requerem mais esforço físico são evitadas devido à idade avançada de parte dos agricultores. Os jovens entre 16 a 30 anos representam 14% da população que executa a atividade agrícola. Para os agricultores com mais idade, a inserção do mercado de trabalho é mais difícil, de modo que a atividade agrícola permite sua inclusão laboral e social.

Este mesmo fenômeno pode ser visto nas médias de idade: 44,3 anos para as famílias com estratégia de renda agrícola, enquanto 33 anos nas famílias pluriativas. Na região metropolitana de São Paulo, a situação é semelhante, os indivíduos das famílias pluriativas têm média de idade de 27 anos, contra 36,5 anos nas famílias agrícolas (FIGUEIREDO et al., 2012). Portanto, a diferença chega a quase 10 anos em ambas as situações. O ciclo demográfico da família é um elemento base para tomadas de decisões estratégicas (SACO DOS ANJOS, 2003). As famílias mais jovens têm maior disponibilidade de trabalho, o que lhes permite a diversificação de atividades e fontes de renda.

A atividade agrícola realizada pelas famílias pluriativas assentadas é praticada predominantemente por mulheres (55%), que nasceram no estado de São Paulo (38%), com idade entre 40 a 60 anos, experiência profissional rural (56%) e 1º grau completo. De fato, os homens destas famílias são mais engajados no trabalho fora do lote. Elas dedicam mais de 20 horas semanais (70%) na execução da atividade agrícola. Estas famílias usam mais força de trabalho externa eventual, do que aquelas agrícolas, mas a maior parte ainda é familiar (67%).

As mulheres que realizam as atividades agrícolas têm características que dificultam sua inclusão no mercado de trabalho, principalmente a idade avançada (ver gráfico 02) e o baixo grau de escolaridade. Deste modo, os membros de famílias pluriativas com menores chances de inserção no mercado de trabalho são aqueles que desenvolvem a atividade agrícola. Logo, a atividade agrícola realizada com tarefas que exigem menos esforço físico torna-se uma forma de inserção produtiva para estes membros, acarretando em aumento da renda familiar, além da acentuação do protagonismo da mulher rural.

Os lotes são utilizados tanto para produção agrícola como para moradia. Em Americana, o módulo fiscal é de 11 hectares. A proposta de Comuna da Terra prevê lotes entre três a cinco hectares. Se estes tamanhos são reduzidos, o caso do Milton Santos com lotes de um hectare ainda é mais dramático: trata-se do segundo assentamento com menor tamanho de área produtiva no estado de São Paulo.

Com esta área reduzida, agregar valor aos produtos é fundamental. Assim, o processo para o reconhecimento legal da produção orgânica no assentamento se iniciou em

2015, com a modalidade de Organismo de Controle Social, que permite a comercialização em circuitos curtos. Para esse reconhecimento orgânico foi essencial o auxílio do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da ESALQ/USP, que realiza ações de extensão universitária no assentamento.

Por outro lado, a produção agrícola das famílias pluriativas ocupa área menor, representando uma atividade agrícola menos intensa que para aquelas famílias com estratégia agrícola. Todas estas famílias privilegiam a produção de hortaliças, cuja rentabilidade comercial por área é mais alta do que a obtida com cultivos de roça como milho e mandioca.

Dentre as hortaliças produzidas comercialmente, as famílias entrevistadas preferem as folhosas de ciclo curto, particularmente a alface e a rúcula. Consideram que seu ciclo curto permite maior rentabilidade (67%). A propósito, a diversidade de cultivos é menor em famílias com estratégia de renda pluriativa do que nas famílias com estratégia predominantemente agrícola.

Nas famílias pluriativas, entre as práticas recomendadas no âmbito da agricultura orgânica, a cobertura morta é aquela de maior destaque (73%), já que viabiliza o aumento de produção e ainda reduz custos, trabalho, água de irrigação e problemas de erosão. Trata-se de uma prática de cultivo muito favorável ao meio ambiente (NEVES et al., 2015).

Em relação à água disponível, fator essencial para produção de hortaliças, 94% das famílias pluriativas consideram ruim, tanto sua qualidade como quantidade. O acesso à água é considerado pelos assentados (56%) o maior limitante à produção agrícola, como já mencionado.

No assentamento não há limitação de uso do solo relacionada ao relevo como a profundidade do solo e infiltração de água. Já a fertilidade do solo é considerada pelas famílias pluriativas como ruim (64%). A baixa fertilidade do solo é, portanto, vista como um fator limitante à produção agrícola pelos assentados (21%).

A assistência técnica para o manejo produtivo é tida como ruim pelos assentados (67%), assim como a frequência da visita dos técnicos. Esta última costuma ocorrer semanalmente (34%), mensalmente (33%) ou de forma esporádica (33%). As famílias pluriativas manifestam mais insatisfação com o serviço de assistência técnica do que aquelas agrícolas.

A atividade agrícola se desenvolve sem uso do financiamento agrícola (67%), já que as famílias não tiveram interesse (75%) ou estão inadimplentes (25%). As famílias que acessaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) investiram na resolução de problemas que limitavam a produção agrícola, particularmente a falta de água.

Estas famílias acreditam que a comercialização fora do mercado institucional é dificultada pela falta de tempo para dedicar-se à venda (67%), ou pela falta de transporte (33%). No ano de 2013, as três famílias pluriativas entrevistadas a respeito dos dados financeiros entregaram cerca de cinco toneladas de alimentos via o Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. Em 2008, cerca de 20% dos assentados paulistas participavam deste Programa (IPEA, 2013). Vale lembrar que os produtos orgânicos entregues neste programa são adquiridos com um sobre preço de cerca de 30%.

Em suma, a prática da atividade agrícola por famílias pluriativas é realizada pelas mulheres com menores chances de inserção no mercado de trabalho, com pouca experiência de vida rural e apoio de uma assistência técnica descontínua. As agricultoras encontram dificuldades, muitas vezes se frustrando na condução da atividade agrícola, que é enfraquecida pela dificuldade em ter acesso à água para irrigação e às linhas de crédito rural. Agravando o quadro, além da baixa fertilidade do solo e à assistência técnica deficiente, a infraestrutura produtiva é muito precária. Apesar das dificuldades, a produção agrícola propicia um certo sentido de segurança alimentar para as famílias, que declaram que cerca de 30% dos seus alimentos são produzidos no próprio lote.

O resultado financeiro da agricultura produzida pelas famílias pluriativas

No assentamento Milton Santos 82% das famílias têm algum montante da renda familiar proveniente da atividade agrícola. A receita oriunda da atividade não agrícola contribui com a renda de 45% das famílias assentadas, tal como revelam os dados obtidos em 2012. O rendimento com atividade agrícola é duas vezes mais frequente que a renda oriunda de outras atividades.

Abaixo (tabela 01), segue as fontes e os rendimentos financeiros das atividades desenvolvidas pelas três famílias pluriativas entrevistadas. Vale lembrar que a renda obtida com a atividade agrícola é estimada, uma vez que os agricultores não dispõem desta informação de forma precisa.

Tabela 01 - Fontes e valor da renda anual em 2013 (em salários mínimos de R\$ 678,00, valor do ano de 2013) das famílias entrevistadas no assentamento Milton Santos, Americana - SP

Famílias pluriativas	Fontes de renda					Renda/per capita (S.M./ano)
	Agrícola (S.M./ano)	Não-agrícola (S.M./ano)	Bolsa família (S.M./ano)	Renda de benefício (S.M./ano)	Renda familiar total (S.M./ano)	
nº 1	7,07	24,00	-	13,00	44,07	14,69
nº 2	7,07	18,00	2,12	-	27,19	4,53
nº 3	2,12	5,31	2,12	-	9,55	4,78
TOTAL	16,26	47,31	4,24	13,00	80,81	9,31

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando estas três famílias, o valor total da renda oriunda da atividade não agrícola representa quase 60% da renda familiar total, e é o triplo daquela obtida com a atividade agrícola. No entanto, a renda obtida com as atividades não agrícolas não é suficiente, uma vez que o valor obtido apenas com estas últimas não permite superar uma situação social considerada abaixo da pobreza³. Para essas famílias, a atividade agrícola no lote oferece um complemento que representa mais de 20% do total da renda, colocando-as acima da linha de extrema pobreza. Ademais, vale lembrar que a produção para consumo próprio não convertido em renda no nosso estudo, representa cerca de 30% dos alimentos ingeridos por estas famílias.

A renda média total mensal das famílias pluriativas entrevistadas do Milton Santos é de R\$ 1.521,00 no ano de 2013, o que equivale ao dobro daquela das famílias que se dedicam apenas à agricultura e supera a média das famílias pluriativas da RMSP, que é de R\$ 1.288,72 (DEFIGUEIREDO et al., 2011). Assim, as famílias pluriativas entrevistadas do assentamento estão em condições econômicas melhores, que as famílias agrícolas locais e a média paulistana.

De todo modo, convém ainda insistir que estes rendimentos obtidos com as atividades não-agrícolas não são suficientes para as despesas familiares, uma vez que os membros pluriativos estão subempregados em trabalho informal. Desta maneira, a atividade agrícola é essencial na composição da renda de famílias pluriativas. Ademais, em campo, pôde-se constatar que a receita obtida com as atividades não-agrícolas é investida na aquisição de mudas, esterco e outros insumos. Deste modo, a pluriatividade fortalece as atividades agrícolas realizadas pelas famílias pluriativas.

Por outro lado, convém insistir que, no assentamento Milton Santos, a pluriatividade é recorrente em famílias rurais jovens, principalmente devido à disponibilidade de mão de obra e aos desejos de consumo familiar. Ademais, os membros jovens e escolarizados têm

³ A linha pobreza quantifica o número de pessoas em estado de indigência em um território possibilitando a comparação com outros territórios. Representa o valor da linha de indigência acrescido de valores de renda monetária correspondente a despesas básicas de transporte, vestuário e alimentação (BARROS, 2014).

mais chance de se inserirem no mercado de trabalho urbano, como tratado anteriormente com o apoio de diversos autores como Schneider (2009), Saco dos Anjos (2003), Mardens (1990) e Carneiro (1998).

Com poucas chances de inclusão no mercado de trabalho, as mulheres realizam atividades agrícolas pouco exigentes em escolaridade e relativamente apropriadas para uma idade avançada. Deste modo, a atividade agrícola possibilita a inclusão produtiva destas mulheres, contribuindo em certa medida para mudanças nas relações de poder e para o empoderamento feminino, além do ganho de renda familiar.

Parte destas mulheres cultivam hortaliças com alto valor agregado em razão do reconhecimento como produto orgânico. A produção para consumo próprio representa 30% dos alimentos da unidade familiar e a renda proveniente da agricultura representa 20% da renda das famílias pluriativas, representando um patamar acima das condições de pobreza, o que favorece a manutenção das famílias no campo. Estudo de Schneider e sua equipe (2006) no Rio Grande do Sul concluiu que a renda oriunda das atividades agrícolas são fundamentais para as famílias pluriativas, garantindo sua reprodução social. Resultados semelhantes também foram relatados por Lopes (2009) sobre famílias pluriativas de Sergipe e por Carneiro (1996), em caso francês. No entanto, em todos estes casos, é a mulher quem realiza a atividade não agrícola.

Conclusões

A produção agrícola do Milton Santos é norteadada por uma concepção de assentamentos fundada em sistemas produtivos sustentáveis, que são favorecidos por situações que permitam obter um alto valor agregado aos produtos. Porém, as famílias assentadas consideradas enfrentam entraves como assistência técnica descontínua, falta de acesso à água e barreiras para tomar crédito, que dificultam a atividade agrícola.

Nas famílias pluriativas, a atividade agrícola é praticada majoritariamente pelos membros com menores chances de inserção no mercado de trabalho urbano, permitindo a inserção laboral e a valorização destes indivíduos, além de oferecer uma complementação de renda familiar suficiente para situá-la acima da linha da pobreza. Além desta importância, esta agricultura contribui significativamente para a segurança alimentar local.

Assim, a execução da atividade agrícola é fundamental na estratégia de vida destas famílias pluriativas e contribui para sua permanência no campo em condições sociais seguras. Convém destacar que seus empregos informais urbanos são relativamente pouco remunerados e instáveis. Portanto, sem a agricultura, as famílias vivenciariam um estado social precário. Ademais, a prática da agricultura, notadamente aquela fundada em princípios ecológicos, por famílias pluriativas fortalece o reconhecimento da

multifuncionalidade da atividade agrícola para o desenvolvimento rural com a promoção da sustentação das famílias no campo, da preservação dos recursos naturais e da produção de alimentos saudáveis.

Referências

BARROS, F., F, R. **Análise da pobreza unidimensional e multidimensional no nordeste do Brasil em 2009 a 2012**. 38 p. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará - UFC Curso de Pós Graduação em Economia de Empresa. Fortaleza 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9579/1/2014_dissert_ffrbarros.pdf> Acesso em 04 mai de 2017.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Agrário – INCRA. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS**. Brasília: MDA, 2000. 50p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Meio Ambiente. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria no 477/99** de 11 dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Portaria+no+477%2F99+incra>> Acesso em 30 de jan. de 2015.

_____. Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento. **Decreto Nº 6.323**. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm > Acesso em 04 mai 2017.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996, 228 p.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, São Paulo, vol.3, p. 147-185, out./nov., 1998.

DEFIGUEIREDO, N. M. S; BRANCHI, B. A.; KAGEYAMA, A. A. Trabalhadores e famílias rurais na Região Metropolitana de São Paulo: diversificação dos rendimentos e características familiares em 2008. **Revista de Economia**, v. 38, n. 1, 2011. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/economia/article/viewArticle/28749>> Acesso em 01 abr 2015.

DI PIERRO, M. C.; ANDRADE, M. R. Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004. **Revista Brasileira de Educação** [online]: v. 14, nº 41, p. 246-257, 2009.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. 205 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da F. F. L. C. H. da

Universidade de São Paulo, São Paulo 2005. Disponível em: <
http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/Dissertacao_BMF.pdf>. Acesso em 04 mai 2017.

FÜLLER, A. Introducción. In: **ARKLETON RESEARCH. Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier. Madrid: Ministerio da Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1987.

GRAZIANO SILVA; DEL GROSU, M. E. **O novo rural: uma abordagem ilustrativa**. Londrina: IAPAR, v. 1. 2002, 53 p.

GONÇALVES, J. C. **Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto SP** Dissertação de Mestrado, UFSCar, São Carlos, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Banco de Dados Agregados – **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?z=t&o=25&i=P>>. Consultado em 09 jan. 2012.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Qualidade de vida, produção e renda nos assentamentos de reforma agrária do Brasil**. Brasília: Incra, 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo: Fatores de Sucesso e Insucesso**. Brasília: IPEA, 2013. 121 p. Relatório de Pesquisa.

KHATOUNIAN C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348 p.

MACHADO, A. M. B.; CASALINHO, H. D. Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária. **Revista Nera**, n. 17, p. 65-80, 2012.

MATHEUS, D. **Uma outra concepção de assentamento de reforma agrária: A Comuna da Terra** Trabalho de Conclusão do Curso de Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros apresentado à Faculdade de Serviço Social – UFJF – MST 2003 55 p.

MARDENS, T. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**. London, v. 11, n. 3, p. 285-296, jun./set., 1995.

MULLER, G. São Paulo o Núcleo do padrão agrário moderno. In: STEDÉLI, J. P. **A questão Agrária na década de 1990**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. cap. 6, p. 221-237.

NEVES, J. F. SILVA, L. B.; JÚNIOR, S. S.; NEVES, S. M. A.; NEVES, R. J.; DASSOLLER, T. F.; O Cultivo de Hortaliças sobre Plantio Direto e Coberturas de Solo em Cáceres/MT. **Cadernos de Agroecologia**. Dourados, v. 9 n. 4, p. 1-8, 2015. Disponível em: <
<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/16537>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUPEL. 2003. 374 p.

SALIM, L. **Pré assentamento Comuna da Terra Milton Santos: História de vida, história de luta** Campinas 2007 87p.

SCHNEIDEIR, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, no.16: 164-184. 2001. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/191>> Acesso em 29 jan. 2015.

_____; RADOMSKY, G. F. W. **A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: um estudo de caso do município de Barão**. In: III Seminário Sobre Novo Rural Brasileiro: Projeto Rurbano – FASE III, realizado em 12 e 13 de Junho de 2003, Instituto de Economia – UNICAMP, Campinas, SP 2003. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/191>> Acesso em 29 jan. de 2015.

_____. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 18 no 51 p. 99-121. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>> Acesso em 29 jan. 2015.

_____ **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, ed. UFRGS, 2006. 300 p.

_____. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito, ed. Flacso, p. 132-161, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/396.pdf>> Acesso em 29 jan. 2015.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Sobre os autores

Luciane Cristina De Gaspari – Graduação em Engenharia Florestal pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP); Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Doutorado em Ecologia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP).

Carlos Armênio Khatounian – Graduação em Engenharia Agrônoma Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Ecological Agriculture pela Agricultural University – Wageningen (Países Baixos); Doutorado em Sustainable Agriculture pela Iowa State University (EUA); Professor do Departamento de Produção Vegetal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).

Paulo Eduardo Moruzzi Marques – Graduação em Agronomia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Doutorado em Sociologia com ênfase em Études des Sociétés Latino-Américaines pelo Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Sorbonne Nouvelle (França); Pós-doutorado pelo Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (LADYSS); Livre-docência pela

Universidade de São Paulo (USP); Professor Programa de Pós Graduação em Ecologia Aplicada da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP).

Como citar este artigo

DE GASPARI, Luciane Cristina; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do Assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 85-101, jan.-mar. 2018.

Declaração de contribuição individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores **Luciane Cristina De Gaspari, Carlos Armênio Khautonian e Paulo Eduardo Moruzzi Marques**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O segundo e terceiro autores ficaram especialmente responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual; a primeira autora, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise e pelos procedimentos técnicos e do artigo.

Recebido para publicação em 08 de maio de 2017.
Devolvido para a revisão em 10 de janeiro de 2018.
Aceito para a publicação em 10 de janeiro de 2018.

Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista

Cláudia Marques Roma

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil
e-mail: marquesroma@yahoo.com.br

Raul Borges Guimarães

Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
e-mail: raul@fct.unesp.br

Resumo

Nesse artigo debatemos a inter-relação campo-cidade através da identificação dos problemas urbanos das pequenas cidades da região da Nova Alta Paulista e suas conexões com a Questão Agrária, pois são gerados pelo modelo de produção adotado, com o predomínio da expansão da agroindústria canavieira. Dessa maneira, os problemas urbanos resultantes do aumento da desigualdade social e da pobreza é um problema agrário e vice-versa, destacando, assim, a conflitualidade. Nestes termos, não há como pensar no desenvolvimento territorial daquela região sem considerar o processo denominado de pilhagem territorial, uma vez que acumulação do capital agroindustrial envolve o monopólio da renda da terra, a degradação do trabalho e apropriação dos recursos da natureza, reduzindo o desenvolvimento à poucos componentes econômicos.

Palavras-chave: Cidades pequenas; territorialização da agroindústria canavieira; desenvolvimento territorial.

Sugarcane agribusiness, territorial looting and development process in the region of Nova Alta Paulista

Abstract

In this article we discuss the rural-city relationship by identifying the urban problems of the small cities in the Nova Alta Paulista region and their connections with the Agrarian Question, since they are generated by the adopted production model, with the predominance of the expansion of the sugar cane agroindustry. In this way, the urban problems resulting from the increase of social inequality and poverty are also an agrarian problem, highlighting the conflict. In these terms, there is no way to think of the territorial development of that region without considering the process known as territorial looting, since accumulation of agroindustrial capital involves the monopoly of land income, the degradation of labor and the appropriation of natural resources, reducing development to few economic components.

Keywords: Small city; sugar cane agroindustry; territorial development.

Industria de la caña de azúcar, despojo territorial y proceso de desarrollo en la región de Nova Alta Paulista

Resumén

En este artículo discutimos la relación campo-ciudad mediante la identificación de los problemas urbanos de las ciudades pequeñas en la región de Nova Alta Paulista y sus conexio-

nes con la cuestión agraria, ya que son generados por el modelo de producción adoptada, con un predominio de la expansión de la agroindustria de caña de azúcar. De esta manera, los problemas urbanos resultantes del aumento de la desigualdad social y la pobreza es un problema agrícola, destacando así el conflicto. En consecuencia, no hay manera de pensar en el desarrollo territorial de la región sin tener en cuenta el proceso llamado saqueo territorial, ya que la acumulación del capital agroindustrial implica el monopolio de la renta del suelo, la degradación de la mano de obra y la destrucción de los recursos naturales, la reducción del desarrollo los pocos componentes económicos.

Palavras-clave: Pequenas cidades; la industria de caña de azúcar; el desarrollo territorial.

Introdução

Este artigo tem como base uma ampla investigação realizada a fim de compreender o impacto da expansão da agroindústria canavieira nos municípios da Região da Nova Alta Paulista. Debateremos a inter-relação entre a Questão Agrária e Urbana através da identificação de que os problemas urbanos e a estruturação do conteúdo urbano das pequenas cidades estão intrinsecamente relacionados à Questão Agrária, pois são gerados pelo modelo de produção adotado, ou seja, pode-se afirmar que o problema urbano é um problema agrário e vice-versa, destacando, assim, a conflitualidade.

Nessa linha de entendimento, destacamos que a Questão Agrária gera continuamente conflitualidade que alcança o campo e a cidade (FERNANDES, 2005). É por isto que o urbano, na perspectiva de complementaridade com o rural e o agrícola, se torna cada vez mais locus do campo, respondendo às suas lógicas, mas, também se estabelecendo como espaço de gestão. Esse processo nos remete ao debate acerca do desenvolvimento territorial.

Pensando sobre o desenvolvimento que ocorre na Nova Alta Paulista destacamos que este é considerado economicamente e politicamente somente pela territorialização da agroindústria canavieira, reduzindo o processo à poucos componentes econômicos. Mas a conflitualidade, entendida na perspectiva de Fernandes (2005), também se expressa na percepção dos camponeses e cidadãos sobre problemas gerados pela expansão da atividade agroindustrial canavieira, como por exemplo, redução na produção de alimentos e acesso aos equipamentos e serviços de saúde. Para essa discussão utilizamos das análises realizadas nas cidades de Arco-Íris, Flora Rica, Inúbia Paulista, Mariápolis, Pracinha e São João do Pau D'Alho, respectivamente com 1.925, 1.752, 3.630, 3.916, 2.863 e 2.103 habitantes (IBGE, Censo, 2010). Nessas localidades, bem como em outras 30 cidades existentes na região denominada Nova Alta Paulista realizamos trabalhos de campo com aplicação de 451 questionários junto à população, além de entrevistas e aplicação de 69 questionários no comércio e serviços existentes nas cidades para melhor compreendermos a realidade socioespacial, seus conflitos e suas contradições.

Essas cidades pequenas possuem contingente populacional reduzido e suas funções urbanas são incipientes. Conforme conceituação de Santos (1982) fica evidente que essas cidades detêm o nível funcional mais elementar na rede de cidades e, mesmo sendo capazes de responder às necessidades vitais mínimas de sua população, suas demandas, necessariamente, implicam em uma vida de relações no espaço regional. Assim, a interdependência com outros centros urbanos é a possibilidade de sua permanência. Neste contexto, as localidades analisadas são entendidas por nós enquanto cidades pequenas (locais – conforme conceituação de Santos (1982) e híbridas).

A conceituação de cidade local nos remete ao entendimento dos conteúdos que estruturam os processos socioespaciais das pequenas cidades que estão inseridas no limite inferior da complexidade urbana, denominadas por Santos (1982) de cidades locais. Essas localidades detêm o nível funcional mais elementar na rede de cidades e, mesmo sendo capazes de responder às necessidades vitais mínimas de sua população, suas demandas, necessariamente, implicam em uma vida de relações, ou seja, a interdependência com outros centros é o que possibilita sua permanência. As cidades locais, cada vez mais, se caracterizam pela relação e pela mistura entre as dinâmicas rurais e urbanas, da sociedade e da natureza, bem como políticas, econômicas e sociais, exigindo que seus conteúdos sejam pensados num híbrido de relações articuladas e complementares, no qual misturas e sínteses se produzem sobre territórios herdados. Mesmo os novos processos, como a territorialização do agronegócio globalizado, que modificam os espaços de maneira conflituosa e contraditória, mantêm estruturas passadas. Portanto passamos a entender seus conteúdos enquanto cidades locais híbridas (ROMA, 2012).

As dinâmicas e processos gerados pela territorialização da atividade agroindustrial canavieira impactam as cidades pequenas (locais híbridas). Portanto como recorte empírico e analítico analisaremos as questões relacionadas ao acesso à saúde e assim, compreender que a Questão Agrária e Urbana se inter-relacionam de maneira complementar e contraditória.

Agroindústria canavieira e pilhagem territorial

A expansão da lavoura da cana-de-açúcar está atrelada ao elevado número de usinas e destilarias de açúcar e álcool presentes na região da Nova Alta Paulista (Mapa 1), que (re)estrutura a dinâmica dos municípios, principalmente em uma região basicamente composta por pequenas propriedades. Além das agroindústrias canavieiras existentes no território da Nova Alta Paulista, encontram-se ainda usinas e/ou destilarias em Nova Independência, Castilho, Mirandópolis, Valparaíso, Bento de Abreu, Guararapes, Clementina e Presidente Prudente (distrito de Ameliópolis), que merecem destaque pela sua proximidade geográfi-

ca com a região analisada, pois a dinâmica da agroindústria canavieira extrapola os limites municipais/regionais.

As usinas e/ou destilarias de açúcar e álcool da região contam com capital tanto de grandes grupos nacionais como também de grupos internacionais que baseiam seus nexos em escalas que extrapolam a Nova Alta Paulista. Nesse contexto, podemos dizer que nessa região vem se estruturando a chamada agricultura científica e globalizada, fragmentando o espaço rural e introduzindo racionalidade econômica no processo de apropriação do território, imprimindo externalidades que não o pertencem e impõe a supressão e a implosão das características que lhe são próprias e históricas.

Para Santos (2000) a agricultura científica resulta em um novo modelo técnico, econômico e social de produção agropecuária que em um contexto de globalização oferece novas formas de acumulação ampliada do capital. Esse modelo de produção agropecuária denominada agricultura científica reforça a presença do circuito superior da economia no campo e a articulação entre agropecuária e os demais circuitos espaciais de produção o que imprime racionalização no espaço agrário (ELIAS, 2005, 2006).

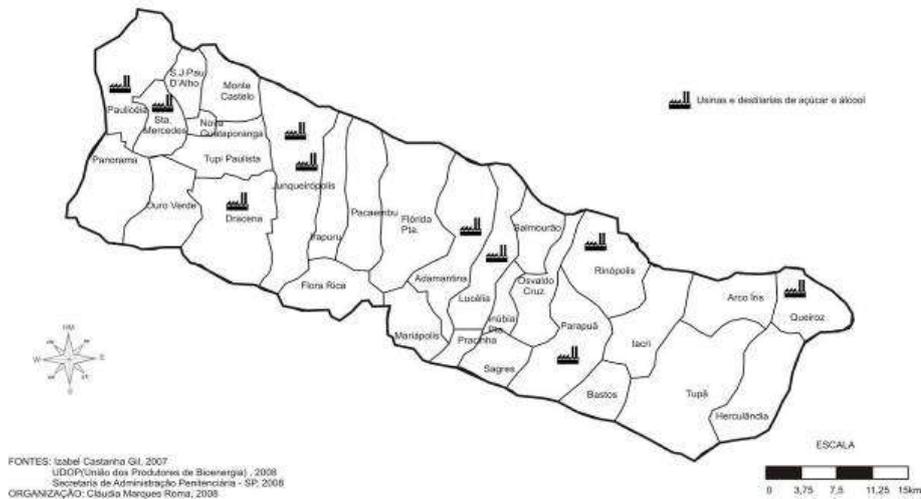
Essa condição estrutural da expansão do capital monopolista sucroalcooleiro e, portanto, da agricultura científica produz concentração de riqueza, expansão da pobreza e da miséria pode ser pensada através da “pilhagem territorial” nos mesmos termos propostos por Perpétua (2016), em seu estudo da cadeia de papel celulose. Segundo esse autor, a pilhagem territorial:

configura-se como movimento de territorialização do capital e conseqüente desmonte (desterreação) de territórios pré-existentes, sejam eles organizados sob a lógica capitalista (fazendas de pecuária, áreas de cultivo de alimentos ou outros cultivos agrícolas), sejam aqueles estruturados por relações de produção e reprodução não capitalistas (Perpétua, 2016, p. 36).

Afinal, a agroindústria canavieira na região da Nova Alta Paulista também sujeita a renda da terra, precariza o trabalho e degrada o ambiente, envolvendo três sentidos complementares, conforme Perpétua (2016, p.31 e 331): (1) pilhagem de territórios já constituídos; (2) pilhagem de recurso territoriais e (3) pilhagem cujo âmago está na necessidade de apropriação e controle de uma fração de espaço na forma de território”. Como resultado desse processo perverso, há a imposição de uma nova territorialidade estabelecida pela imposição de relações sociais hierarquizadas sob a hegemonia do capital em detrimento de outras formas de apropriação e uso do território.

Mapa 1 - Nova Alta Paulista Agroindústria canaveieira

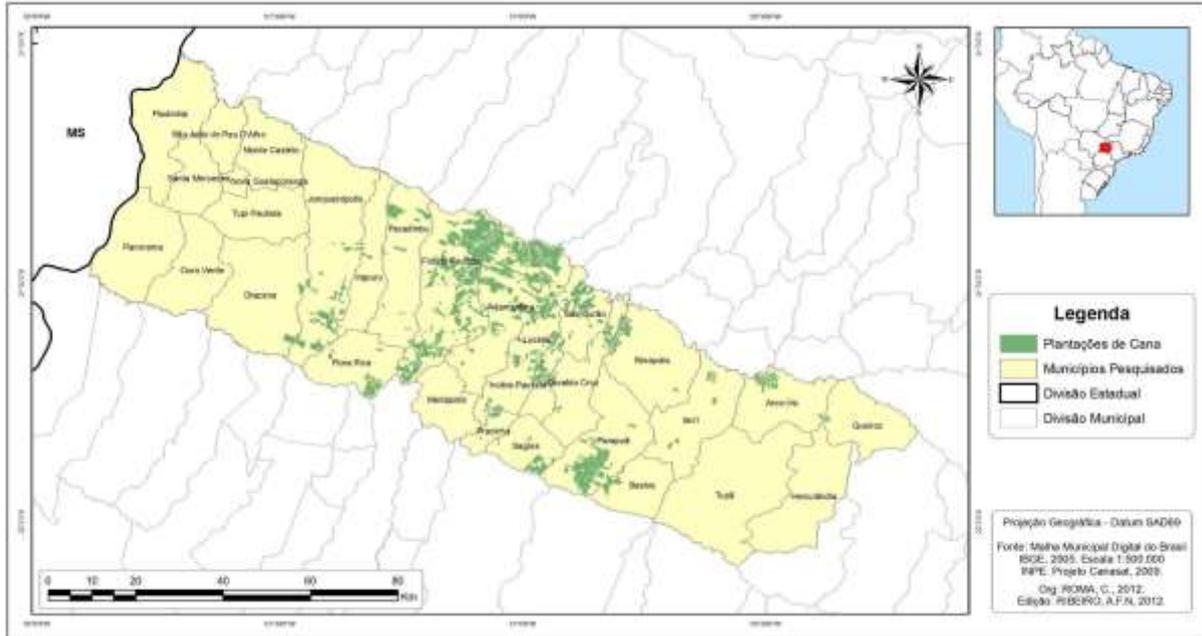
MAPA: NOVA ALTA PAULISTA - AGROINDÚSTRIA CANAVEIEIRA



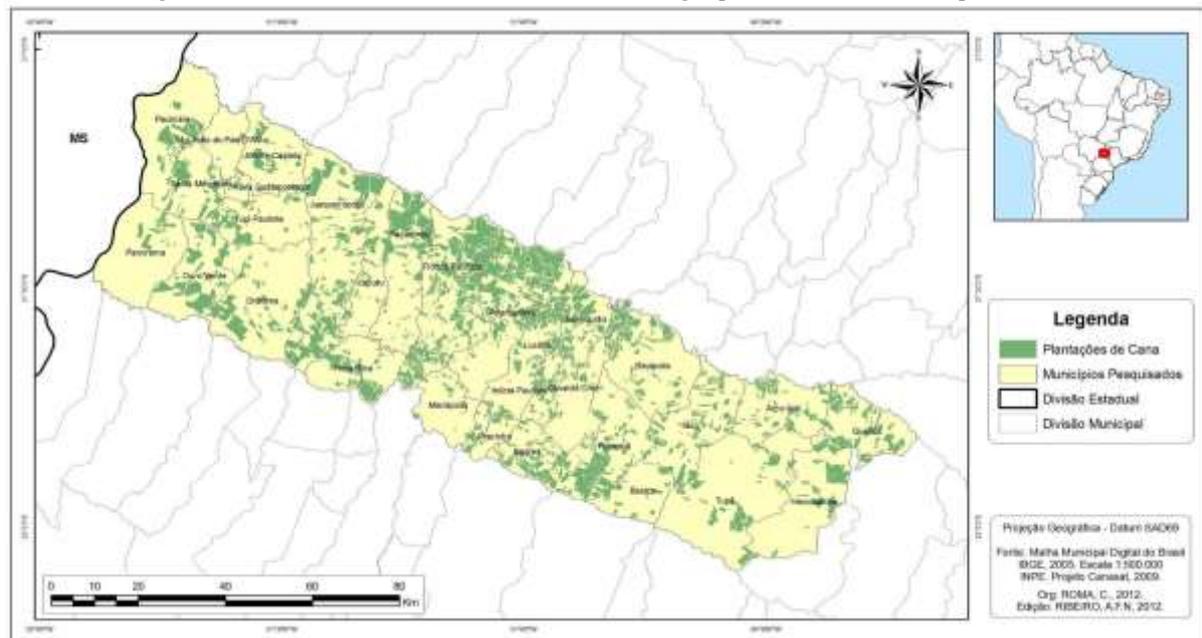
Acerca da dinâmica territorial da cana-de-açúcar na Nova Alta Paulista, destacamos dois momentos: 2002 e 2008. O ano de 2002 (Mapa 2) demarca o início desse processo e, 2008, (Mapa 3) uma etapa já bem consolidada da expansão. Para 2003/2004, a área plantada de cana-de-açúcar corresponde a 53.400ha, já em 2007/2008, que demarca um momento de consolidação da cultura, a área plantada passa para 126.273ha, perfazendo um aumento de 120,22%. Prosseguindo, na safra 2011/2012 temos 223.205ha, correspondendo um crescimento de 76,76% em relação à safra 2007/2008. A produção continuaria ascendente, contudo, de forma menos acelerada, com a safra 2012/2013 (238.673ha), revelando um aumento de 7% em relação à safra anterior e a safra 2013/2014, com 259.482ha de área plantada, ou 8,7% de aumento em relação à safra 2012/2013.

Isso demonstra que, mesmo após o boom apresentado pela cultura, seu crescimento continua substancial, ou seja, a cana-de-açúcar continua a se expandir na Nova Alta Paulista.

Mapa 2 – Nova Alta Paulista Área de ocupação de cana-de-açúcar 2002



Mapa 3 – Nova Alta Paulista Área de ocupação de cana-de-açúcar 2008



Assim, a territorialização da atividade agroindustrial canavieira rebate negativamente na produção camponesa e ameaça à soberania alimentar, como podemos observar na Nova Alta Paulista ao analisarmos o Quadro 1 referente ao agronegócio e a cidade. E, como grande parcela dos entrevistados atribuem somente a esse setor a possibilidade de geração de emprego e renda e a possibilidade de desenvolvimento seja do campo ou da cidade, ou seja, imprime-se no imaginário social o “mito da única possibilidade de geração de emprego”.

Quadro 1 - Nova Alta Paulista – 2010 e 2016 - A cidade e o agronegócio: emprego e renda

O que você acha da cana-de-açúcar para cidade?	
* Única fonte de renda da cidade e dos pobres	* Favorece muito o município, se não fosse isso estaria muito ruim, pois só temos emprego na prefeitura e um comércio fraco
* Melhorou a cidade, sendo a única opção de emprego	* Melhor qualidade de vida pela renda
* Crescimento da cidade, mais poder de compra	* Mudou para melhor, mas eu não gostaria de trabalhar na cana-de-açúcar
* Único serviço do município se não fosse à cana-de-açúcar não teria mais ninguém aqui	* A solução da nossa cidade
* Maioria das pessoas trabalham na cana-de-açúcar se acabar não teremos o que fazer	* Aumento populacional
* Aumento da renda	* Bom, atrai mais habitantes para a cidade
* Movimento no comércio	* Não dá emprego para as mulheres
* Se não fosse a cana-de-açúcar não teríamos mais nada, a cidade tinha acabado	* Salvação do povo
* Progresso	

Fonte: Trabalho de Campo, 2010 e 2016.

Boisier (1997), contrapondo esta concepção unívoca e monopolista de desenvolvimento, destaca que o processo de desenvolvimento territorial deva ser o de um projeto social inclusivo, humanista e “moderno” (no sentido amplo do termo), que recoloca e reconheça a diversidade como componente social, pois o desenvolvimento necessita da diversidade e intercâmbio de ideias e não de contextos homogêneos e acrescenta “no hay desarrollo em uma situación de conformismo”.

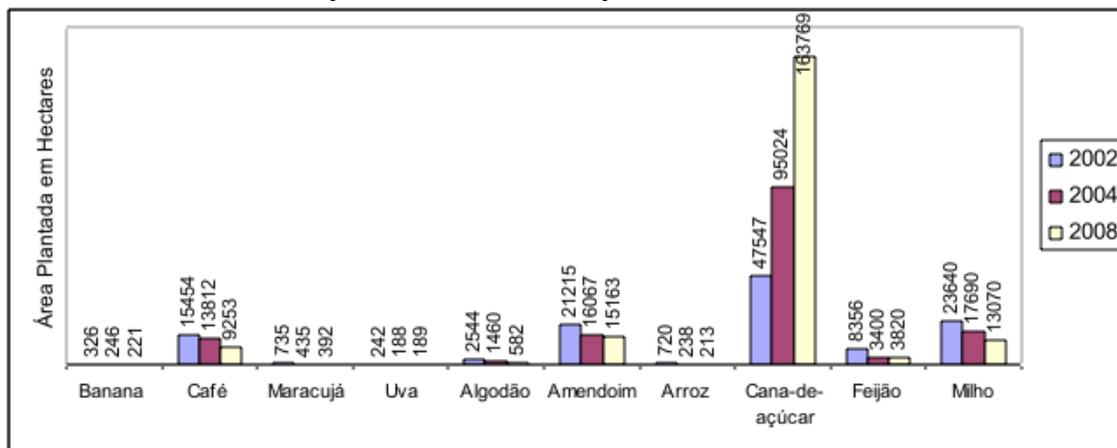
Corroborando com esta perspectiva, Fernandes (2005, p. 41) aponta que:

O conceito de desenvolvimento territorial que não contem a possibilidade de questionamento, de oposição e conflito, de diferenciação e ruptura, de soberanias; que não reconhece que a construção das decisões coletivas dos sujeitos dos territórios levará aos processos de distintos modelos de desenvolvimento territorial, na verdade é um conceito-fashion.

No contexto político e econômico da Nova Alta Paulista, a atividade agroindustrial canavieira é vista como única responsável pelo processo de desenvolvimento reduzindo este processo a poucos componentes econômicos. Mas, mesmo num processo de conflitualidade não latente observa-se na perspectiva dos camponeses que, devido às reestruturações da agropecuária, foram desapropriados e/ou expropriados de suas terras, de seu modo de vida e vivem nas cidades pequenas (locais híbridas), empobrecidos, materialmente e simbolicamente, é de que a introdução da atividade agroindustrial canavieira acabou com a

lavoura “branca”, referindo-se a produção de alimentos como feijão e outros (gráfico 1, tabela 01), ou seja, com a produção stricto sensu, mas, para além, desta, com a sua reprodução.

Gráfico 1 - Nova Alta Paulista - Estrutura fundiária: Área plantada (hectares) com lavoura permanente ou temporária - 2002, 2006 e 2008



Fonte: Produção Agrícola Municipal de 2002, 2006 e 2008 – (IBGE); org. autor.

Tabela 01 - Nova Alta Paulista - Estrutura fundiária: Produção das lavouras permanentes ou temporárias - 2002, 2006 e 2008 (Toneladas)

Produção/Ano	2002	2006	2008
Banana	4.503	5.730	4.260
Café	12.701	8.687	6.188
Maracujá	12.701	7.493	7.172
Uva	5.740	5.480	4.992
Algodão	4.110	2.503	1.260
Amendoim	36.627	33.404	39.669
Arroz	1.052	303	306
Cana-de-açúcar	3.635.557	8.363.015	13.517.469
Feijão	7.498	3.341	3.510
Milho	79.941	72.107	50.624

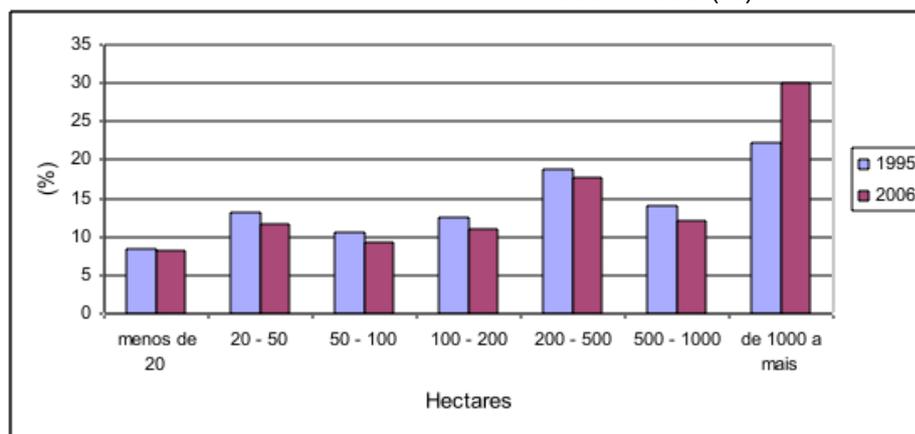
Fonte: Produção Agrícola Municipal de 2002, 2006 e 2008 – (IBGE); org. autor.

Analisando as principais lavouras da Nova Alta Paulista, observa-se uma redução em área plantada dessas culturas, sendo a cana-de-açúcar a única a se expandir, passando de 47.547ha em 2002 para 163.769ha em 2008. Este fator demonstra uma estagnação das lavouras tradicionais, com a conseqüente descapitalização e expropriação dos camponeses.

No que tange à produção, o mesmo cenário se estrutura. Nota-se redução, principalmente, nas lavouras de café, maracujá, algodão, arroz, feijão e milho, e acréscimo nas de cana-de-açúcar e amendoim. O aumento da produção de amendoim, resultado da agricultura científica, se dá por dois motivos: a) recuperação das áreas de cana-de-açúcar, devido a sua capacidade de fixação de nitrogênio no solo; b) melhoramento genético das sementes, que possibilita um aumento de 100% das sacas colhidas, em média.

Outro elemento que podemos destacar refere-se à área dos estabelecimentos agropecuários. Quando considerada a área total da região, observa-se um decréscimo de todas as faixas de área (gráfico dois), exceto a dos estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais, cujos índices passam de 175.089,282 hectares (22,35%) para 233.842,000 hectares (29,97%). A maioria dos municípios apresentou ampliação das áreas com 1.000 hectares ou mais, destacando-se, dentre eles, Adamantina, Dracena, Junqueirópolis, Osvaldo Cruz, Parapuã, Queiroz e Tupã.

Gráfico 2 - Nova Alta Paulista - Estrutura Fundiária: Área dos Estabelecimentos Agropecuários - 1995 e 2006 (%)



Fonte: Censo Agropecuário 1995 e 2006 (IBGE); Org. autor.

Revela-se assim, que há ampliação da concentração de terras em grandes propriedades (acima de 1000 ha) nas mãos de poucos proprietários, pois o número de propriedades assim classificadas representa menos de 1% do total de propriedades da região e, são inferiores a três em cada município, pois, conforme orientação do IBGE, os dados das unidades territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o intuito de garantia do sigilo da fonte.

Diante dos dados analisados observa-se a racionalização do espaço agrário da Nova Alta Paulista. Esse modelo técnico, econômico e social de produção agropecuária, empregada pela territorialização da agroindústria canavieira, atrelado ao processo de desenvolvimento desigual e combinado, insere em sua lógica de territorialização a questão da mão de obra.

As usinas/destilarias de álcool e açúcar requerem um grande contingente de mão de obra, assim, alterando a dinâmica do trabalho e o movimento migratório da força de trabalho, impactando, principalmente, a dinâmica urbana das cidades pequenas (locais híbridas). Nesse sentido, a dinâmica do trabalho e da migração nos traz os elementos necessários para pensarmos a inter-relação entre Questão Agrária e Urbana.

Portanto, no contexto da Nova Alta Paulista, a introdução da atividade agroindustrial modifica a estrutura fundiária e a utilização das terras, altera a quantidade produzida de pro-

duto alimentícios, expulsa os camponeses de suas terras, intensifica os fluxos migratórios, introduz formas regressivas de relações de trabalho e transforma os pares dialéticos rural/urbano na tríade rural/urbano/agrícola (ROMA, 2012). Resultando, por isso, no processo de pilhagem dos recursos territoriais e no controle do território.

A inter-relação campo-cidade e o desenvolvimento territorial

A atividade agroindustrial canvieira necessitava e necessita, ainda, de um contingente elevado de trabalhadores e sua expansão ampliou as migrações pendular e também permanente de mão de obra. Esse processo acentuou diversos problemas sociais na realidade da Nova Alta Paulista, como a falta de moradia, elevação no valor dos aluguéis, vagas em escolas e creches e, principalmente, problemas relacionados ao atendimento e acesso na área de saúde (serviços e medicamentos), que já eram escassos e precários.

Como já destacamos, além da diversidade de transformações que a reestruturação produtiva da agropecuária engendrou, ela também foi responsável por profundas redefinições no mundo do trabalho. Com a expansão da cultura canvieira, verificamos através dos trabalhos de campo, aumento significativo do número de migrantes, principalmente norteados para as pequenas cidades da Nova Alta Paulista.

Tal processo revela um fluxo de trabalhadores desterritorializados/expropriados em busca de emprego no corte da cana-de-açúcar, particularmente em São Paulo. Esses trabalhadores migrantes, mão de obra não qualificada, oriundos dos pequenos municípios empobrecidos, são alvo da super-exploração do trabalho com prolongamento das jornadas, trabalho degradante e remuneração por produção (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Tabela 2 - Arco Íris, Flora Rica, Inúbia Paulista, Mariápolis, Monte Castelo, Paulicéia, Pracinha, Queiroz, S. J. P. D'Alho - A cidade e o campo

Cidades	Não trabalha %	Trabalha %	Aposentado %	Setor			
				No setor agrícola ou rural %	Família no setor agrícola ou rural %	Agrícola %	Rural %
Arco Íris	43,33	26,67	30,00	25,00	18,33	54,54	45,45
Flora Rica	42,10	26,31	31,58	20,00	31,58	91,67	8,33
I. Paulista	42,35	42,35	15,29	25,00	38,82	81,82	18,18
Mariápolis	41,00	31,00	28,00	41,94	45,00	95,56	4,44
M. Castelo	50,53	25,26	24,21	25,01	41,05	100,00	--
Paulicéia	34,37	41,67	20,84	7,50	27,08	100,00	--
Pracinha	44,61	36,92	18,46	8,33	21,54	100,00	--
Queiroz	34,38	40,62	25,00	23,10	39,06	100,00	--
S.J.P. 'Alho	26,23	37,70	36,07	21,74	37,80	47,81	21,73

Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Todas as cidades que realizamos trabalhos de campo receberam trabalhadores migrantes destinados ao setor agrícola (agroindústria canavieira). Em cidades como Ouro Verde, por exemplo, foram incorporados trabalhadores especializados, como tratoristas, maquinistas, dentre outros. No entanto, cidades como Paulicéia, Mariópolis, Arco-Íris, São João do Pau'Dalho, em meio a outras, o contingente de migrantes são compostos de mão de obra não-especializada, fator de extrema importância nas relações sociais como os moradores da cidade e com o acesso à saúde, recorte analítico desse debate.

A migração de mão de obra não qualificada, provinda principalmente do nordeste brasileiro, ainda é pouco sensível às estatísticas, pois esse fluxo devido ao período que tais trabalhadores permanecem nas cidades – que é de aproximadamente oito meses, correspondente ao período de safra – sendo recenseados em suas cidades de origem. Assim, a evolução da população dessas cidades não se alterou na última década ou mesmo involuíram. Mas, apreendendo essa questão de maneira qualitativa, através dos trabalhos de campo, observamos o aumento substancial da população migrante destinada ao trabalho nas usinas e/ou destilarias de açúcar e álcool.

A intensa presença dos trabalhadores agrícolas nas cidades pequenas estudadas reforça a complementaridade que se desenvolve por meio da existência de trabalhadores temporários ou boias-frias que vivem na cidade e desempenham papéis no espaço rural, sendo, portanto, parte do espaço agrícola. Desta forma, o desenvolvimento do agronegócio globalizado representa um papel fundamental para a expansão da urbanização e crescimento das cidades médias, sub-regionais e pequenas. Da mesma forma, a multiplicação e fortalecimento dessas localidades compõem importante papel para a realização do agronegócio globalizado, e a difusão desse se dá de forma social e espacial excludente, promovendo o acirramento das desigualdades socioespaciais (ELIAS, 2007).

Esse processo de desigualdade e exclusão social, dialeticamente, reforça e é reforçado pela territorialização do agronegócio em uma área marcada historicamente pela pobreza política e econômica de suas pequenas cidades e pequenas propriedades rurais.

Correlacionando as dinâmicas do rural/urbano destacamos que na região da Nova Alta Paulista o perfil desse tipo de migração – mão de obra para atividade agroindustrial canavieira – vem se alterando. No início predominava a migração de homens que deixavam suas famílias em seu local de origem; no período atual, muitos dos trabalhadores estão trazendo suas famílias, e em muitos casos a família inteira, como filhos, esposas, mãe etc... Em nossos trabalhos de campo esse processo foi identificado claramente. Segundo os entrevistados, alguns vêm para que o marido não fique sozinho; para ajudar na arrumação da casa e lavar roupa, mas, principalmente, para utilização dos serviços de saúde, ou seja, precisam fazer exames, realizar check-up.

Diante da expansão da atividade agroindustrial canavieira e os processos e dinâmicas engendradas por sua territorialização, as localidades situadas no limite inferior da complexidade urbana reforçam duas faces da pobreza. A primeira é a material, relacionada, principalmente ao desemprego e má remuneração. A segunda é a política, relacionada ao assistencialismo e à política de favorecimento. Essas duas faces da pobreza se reforçam mutuamente, constituindo elementos de uma pobreza excludente, que é "estrutural e globalizada" (SANTOS, 2000 [2004]).

Para Demo (2006) a pobreza política está ligada ao assistencialismo, compadrio e favorecimento, o autor acrescenta que se sente provocado a reescrever o texto sobre pobreza política, pois "assalta-nos a constatação de a pobreza política, não mudou, substancialmente. A população continua "massa de manobra" (...)" (DEMO, 2006, p. 01).

Corroboramos com essa análise, principalmente diante da realidade socioespacial das pequenas cidades (locais híbridas), para as quais as ações dos agentes sociais/sujeitos estão estruturadas por relações de proximidade, compadrio, favorecimento e vizinhança devido fator visibilidade e proximidade espacial. Assim, a pobreza política atrelada à questão do coronelismo, patrimonialismo constituíram e constituíram estruturas que marcam o processo de formação socioespacial da sociedade brasileira, conforme debate realizado na obra de Vitor Leal Nunes – Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil, (1975 [1949]), o trabalho de Vilaça e Albuquerque – Coronel, coronéis, (1988 [1965]), como, também, dentre outras, a obra de Faoro – Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro (1984 [1959]).

Portanto, a presença dos trabalhadores agrícolas provindos de outros estados brasileiros acentua ainda mais os problemas urbanos, pois o aumento populacional não acompanha ampliação de investimentos públicos, o que reforça a correlação entre o modelo de produção agrário e os problemas urbanos.

Mas estas questões urbanas são problemas agrários, pois são gerados pelo modelo adotado de produção, ou seja, pode-se afirmar que o problema urbano é um problema agrário e vice-versa, destacando, assim, a conflitualidade. Afinal, a questão Agrária gera continuamente conflitualidade que alcança o campo e a cidade (FERNANDES, 2005). É por isto que o urbano, na perspectiva de complementaridade com o rural e o agrícola, se torna cada vez mais locus do campo, respondendo às suas lógicas, mas, também se estabelecendo como espaço de gestão. A conflitualidade relaciona-se com a propriedade da terra, à renda da terra e, conseqüentemente, à concentração da estrutura fundiária, expropriação dos camponeses e assalariados e engloba as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política, assim, a questão agrária é uma questão territorial que engloba campo-cidade, à qualidade de vida e dignidade humana (FERNANDES, 2005).

No entanto, na perspectiva de Fernandes (2005, p. 43) no processo de desenvolvimento territorial o conflito deve ser uma de suas dimensões e, assim, numa dinâmica “territorialização – desterritorialização – reterritorialização caracterizando uma multiterritorialidade, onde se observa os processos integralizadores que também excluidores e ressocializadores”. Para o autor num movimento contraditório e paradoxal, mercado, estado e sociedade conflitam-se e reúnem-se para superar, criar ou prolongar os problemas.

Esse movimento contraditório e paradoxal, por sua vez, pode ser apreendido através da desvantagem no acesso universal aos serviços de saúde, tanto os ditos “raros” como os que deveriam ser básicos, que, são negados a essa população, fragilizando a vida em sociedade, fortalecendo o acesso desigual aos serviços e equipamentos de saúde. Ao indagarmos os entrevistados das cidades sobre os migrantes que residem nas localidades, observamos que dentre os problemas apontados pelas pessoas, além daqueles referentes à moradia, os que mais se destacam estão correlacionados aos serviços de saúde: “acaba com a cidade, os recursos vão tudo para eles”; “não é certo, faltam as coisas para nós e eles tomam frente de tudo”; “eles tomam frente na saúde, nas coisas do governo e em tudo”; “os baianos tomaram conta da cidade”; “não é bom, tinha que ter um limite no número de baianos que poderiam ficar na cidade, pois eles pegam todo leite do posto e brigam muito”; “utilizam muito os médicos”; “baianos utilizam todas as vagas da creche”; “não é bom. Eles gastam mais no comércio, mas acabam com nossos medicamentos (EX: 16 vagas de consulta no posto de saúde 10 são deles)”; “eles vem tirar o pouco que nós temos”.

A problemática da saúde torna-se muito sensível diante da realidade de pequenas cidades, pois os atendimentos realizados nas unidades básicas de saúde são destinados, apenas aos procedimentos básicos, como pequenos curativos e inalações e com poucas especialidades médicas. A unidade básica de saúde não funciona no período noturno, aos sábados, domingos e feriados, em todas as cidades analisadas. Os horários e dias de funcionamento fazem parte da política municipal pela autonomia que exerce para decidir/investir na atenção básica.

Para evidenciar estes elementos indagamos os entrevistados sobre quais seriam as melhorias que faltam em seus municípios: a questão saúde foi unânime dentre as declarações. As observações foram as seguintes: “médicos 24 horas”, “fortalecimento do sistema de saúde”, “médicos plantonistas”, “mais médicos e especialidades nos postos de saúde”, “hospital”, “mais remédios nos postos de saúde”. No mesmo sentido, quando os entrevistados são questionados sobre o que acham das cidades sub-regionais, com as quais mantém uma intensa vida de relação (Adamantina, Lucélia e Dracena), a questão “mais facilidade de acesso ao sistema de saúde” se apresenta como preponderante.

Assim, as desvantagens de acesso aos recursos tecnológicos, a falta de estrutura nas unidades básicas de saúde e a autonomia municipal em não oferecer atendimento no

período noturno, sábados, domingos e feriados, efetivamente, penalizam a população desses municípios e essas são privações inaceitáveis do ponto de vista da justiça socioespacial.

Para Elias (2007), são escolhidos pontos para receber os incrementos produtivos e estes se transformam em pontos de modernização, ficando todo o restante à margem desse processo. A autora aponta que a fragmentação do espaço agrícola forma arranjos territoriais produtivos agrícolas, assim as regiões agrícolas dinâmicas são os espaços escolhidos para receber as Políticas Públicas e a maior parte dos investimentos públicos e privados.

Portanto, a reestruturação produtiva da agropecuária é seletiva. Enquanto algumas estruturas sociais, territoriais e políticas permanecem intactas, outras se tornam enclaves de modernização, privilegiando determinados segmentos sociais, econômicos e políticos (GOMES, 2009), estruturando um espaço agrícola totalmente fragmentado (ELIAS, 2006). Na região da Nova Alta Paulista, com a introdução do agronegócio globalizado, os espaços rurais se transformam e se diferenciam, fragmentando os espaços modernizados da atividade agroindustrial canavieira dos espaços “vistos” como entraves e resquícios do “atraso”, que são a pequena produção, as pequenas cidades (locais híbridas), ou seja, os espaços de reprodução da vida.

Nesse processo, a rede de cidades da região baseada em cidades pequenas se torna ainda mais desigual, reforçando as disparidades e concorrências entre elas e corroborando para o aumento da pobreza nas cidades com menos complexidade funcional. As cidades sub-regionais passam a responder às necessidades do agronegócio globalizado, como os cursos técnicos, as lojas de insumos e adubos etc., ainda que de maneira incipiente. Contudo, nessa mesma rede urbana, as cidades pequenas não apresentam esses elementos, respondendo às necessidades do agronegócio apenas no que tange à mão de obra destinada ao setor. Assim, nessa rede de cidades, as cidades pequenas cada vez mais se transformam espaços de exclusão social. Como fica claro ao analisar o acesso aos serviços e equipamentos de saúde.

Ao considerarmos que o acesso à saúde na dinâmica capitalista é uma mercadoria necessária ao desenvolvimento do capital e da força de trabalho, explica-se a precariedade no acesso e na qualidade dos serviços de saúde nas regiões sob domínio da territorialização do capital agroindustrial, como é a Nova Alta Paulista. Assim, permanece somente como auxiliar mínimo para garantir a reprodução ampliada da força de trabalho (do campo e da cidade).

Na lógica fundada na mercadoria, a produção e reprodução dos espaços (e de seus meios de consumo) incorporam vantagens locacionais, resultando na diferenciação social e espacial que intensifica os conflitos. Nesse caso, os espaços das pequenas cidades se revelam perversos quanto a garantia das boas condições de vida e de saúde, por conse-

guinte, pois a quase inexistência do atendimento na atenção básica fragiliza sua população, sejam eles cidadãos, camponeses e/ou migrantes.

Nesse sentido, ressaltamos que o processo de desenvolvimento territorial não deve ser pautado setorialmente, como no caso da Nova Alta Paulista, voltada predominantemente para a agroindústria canavieira. Afinal, o capital, ao se apropriar dos territórios, transforma sua ordenação, sendo esta a lógica de expansão territorial do sistema capitalista, lógica unicamente composta por critérios da racionalidade econômica e não por dinâmicas territoriais múltiplas (BOISIER, 1997). Ainda, para o mesmo autor, sob a globalização o crescimento econômico do território é determinado pelo capital externo, imprimindo no território externalidades que não o pertencem e impõe a supressão e a implosão das características que lhe são próprias e históricas. O desenvolvimento na perspectiva territorial abrange a conflitualidade e aponta outros modelos, rompendo com a visão totalitária de cooptação do agronegócio (FERNANDES, 2005) para pilhagem territorial (PERPETUA, 2016), mas numa reflexividade.

Considerações finais

Baseado numa lógica externa, vertical e fragmentária, a intensificação do processo de territorialização do agronegócio globalizado, balizado na agricultura científica, transformou a produção de alimentos e a utilização das terras, na região da Nova Alta Paulista. As transformações engendradas demonstram que o processo de intensificação da atividade agroindustrial canavieira fragmenta os espaços, introduz formas regressivas de trabalho, desapropria os camponeses de suas terras, concentra terra e riqueza, fortalecendo as desigualdades e os processos excludentes, o que pode ser denominado de pilhagem territorial. Mas o desenvolvimento tendo como premissa e referência a base territorial ultrapassa a ideia de território como espaço em disputa pelas políticas setoriais, mas incorpora o território como centralidade, que engloba e articula diferentes escalas, setores, agentes e/ou sujeitos sociais, na perspectiva de redução das desigualdades socioespaciais. Para isso a estrutura fundiária, a sujeição da renda da terra, a força de trabalho, as relações de produção e reprodução e os problemas urbanos, devem ser pautados em sua conflitualidade.

Analisar as condições de vida nas pequenas cidades (locais híbridas, por exemplo) na atualidade não se limita a entender somente o acesso e a qualidade dos serviços na escala da cidade, mas o espiralado das relações complexas (localização, territorialização do capital, política, economia e cultura) e, reforçando pensar/teorizar/politizar campo/cidade-rural/urbano para além das dicotomias teóricas e operacionais. É preciso reconhecer os valores de uso e não somente a reprodução dos trabalhadores para produção, como vem

ocorrendo diante da atual relação campo (agronegócio) e cidades pequenas da Nova Alta Paulista.

Referências

BARCELLOS, Christovam. Organização espacial, saúde e qualidade de vida In: **Anais do I Seminário Nacional saúde e ambiente no processo de desenvolvimento**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000, v.2, p.27-34

BOISIER, Sérgio. El vuelo de una cometa. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. In: **Estudios Regionales - Cuadernos ILPES (CEPAL)**, n. 48, pa.41-79. 1997

CORRÊA, Roberto. Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**. Ano IV, nº6. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p.43-53

DANTAS, Aldo; ARANHA, Pablo Ruyz. Saúde na perspectiva da Geografia Nova. In: **Revista Mercator**, v.8, n.16, maio-ago 2009.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teóricas-metodológicas. In: SPOSITO, M. Encarnação B (org.). **Cidades Médias: espaços em transição**, (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. O meio técnico – científico – informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA J.; Ribeiro, (org.) **As Abordagens teóricas metodológicas em geografia agrária**. Ed. da UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. IN: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 2005.

_____. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, J. Borzacchiello da, LIMA, Luiz Cruz, ELIAS, Denise, (org.) **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. In: **Scripta Nova: Revista electrónica de geografia y ciencias sociales**. Universidade de Barcelona, v. X, num. 218 (03), agosto, 2006.

_____. Ensaio sobre o espaço agrícola de exclusão. In: **Revista NERA**, ano 9, n. 8, Presidente Prudente, jan/jun de 2006.

ENDLICH, Ângela. M. **Pensando os Papeis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**, Presidente Prudente (tese de doutorado em Geografia) 2006.

_____. Perspectivas sobre o urbano e o rural, In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M.. Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, ed. Unicamp, 2005.

GIL, I. Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos**. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. 2007, 395f. Tese (Doutora-

do em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

GUIMARÃES, Raul Borges. **Saúde: fundamentos de geografia humana**. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

PERPETUA, Guilherme M. **Pilhagem territorial e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP – Presidente Prudente. 2016. 363p.

QUEIROZ, Maria Isaura P. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: QUEIROZ, Maria Isaura P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: ITC-EDUSP, 1975. p. 263-311.

ROMA, M. Cláudia. **O rural, o urbano e o agrícola no movimento espiral do espaço: um híbrido**. Unesp/Faculdade de ciências e tecnologia, campus de Presidente Prudente, 2012. Tese doutorado

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. In: **Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996 [1993].

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2004 [2000].

_____; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade do século XXI**. 9ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2006 [2001].

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: (Limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos)**. Tese (livre-docência em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

Sobre os autores

Cláudia Marques Roma – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente (FCT-UNESP); Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente (FCT-UNESP); Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente (FCT-UNESP); Professora da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Raul Borges Guimarães - Graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Especialização em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde de São Paulo; Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Livre-docência pela Faculdade de Saúde Pública de São Paulo; Professor na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

Como citar este artigo

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 102-119, jan.-mar. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores **Claudia Marques Roma** e **Raul Borges Guimarães**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Em conjunto os autores **Claudia Marques Roma** e **Raul Borges Guimarães** realizaram o desenvolvimento teórico-conceitual; a autora **Claudia Marques Roma**, ficou responsável pela aquisição de dados e ambos pela interpretação e análise; o autor **Raul Borges Guimarães**, pela revisão final e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 07 de novembro de 2017.
Aceito para a publicação em 17 de dezembro de 2017

O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro

Frederico Daia Firmiano

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Passos, Minas Gerais, Brasil
e-mail: fredericodaia@hotmail.com

Resumo

Pelo menos desde 1970, o mundo do trabalho vem sofrendo transformações de larga monta, sobredeterminadas pela drástica redução da margem de viabilidade produtiva do capital, que implicou em novas formas de expansão/acumulação/valorização e, por decorrência, novas relações laborais no campo e na cidade. Desde então, no seio da mundialização e financeirização do capital, a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais passaram a impactar o conjunto da classe trabalhadora brasileira. Neste trabalho temos como objetivo apontar algumas tendências no mundo do trabalho no campo brasileiro. Buscamos configurar, a partir dos dados disponíveis, o quadro geral das ocupações no campo atualmente, tomando como referência para análise o processo de proletarianização, compreendido em sentido amplo, como a perda da autonomia das forças do trabalho, encetado ainda durante a ditadura civil-militar e estendido, sob novas bases, aos dias atuais. Com isto, indicamos a generalização da informalidade e da precarização do trabalho no campo, ora confirmada pelas contrarreformas trabalhista e previdenciária, ainda em curso.

Palavras-chave: Mundo do trabalho no campo; organização técnica dos agronegócios; informalidade; precarização; contrarreforma trabalhista e previdenciária.

The rural work: issues of the past and dilemmas for the future

Abstract

At least since the 1970s, the world of work has been undergoing major transformations, overdetermined by the drastic reduction of the capital productive margin viability, which has led to new forms of expansion/accumulation/valorization and, consequently, new labor relations in the field and in the city. Since then, within the globalization and financialization of capital, productive restructuring and neoliberal policies have had an impact on all Brazilian working class. In this paper we aim to point out some trends in the world of work in Brazilian countryside. We seek to configurate, based on available data, the general framework of occupations in the field today, taking as a reference for analysis the process of proletarianization, understood in a broad sense, as the loss of autonomy of the labor forces, begun during the civil-military dictatorship and extended, under new bases, to the present day. With this, we indicate the generalization of informality and the precariousness of work in the field, now confirmed by the labor and social security counter-reforms, still in progress.

Keywords: World of work in the countryside; agribusiness technical organization; informality; precariousness; labor and social security counterpart.

El trabajo en el campo: cuestiones del pasado y dilemas para el futuro

Resumen

Rev. NERA	Presidente Prudente	ano 21, n. 41, pp. 120-137	Jan.-Abr./2018	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	----------------------------	----------------	-----------------

Al menos desde 1970, el mundo del trabajo viene sufriendo transformaciones de gran monta, sobre todo por la drástica reducción del margen de viabilidad productiva del capital, que implicó en nuevas formas de expansión/acumulación/valorización y, por consiguiente, nuevas relaciones laborales en el campo y en la ciudad. Desde entonces, en el seno de la mundialización y la financiación del capital, la reestructuración productiva y las políticas neoliberales pasaron a impactar al conjunto de la clase trabajadora brasileña. En este trabajo tenemos como objetivo apuntar algunas tendencias en el mundo del trabajo en el campo brasileño. Se buscan configurar, a partir de los datos disponibles, el cuadro general de las ocupaciones en el campo actualmente, tomando como referencia para analizar el proceso de proletarianización, comprendido en sentido amplio, como la pérdida de la autonomía de las fuerzas del trabajo, iniciado durante la dictadura civil-militar y extendido, bajo nuevas bases, a los días actuales. Con esto, indicamos la generalización de la informalidad y de la precarización del trabajo en el campo, ya confirmada por las contrarreformas laborales y de la pensiones, aún en curso.

Palabras clave: Mundo del trabajo en el campo; organización técnica de los agronegocios; informalidad; precarización; contrarreforma laboral y de las pensiones.

Introdução

O mundo do trabalho vem sofrendo transformações de larga monta nas últimas décadas. Pelo menos desde 1970, com a drástica redução de sua margem de viabilidade produtiva, o capital enfrenta obstáculos intransponíveis à sua plena realização, implicando em modificações sensíveis em suas formas de expansão/acumulação/valorização e, por decorrência, nas relações laborais. No seio da mundialização e financeirização do capital, a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais passaram, então, a impactar o conjunto das economias capitalistas no centro e na periferia do sistema.

Os primeiros impulsos da reestruturação do capital¹ no Brasil se fizeram sentir ainda no final da década de 1980, quando uma parcela das empresas adotou novos padrões organizacionais e tecnológicos inspirados pelo chamado toyotismo. Ao longo da década de 1990, os expedientes da “acumulação flexível” se generalizaram, com a chegada do “ideário japonês” e das novas formas de organização do trabalho: descentralização produtiva, transferência de plantas industriais, acentuação da superexploração do trabalho, que combinam “...processos de enorme enxugamento da força de trabalho, acrescidos das mutações sociotécnicas no processo produtivo e no controle social do trabalho”² (Antunes, 2011, p. 122). Assim, a combinação neoliberalismo/reestruturação produtiva produziu, pois, uma ampliação substantiva do contingente de trabalhadores desempregados, precarizados, terceirizados, subempregados, subproletarizados.

¹ Sobre as diferentes e complexas formas que o processo reestruturação produtiva assumiu no Brasil ver Antunes, 2006; 2011.

² Os autores completam: “se é verdade que a baixa remuneração da força de trabalho – que se caracteriza como elemento de atração para o fluxo de capital forâneo produtivo no Brasil – pode se constituir, em alguma medida, como elemento de obstáculo para o avanço tecnológico nesses ramos produtivos, devemos acrescentar também que a combinação obtida pela vigência de padrões produtivos tecnologicamente mais avançados e com uma ‘melhor qualificação’ da força de trabalho, traço constitutivo e marcante do capitalismo implantado no Brasil, com a ampliação dos níveis de desemprego” (Antunes e Pochmann, 2011, p. 122).

No campo, estes processos se sobrepuseram a histórica condição precarizada de seus trabalhadores e das heterogêneas relações de trabalhos ali constituídas. Meeiros, posseiros, parceiros, pequenos proprietários, assalariados rurais, sem contar os diversos povos do campo, como ribeirinhos, quilombolas, indígenas, todos foram afetados drasticamente, primeiro, pelo ciclo de industrialização do campo dado no seio da ditadura civil-militar³, e na sequência, pelo ajuste estrutural e político-institucional que viabilizaram os assim chamados agronegócios a partir da década de 1990.

Neste trabalho temos como objetivo apontar algumas tendências acerca do mundo do trabalho no campo brasileiro. Buscamos configurar, a partir dos dados disponíveis, o quadro geral das ocupações no campo hoje, tomando como referência para análise o processo de proletarização encetado ainda durante a ditadura civil-militar e da reestruturação produtiva do capital, a partir dos anos de 1990. Com isto, indicamos a generalização da informalidade e da precarização do trabalho no campo, assinalando sua intensificação a partir das contrarreformas trabalhista e previdenciária, ainda em curso.

Passado do trabalho no campo

Uma das características mais problemáticas do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro é que, na mesma medida em que cria as condições para a reprodução ampliada do capital, no campo e na cidade, produz uma agressiva ampliação do processo de proletarização, ou àquele processo que, conforme Mészáros (2007), instala distintos grupos sociais de trabalhadores em uma condição na qual já não possui o controle sobre os meios de produção e sobre a própria vida. Desse modo, a história da basta e heterogênea classe trabalhadora do campo se entrelaça ao processo mais recente da formação moderna do capitalismo nacional, com todas as implicações negativas – expropriação, superexploração, desemprego, informalização e precarização - que isso representou para o mundo do trabalho.

Na história brasileira recente, o processo de proletarização ampliada vai se dar desde os anos de 1960 e 70, durante a industrialização do campo e a importação do chamado “pacote tecnológico da revolução verde”, bem como o processo de colonização da Amazônia e com os programas de modernização conservadora no campo, implantados pela ditadura civil-militar.

³ Apesar de polêmico, optamos por utilizar o conceito de ditadura civil-militar por entendermos a profunda e necessária relação, para a sustentação do golpe e da própria ditadura, entre capital e forças armadas. Em outros termos, por tratar-se de uma forma de controle político-militar do capital sobre o conjunto da sociedade, a fim de assegurar as condições de acumulação/valorização. Para esta discussão Ver: NETTO, José Paulo. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). - São Paulo, Editora Cortez, 2014.

A intenção era articular indústria e agricultura através de um modelo de desenvolvimento agrícola, baseado nos grandes complexos agroindustriais – os CAIS -, que deixava intacta a estrutura agrária secularmente baseada no grande latifúndio. Durante o governo Costa e Silva (1967-1969), o setor agroindustrial passou a ser considerado estratégico para o país, mas foi com Emílio Garrastazu Médici, entre 1969 e 1974, que a produção agrícola experimentou um grande crescimento, dentro de um programa econômico orientado pelo economista e professor da USP Antônio Delfim Netto. O incremento tecnológico da produção e a expansão da fronteira agrícola, com uma política de créditos favorável ao capital que se deslocou para o campo, criaram as condições para a produção agroindustrial e para a monocultura em larga escala para o mercado externo.

O avanço do capital no campo, representado, sobretudo, pelas modificações impostas à base técnica da agricultura, sempre esteve acompanhado das mais variadas formas de espoliação dos trabalhadores, quase sempre muito violentas. No Sul, a expansão de monoculturas como a soja, arrasou a pequena produção de uma grande parcela de famílias de agricultores, sobretudo, de origem europeia, submetidas elas também aos mesmos métodos de expulsão aos registrados no Norte. No Sudeste, as formas de produção familiar, a pouco e pouco, foram arrasadas pela monocultura, como a cana-de-açúcar que, com o Proálcool, experimentou um surto de expansão intenso a partir de 1975. Daí resulta o “bóia-fria”, constituído, em geral, pelo trabalhador expulso do campo, agora proletariado, com ganhos por produtividade, e vivendo precariamente nas periferias das cidades.

Em boa medida, esse processo foi responsável por intensa migração de trabalhadores espoliados do Sul e do Sudeste para o Centro-Oeste e Norte, que ali buscavam terras para recomeçarem suas vidas. A ocupação territorial espontânea que, desde antes de 1964, acontecia nestas regiões foi coibida pelo programa de colonização oficial e assistida do governo civil-militar, que favoreceu, sobretudo, os interesses dos representantes do grande capital. Mais importante, garantiu a ampla oferta ampla de força de trabalho para as frentes de expansão agrícola invadida pela criação de gado e pela extração mineral. Tal política promoveu violenta e intensa expulsão de comunidades indígenas, quilombolas, de pequenos agricultores que, não raramente, eram atacados por jagunços e tinham suas casas queimadas, derrubadas por tratores, eram assassinados ou submetidos a variadas formas de trabalho escravo e superexploração de sua força de trabalho.

Para se ter ideia, 75 milhões de hectares de terra foram incorporados à fronteira agrícola, enquanto 16 milhões de pessoas eram expulsas do campo para as cidades. (Silva, 1980). E, segundo a pesquisadora Maria Aparecida Moraes, somente em São Paulo, 2,5

milhões de pessoas foram expropriadas de suas pequenas explorações agrícolas, o que representou uma redução drástica desta forma de produção no estado. (Cf. Silva, 1999).

Ao longo da ditadura civil-militar, as classes trabalhadoras viventes do campo carregaram a maior parcela do ônus das transformações técnico-produtivas apontadas. Converteram-se em trabalhadores rurais ou urbanos completamente expropriados dos meios de produção ou mantiveram acesso a terra, mas submetidos às mais complexas relações de subordinação ao capital. Algumas das marcas deste processo estão na raiz da atual configuração das diferentes frações da classe trabalhadora brasileira.

Por todo o país, o capital produziu novas formas de subsumir terra e trabalho aos seus interesses de expansão e acumulação, impondo sobre a população rural um acentuado e diversificado processo de proletarização. Conforme alertou Graziano da Silva (1980, p. 134):

É fundamental, portanto, entender a proletarização, a nosso ver, de forma bastante ampla: como subordinação do trabalho ao capital e não apenas como expropriação completa dos meios de produção do camponês. Em outras palavras, o fato de o capitalismo reproduzir a pequena produção em uma determinada fase histórica de sua evolução não invalida a questão teórica mais geral da necessidade de um trabalhador “despossuído” para o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista. Na verdade a recriação desses novos camponeses não é a reprodução de produtores mercantis independentes, mas sim a reprodução do próprio capital. Vale dizer, essa recriação se dá com a crescente perda da autonomia anterior do campesinato no próprio processo de produção que passa a ser agora prescrito – inclusive do ponto de vista técnico – pelo capital que o subordina e que se lhe apresenta como uma relação social hegemônica. Agora, a condição de sobrevivência do camponês como produtor direto é a reprodução do próprio capital, materializado na forma de máquinas, adubos, sementes melhoradas etc.

Findada a ditadura civil-militar, a modernização do campo abriu as portas para o avanço das atividades primárias sob as bases da reestruturação produtiva do capital e do neoliberalismo. Com um ambiente político-institucional favorável para atender aos objetivos do novo padrão de acumulação demandado pelo capital transnacional, os agronegócios encontraram terreno fértil para seu desenvolvimento, fortalecendo a produção de monocultura, como soja, cana-de-açúcar, café, além de pinus, eucalipto, laranja, entre outros – e de bens manufaturados para exportação – ração animal, etanol, celulose, resina, suco, entre outros. Confirmou-se, assim, o modelo agropecuário baseado na grande unidade produtora e na racionalização técnica, mediante larga utilização de tecnologias baseadas em máquinas, em sementes transgênicas auto-reprodutivas, no consumo de insumos químicos e de agrotóxicos. Neste, a organização técnica dos agronegócios implicou

em novas formas de organização do trabalho no campo, trazendo novas tendências, expressamente ligadas a precarização e a informalização do trabalho.

A organização técnica dos agronegócios⁴

Ao lado do desenvolvimento objetivo das condições que possibilitaram a ascensão do agronegócio, também se difundiu no Brasil o conceito de cadeias de agronegócios. Os economistas dedicados ao tema deslocaram, progressivamente, o enfoque teórico das políticas públicas voltadas para a agricultura para o “enfoque dos agronegócios”⁵. (Zylbersztajn, 2005, p. 21).

Segundo Mendes e Padilha Júnior (2007, p. 45-46), a agricultura passou a ser vista:

[...] como um amplo e complexo sistema, que inclui não apenas as atividades dentro da propriedade rural (ou seja, dentro da “porteira agrícola”, que é a produção em si) como também, e principalmente, as atividades de distribuição de suprimentos agrícolas (insumos), de armazenamento, de processamento e distribuição dos produtos agrícolas.

Segundo esta concepção sistêmica, a agricultura é composta por três setores inter-relacionados e dependentes uns dos outros: (a) suprimentos agropecuários, (b) produção agropecuária e (c) processamento e manufatura. Assim, o conceito de agronegócio, estritamente como descrição empírica, diz respeito à soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e bens produzidos a partir destes. Envolve, por conseguinte, serviços financeiros, de transporte, marketing, seguros, bolsas de mercadorias; envolve empresas de bens e serviços destinados à agricultura, proprietários rurais, empresas processadoras, transformadoras, distribuidoras e demais integrantes da cadeia produtiva, do “fluxo” dos produtos e serviços até o consumidor final, apoiado por fortes subsídios e políticas governamentais. (Mendes e Padilha Júnior, 2007, p. 47-48).

Do ponto de vista organizacional, o sistema dos agronegócios está dividido em atividades (a) operacionais, que atuam fisicamente com os produtos, como os produtores rurais, processadores e distribuidores; (b) fomentadoras, que são as empresas de suprimentos e insumos e fatores de produção, agentes financeiros, centros de pesquisa,

⁴ Importa anotar que operamos aqui o conceito de agronegócio como a integração de atividades a montante e a jusante da agropecuária, a fim de indicar as transformações técnicas que implicaram o mundo do trabalho. Mas é preciso ter presente que tal conceito carece de problematização, uma vez que as modificações processadas no plano da questão agrária não se encerram, sobremaneira, na integração técnica indústria/agricultura.

⁵ Com isso, os próprios programas de ensino e pesquisa passaram a ter um caráter aplicado e pragmático. Na Universidade de São Paulo-USP, por exemplo, foi criado o Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA), que focalizou a análise das cadeias, voltando-se a organização dos mercados interligados, possibilitando o estudo da competitividade entre capitais; e inseriu o papel das instituições e dos custos de transação nas cadeias produtivas. (Zylbersztajn, 2005, p. 22).

assistência técnica, etc.; (c) coordenadoras, que regulam a interação dos distintos segmentos do sistema, como o governo, sindicatos, sistema financeiro, entre outras. As funções do agronegócio são compostas por sete níveis e as instituições ou organizações estão envolvidas direta ou indiretamente com um ou mais desses níveis: (a) suprimento de insumos à produção; (b) produção; (c) transformação; (d) acondicionamento; (e) armazenamento; (f) distribuição; (g) consumo. (Mendes e Padilha Júnior, 2007, p. 50-51).

Como explica Gonçalves citado por Firmiano (2016, p. 62),

As transformações produtivas promoveram significativa alteração nas relações do campo com outros segmentos da agricultura que se emanciparam formando novos segmentos produtivos setoriais. Com isso, a estrutura do antigo complexo rural que contemplava a agropecuária como única atividade produtiva da agricultura, sofre profundas mudanças com a criação dos novos segmentos que ampliam a abrangência da agricultura, reduzindo a participação da agropecuária nesse complexo produtivo.

Assim, o agronegócio consolidou “[...] segmentos e ramos de produção para atuarem de forma exclusiva com a agropecuária tanto a montante como a jusante” (Gonçalves citado por Firmiano, 2016, p. 49). Com estas atividades se desenvolvendo fora da propriedade rural, novos ramos e cadeias de produção fizeram com que a agropecuária perdesse espaço no complexo produtivo dos agronegócios. O complexo de agronegócio pode, assim,

[...] ser visualizado enquanto uma estrutura de segmentos setoriais onde a produção biológica passa a ser veículo estratégico para a combinação de insumos e instrumentos gerados fora dos campos e a ser fornecedora de bens intermediários para estruturas de agregação de valor, envolvendo empreendimentos em cadeias que se iniciam nas fábricas de insumos e maquinaria e finalizam-se nas estruturas de varejo (Gonçalves, 2005, p. 11).

Além da estrutura técnico-produtiva, constituiu-se um amplo segmento de “agroserviços” voltado para todas as distintas cadeias de produtivas do agronegócio, que vai desde aqueles vinculados a preparação e logística, até assistência técnica de alta especialização em pesquisa, desenvolvimento, mas também de intermediação, onde atuam grandes empresas exportadoras, ou de prestação de serviços financeiros, com a presença de trading companies, assessorias de comércio exterior, corretores de serviços financeiros, que fazem a ligação entre a estrutura produtiva e a negociação de papéis nas bolsas de valores e mercadorias.

Esta complexa articulação de capitais, representada pela instalação de segmentos industriais, como agroindústrias, fábricas de fertilizantes, máquinas agrícolas, de serviços, como comercialização, armazenagem, assistência técnica, produção agrícola e agropecuária, expandiu substantivamente o agronegócio ao longo dos anos 2000, territorializando-se nas regiões “aptas” e onde havia possibilidade de ampliar a fronteira

agrícola, e monopolizando os territórios da produção agropecuária por meio do comando direto e indireto do processo produtivo, com sérios impactos para o mundo do trabalho no campo, produzindo: (a) queda da ocupação do setor agropecuário, do emprego agrícola no campo e da própria população rural; (b) modificações nos tipos de ocupação no espaço rural; (c) ampliação significativa da precarização, informalização e desemprego. Vale registrar que boa parte destas terras invadidas pelo agronegócio, a exemplo de MATOBIPA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), constituem-se em terras públicas, não raro devolutas, e territórios tradicionais de povos do campo, como os indígenas e camponeses, e, por isso, que não estão “disponíveis” para a expansão de atividades agrícolas – do que decorre parte significativa dos conflitos socioterritoriais.

O trabalho no campo hoje

O Censo Demográfico de 2010 estimou uma população rural de 28,8 milhões de pessoas, sendo 8,67 milhões ocupadas em atividades agrícolas. Diferentemente, o Censo Agropecuário de 2006 mostrou a existência de 16,6 milhões de pessoas registradas em atividades agrícolas. De acordo com Garcia (2014), a diferença reside na metodologia das pesquisas: o Censo de 2006 registra o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas que residem em áreas urbanas. Já os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad), de 2012, mostram uma população de 9,6 milhões de pessoas ocupadas em atividades agrícolas que, à época, representavam 10,84% da população ocupada no país. A mesma pesquisa aponta que, entre 2002 e 2012, houve uma queda de 18,35% do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas. (Garcia, 2014, p. 574).

À despeito das profundas diferenças regionais dos tipos de trabalho predominantes no campo e da dinâmica do mercado de trabalho, a expansão dos agronegócios insere-se no processo de desenvolvimento desigual (e combinado) do capital no Brasil, de modo que, por um lado, temos, nos últimos anos, uma redução da população ocupada (PO) agrícola na região Sul, devido ao fato de que, nesta, os agronegócios encontraram melhores condições para seu desenvolvimento, por outro lado, veremos que a região Nordeste apresenta o maior contingente agrícola do país, e, simultaneamente, a segunda maior redução da PO agrícola, em razão dos menores níveis históricos de ingresso dos agronegócios na região e - de acordo com Buainain (citado por Maia e Sakamoto, 2014, p. 596), da inviabilidade econômica do minifúndio na região (embora tenhamos que destacar que, ultimamente, tem-se formado manchas de expansão no nordeste, em lugares determinados, a exemplo de Bahia e Maranhão com a produção de eucalipto e exportação de papel e celulose, além do

complexo da soja; Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco com o agronegócio de frutas regionais; Sergipe, com a produção de laranja, entre outros).⁶

Deste modo, enquanto a região Nordeste apresenta o maior contingente agrícola do país, com cerca de 6,1 milhões, em 2012, ou 44% da população ocupada agrícola (PO), à época, foi também a região que registrou a segunda maior redução da PO agrícola, entre 2005 e 2012, tendo enxugado 2,3 milhões de postos de trabalho. (Buainain citado por Maia e Sakamoto, 2014, p. 596). O Norte, por seu turno, entre 2004 e 2012, sofreu uma diminuição de 12% de sua PO agrícola. E como afirmado anteriormente, a maior redução relativa da PO agrícola, no mesmo período, ocorreu na região Sul, que assistiu ao desaparecimento de 1 milhão de postos de trabalho agrícola. Neste caso, no entanto, a intensificação da produção provocou o aumento da concentração fundiária e a conseqüente redução dos pequenos estabelecimentos nas cadeias produtivas da região, como aquelas ligadas a avicultura e a suinocultura. (Maia e Sakamoto, 2014, p. 597).

Também foram notáveis as transformações ocorridas na região Sudeste, sobretudo, nos anos de 1990, quando diminuiu 1,1 milhão de pessoas, em face do avançado processo de modernização e tecnificação. Processo este que se seguiu entre 2001 e 2012, embora em ritmo menor, com a perda de 564 mil trabalhadores. A região Sudeste possui a menor participação de ocupados nas atividades agrícola do país, embora presente, ao mesmo tempo, a maior participação no valor adicionado da produção agropecuária nacional. (Maia e Sakamoto, 2014, p. 597).

A região Centro-Oeste, responsável pela terceira maior participação no valor adicional total da agropecuária, registrou, em 2012, o menor contingente populacional empregado nas atividades agrícolas, “reflexo de uma agricultura altamente tecnificada e pouco intensiva em mão de obra. Embora a PO agrícola dessa região tenha crescido nos anos 2000, caiu 19% entre 2009 e 2012” (Maia e Sakamoto, 2014, p. 598).

Acerca da estrutura das ocupações agrícolas, é interessante notar que, entre 1992 e 2004, houve crescimento de 200 mil empregados temporários na PO agrícola total, sobretudo, em razão da dinâmica da região Sudeste, que registrou crescimento de 6,4% no período. Mas a primeira metade dos anos 2000 também registrou crescimento dos empregados com carteira assinada. Assim, “ente 1992 e 2004, a participação de empregados (permanentes e temporários) com carteira de trabalho passou de 6,8% para 9,2%. Entre 2004 e 2012 o crescimento foi ainda mais intenso, de 9,2% para 12,9%”. Para os autores, este crescimento sugere uma maior profissionalização do mercado de trabalho

⁶ SE é o 2º do NE a ter crescimento nas exportações do agronegócio. G1 SE. Disponível em: <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2017/03/se-e-o-2-do-ne-ter-crescimento-nas-exportacoes-do-agronegocio.html>. Acesso em 19 Jun 2017.

agrícola, “...embora este seja ainda marcado pela informalidade nas regiões menos desenvolvidas” (Maia e Sakamoto, 2014, p. 599-602).

No ano de 2012, os empregados foram o grupo majoritário da estrutura ocupacional brasileira, representando 31,4% da PO agrícola, contra 27,3%, em 1992. Entre eles, 41% possuíam carteira de trabalho assinada, contra 22% em 1992. “O crescimento do trabalho com carteira foi puxado pela dinâmica das regiões Centro-Oeste e Sudeste, onde a participação desses trabalhadores na estrutura de ocupações agrícolas cresceu, respectivamente, 23 e 11 pontos percentuais entre 1992 e 2012” (Maia e Sakamoto, 2014, p. 602). Nas regiões Centro-Oeste e Sudeste os empregados apresentavam as maiores participações na PO agrícola, respectivamente, 45% e 50% e, mais da metade, possuíam carteira assinada, respectivamente, 60% e 54%. A região Sul também registrou, em 2012, 50,2% de seus empregados com carteira assinada. Já nas regiões Norte e Nordeste, os empregados não ultrapassam os 25% e menos de um quarto possuíam carteira de trabalho assinada. (Maia e Sakamoto, 2014, p. 602-603).

Também chama a atenção as dinâmicas opostas observadas para os ocupados não remunerados e na produção para o autoconsumo. Enquanto a participação dos ocupados não remunerados caiu 16 pontos percentuais entre 1992 e 2012 (de 28% para 11%), a dos ocupados na produção para o autoconsumo cresceu 10 pontos percentuais (de 17% para 27%). No conjunto, esses dois grupos representavam 45,2% da PO agrícola em 1992 e caíram para 38,7% em 2012 (Maia e Sakamoto, 2014, p. 603).

A série registrada pela Pnad, entre 2002 e 2012, mostra que o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas no Brasil vem caindo de forma continuada. Neste período, a queda foi de 18,35%. De acordo com a pesquisa, isto decorreria de ajustes estruturais, crises, condições macroeconômicas, entre outras razões. Mas Garcia Ruiz mostra que, o nível de ocupação não se recuperou nem mesmo depois da retomada do crescimento da agricultura, registrada após a aplicação da Lei Kandir, de 1997, e da depreciação cambial no início de 1999; nem mesmo quando o setor passou a experimentar grandes taxas de crescimento, a partir de 2005, impulsionado pelas exportações de grãos para a China, de biocombustíveis, carnes, entre outras commodities: “[...] ao contrário, retoma-se a tendência de queda na ocupação do setor agropecuário...”. Os Censos Demográficos mostram que entre 1970 e 2010, o número de pessoas ocupadas na área rural se manteve entre 12 e 13 milhões de pessoas, mas com tendência a queda. (Garcia, 2014, p. 574-575).

A nosso ver, isto está profundamente ligado as mudanças sociotécnicas dos processos produtivos e organizacionais impostos pelos agronegócios e as formas “flexíveis” do trabalho, que produziram um movimento de pinças duplas: por um lado, o crescimento relativo de um contingente de trabalhadores especializados, ligados aos setores de ponta dos agronegócios, por outro lado, um contingente precarizado de trabalhadores não

qualificados, que perpassam ambas as categorias, tanto os trabalhadores empregados, quando os trabalhadores por conta própria, agrícolas e não-agrícolas. Nas atividades agrícolas caracterizadas pela alta composição orgânica de capital há elevação da demanda por mão de obra qualificada, excluindo os trabalhadores menos qualificados. (Garcia, 2014, p. 577). Entre os primeiros, estão engenheiros, administradores, operadores de mercados financeiros, operadores de maquinário especializado, pesquisadores na área de inteligência artificial, especialistas em novas tecnologias, entre outros. Entre os segundos, está toda a sorte de trabalhadores que engrossam as fileiras do desemprego estrutural – que, a depender da conjuntura, conta, inclusive, com um contingente sobrando de trabalhadores altamente especializados.

Ademais, a modernização do campo, baseada na mecanização e na elevação da escala de produção rompeu o funcionamento tradicional dos mercados de trabalho sazonais, implicando a dinâmica do mercado para aqueles trabalhadores por tarefas, braçais, ocupados ocasionais, diaristas, sobretudo, não especializados e especializados (a exemplo de cerqueiros, tratoristas, colhedores de café, de frutas, hortaliças, cortadores de cana, entre outros). Isto não significa, no entanto, o desaparecimento do trabalho temporário e manual, já que a mecanização não permite a completa substituição do trabalhador por capital fixo (maquinário) em todas as fases e atividades do processo produtivo.

Marcadamente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, vêm se concentrando este contingente reduzido de trabalhadores especializados, ligados aos setores de ponta dos agronegócios; por outro lado, toda a sorte de trabalhadores não qualificados e precários, com alto registro de ocupados não remunerados, ligados a produção para o autoconsumo, não empregados, onde se localizam o maior número de relações de tipo parceria, meação, arrendamento de pequenas porções de terras, além de categorias históricas como posseiros, pequenos produtores, entre outros, encontram-se nas regiões Norte e Nordeste. Isto não quer dizer que tais relações não se reproduzam no seio dos agronegócios, mas que tendem a ser destruídas ou articuladas pelo processo de produção do valor. Não sem encetar conflitos, a exemplo daqueles registrados pela Comissão Pastoral da Terra, envolvendo, não raro, povos das águas, da floresta, quilombolas, extrativistas, indígenas, entre outros sujeitos.⁷

Para Garcia (2014, p. 578):

A disponibilidade de mão de obra no meio rural, associada a desregulamentação e a flexibilidade na aplicação das regras legais certamente contribuíram para a configuração de um mercado de trabalho que sempre tomou como dados, tanto a oferta abundante como o baixo

⁷ Cf. www.cptnacional.com.br. Acesso em :10 out 2017.

custo e adaptabilidade do trabalho às condições específicas dos sistemas produtivos, seja na duração da jornada de trabalho seja em qualidade das condições gerais de trabalho como da remuneração (nível e modalidades). No entanto, apesar da importância do trabalho temporário para a agricultura, esse tipo de relação, extremamente assimétrica e executada em condições claramente impróprias e incompatíveis com o nível do desenvolvimento das relações de trabalho no meio urbano, configura-se como problemática, à luz dos direitos alcançados pelos trabalhadores em geral, os quais aos poucos foram sendo estendidos aos trabalhadores rurais. De fato, o novo contexto institucional em construção no País tem posto uma série de restrições às práticas usuais na contratação do trabalho temporário, o que tem induzido ao surgimento de novas modalidades de contratação, tais como o surgimento das cooperativas de trabalho.

Segundo o DIEESE, em 2013, entre os cerca de 4 milhões de ocupados empregados no campo, 59,4% ou 2,4 milhões eram empregados sem carteira assinada. Ou seja, “[...] a maior parte dos trabalhadores assalariados rurais no Brasil está em situação de trabalho ilegal (ou informal), ou seja, sem nenhuma das proteções garantidas pelo vínculo formal” (DIEESE, 2012, p. 11). Tanto a região Norte como a região Nordeste apresentam uma taxa de informalidade, de trabalhadores assalariados sem registro, de 77,1%; e nos estados do Acre, Ceará e Sergipe, essa taxa está acima dos 90%. (DIEESE, 2014, p. 13). Como consequência da alta informalidade, a média de contribuintes para a previdência social é de 43,6%, ou seja, de cada 10 trabalhadores, apenas 4 contribuem a previdência. E entre os trabalhadores informais, somente 5,1% contribuem à previdência. (DIEESE, 2014, p. 16).

É interessante notar que as análises de Garcia (2014) e do DIEESE, realizadas em 2014, não puderam levar em consideração as novas condições político-institucionais e jurídico-legais que já impactam drasticamente o mundo do trabalho, a saber, a contrarreforma trabalhista e previdenciária, ambas em andamento que, na esteira das transformações no âmbito da dinâmica e da morfologia do trabalho, vem consolidar as tendências anteriormente apontadas, à despeito da ampla informalização e precarização das relações laborais, particularmente, no campo.

O futuro do trabalho no campo: rumo às considerações finais

Vindas do seio do aprofundamento das medidas de liberalização das restrições impostas ao capital, as contrarreformas trabalhista e previdenciária deverão ampliar o contingente de trabalhadores precários no campo (e na cidade) e as formas de superexploração do trabalhador. Ironicamente, este processo deverá se dar a partir da redução das situações de informalidade, uma vez que tornará legal, por via da perda dos direitos historicamente constituídos, as situações que hoje se encontram em situação informacional, em sentido estrito. Nessa direção, a contrarreforma trabalhista deverá elevar a

condição do trabalhador da informalidade à formalidade, tragicamente, por meio da legalização das formas de superexploração da força de trabalho.

Aprovada pelo Congresso Nacional em julho de 2017, a reforma trabalhista, ou PL no. 6787/2016 implica nas seguintes principais mudanças:

- (a) os acordos coletivos, que atualmente não podem estar acima da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), terão força de lei, podendo regulamentar, entre outros, as jornadas de trabalho;
- (b) a jornada de trabalho parcial, atualmente de até 25 horas semanais, sem hora extra e com direito a férias de 18 dias, passará a ser de até 30 horas semanais, sem hora extra, ou de até 26 horas semanais, com até 6 horas extras;
- (c) as férias, que hoje podem ser parceladas em no máximo 2 vezes, poderão ser parcelas em até 3 vezes, sendo que nenhum dos períodos pode ser inferior a 5 dias e um deles deve ser superior a 14 dias, não podendo iniciar 2 dias antes de feriados ou em finais de semana;
- (d) as grávidas e lactantes poderão trabalhar em locais de graus mínimo e médio de insalubridade, desde que apresentem atestado médico, ao contrário do que prevê a legislação hoje, que não permite o trabalho em local insalubre em qualquer grau;
- (e) a contribuição sindical deixará de ser obrigatória, devendo o trabalhador autorizar o pagamento, caso assim o queira;
- (f) o trabalho em casa (home office) passará a ser regulamentado;
- (g) o período para almoço, atualmente de 1 hora no mínimo, previsto pela CLT, poderá ser reduzido para meia hora, de acordo com convenção coletiva;
- (h) o trabalho intermitente, não previsto pela CLT, passará a ser permitido, com remuneração definida por hora trabalhada;
- (i) o contrato de trabalhador autônomo será permitido, mesmo que haja exclusividade e continuidade, ao contrário do permitido pela CLT, sem que isto seja considerado vínculo empregatício.

Tais modificações na legislação trabalhista vêm ratificar as condições historicamente rebaixadas e degradantes que marcam o trabalho no campo, a exemplo da garantia de condições mínimas para o exercício do trabalho no corte da cana, para citar apenas um caso. Reiteradamente, o Ministério Público do Trabalho vem autuando as empresas que empregam o trabalhador “bóia-fria” pela ausência de condições mínimas para o exercício do trabalho, como tempo suficiente e estrutura salubre para a realização das refeições, bem como a garantia dos itens de segurança no desempenho das atividades laborais. A redução do período para o almoço neste caso, implica diretamente a ampliação

da superexploração do trabalho, pelo aumento da jornada de um tipo de remuneração que se dá por produção (ou produtividade), consagrando a subsunção real do trabalho ao capital. Isto sem falar de trabalhadoras grávidas e lactantes que, no eito, já não encontram condições salubre de trabalho.

Ademais, a possibilidade dos acordos coletivos acima da CLT e o fim do imposto sindical, significam a tiro de misericórdia no sindicalismo rural que, em muitos lugares do país, é a única forma organizativa de inúmeras categorias de trabalhadores rurais. Se é verdade que o imposto sindical, historicamente, é um instituto de controle político do Estado e que, não raro, substitui a organização política pela administração, também é certo que, por décadas, permitiu aos sindicatos alguma autonomia política, ainda que bastante relativa. No contexto de desemprego estrutural, da fragmentação e informalização, da degradação e erosão das bases do trabalho, o fim do imposto sindical reduzirá drasticamente a relativa autonomia sindical, reproduzindo relações de dependência, negociatas, favorecimento privado em detrimento de interesses da classe.

Além das transformações no mundo do trabalho decorrentes da aprovação do PL 6787/2016, há outro projeto de lei em andamento, no. 6442/2016, de autoria do deputado Nilson Leitão, pelo PSDB do Mato Grosso, que atualmente preside a Frente Parlamentar Agropecuária, que aprofunda as condições de precarização do trabalho anteriormente mencionadas. Entre as “inovações” do projeto, sustentadas pelo argumento da necessidade de “modernização das relações de trabalho no campo”, de conferir “segurança jurídica” ao agronegócio e “reduzir a informalidade” no âmbito das relações laborais, Lídia Cristina Santos destaca:

[...] a possibilidade do trabalhador ser remunerado com salário mais moradia e/ou parte da produção local (alimentos ou animais); a flexibilidade da jornada de trabalho, mediante negociação entre empregados e empregado, para que este possa trabalhar até 12 horas por dia, com remuneração a título de hora extra do que ultrapassar as 8 horas diárias ou estipulação de banco de horas; o trabalho por 18 dias seguidos para o empregado que tiver residência em cidade distante do local de trabalho, mediante iniciativa deste, com a finalidade de usufruir de folga prolongada com a sua família; a venda de férias mediante iniciativa do empregado que morar na própria propriedade (Santos, 2017, não paginado).

A persistência de formas diversas de escravidão no campo brasileiro, como por exemplo, a peonagem (ou escravidão por dívida), teoricamente tratada como uma espécie de obstáculo estrutural na expansão do modo capitalista de reprodução do capital na formação econômico-social brasileira, como expressão de um contemporâneo processo de acumulação primitiva de capital (Martins, 2011; Oliveira, 2003), revela-se, agora, como expediente da nova fase de acumulação global, marcada pela redução da margem de viabilidade produtiva do capital. (Firmiano, 2016).

Neste processo, as condições truncadas da acumulação capitalista viabilizaram o atual padrão (destrutivo) de reprodução, decorrente da redução da margem de viabilização produtiva do capital, mas conferindo-lhe uma espécie de “normalidade”, dado que sua expansão capitalista historicamente se apoiou nos expedientes mais abjetos que o capital desenvolveu ou teve à disposição para submeter o trabalho e as condições elementares da reprodução social às suas necessidades da acumulação. Isto resultou na generalização acelerada de determinados expedientes da expansão do capital, indicando que o trabalho escravo, a devastação ambiental própria da abertura da fronteira agrícola, o assassinio e a subjugação dos povos, entre outros - que, no momento precedente ao ingresso do país na globalização do capital, podiam ser considerados próprios de um processo de acumulação primitiva inconclusa - pertencem hoje ao mundo do capital não mais como uma extemporaneidade necessária à sua realização, mas como método próprio de sua fase atual de desenvolvimento. O que sugere ter havido uma espécie de superposição daquilo que considerávamos como sendo formas de acumulação primitiva de capital por formas de produção destrutivas inerentes a fase de descendência histórica do capital (Firmiano, 2016, p. 142).

Articulada a contra reforma trabalhista está o desmonte da proteção previdenciária, por meio da PEC 287/2016 que, para a aposentadoria rural, caso aprovada, prevê idade mínima entre 57 e 60 anos, respectivamente para mulheres e homens, com a exigência de contribuições mensais individuais por, no mínimo, 15 anos junto ao INSS.

Atualmente, a previdência social inclui três tipos de trabalhadores rurais, quais sejam, o empregado rural, o contribuinte individual e os assim chamados segurados especiais. O empregado rural só teve seus direitos equiparados aos trabalhadores urbanos em 1988, com o artigo 7º da Constituição Federal. A Lei 8.8212/91, por seu turno, instituiu a contribuição previdência para o trabalhador rural eventual, enquadrado como contribuinte individual que, até a Lei Complementar 123/2006, pagava 20% sobre o salário de contribuição, podendo pagar 11%, desde 2006, desde que abra mão da aposentadoria por tempo de contribuição. Esses são os casos dos chamados diaristas, prestadores de serviço eventuais, a exemplo dos bóias-frias. E a Lei de 1991 também definiu como segurados especiais os parceiros, meeiros, arrendatários rurais, pequenos produtores, pescador artesanal que desempenham atividades produtivas individuais ou familiar. Em 2008, Lula da Silva promulgou a Lei 11.718/2008 que regulamentou o chamado trabalho de curta duração, ou temporário, contratado por pessoa física. Neste, o trabalhador contratado contribui com 8% sobre o salário de contribuição. No caso dos segurados especiais (Lei 8.212/91) a contribuição ao sistema de Seguridade Social é 2,1% sobre a receita bruta da comercialização da produção anualmente.

A PEC 287/2016 retira dos trabalhadores rurais o direito a aposentadoria que, ao atingir 55 e 60 anos, mulheres e homens, respectivamente, podiam reivindicá-la, ao comprovar o exercício do trabalho no campo por 15 anos, por meio de documentos de empregadores ou dos sindicatos de trabalhadores rurais, ou ainda, por meio de notas fiscais de venda da produção agrícola; assim como elimina o segurado especial da agricultura familiar.

Sem considerar as contrarreformas trabalhista e previdenciária, o DIESSE projeta que em 2050, o meio rural sofrerá uma redução drástica em termos populacionais, sendo estimada em 18,1 milhões de pessoas, num total de 226,3 milhões de habitantes no país, em decorrência: (a) da concentração industrial em áreas urbanas e aumento da demanda de força de trabalho; (b) modificações nos processos produtivos agrícolas (expansão da fronteira agrícola, disponibilidade de crédito, especialização produtiva); (c) fragilidade da oferta de bens e serviços pelo Estado; (d) escassez, penosidade e precariedade do trabalho no meio rural; (e) incremento do nível tecnológico nas atividades rurais; (f) diminuição das taxas de fecundidade; (g) elevação da concentração fundiária, decorrente da ausência de política nacional de reforma agrária. (DIESSE, 2012, p. 3-4).

Diante das transformações que ora se processam no mundo do trabalho no campo, poderíamos destacar, ainda, pelo menos mais três tendências: (a) a redução da renda média nacional que, historicamente, já é inferior a média nacional - em 2012, a renda média dos trabalhos na área rural era de R\$ 735,62, enquanto a média brasileira era de R\$ 1.475,72 (GARCIA, 2014, p. 576); (b) a ampliação das chamadas atividades não-agrícolas no campo e das atividades agrícolas sem quaisquer rendimentos; (c) a diminuição da agricultura familiar, com sério agravamento das condições do desemprego estrutural.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).

_____. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.

DIESSE. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. **Estudos e Pesquisas**, n. 74, outubro de 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em 20 Ju 2017.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios e a atualidade histórica da reforma agrária**. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

GARCIA, Junior Ruiz. Trabalho Rural: tendência em face das transformações em curso. In. **O mundo rural no Brasil do século 21 : a formação de um novo padrão agrário e agrícola** / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014.

MAIA, Alexandre Gori; SAKAMOTO, Camila Strobl. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. In: **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola** / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014.

GONÇALVES, José Sidnei. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, SP, v.35, n.4, abr. 2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec1-0405.pdf>. Acesso em 15 set 2012.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3ª edição. – São Paulo: Contexto, 2011.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. [Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim]. – São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). - São Paulo, Editora Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. – São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Lídia Cristina J. Impactos da reforma trabalhista para o trabalhador rural. **Campo Grande News**. 12/05/2017. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/artigos/impactos-da-reforma-trabalhista-para-o-trabalhador-rural>. Acesso 09 Jun 2017.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Firmas, Cadeias e Redes de Agronegócios. In: NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Evaristo Marzabal. **Agronegócio do Brasil**. – São Paulo: Saraiva, 2005.

Sobre os autores

Frederico Daia Firmiano – Graduação em Comunicação Social pelo Centro Universitário Moura Lacerda; Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Professor Doutor Designado da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), unidade Passos; Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UNESP, campus Franca e bolsista PNPd/CAPES; líder do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Direitos Sociais (GEIND), do CNPa.

Como citar este artigo

O TRABALHO NO CAMPO: QUESTÕES DO PASSADO
E DILEMAS PARA O FUTURO

FIRMIANO, Frederico Daia. O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 120-137, jan.-mar. 2018.

Recebido para publicação em 03 de setembro de 2017.

Devolvido para a revisão em 15 de dezembro de 2017.

Aceito para a publicação em 22 de dezembro de 2017.

Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay

Joaquín Cardeillac Gulla

Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República (UDELaR) – Montevideo,
Montevideo, Uruguay

e-mail: joaquin.cardeillac@cienciassociales.edu.uy

Lorena Rodríguez Lezica

Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República (UDELaR) – Montevideo,
Montevideo, Uruguay

e-mail: lorena.rodriguez.lezica@gmail.com

Resumen

En Uruguay, son escasas las investigaciones sobre la participación de las mujeres en el mundo del trabajo asalariado rural. Al analizar los datos de los Censos Generales Agropecuarios de 2000 y 2011 encontramos que la participación de varones y mujeres ha variado mucho, y estas variaciones son bastante distintas según el rubro, el tipo de contrato y la categoría laboral. Se corrobora un aumento del número total de la mano de obra asalariada rural y se encuentra que el trabajo asalariado del agro uruguayo, estando aun marcadamente masculinizado, se ha feminizado entre el 2000 y el 2011. Se observa asimismo un aumento del trabajo safral tanto entre varones como entre mujeres, con algunos de los rubros con mayor participación relativa de mujeres registrando los mayores porcentajes de trabajo safral. Al analizar la calificación de los trabajos de las mujeres y los varones en el campo se detecta una desproporcional presencia de mujeres en tareas no calificadas y se concluye que habiendo un movimiento hacia la inclusión de mujeres en el mercado de trabajo rural uruguayo, persisten mecanismos de "exclusión en la inclusión", que básicamente opera mediante el no reconocimiento de buena parte de las tareas realizadas por las asalariadas agropecuarias.

Palabras-clave: Asalariadas rurales; género; calificaciones; trabajo safral.

Exclusão na inclusão por desqualificação: análise da situação das assalariadas rurais no Uruguai

Resumo

No Uruguai, pouco se sabe sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho assalariado rural. Ao analisar os dados do "Censo General Agropecuario" de 2000 e 2011, constatamos que a participação de homens e mulheres tem variado muito, e essas variações são diferentes de acordo com o gênero ou produto, o tipo de contrato e a categoria trabalhista. Um aumento no número total de mão de obra assalariada rural é corroborado, e verifica-se que o trabalho assalariado do setor agropecuário uruguaio, embora ainda marcadamente masculino, tenha sido feminizado entre 2000 e 2011. Há também um aumento no trabalho sazonal ou temporário, tanto entre homens e mulheres, com alguns dos produtos com maior participação relativa das mulheres, registrando as maiores porcentagens de trabalho sazonal. Ao analisar a qualificação do trabalho de mulheres e homens no campo, uma presença desproporcional de mulheres em tarefas não qualificadas é detectada e conclui-se que, tendo ocorrido um movimento para a inclusão de mulheres no mercado de trabalho rural uruguaio, se pode ainda falar de uma "exclusão na inclusão". Assim, os mecanismos de exclusão

persistem na inclusão, operando através do não reconhecimento de uma grande parte das tarefas realizadas pelas assalariadas agrícolas.

Palavras-chave: Assalariadas; gênero; qualificações; trabalho sazonal.

Exclusion in inclusion by disqualification: analysis of the situation of rural salaried in Uruguay

Abstract

In Uruguay, we know very little about women's participation in rural wage labor. When analyzing data from the General Agricultural Census of 2000 and 2011 we find that participation of men and women has varied a lot, and these variations are quite different depending on the sector's activity, the type of contract and the labor category. An increase in the total number of rural wage labor is corroborated. It is also found that although salaried work in the Uruguayan agricultural sector is still sharply masculinized, it has been feminized between 2000 and 2011. There is also an increase in temporary labor, both among men and women. Some activities show a higher relative participation of women, registering the highest percentages of temporary work. When analyzing job qualification of women and men, a disproportionate presence of women in unqualified tasks is detected. It is then concluded that even though there is a movement towards the inclusion of women in the Uruguayan rural labor market, there are "exclusion in inclusion" mechanisms, which basically operate through the non-recognition of a large part of the tasks performed by agricultural wage-workers.

Keywords: Rural wageworkers; gender; qualifications; seasonal work.

Introducción

Cuando se invita a pensar en el trabajo asalariado en el campo uruguayo, ejercicio planteado en diversas instancias académicas, las imágenes más frecuentes con las que nos encontramos son: peones de estancia, recorriendo el campo a caballo, un cosechador, o un tractorista. Imágenes de un campo uruguayo masculinizado. Cuando la invitación es a pensar en mujeres rurales, las imágenes suelen vincularse a la elaboración de mermeladas, conservas, quesos, licores y productos artesanales: tareas en su mayoría vinculadas al trabajo en el ámbito doméstico. Al hacer una revisión de los estudios sobre el proletariado rural en Uruguay, predomina la imagen de un trabajador universal masculino. En el marco de las transformaciones en el mundo agrario uruguayo y los cambios y tendencias en la fuerza de trabajo rural en Uruguay, escasas investigaciones dan cuenta de la participación de las mujeres. Conviene situar al Uruguay en el marco de tendencias y transformaciones observadas en el agro latinoamericano, para evidenciar que no ha sido ajeno a éstas. Una de ellas, y en la que nos centraremos en este artículo, es la creciente participación de las mujeres en el mercado de trabajo rural vinculada principalmente a la expansión de los complejos agroindustriales.

Antecedentes

Estudios sobre las transformaciones en el mercado de trabajo rural

A partir de la segunda mitad del Siglo XX se da una transformación drástica de la economía y la sociedad rural en América Latina a raíz de la creciente integración de la agricultura al régimen agroindustrial global de alimentos y a las políticas estatales que le acompañaban. Se identifican cambios profundos en la estructura agraria de los países latinoamericanos vinculados a, entre otros factores, la mecanización, la agroindustrialización, la capitalización y la semiproletarización o proletarización de la economía campesina, los avances en la agroexportación, y las reformas y contrarreformas agrarias (KAY, 1995). Para el caso de Uruguay, la economía uruguaya tomó un nuevo rumbo a partir de la década del setenta, expandiéndose las cadenas y complejos agroindustriales, integrando verticalmente el agro y la industria procesadora de materias primas. Para mediados de los ochenta, se estima que el 83% del valor de la producción agropecuaria se vendía a la industria para su transformación, desarrollándose fuertemente “la industria forestal, los molinos arroceros, las plantas de industrialización láctea, las cervecerías, las procesadoras avícolas y las plantas de procesamiento y empaquetado de frutas (en especial cítricos)” (PIÑEIRO, 1998: 11). Así como en otros países de la región, las exportaciones que adquirieron más importancia fueron las no tradicionales, llegando a representar el 70%. Entre 1994 y 1996, y las exportaciones de carne y lana pasaron a representar sólo el 35% del total de exportaciones en 1980 (cuando históricamente habían representado entre el 60% y el 80%) (PIÑEIRO, 1998).

En cuanto a las tendencias que han acompañado al desarrollo capitalista en el agro latinoamericano, se destacan cuatro cambios en la fuerza de trabajo rural: el incremento de la mano de obra asalariada, el incremento del empleo temporal y estacional, la urbanización y la feminización de la fuerza de trabajo rural. Haremos una breve mención sobre las primeras y sobre la última profundizaremos en este artículo (KAY, 1995).

Conviene comenzar por definir con exactitud a quiénes nos referimos en este artículo cuando hablamos de asalariados y asalariadas rurales. Nos basamos en la definición de trabajadores y trabajadoras agropecuarias¹ de Cardeillac y Juncal (2017), de acuerdo a la tarea que realizan y para la obtención de un salario, y no en base a su residencia dado que ello no incluiría a un gran porcentaje de trabajadores y trabajadoras que residen en las ciudades o centros poblados. A partir de esta delimitación, es posible estimar su número en unas 69.284 personas, según los datos del Censo Nacional de Personas y Viviendas de 2011 del Instituto Nacional del Estadística (INE) de Uruguay. Vinculado al incremento de la mano

¹ Optamos por hablar de asalariadas y asalariados rurales dado que es así como se definen a sí mismas/os. Resaltamos que se trata de trabajadoras y trabajadores que realizan tareas agropecuarias, dejando fuera a otro tipo de tareas que puedan desempeñarse en el medio rural, a cambio de un salario.

de obra asalariada, se observa en la región un incremento en la proporción de trabajo temporal y estacional, con una disminución importante de asalariados y asalariadas permanentes. Ello estaría vinculado a la expansión de las agroindustrias exportadoras de productos de estación, no tradicionales, que necesitan abundante mano de obra solamente durante algunos meses del año. El trabajo permanente en las actividades agropecuarias suele implicar tareas de administración, como capataces, puesteros y peones de varias categorías, mientras que los trabajadores y trabajadoras zafrales realizan tareas específicas durante períodos del año que demandan mayor cantidad de mano de obra. En cuanto a la creciente urbanización, para el caso del Uruguay un 70% del total de la mano de obra asalariada agropecuaria declaró tener residencia urbana en el 2011 (CARDEILLAC y NATHAN, 2015). Por último, un cuarto cambio en la fuerza de trabajo rural también vinculado al aumento del empleo temporal y estacional, es la creciente feminización de la mano de obra, asociado a una preferencia de la agroindustria por emplear a mujeres debido a su disponibilidad, su disposición a trabajar en una base estacional, la aceptación de salarios más bajos, una tendencia a carecer de organización y porque "(...) según los patrones, son mejores trabajadores para las actividades que requieren un manejo cuidadoso". (KAY, 1995: 71). A empleo permanente suelen acceder mayormente los hombres.

A fines de los noventa se concluía que la tendencia regional a la feminización de la fuerza de trabajo rural, no se cumplía en Uruguay (PIÑEIRO, 1998). Así, se ha afirmado que la presencia de las mujeres en la fuerza de trabajo rural en Uruguay es menor en comparación con otros países en la región, aunque sin indagar en profundidad en una tendencia observada a nivel de la región. En otro estudio, se concluía a partir del análisis de datos censales que en Uruguay se manifestaba una tendencia a que las mujeres rurales productoras familiares salieran en busca de trabajo zafra. indicando que si bien debía hablarse de una masculinización del medio rural, existía la excepción de los rubros como la citricultura que contratan a mujeres, aunque sin profundizar en esta posible tendencia. (CHIAPPE, 2002) . En un estudio posterior, Piñeiro (2011) afirma que al parecer Uruguay no sería la excepción en la región en cuanto a la feminización de la fuerza de trabajo rural en Uruguay, ya que si bien en el rubro de la ganadería podía ser acertado hablar de un mundo predominantemente masculino, son cada vez más las mujeres que emplean su fuerza de trabajo en el agro. Piñeiro menciona que alrededor de un 30% de la mano de obra asalariada rural está constituida por mujeres y que en algunas tareas y subsectores, como en los viveros forestales y en la cosecha y procesamiento de algunas frutas, puede que sean mayoría (PIÑEIRO, 2011). En un estudio más reciente, Vitelli y Borrás (2014) basándose en las Encuestas Continuas de Hogares para cuantificar a las asalariadas rurales, entendidas estas como mujeres ocupadas dentro del sector agropecuario, ya sea con residencia rural o urbana, observan que del total de mujeres ocupadas en el sector, un 44,5% son asalariadas. Y del total de ocupados varones en el sector

agropecuario, un 58,7% son asalariados. (VITELLI y BORRÁS, 2014). Rodríguez Lezica y Carámbula señalan en 2015 que hasta ese momento predominaba una percepción del aumento del empleo asalariado femenino, pero que no había aún investigaciones que profundizaran en ese proceso. Basándose en datos del Banco de Previsión Social, encuentran que el total de cotizantes de la categoría dependientes rurales (asalariados) “para el año 2011 fue de un promedio anual de 73.671 hombres y 24.554 mujeres, representando el 56 % del total de cotizantes, mientras que el promedio anual para el año 2004 fue de 59.774 hombres y 21.986 mujeres, representando el 51% del total de cotizantes” (RODRÍGUEZ LEZICA y CARÁMBULA, 2015: 98). Concluyen que ello sería indicativo de un proceso creciente de proletarización de los cotizantes².

Factores de diferenciación del proletariado rural

A mediados de los noventa, González Sierra (1994) identificaba los siguientes factores de diferenciación del proletariado rural: la forma de contrato (temporal/zafral o permanente), el rubro productivo de la empresa en la que trabajan (peón agrícola o capataz de chacra, por ejemplo), el nivel de calificación de la mano de obra de acuerdo al tipo de trabajo que realizan (peón común, tractorista, capataz, entre otros), y el lugar de residencia y trabajo (el lugar donde trabaja no necesariamente es el mismo donde se reproduce su fuerza de trabajo: puede tener residencia urbana y trabajar en el campo). La importancia de conocer estas diferencias radica en que “determinan visiones del mundo, expectativas y posibilidades organizativas muy diversas según se trate de uno u otro caso.” (GONZÁLEZ SIERRA, 1994: 28)

Piñeiro y Moraes (2008) amplían en el primero de estos factores señalando una tendencia a contratar poca mano de obra asalariada permanente de alta calificación y una mayoría de jornaleros o jornaleras sin calificación, para atender los picos de demanda de trabajo (Piñeiro y Moraes, 2008). Por su parte, Carámbula (2009), continúa complejizando estos factores y añade que puede tratarse de mano de obra completamente proletarizada o semi-proletaria (en este último caso se trataría de un productor o productora familiar que suele vender su fuerza de trabajo para complementar ingresos); pueden trabajar en varias actividades agrícolas o en otros sectores de la economía, como en la industria o servicios (pluriactivo); y que varía el nivel de ingreso percibido, lo que estaría a su vez atravesado por varios de los factores.

²Los autores advierten dos cosas en cuanto al registro, primero, que puede contar al mismo trabajador varias veces al año y segundo, que es una fuente con un nivel significativo de subregistro. (Rodríguez Lezica y Carámbula, 2015).

Cada uno de estos factores de diferenciación están estrechamente vinculados a las construcciones de género. Sin embargo, dentro de la categoría de 'trabajadores asalariados agropecuarios', escasos estudios profundizan en el 'sexo' como variable observable. Esta ausencia no sería la excepción en Uruguay si ampliamos la mirada hacia la región.

Análisis de los factores de diferenciación desde un enfoque de género

A inicios de los noventa Lara Flores (1991) manifestaba su sorpresa frente al hecho de que en una región (América Latina) donde la participación de la mano de obra femenina era tan significativa, se estudiaba al proletariado rural como si fuera 'unisex'. Notaba que variables como calificación y tipo de empleo eran usadas como un dato más, sin preguntarse sobre los caminos diferentes que transitaban mujeres y hombres en sus trayectorias (LARA FLORES, 1991). Se toma aquí la propuesta de la autora de realizar una lectura del 'asalariado agrícola' como un grupo social complejo, que no solo enfrenta relaciones de clase sino que participa de una dinámica de relaciones sociales de clase y de sexo.

Conviene en este punto desarrollar por qué decidimos adoptar una perspectiva de género para el análisis del trabajo asalariado rural. La categoría género ha sido propuesta originalmente por las académicas feministas con el objetivo de distinguir las características derivadas del sexo biológico de las personas, de aquellas características producto de procesos sociales y culturales que distinguen lo masculino de lo femenino. De esta manera se rechaza el determinismo biológico utilizado para justificar la posición de subordinación de las mujeres en prácticamente todas las esferas de la vida. Un determinismo construido sobre la capacidad de parir de unas y mayor fuerza muscular de otros, con el cual se busca justificar la asignación de roles y tareas diferenciadas para mujeres y hombres. Se trata de un principio universal de organización, una categoría que posibilita analizar la diferenciación sexual y la manera en que ésta se ha traducido en desigualdad social (LAMAS, 1999, SCOTT, 1990; DE VEGA DE MIGUEL, 2006).

Se trata asimismo de una categoría relacional que surge a partir de una preocupación por algunas feministas producto de críticas y señalamientos recibidos por el estudio centrado en las mujeres de manera aislada.

(...) porque "género" suena más neutral y objetivo que "mujeres". "Género" parece ajustarse a la terminología científica de las ciencias sociales y se desmarca así de la (supuestamente estridente) política del feminismo. En esta acepción, "género" no comporta una declaración necesaria de desigualdad o de poder, ni nombra al bando (hasta entonces invisible) oprimido. (...) "género" incluye a las mujeres sin nombrarlas y así parece no plantear amenazas críticas. (SCOTT, 1990, p.27-28)

La perspectiva de género sugiere además que mujeres y hombres se definen en términos unas de otros, que para comprender su mundo no es posible estudiarles como esferas completamente separadas ya que “el estudio de las mujeres por separado perpetúa la ficción de que una esfera, la experiencia de un sexo, tiene poco o nada que ver con la otra” (SCOTT, 1990: 28).

Desde este enfoque conceptual, se abordarán las fuentes de datos censales. Concretamente, se realizará un análisis descriptivo de tendencias utilizando los datos para los años 2000 y 2011. Se optó por trabajar sobre los Censos Generales Agropecuarios, ya que son las fuentes de datos que aportan información sobre el trabajo asalariado en las explotaciones agropecuarias del país, que menos han sido trabajadas hasta el momento desde esta perspectiva. Así, los resultados que se irán presentando e interpretando contribuirán al diálogo con otros trabajos que abordan diferentes fuentes de datos sobre el mismo tema (Rodríguez Lezica y Carámbula, 2015; Cardeillac, y otros, 2015).

Para el caso de Uruguay, hasta el momento poco se ha investigado sobre una de las tendencias observadas en América Latina: la creciente participación de las mujeres como fuerza de trabajo rural. Vitelli y Borrás (2013) plantean la necesidad de adoptar una pluralidad de enfoques para abordar las desigualdades de género en el medio rural frente a la existencia de inequidades cruzadas que se potencian entre sí, como son las inequidades producto de la ubicación territorial, o de condiciones económicas y sociales. (VITELLI y BORRÁS, 2013). Rodríguez Lezica y Carámbula (2015) señalan la escasez de investigaciones sobre la mano de obra asalariada rural desde un enfoque de género en Uruguay y afirman la necesidad de abordar las transformaciones en el medio rural desde una perspectiva de análisis que integre relaciones de clase y género.

A partir de una articulación de las categorías analíticas clase y género, Lara Flores (1991) critica la perspectiva que se centra en las condiciones de las mujeres y sostiene que la descripción de la situación de las obreras agrícolas como algo atípico es tan parcial como lo es el análisis de ‘los asalariados agrícolas’ sin mencionar la dimensión de género. En realidad, la situación de las asalariadas rurales, la precariedad que caracteriza el tipo de empleo al que accede, hace parte de las condiciones generales que enfrenta ‘el asalariado rural’. Mmira a la precarización del empleo como elemento constitutivo del mercado de trabajo rural y a la feminización del proletariado rural como parte integrante de este fenómeno. Una de las tendencias en un mercado de trabajo rural que requiere de flexibilidad en el empleo de mano de obra, es el trabajo temporal y estacional. Las mujeres que trabajan como asalariadas rurales no son las únicas entre los sectores “...en tal situación de desvalorización social que pueden ser sujetos ad-hoc de una política laboral que busca flexibilidad, aplicada en un contexto que supone la desvalorización del precio de la fuerza de trabajo mediante su ‘descalificación’” (LARA FLORES, 1991: 109). La especificidad de las mujeres radica en que

“aparecen como el sujeto social por excelencia para la implementación de todas las formas de trabajo flexible en diferentes sectores de la economía”. (LARA FLORES, 1991: 109-110). Ello explica por qué las mujeres que trabajan como asalariadas en tareas agropecuarias, suelen emplearse en trabajos zafrales.

En cuanto a las tareas diferenciadas en las que se ocupan varones y mujeres, los antecedentes plantean que la división del trabajo en el capitalismo suele responder a construcciones de género que adjudican a las mujeres tareas más delicadas y a los hombres tareas que requieren el uso de la fuerza. Ello explicaría por qué las mujeres predominan en el sector industrial y los hombres en las tareas de campo. (LASTARRIA-CORNHIEL, 2008, IPSEN 2007 y 2010, entre otros). Una de estas investigaciones (LASTARRIA-CORNHIEL, 2007) muestra que la agricultura de cultivos no tradicionales y de alto valor para la exportación está segregada según género, en todas las fases: en el campo, en el procesamiento y en el de empaque. Según la autora, la preferencia por contratar a mujeres, respondería a su mayor flexibilidad en aceptar las precarias condiciones de trabajo, dado que para la mujer aceptar trabajo asalariado precarizado es tan o más urgente que para los hombres. Lara Flores (1991) explica que las mujeres no tienen más facilidad para adaptarse a procesos flexibles y tampoco una preferencia por este tipo de empleos. Rechaza el argumento que sostiene que las mujeres tienen una preferencia por el empleo flexible, debido a que les permite lidiar con su trabajo reproductivo y de cuidados. En realidad: “las mujeres no conocen otra forma de inserción en la economía que no sea ‘flexible’ y extremadamente precaria, justamente porque se argumenta que tienen una función que cumplir en la familia.” (LARA FLORES, 1991: 110). Todaro y Yañez (2004) coinciden al argumentar que no se trata de opciones libres, sino determinadas por restricciones culturales, económicas y de políticas públicas. “Es el caso de la flexibilidad laboral diseñada para que continúen a cargo de todas las tareas de cuidado y domésticas, sin redistribución ni apoyo familiar y social” (TODARO y YAÑEZ, 2004: 17).

Detrás de la preferencia por parte de los empleadores por contratar fuerza de trabajo femenina debido a sus cualidades para manipular los productos, yace la concepción de la existencia de tareas típicamente femeninas y otras típicamente masculinas, cuando en realidad “las mujeres, los migrantes o indígenas, y los niños, son los sujetos sociales que encuentran en nuestra sociedad una mayor dificultad para hacer valer su fuerza de trabajo. Por eso, se les asignan las tareas más penibles y los trabajos precarios” (LARA FLORES, 1991: 110). Su empleo en este tipo de tareas lejos está de ser una opción.

Al adoptar una perspectiva de género para mirar el concepto de calificación notamos que existe una asignación de tareas diferenciadas para hombres y mujeres. La desvalorización de la fuerza de trabajo de las mujeres es producto de criterios sexistas detrás del propio concepto de ‘calificación’. El concepto de calificación es elaborado bajo una lógica patronal y masculina, que no reconoce el valor de la fuerza de trabajo femenina como tal, y

que permite de esa manera justificar que las mujeres reciban una remuneración aún más baja. Se trata de una construcción social sesgada por relaciones sociales de clase y de sexo. Considerar la fuerza de trabajo femenina como mano de obra no calificada se debe a que:

sus competencias o saberes (delicadeza, habilidad manual, rapidez, etc.) se suponen innatas y (...) femeninas, en lugar de ser observadas como el producto de una formación social (...) son imprescindibles para la buena marcha de las empresas donde laboran, demostrando que lo que ellas han aprendido en el hogar, y en su formación como futuras madres, es una capacitación útil en el terreno de la producción y no una limitación (LARA FLORES, 1991: 111).

No podemos dejar de resaltar que si al 'asalariado agrícola' como grupo social se les sitúa en la escala más baja de la estructura social, a las obreras agrícolas se las coloca en una posición aún inferior, un grupo marginado entre los marginados. (LARA FLORES, 1991) A continuación, nos abocamos a la tarea de profundizar en estas tendencias.

Análisis

La estrategia metodológica consiste en un análisis de tendencias de los CGA de 2000 y 2011. Si bien contar con sólo dos puntos en el tiempo representa una limitante importante, es un avance respecto de la información disponible hasta el momento. Al mismo tiempo, profundizar en la información disponible en los Censos Agropecuarios, permite complementar el trabajo de investigación disponible a partir de otras fuentes de datos de carácter más general, como los Censos de Población, que ya han sido trabajados y que si bien generan más información sociodemográfica, no permiten delimitar la población de interés con la misma precisión.

¿Feminización del agro uruguayo? Cambios en la composición por sexo

A partir del Censo General Agropecuario (CGA) de 2011 es posible estimar el total de asalariados del Agro uruguayo en unas 64.255 personas. De ese total 51.315 son varones, mientras el total de asalariadas mujeres es de 12.940 personas.

Los cuadros que siguen presentan la distribución de un subconjunto de esa población, las asalariadas y asalariados permanentes, único tipo para el cual se puede estudiar la tendencia entre censos. La tendencia es un aumento en la participación absoluta de mujeres, acompañado por una disminución de varones. Considerando además que los asalariados y asalariadas agropecuarias del Uruguay son el actor social que más ha visto aumentar su importancia relativa en la estructura agraria uruguaya reciente (CARDEILLAC, y otros, 2015; JUNCAL, CARDEILLAC, MOREIRA, y GALLO, 2014) se hace adecuado el título

de este apartado: el agro uruguayo contemporáneo, aun mayoritariamente masculino se ha feminizado, en el sentido de que hay más mujeres de las que había 11 años atrás.

En el cuadro 1 puede observarse una modificación en el número de rubros que se distinguió en cada uno de los censos, apareciendo 6 rubros que no habían sido considerados como tales en el 2000.

Cuadro 1: distribución de los asalariados permanentes por sexo y rubro, año 2000

CGA 2000	Asalariados			Asalariadas			Total
	Número	% Fila	% Col	Número	% Fila	% Col	
Fruticultura	1.897	90,1	4,2	209	9,9	2,6	3,9
Viticultura	1868	87,2	4,1	274	12,8	3,4	4,0
Horticultura	2.755	90,0	6,1	306	10,0	3,8	5,7
Cereales	1138	91,0	2,5	113	9,0	1,4	2,3
Vacunos de leche	6.539	83,3	14,4	1.315	16,7	16,3	14,7
Vacunos de carne	23.140	83,5	51,1	4.569	16,5	56,8	51,9
Ovinos	1.333	83,7	2,9	260	16,3	3,2	3,0
Forestación	1.371	86,6	3,0	212	13,4	2,6	3,0
Viveros y plantines	325	77,8	0,7	93	22,2	1,2	0,8
Cerdos	507	88,5	1,1	66	11,5	0,8	1,1
Aves	1413	80,2	3,1	348	19,8	4,3	3,3
Servicios de maquinaria	156	94,0	0,3	10	6,0	0,1	0,3
Otros	384	85,9	0,8	63	14,1	0,8	0,8
Arroz	2.301	93,9	5,1	149	6,1	1,9	4,6
Autoconsumo	197	76,4	0,4	61	23,6	0,8	0,5
Total	45.324	84,9	100	8.048	15,1	100	100

Fuente: elaboración propia en base a los datos del CGA de 2000

Cuadro 2: distribución de los asalariados permanentes por sexo y rubro, año 2011

CGA 2011	Asalariados			Asalariadas			Total
	Número	% Fila	% Col	Número	% Fila	% Col	
Forestación	1.059	76.0	2.3	334	24.0	2.9	2.5
Citricultura	1.093	86.4	2.4	172	13.6	1.5	2.2
Otros Frutales	920	79.4	2.0	238	20.6	2.1	2.0
Viticultura	1.095	81.2	2.4	253	18.8	2.2	2.4
Horticultura	1.932	76.9	4.3	581	23.1	5.1	4.4
Cereales y oleaginosos	5.011	84.7	11.1	907	15.3	8.0	10.5
Arroz	2.077	93.0	4.6	157	7.0	1.4	3.9
Semilleros de cereales	73	84.9	0.2	13	15.1	0.1	0.2
Semilleros de forrajes	28	71.8	0.1	11	28.2	0.1	0.1
Viveros y plantines	87	60.0	0.2	58	40.0	0.5	0.3
Vacunos de carne	20.602	80.7	45.6	4.913	19.3	43.2	45.1
Vacunos de leche	6.846	74.5	15.2	2.341	25.5	20.6	16.2
Ovinos	1.680	78.0	3.7	473	22.0	4.2	3.8
Equinos	277	79.8	0.6	70	20.2	0.6	0.6
Cerdos	292	75.3	0.6	96	24.7	0.8	0.7
Aves	1.013	71.7	2.2	400	28.3	3.5	2.5
Otros animales	97	72.9	0.2	36	27.1	0.3	0.2
Servicios agropecuarios	373	83.1	0.8	76	16.9	0.7	0.8
Agroturismo	48	59.3	0.1	33	40.7	0.3	0.1
Otros	171	83.4	0.4	34	16.6	0.3	0.4

Autoconsumo	414	69.3	0.9	183	30.7	1.6	1.1
Total	45.188	79.9	100	11.379	20.1	100	100

Fuente: elaboración propia en base a los datos del CGA de 2011

En el 2000, los dos rubros que concentran más mano de obra asalariada permanente son la ganadería (52%) y la lechería (15%). Entre las asalariadas mujeres, la tendencia se acentúa: casi 57% se concentran en ganadería y más de 16% lo hacen en lechería. Más allá de esa distribución, resulta pertinente estudiar la composición por sexo dentro de los rubros, ya que los antecedentes advierten sobre la existencia de marcadas diferencias. Hacia 2000 apenas 15,1% de la mano de obra asalariada eran mujeres y por tanto, cabe considerar "feminizados" a todos los rubros en los que la participación relativa de mujeres supere ese porcentaje. Los rubros con mayor presencia relativa de mujeres eran: las explotaciones de "autoconsumo- no comerciales" (23,6%) y "viveros y plantines" (22,2%). Luego, las dedicadas a la producción avícola (19,8%) y las que se dedican a "vacunos de leche" (16,7%), a "vacunos de carne" (16,5%) y a "ovinos" (16,3%). En todos los demás rubros, la proporción de mujeres es menor al promedio.

Para 2011 además del aumento general en la participación de mujeres, es posible notar cambios en la distribución relativa por rubros. Si bien los rubros con mayor proporción relativa de asalariadas siguen siendo vacunos de carne y de leche, su peso se atenúa.

Analizar la distribución por sexo dentro de los rubros, permite corroborar si aquellos con más presencia de mujeres asalariadas son los mismos que en 2000 o hubo cambios. El cuadro 2 muestra que el rubro con mayor proporción de mujeres es uno que no había sido considerado 11 años antes, el "agroturismo" (40,7%) aunque su peso en el total de asalariados rurales es marginal. Lo sigue otro rubro que sí había sido considerado en el 2000 y ocupaba el primer lugar de feminización: "viveros y plantines". Respecto de este rubro es necesario llamar la atención sobre la intensidad que registra el proceso de aumento en la participación de mujeres: mientras que en 2000 el porcentaje de mujeres entre los asalariados del sector estaba en 22,2%, para el año 2011 se constata que 40% son mujeres.

El tercer rubro corresponde a las explotaciones de "autoconsumo-no comerciales" con un 30,7%. El cuarto, a explotaciones dedicadas a "aves" (28,3%), el quinto a "semilleros de forrajes" (28,2%) el sexto a "otros animales" (27,1%) y el séptimo a "vacunos de leche" (25,5%). Luego de estos 7 rubros es posible encontrar aun 5 más en los que las mujeres participan por encima de lo que lo hacen en el promedio de todos los rubros y por lo tanto también por encima de lo que lo hacían en 2000: Cerdos, Forestación, Horticultura, Ovinos y Otros Frutales.

Así, los resultados por rubro permiten observar que: primero, varias de las desagregaciones en nuevos rubros identifican sectores en los que la participación de mujeres asalariadas supera a la participación observada en general en el agro y segundo, un aumento

de la participación de mujeres en el trabajo asalariado agropecuario en varios de los rubros que ya contaban relativamente con más asalariadas en el 2000.

En síntesis, si bien la ganadería sigue pautando la tónica general de la distribución por sexo de la mano de obra asalariada agropecuaria, su importancia se ha visto matizada y de la mano del aumento relativo de la importancia de otros rubros (sea porque efectivamente son éstos los que aumentan, por el retroceso de la ganadería o ambos) ha ocurrido también un aumento de la participación de las mujeres en la fuerza de trabajo.

Evolución del número de asalariados y asalariadas permanentes por rubro

Los cuadros 1 y 2 permiten observar que el número de asalariados/as permanentes total crece 6%, de 53.372 en 2000 a 56.567 en 2011. Si se analiza por sexo, el número de asalariados varones disminuye 0,3% mientras el de asalariadas aumenta 41,4%. Obviamente, que un aumento tan importante del número de asalariadas sólo genere una variación positiva de 6% en el total evidencia el grado de masculinización de la fuerza de trabajo asalariada agropecuaria. No obstante, también es cierto que esto está cambiando.

El cuadro 3 estudia estas tendencias para un subconjunto de rubros seleccionados por su importancia y por ser comparables entre 2000 y 2011.

Cuadro 3: diferencia absoluta y variación porcentual 2000 – 2011 del número de asalariados y asalariadas por rubro

	Mujeres				Varones			
	2000	2011	Diferencia	Var %	2000	2011	Diferencia	Var %
Forestación	212	334	122	57.5	1.371	1.059	-312	-22.8
Fruticultura	209	410	201	96.2	1.897	2.013	116	6.1
Viticultura	274	253	-21	-7.7	1.868	1.095	-773	-41.4
Horticultura	306	581	275	89.9	2.755	1.932	-823	-29.9
Cereales (no arroz)	113	907	794	702.7	1.138	5.011	3.873	340.3
Arroz	149	157	8	5.4	2.301	2.077	-224	-9.7
Vacunos de leche	1.315	2.341	1.026	78.0	6.539	6.846	307	4.7
Vacunos de carne	4.569	4.913	344	7.5	23.140	20.602	-2.538	-11.0
Ovinos	260	473	213	81.9	1.333	1.680	347	26.0
Viveros	93	58	-35	-37.6	325	87	-238	-73.2
Cerdos	66	96	30	45.5	507	292	-215	-42.4
Aves	348	400	52	14.9	1.413	1.013	-400	-28.3
Servicios	10	76	66	660.0	156	373	217	139.1
No-comercial	61	183	122	200.0	197	414	217	110.2

Fuente: elaboración propia en base a los CGA 2000 y CGA 2011.

Se destaca un aumento en la participación de mujeres en casi todos los rubros. En cuanto a los varones lo cierto es lo opuesto, ya que se registran disminuciones en todos los rubros, salvo en Cereales (no arroz), Servicios, Ovinos, Fruticultura y Lechería.

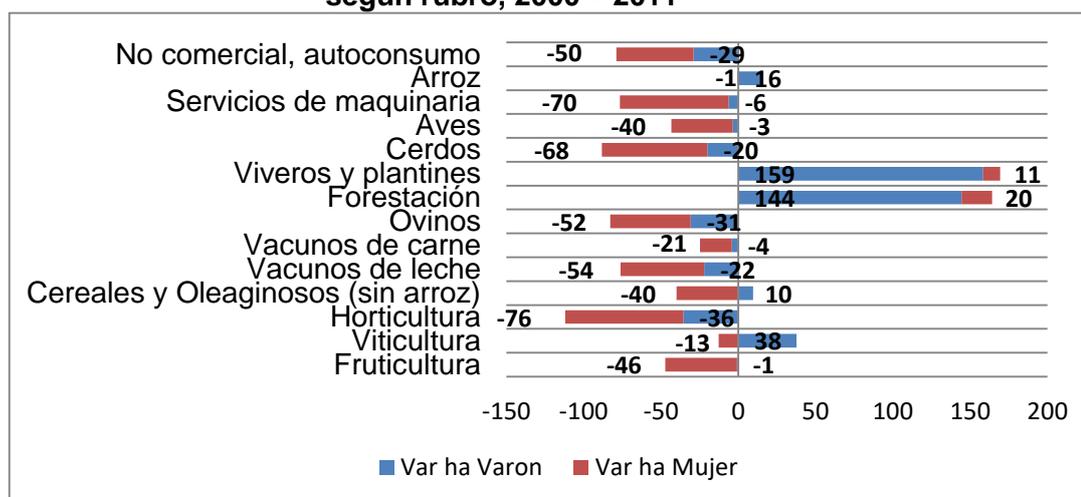
Si analizamos los rubros de acuerdo a cuáles registran los mayores aumentos relativos en el número de asalariados y asalariadas, el primero que destaca es el de Cereales, un rubro que ha sido indicado como el motor fundamental de las transformaciones recientes del agro (Bisang, Anlló, y Campi, 2008; Errea, Peyrou, Secco, y Souto, 2011). En ese rubro el número de asalariados varones aumentó 340% mientras el de asalariadas lo hizo en 703%; es decir, su variación porcentual fue más del doble que la de asalariados varones. Evidentemente, esto tiene que ver con el muy bajo número de asalariadas que había en el 2000 en ese rubro y con el notable incremento que se registró en el área destinada a esta actividad en el período 2000 - 2011, que pasó de ocupar 354.449 ha a ocupar unas 1.712.920 ha. Luego, sigue el rubro servicios, una vez más un rubro estrechamente vinculado a las transformaciones recientes del agro uruguayo y a la expansión del agronegocio.

Entre las asalariadas mujeres es muy destacado el aumento en la participación en la fruticultura y la horticultura. En la fruticultura, el número de varones asalariados aumenta 6%, pero el de mujeres casi se duplica (96%). Otro rubro en el que hay un comportamiento similar es la lechería. Allí, la participación de mujeres aumenta 78% mientras la de varones 5%. En la horticultura, se registró un aumento de 90% entre las mujeres, mientras el número de varones asalariados cayó 30%. En la forestación aumentó 58% el número de asalariadas mujeres, al tiempo que el número de varones se redujo 23%. La tendencia al aumento de la participación de mujeres y la disminución de la de varones se observa también en los cerdos (45,5% vs. -42,4%) y las aves (15% vs. -28,3%). En el caso de los ovinos, el aumento de mujeres también es importante, alcanzando 82% mientras los varones aumentan 26%.

El análisis anterior es pertinente ya que actualiza la imagen del mercado de trabajo asalariado rural y advierte sobre los cambios que ha experimentado el mismo en cuanto a la composición por sexo de la fuerza de trabajo. Adicionalmente, es notorio que la mayoría de los rubros que se incluyen en el último censo y que expresan buena parte de las transformaciones productivas experimentadas en el agro entre el 2000 y el 2011, comparten la característica de demandar trabajo asalariado femenino en una proporción significativamente mayor a la que se observa en los rubros tradicionales y al promedio de 2000, un aspecto inquietante a la luz de la reflexión de Lara Flores (1991) sobre la mujer como sujeto para la implementación de flexibilización-precarización del trabajo.

El gráfico que sigue presenta la variación porcentual del número de hectáreas por asalariado y asalariada según rubro, para el período 2000 – 2011.

Gráfico 1: Variación porcentual del número de ha por asalariado y por asalariada según rubro, 2000 – 2011



Fuente: Elaboración propia en base a los CGA de 2000 y 2011.

Está claro que la tendencia marcada por los asalariados varones pauta la tendencia del rubro, aun en un contexto de aumento de la participación relativa de mujeres. En consecuencia, es posible detectar dos rubros que se han vuelto más extensivos entre el 2000 y el 2011: la “forestación” y “viveros y plantines”. Ambos sectores vinculados a la misma cadena global de valor (CGV) (Hopkins y Wallerstein, 1994; Gereffi, Korzeniewicz, y Korzeniewicz, 1994; Sturgeon, 2008) forestal-celulósica-maderera (Piñeiro, 2014; Florit, 2013; Cardeillac, 2013). Otros dos sectores que se han hecho más extensivos en el período son la viticultura y el arroz, una vez más, sectores articulados a CGV. Por último, en el caso de los Cereales y oleaginosas, (el rubro más estrechamente vinculado a las transformaciones recientes del agro y también articulado a CGV), se observa de nuevo una tendencia a hacer un uso menos intensivo del trabajo, aun cuando en el caso de la asalariadas mujeres esto no se sostenga. Así, tanto en el caso de la forestación como en el de los cereales, se sostiene lo afirmado por Oyphantçabal y Narbondo (2008), Gras y Hernández, (2013), Carámbula, (2015) y Piñeiro, (2014), en relación a la tendencia del agronegocio a sustituir trabajo por capital³.

En el resto de los rubros la tendencia es al aumento de la intensidad en el uso de mano de obra y muy especialmente, al aumento del uso de mano de obra femenina. El rubro que más destaca en este sentido es la horticultura. Para este sector, entre 2000 y 2011 el número de hectáreas por asalariada cayó 76%, al tiempo que el número de ha por varón asalariado disminuyó 36%. Otro rubro muy relevante en términos de superficie y demanda de trabajo asalariado es la lechería. En el mismo, entre 2000 y 2011 el número de hectáreas por asalariada disminuyó más de 54%, mientras para los varones la caída fue 22%. En estos dos

³En cuanto a la comparación entre las cadenas y la participación de mano de obra femenina, sería interesante profundizar en un análisis que compare el tipo de integración entre fases.

rubros el aumento en la intensidad de uso de mano de obra asalariada femenina duplica al de los varones. Además, en ovinos, fruticultura y aves, el aumento de la intensidad del trabajo femenino superó el 40% entre 2000 y 2011, sin que se registre nada similar para el caso de los varones.

¿Cabe hablar de un proceso de feminización del trabajo asalariado? Como hemos visto, el trabajo asalariado en Uruguay sigue siendo fundamentalmente realizado por varones. Esto es cierto además, en todos los rubros. No obstante, hemos podido detectar tendencias que expresan otros procesos. En particular, es claro que el peso relativo de las mujeres ha aumentado y también su número absoluto. En este sentido, muy específico, se propone hablar de un proceso de "feminización" de la mano de obra asalariada rural y así, el análisis de la variación en el número de trabajadoras y el de la intensidad en el uso de mano de obra asalariada por hectárea, concurren para dar base empírica a la hipótesis de que ha operado un proceso de "feminización" en el agro uruguayo: el aumento de la mano de obra femenina es superior al de la mano de obra masculina.

La "zafralización" del agro uruguayo

Otra dimensión importante en el estudio del trabajo asalariado rural en general y por género en particular, tiene que ver con la forma de contrato.

Cuadro 4. Número* de asalariados y asalariadas zafrales por rubro, año 2000

	Perm.	% Col	% Fila	Zafrales	% Col	% Fila	Total
Fruticultura	2.106	3,9	59,4	1.438	22,0	40,6	3.544
Viticultura	2.142	4,0	81,0	501	7,7	19,0	2.643
Horticultura	3.061	5,7	70,9	1.257	19,2	29,1	4.318
Cereales y Oleaginosos	1.251	2,3	75,7	401	6,1	24,3	1.652
Vacunos de leche	7.854	14,7	96,0	331	5,1	4,0	8.185
Vacunos de carne	27.709	51,9	94,2	1.700	26,0	5,8	29.409
Ovinos	1.593	3,0	92,5	130	2,0	7,5	1.723
Forestación	1.583	3,0	87,5	227	3,5	12,5	1.810
Viveros y plantines	418	0,8	85,1	73	1,1	14,9	491
Cerdos	573	1,1	93,6	39	0,6	6,4	612
Aves	1.761	3,3	95,6	82	1,3	4,4	1.843
Servicios de maquinaria	166	0,3	82,6	35	0,5	17,4	201
Otros	447	0,8	90,1	49	0,7	9,9	496
Arroz	2.450	4,6	90,2	267	4,1	9,8	2.717
No comercial, autoconsumo	258	0,5	97,4	7	0,1	2,6	265
Total	53.372	100	89,1	6.538	100	10,9	59.910

Fuente: elaboración propia en base al CGA de 2011.

*Para estimar el número equivalente de asalariados y asalariadas se dividió el número de jornales de varones y mujeres por 250 (aproximación a la cantidad de jornales que hay en un año).

Los datos para 2000 muestran a la ganadería como el sector que más jornaleros y jornaleras contrata. Esto obviamente se debe al peso que tenía este rubro en esos años y no al hecho de que sea particularmente demandante de trabajo zafral. De hecho, los zafrales de la ganadería son apenas 6% del total de asalariados en el rubro. El siguiente rubro que más trabajo zafral aporta es la fruticultura, rubro que a diferencia de la ganadería, sí genera demanda de trabajo zafral: más del 68% de la mano de obra del rubro frutícola son zafrales en el 2000. El siguiente rubro en aporte de trabajo zafral es la horticultura, que al igual que la fruticultura, está claramente asociado al trabajo zafral (29%).

Cuadro 5. Número* de asalariados y asalariadas zafrales por rubro, año 2011

	Perm.	% Col	% Fila	Zafrales	% Col	% Fila	Total
Forestación	1.393	2,5	86,1	225	2,9	13,9	1.618
Citricultura	1.265	2,2	35,0	2.352	30,6	65,0	3.617
Otros Frutales	1.158	2,0	48,7	1.220	15,9	51,3	2.378
Viticultura	1.348	2,4	74,6	458	6,0	25,4	1.806
Horticultura	2.513	4,4	74,2	874	11,4	25,8	3.387
Cereales y oleaginosos	5.918	10,5	85,1	1.040	13,5	14,9	6.958
Arroz	2.234	3,9	90,6	231	3,0	9,4	2.465
Semilleros de cereales	86	0,2	88,2	11	0,1	11,8	97
Semilleros de forrajes	39	0,1	96,4	1	0,0	3,6	40
Viveros y plantines	145	0,3	93,2	11	0,1	6,8	156
Vacunos de carne	25.515	45,1	96,4	947	12,3	3,6	26.462
Vacunos de leche	9.187	16,2	98,7	117	1,5	1,3	9.304
Ovinos	2.153	3,8	95,0	112	1,5	5,0	2.265
Equinos	347	0,6	98,3	6	0,1	1,7	353
Cerdos	388	0,7	98,2	7	0,1	1,8	395
Aves	1.413	2,5	97,8	32	0,4	2,2	1.445
Otros animales	133	0,2	94,1	8	0,1	5,9	141
Servicios agropecuarios	449	0,8	95,0	24	0,3	5,0	473
Agroturismo	81	0,1	99,1	1	0,0	0,9	82
Otros	205	0,4	97,5	5	0,1	2,5	210
Autoconsumo	597	1,1	99,2	5	0,1	0,8	602
Total	56.567	100	88,0	7.688	100	12,0	64.255

Fuente: elaboración propia en base al CGA de 2011.

*Para estimar el número equivalente de asalariados y asalariadas se dividió el número de jornales de varones y mujeres por 250 (aproximación a la cantidad de jornales que hay en un año).

Según el cuadro 5, para 2011 el número de jornaleros y jornaleras aumentó de 6.538 a 7.688, (17,6%). A su vez, el rubro que más trabajo zafral concentra en 2011 es la citricultura, seguido por otros frutales, cereales y oleaginosas y recién en cuarto y quinto lugar vacunos de carne y horticultura. La mano de obra zafral en la citricultura (2.352) representa 31% de todos los trabajadores y trabajadoras zafrales y el 65% de la mano de obra asalariada total del rubro. El que sigue a la citricultura es otros frutales, con 1.220 jornaleros/as, representando 16% del total de jornaleros/as y 51% de toda la mano de obra asalariada del rubro (49% son permanentes). En tercer lugar, cereales y oleaginosas, seguido por la ganadería de carne con

947 jornaleros/as, lo que muestra una disminución (de 1.700 en 2000 a 947 jornaleros/as en 2011), y representando apenas 4% del total de jornaleros/as. En quinto lugar aparece la horticultura, presentando también una disminución de jornaleros y jornaleras: de 1.257 en 2000 a 874 en 2011.

Una información adicional disponible para 2011, es la composición por sexo.

Cuadro 6. Porcentaje* de asalariados y asalariadas zafrales y permanentes según rubro. Año 2011

	Perm. varones	Perm. Mujeres	Zafrales Varones	Zafrales Mujeres	Total
Forestación	65,5	20,6	12,4	1,5	100
Citricultura	30,2	4,8	49,5	15,5	100
Otros Frutales	38,7	10,0	31,1	20,2	100
Viticultura	60,6	14,0	19,2	6,3	100
Horticultura	57,0	17,2	17,4	8,4	100
Cereales y oleaginosos	72,0	13,0	14,3	0,7	100
Arroz	84,3	6,4	9,3	0,0	100
Semilleros de cereales	75,3	13,4	11,3	0,0	100
Semilleros de forrajes	70,0	27,5	2,5	0,0	100
Viveros y plantines	55,8	37,2	3,2	3,2	100
Vacunos de carne	77,9	18,6	3,5	0,1	100
Vacunos de leche	73,6	25,2	1,1	0,1	100
Ovinos	74,2	20,9	4,9	0,0	100
Equinos	78,5	19,8	1,7	0,0	100
Cerdos	73,9	24,3	1,8	0,0	100
Aves	70,1	27,7	1,5	0,8	100
Otros animales	68,8	25,5	5,7	0,7	100
Servicios agropecuarios	78,9	16,1	5,1	0,0	100
Agroturismo	58,5	40,2	1,2	0,0	100
Otros	81,4	16,2	1,9	1,0	100
Autoconsumo	68,8	30,4	0,7	0,2	100
Total	70,3	17,7	9,5	2,4	100

Fuente: elaboración propia en base a los CGA de 2000 y 2011.

De acuerdo a los resultados, es posible distinguir entre rubros que se destacan por la participación de mujeres como asalariadas permanentes y otros en los que su participación se da, sobre todo, en tanto que fuerza de trabajo temporal. Así, en las explotaciones dedicadas a "Viveros y plantines", a "Aves", "Cerdos" u "Otros animales" y "Vacunos de leche" se observa una importante presencia de mano de obra femenina permanente. Por otro lado, en rubros como la Fruticultura (Citricultura y Otros Frutales) o la Viticultura y la Horticultura, también es posible observar una participación muy importante de mujeres, pero como mano de obra zafral. Estos aspectos muestran dos formas distintas de la feminización del trabajo en el medio agropecuario.

Por último, resulta interesante analizar también la incidencia que tiene la zafralidad como forma de contrato en los distintos rubros y entre varones y mujeres de los mismos.

Cuadro 7: porcentaje del total de trabajadores que son zafrales, por sexo según rubro, año 2011

	% Zafrales Varones	% Zafrales Mujeres	% Zafrales
Forestación	15,9	6,7	13,9
Citricultura	62,1	76,6	65,0
Otros Frutales	44,6	66,9	51,3
Viticultura	24,0	30,9	25,4
Horticultura	23,3	33,0	25,8
Cereales y oleaginosos	16,5	4,9	14,9
Arroz	10,0	0,0	9,4
Semilleros de cereales	13,1	0,0	11,3
Semilleros de forrajes	3,4	0,0	2,5
Viveros y plantines	5,4	7,9	7,1
Vacunos de carne	4,3	0,3	3,6
Vacunos de leche	1,5	0,6	1,3
Ovinos	6,2	0,2	4,9
Equinos	2,1	0,0	1,7
Cerdos	2,3	0,0	1,8
Aves	2,0	2,7	2,2
Otros animales	7,6	2,7	5,7
Servicios agropecuarios	6,0	0,0	5,1
Agroturismo	2,0	0,0	1,2
Otros	2,3	5,6	2,4
Autoconsumo	1,0	0,5	0,8
Total	11,9	12,1	12,0

Fuente: elaboración propia en base al CGA de 2011.

Un primer aspecto que destaca y contradice la tendencia esperada según los antecedentes, tiene que ver con que el nivel de trabajo zafral es muy similar entre varones y mujeres: en los dos casos el trabajo zafral representa 12% del trabajo total. Ahora bien, también es posible observar que la incidencia de trabajo zafral es muy variable por rubro y en los rubros en los que es más frecuente, la tendencia es a que el trabajo zafral sea aun más intenso entre las mujeres. En la citricultura 65% del trabajo total es zafral, pero entre las mujeres es 77%, mientras entre los varones se ubica en 62%. Algo parecido puede observarse en Otros frutales y en viticultura y horticultura.

En síntesis, si bien la hipótesis de una zafralización de la mano de obra femenina rural no se corresponde con los datos, sí es posible encontrar rubros en los que el trabajo zafral es particularmente relevante y es en ellos en los que abunda el trabajo femenino.

Calificación del trabajo asalariado rural y género: exclusión en la inclusión por descalificación

La perspectiva de género incorporada advierte sobre la necesidad de atender a los niveles de calificación de la mano de obra. Los cuadros que siguen analizan los datos para el caso del trabajo asalariado permanente, únicos disponibles.

Cuadro 8: Distribución de los asalariados permanente varones por categoría de ocupación dentro de cada rubro. Año 2000

	Productores	Prof.	Adm.	Oper. de maq.	Peones	Total
Fruticultura	1,6	7,4	10,7	16,6	63,7	100
Viticultura	2,4	5,1	6,3	8,0	78,3	100
Horticultura	2,3	6,6	3,4	6,0	81,7	100
Cereales y Oleaginosos	3,0	3,5	7,5	33,0	53,0	100
Vacunos de leche	3,4	8,4	7,6	11,3	69,3	100
Vacunos de carne	3,4	3,6	22,9	6,2	63,9	100
Ovinos	9,1	2,6	24,9	1,4	62,0	100
Forestación	2,0	11,7	18,7	11,5	56,0	100
Viveros y plantines	1,5	2,8	7,4	6,5	81,8	100
Cerdos	2,6	4,1	10,7	1,4	81,3	100
Aves	2,5	5,8	9,9	1,6	80,2	100
Servicios de maquinaria	5,8	5,8	6,4	46,2	35,9	100
Otros	3,4	6,2	19,5	2,9	68,0	100
Arroz	1,4	3,4	8,2	53,4	33,6	100
No comercial, autoconsumo	10,2	1,5	24,4	2,5	61,4	100
Total	3,2	5,0	16,4	10,4	65,0	100

Fuente: elaboración propia en base a CGA 2000

Cuadro 9: Distribución de las asalariadas permanentes mujeres por categoría de ocupación dentro de cada rubro. Año 2000

	Productoras	Prof.	Adm.	Oper. de maq.	Peonas	Total
Fruticultura	1,9	4,3	4,3	3,8	85,6	100
Viticultura	4,0	4,7	2,6	0,0	88,7	100
Horticultura	9,2	2,0	2,3	1,3	85,3	100
Cereales y Oleaginosos	4,4	1,8	5,3	0,0	88,5	100
Vacunos de leche	5,2	4,4	1,2	1,1	88,1	100
Vacunos de carne	3,3	1,1	2,0	0,3	93,3	100
Ovinos	11,5	0,4	1,5	0,0	86,5	100
Forestación	0,0	10,8	11,8	0,5	76,9	100
Viveros y plantines	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100
Cerdos	10,6	6,1	3,0	0,0	80,3	100
Aves	3,2	1,7	6,0	0,0	89,1	100
Servicios de maquinaria	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100
Otros	6,3	3,2	4,8	1,6	84,1	100
Arroz	4,0	4,7	4,0	7,4	79,9	100
No comercial, autoconsumo	8,2	1,6	9,8	0,0	80,3	100
Total	4,1	2,3	2,5	0,6	90,5	100

Fuente: elaboración propia en base a CGA 2000

Los cuadros 8 y 9 muestran un sesgo por sexo en términos de calificación. Mientras 65% del total de los permanentes varones quedan en la categoría de menor calificación (Peón), en el caso de las permanentes mujeres el porcentaje asciende a 90,5%. Esta tendencia tiene su contracara en todas las categorías de mayor calificación. La única excepción es la categoría “Productoras” que acumula 4,1% de las mujeres asalariadas permanentes contra 3,2% de los asalariados permanentes varones. Posiblemente, esa presencia de mujeres se explica por la tendencia de algunos productores a registrar a sus cónyuges y familiares mujeres como trabajadoras con el fin de obtener los beneficios sociales asociados al trabajo registrado.

Otro aspecto destacado es la baja participación de mujeres en la categoría de Administrador/a. Una categoría muy tradicional del agro uruguayo, asociada al control de la mano de obra y a una mayor calificación. La ausencia relativa de mujeres en esa categoría es particularmente marcada en los rubros más tradicionales: vacunos y ovinos.

Dentro de la fruticultura, 64% de los trabajadores varones se emplean como peones. El resto están distribuidos en las categorías operadores de maquinaria (17%), administradores (11%) y profesionales (7%). Mientras que del total de asalariadas mujeres empedadas en el rubro, 86% se emplean como peonas.

Cuadro 10: Distribución de los asalariados varones por categoría de ocupación dentro de cada rubro. Año 2011

	Productores	Prof.	Adm.	Oper. de maq.	Peones	Cocineros	Otros	total
Forestación	1.4	16.1	26.0	5.6	27.1	0.5	23.4	100
Citricultura	2.9	0.9	13.8	11.6	62.0	0.3	8.4	100
Otros Frutales	5.0	1.3	14.5	7.2	68.5	0.2	3.4	100
Viticultura	7.3	1.8	7.8	4.7	74.9	0.1	3.5	100
Horticultura	18.1	0.9	5.6	2.8	68.0	0.2	4.5	100
Cereales y oleaginosos	9.6	8.0	15.9	13.0	47.4	0.9	5.2	100
Arroz	2.6	3.8	10.2	33.2	45.0	0.7	4.6	100
Semilleros de cereales	11.0	0.0	11.0	1.4	71.2	1.4	4.1	100
Semilleros de forrajes	35.7	7.1	14.3	3.6	39.3	0.0	0.0	100
Viveros y plantines	4.6	2.3	9.2	2.3	79.3	0.0	2.3	100
Vacunos de carne	10.4	1.5	23.4	2.8	57.0	1.0	4.0	100
Vacunos de leche	17.8	1.2	8.7	5.9	61.9	0.5	3.9	100
Ovinos	21.0	1.1	22.9	0.8	50.0	0.4	3.8	100
Equinos	5.8	1.1	24.5	2.5	62.1	0.4	3.6	100
Cerdos	21.2	1.0	9.2	1.0	62.0	0.0	5.5	100

Aves	6.1	1.4	6.8	4.3	75.8	0.0	5.5	100
Otros animales	37.1	3.1	7.2	0.0	44.3	0.0	8.2	100
Servicios agropecuarios	10.7	3.8	12.9	14.7	50.4	0.0	7.5	100
Agroturismo	6.3	0.0	18.8	0.0	52.1	4.2	18.8	100
Otros	13.5	0.6	12.9	10.5	57.3	0.6	4.7	100
Autoconsumo	39.9	1.2	13.3	1.2	31.4	0.7	12.3	100
Total	11.5	2.6	17.5	6.2	56.6	0.7	4.9	100

Fuente: elaboración propia en base al CGA de 2011.

Cuadro 11: Distribución de las asalariadas mujeres por categoría de ocupación dentro de cada rubro. Año 2011

	Productoras	Prof.	Adm.	Oper. de maq.	Peonas	Cocineras	Otras	total
Forestación	0.3	39.5	10.5	0.6	12.6	12.3	24.3	100
Citricultura	1.2	2.3	3.5	2.3	47.7	11.6	31.4	100
Otros Frutales	5.5	4.6	5.9	0.8	61.3	8.4	13.4	100
Viticultura	11.5	3.6	8.7	0.4	61.7	3.2	11.1	100
Horticultura	18.2	3.1	4.0	0.3	52.3	6.0	16.0	100
Cereales y oleaginosos	11.8	2.5	6.7	1.1	12.8	39.5	25.6	100
Arroz	3.2	10.8	4.5	2.5	16.6	43.9	18.5	100
Semilleros de cereales	15.4	7.7	7.7	0.0	23.1	30.8	15.4	100
Semilleros de forrajes	27.3	9.1	9.1	0.0	18.2	18.2	18.2	100
Viveros y plantines	0.0	0.0	6.9	0.0	91.4	1.7	0.0	100
Vacunos de carne	14.8	1.4	2.5	0.1	8.5	56.4	16.2	100
Vacunos de leche	17.2	1.5	3.0	0.4	43.6	17.3	16.9	100
Ovinos	23.5	2.3	2.3	0.2	7.2	45.5	19.0	100
Equinos	8.6	1.4	8.6	0.0	15.7	41.4	24.3	100
Cerdos	28.1	0.0	1.0	0.0	47.9	8.3	14.6	100
Aves	8.5	3.3	4.5	3.3	68.8	2.0	9.8	100
Otros animales	41.7	0.0	5.6	0.0	27.8	2.8	22.2	100
Servicios agropecuarios	18.4	2.6	10.5	0.0	6.6	32.9	28.9	100
Agroturismo	6.1	0.0	15.2	3.0	39.4	6.1	30.3	100
Otros	17.6	0.0	11.8	0.0	23.5	26.5	20.6	100
Autoconsumo	40.4	1.1	2.2	0.0	11.5	12.6	32.2	100
Total	14.8	3.1	3.8	0.5	24.5	35.6	17.7	100

Fuente: elaboración propia en base al CGA de 2011.

Analizando para 2011 (Cuadro 11), resulta claro que la mayoría del trabajo femenino no calificado corresponde a cocineras en explotaciones ganaderas. Esto hace que las mujeres se concentren sobre todo en esa categoría y no en la categoría “peón” que era la mayoritaria

en el 2000. Ahora bien, si se agrupan las categorías no calificadas (Peona, Cocineras y Otras), los resultados vuelven a ser contundentes: 78% de las mujeres asalariadas permanentes del Uruguay son consideradas mano de obra no calificada, mientras en el caso de los varones esa situación alcanza sólo al 62%. No obstante, la tendencia es a la disminución del trabajo no calificado entre las mujeres (del 90,5% en 2000 al 78% en 2011).

Otro aspecto interesante del análisis de los cuadros 10 y 11 es que al existir dos categorías nuevas en 2011 ("cocineras" y "otros"), en casi todos los rubros el porcentaje de asalariados permanentes varones clasificados como "peón", supera al porcentaje de asalariadas permanente mujeres en esa categoría. Pero claro, esto no se debe a que las mujeres ocupen categorías más "calificadas", sino a que se clasifican como "cocineras" o en actividades que resultan "residuales" y por tanto, cuentan en la categoría "Otras". Así, la dificultad para captar y visualizar al trabajo femenino agropecuario parece permear al instrumento de medida: *aumenta la cantidad y la proporción del trabajo asalariado rural que es realizado por mujeres, pero las dificultades para clasificarlo e incluirlo en las categorías que pretenden representarlo persisten.*

Conclusiones

Como fue mencionado más arriba, en este trabajo entendemos la necesidad de aproximarnos a la mano de obra asalariada agropecuaria en tanto grupo social complejo, que no solo enfrenta relaciones de clase sino que participa de una dinámica de relaciones sociales de clase y de sexo. En este sentido, el estudio de la situación de las asalariadas rurales, debe abordarse enmarcado en el esfuerzo por comprender las condiciones generales del mercado de trabajo rural.

Retomando las tendencias marcadas por los antecedentes, es posible afirmar que los datos censales confirman varias de las tendencias mencionadas para la región. Así, se observa un proceso de feminización de la mano de obra asalariada rural que se concreta en los siguientes aspectos:

- La mano de obra femenina aumenta, pasando de 15,1% en 2000 a 20,1% en 2011.
- Disminuye el peso relativo de la ganadería como sector demandante de mano de obra femenina y aumenta la demanda de la misma gracias a rubros no tradicionales, que no estaban en 2000 o que tenían un peso bastante menor⁴.

⁴ Es necesario aclarar que esta tendencia refiere a cambios en términos relativos, en términos absolutos la ganadería sigue siendo el rubro con más importancia en el país y entre las asalariadas rurales.

- Casi no hay aumento del número de asalariados varones entre 2000 y 2011, salvo en el caso de los rubros más asociados al agronegocio, mientras que entre las asalariadas la tendencia es a un aumento en todos los rubros.
- Es particularmente llamativo el aumento del número de mujeres asalariadas en el caso de la fruticultura, horticultura y lechería.
- Y, en el caso de la horticultura y la lechería, se observa un aumento en la intensidad de uso de mano de obra asalariada femenina, que llega a duplicar al de los varones.

En relación con la tendencia a la precarización del trabajo rural y su asociación con el trabajo femenino, en el período 2000 - 2011 se registra un aumento del 18% del número de asalariados jornaleros. A su vez, el análisis de ese aumento dentro de los rubros permitió notar que la tendencia al alza se especifica y acentúa en el caso de la citricultura y otros frutales, rubros en los que la participación de mano de obra femenina es particularmente destacada.

En ese sentido, si bien el porcentaje de mujeres asalariadas zafrales no es más elevado que el de varones (particularmente por la fuerte incidencia de trabajo asalariado permanente femenino como cocineras en la ganadería), sí es posible notar algunos rubros específicos en los que se da una concurrencia de feminización y zafralización del trabajo asalariado: Citricultura, Otros Frutales, Viticultura y Horticultura, rubros que concentran el 64% del total del trabajo zafral del agro uruguayo y el 92% del trabajo zafral femenino.

Un último aspecto analizado tiene que ver con la calificación de los trabajos de mujeres y varones, en tanto que indicador de la precaria situación de las primeras. El análisis realizado corroboró la tendencia hacia una asignación desproporcionadamente alta de los puestos con menor reconocimiento a las mujeres. Así, aun en 2011 el porcentaje de mujeres empleadas en ocupaciones no calificadas supera ampliamente al porcentaje de varones. Y esto permanece cierto aun cuando ha aumentado más la participación de mujeres en ocupaciones con mayores jerarquía y calificación.

De modo adicional, una demostración paradigmática de esta suerte de exclusión en la inclusión por medio de la descalificación, que sufren las mujeres en el mercado de trabajo agropecuario, resulta del análisis de la categoría ocupacional "Otros". Esa categoría, por definición residual y generada para clasificar a todas las ocupaciones no relevantes o suficientemente significativas, resulta ser, sistemáticamente, la segunda más frecuente entre las mujeres asalariadas, luego de cocinera o peona, según el rubro.

Así, el trabajo de análisis realizado en este artículo permitió actualizar y profundizar en el conocimiento sobre la situación de los trabajadores y las trabajadoras asalariadas agropecuarias del Uruguay. Los hallazgos generados corroboran y especifican varias de las tendencias discutidas en los antecedentes para la región y permiten afirmar la existencia de

fuertes asimetrías en detrimento de las asalariadas, al tiempo que permiten detectar particularidades por rubro que habilitan intervenciones específicas adecuadas a las distintas realidades que se observan en cada uno.

Referencias

CARDEILLAC, J.; NATHAN, M. Caracterización sociodemográfica de la situación de los colectivos de trabajadores rurales y domésticos en el período 1996-2011. In: P. J. PUCCI (Ed.), **Sindicalización y negociación en los sectores rural y doméstico**. Montevideo: Mundo Gráfico SRL, 2015. p. 55-81.

BISANG, R.; ANLLÓ, G.; CAMPI, M. Una revolución (no tan) silenciosa. Claves para repensar el agro en Argentina. **Desarrollo Económico**, Vol. 48, Dic 2008.

CARÁMBULA, M. Imágenes del campo uruguayo en clave de metamorfosis. Cuando las bases estructurales se terminan quebrando. **Revista de Ciencias Sociales**, 17 - 36, 2015.

CARDEILLAC, J. Documento de Trabajo N° 88: **Sobre Cadenas Globales de Valor**. Montevideo: NESA -DS-FCS, 2013

CARDEILLAC, J. et al. Asalariados rurales, excepcionalidad y exclusión: un aporte para la superación de barreras a la inclusión social en Uruguay. In A. RIELLA y P. MASCHERONI, **Asalariados rurales en América Latina** (pp. 277-300). Montevideo: Doble clic • Editoras, 2015.

CARDEILLAC, J. y NATHAN, M. Caracterización sociodemográfica de la situación de los colectivos de trabajadores rurales y domésticos en el período 1996-2011. En P. J. Pucci (Ed.), **Sindicalización y negociación en los sectores rural y doméstico** (pp. 55-81). Montevideo: Mundo Gráfico SRL, 2015.

CHIAPPE, M. (2002). **Mujeres rurales del Uruguay en el marco de la liberalización económica y comercial**. Montevideo: CIEDUR.

DE VEGA DE MIGUEL, A. F. Sobre el género y el sujeto. Buscando caminos para la práctica feminista. In: LABORATORIO FEMINISTA. **Transformaciones del trabajo desde una perspectiva feminista: Producción, reproducción, deseo, consumo**. Madrid: Tierradenadie Ediciones, 2006. p. 95-104.

ERREA, E.; PEYROU, J.; SECCO, J.; SOUTO, G. **Transformaciones en el agro uruguayo: Nuevas instituciones y modelos de organización empresarial**. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, 2011.

FLORIT, P. La cadena forestal-celulósica en Uruguay: contexto para la ampliación del Puerto de la Paloma. In D. E. PIÑEIRO, **Repercusiones de las inversiones forestales: la ampliación del puerto de La Paloma** (pp. 13-42). Montevideo: CSIC - Fondo universitario para Contribuir a la Comprensión Pública de Temas de Interés General, 2013.

GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M.; KORZENIEWICZ, R. Introduction: Global Commodity Chains. In: G. K. GEREFFI, **Commodity chains and global capitalism**. USA: PraegerPublishers, 1994.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. Los pilares del modelo agribusiness y sus estilos empresariales. In: C. Gras, y V. HERNÁNDEZ, **El agro como negocio. Producción, sociedad y territorios en la globalización** (p. 365). Buenos Aires: Biblos, 2013.

GONZÁLEZ SIERRA, Y. **Los olvidados de la tierra. Vida, organización y luchas de los sindicatos rurales**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1994.

HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. Commodity Chains in the Capitalist World-Economy Prior to 1800. In: G. K. GEREFFI, **Commodity chains and global capitalism**. USA: Praeger Publishers, 1994.

IPSEN, A. **Empleo temporal, condiciones laborales y género**. Un estudio de caso de la agroexportación cítrica en Argentina y Uruguay. Santiago: Oxfam Chile, 2008.

IPSEN, A. Ni peras ni manzanas: la transición de género en los puestos de trabajo en los empaques de cítricos en Uruguay. In: **VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural**. Porto de Galinhas, Brasil, 2010.

JUNCAL, A. et al. Conceptualización de asalariados agropecuarios y caracterización de sus condiciones de vida en un contexto de crecimiento económico y desarrollo social del Uruguay. In: M. Boado, **El Uruguay desde la Sociología 12** (pp. 259-271). Montevideo: Mastergraf S.R.L, 2014.

KAY, C. Los paradigmas del desarrollo rural en América Latina. In: F. G. (ed), **El mundo rural en la era de la globalización: incertidumbres y potencialidades** (pp. 337-429). Madrid: Universidad de Leida y Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1995.

LAMAS, M. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género. **Papeles de Población**, Toluca, México n. 21,,p. 147-178, julio-septiembre 1999

LARA FLORES, S. M. Las obreras agrícolas: un sujeto social en movimiento. **Nueva Antropología**, XXI (39), 99-114, 1991

LASTARRIA-CORNHIEL, S. Feminización de la agricultura en América Latina y África. Tendencias y fuerzas impulsoras. **Debates y temas rurales** No 11. Santiago de Chile: RIMISP, 2008.

OYHANTÇABAL, G.; NARBONDO, I. **Radiografía del agonegocio sojero**. Montevideo: Tradinco S.A, 2008.

PIÑEIRO, D. Asalto a la tierra: el capital financiero descubre el campo uruguayo. Capítulo V. In: G. ALMEYRA, L. et al. **Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012) Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay**. Volúmen I. . Buenos Aires: Ediciones Continente, 2014.

PIÑEIRO, D. El trabajo asalariado agropecuario en Uruguay. Consultado el 15 de junio 2013 de CAF: <http://www.caf.org.uy/site/?p=3033>, 2011.

PIÑEIRO, D. **El trabajo precario en el campo uruguayo**. Montevideo: FCS. CSIC. UdelaR, 2008.

PIÑEIRO, D. Los trabajadores rurales en Uruguay: principales tendencias. In: **IV CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL**. Chapingo, México, 10 al 15-octubre, 1998.

PIÑEIRO, D.; MORAES, M. I. Los cambios en la sociedad rural durante el siglo XX. In: **El Uruguay del siglo XX**. (Vol. TOMO III: La Sociedad, pp. 105-136). Montevideo: Banda Oriental, 2008.

RODRÍGUEZ LEZICA, L.; CARÁMBULA, M. Las olvidadas de la tierra: asalariadas rurales del Uruguay. Clase y género en cuestión. **Agrociencia**, 19 (2), 93-100, 2015.

SCOTT, J. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: Nash y Amelang (eds) **Historia y género: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea**. Valencia: Alfons el Magnanim, 1990.

STURGEON, T. J. **From Commodity Chains to Value Chains: Interdisciplinary theory building in an age of globalization**. Massachusetts: MIT-IPC-08-001, 2008.

TODARO, R.; YAÑEZ, S. **El trabajo se transforma: relaciones de producción y relaciones de género**. Montevideo: Centro de Estudios de la Mujer, 2004.

VITELLI, R.; BORRÁS, V. Las asalariadas rurales en Uruguay: diagnóstico de vulnerabilidad social. In: BOADO, M. **El Uruguay desde la Sociología** Vol. XII. Montevideo: FCS-DS. Universidad de la República, 2014. p. 273-285.

VITELLI, R.; BORRÁS, V. Desigualdades en el medio rural uruguayo: algunas consideraciones desde una perspectiva de género. **Global Journal of Human Social Science. Sociology and Culture, USA**, v. 13 n. 4, p. 23-32, 2013.

Sobre os autores

Joaquín Cardeillac Gulla – Graduação em Sociologia pela Universidad de la República (UDELaR); Mestrado em Sociologia pela Universidad de la República (UDELaR); Docente do Departamento de Sociologia da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la República (UDELaR).

Lorena Rodríguez Lezica – Mestrado em Estudios Latinoamericanos pela Universidad Andina Simón Bolívar, Ecuador; Mestrado em Desarrollo Territorial Rural pela FLACSO Ecuador; Docente do Departamento de Sociologia da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la República (UDELaR).

Como citar este artigo

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 138-164, jan.-mar. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Joaquín Cardeillac** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados e suas interpretação e análise, e a segunda autora **Lorena Rodríguez Lezica**, pelo desenvolvimento teórico-conceitual e a revisão dos antecedentes.

Recebido para publicação em 26 de outubro de 2017.
Devolvido para a revisão em 04 de dezembro de 2017.
Aceito para a publicação em 22 de dezembro de 2017.

Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território

Rafael José Navas da Silva

Universidade Federal de Alagoas, Centro de Ciências Agrárias – Maceió, Alagoas, Brasil
e-mail: rafael.navas@ceca.ufal.br

Maria Elisa Paula Eduardo Garavello

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP) – Piracicaba, São Paulo, Brasil
e-mail: mepegara@usp.br

Resumo

Com o reconhecimento das comunidades quilombolas, o Estado passou a implementar Políticas Agroecológicas visando seu desenvolvimento. Considerando que o território pode ser um importante instrumento de análise de projetos nesta temática e aqueles que abrangem suas diferentes perspectivas, têm maiores chances de resultados efetivos, o objetivo deste trabalho foi avaliar as ações agroecológicas na comunidade quilombola Mandira, em Cananéia/SP. O trabalho foi realizado entre 2011 e 2013 com técnicas qualitativas. Os projetos analisados foram: criação da Reserva Extrativista e manejo de recursos; e implantação de sistemas agroflorestais (SAF). A criação da Reserva proporcionou maior sustentabilidade e remuneração, mas tem mostrado indícios de redução dos estoques naturais, especialização na atividade e redução da produção para autoconsumo. O projeto de SAF proporcionou maior diversidade de produtos e autonomia, formação de capital social e alimentação saudável, indicando que a perspectiva territorial pode contribuir para resultados mais efetivos e na análise de projetos.

Palavras-chave: Sistemas agroflorestais; reserva extrativista; agroecologia; populações tradicionais.

Agroecological projects in the community quilombola: an analysis from the territory

Abstract

With the recognition of the Maroon communities, the State began to implement policies aimed Agroecology its development. Considering that the territory can be an important tool for analysis of projects in this issue and those who cover their different perspectives, are more likely to materialize, the objective of this study was to evaluate the agroecological actions in maroon community Mandira, in Cananéia/SP. The study was conducted between 2011 and 2013 with qualitative techniques. The projects analyzed were: creation of the Extractive Reserve and resource management; and implementation of agroforestry. The creation of the Reserve provided greater sustainability and remuneration, but has shown signs of declining natural stocks, specialization in the activity and reduction of production for own consumption. The design of agroforestry systems provided greater product diversity and autonomy, social capital formation and healthy diet, indicating that the territorial perspective can contribute to more effective results and analysis of projects.

Keywords: Agroforestry; extractive reserve; agroecology; traditional populations.

Proyectos agroecológicos en comunidades quilombola: análisis a partir del territorio

Resumen

Con el reconocimiento de las comunidades “quilombolas”, el Estado comenzó a implementar políticas agroecológicas encaminadas a su desarrollo. Teniendo en cuenta que el territorio puede ser una herramienta de análisis de proyectos en este tema y aquellos que cubren sus diferentes perspectivas, tienen más chances de resultados efectivos, el objetivo de este estudio fue evaluar las acciones agroecológicas en quilombo Mandira, ubicado en Cananéia/SP. El estudio se realizó entre los años de 2011 y 2013 con técnicas cualitativas. Los proyectos evaluados fueron: la creación de una Reserva de Extracción y manejo de los recursos; e implementación de sistemas agroforestales (SAF). La creación de la reserva proporcione mayor sostenibilidad y remuneración, pero ha mostrado signos de reducción de las reservas naturales, especialización de la actividad y la reducción de la producción para el consumo. El proyecto de SAF proporcionó una mayor diversidad de productos y la autonomía, la formación de capital social y alimentos saludables, lo que indica que la perspectiva territorial puede contribuir a resultados más efectivos y para análisis del proyectos.

Palavras-claves: Sistemas agroforestales; reserva extractiva; agroecología; pueblos campesinos.

Introdução

Com a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, as comunidades remanescentes de quilombos passaram a ter direito legal aos territórios tradicionalmente ocupados, cabendo ao Estado a demarcação e titulação dos mesmos. A partir deste momento, estas comunidades ganharam destaque frente às instâncias governamentais, na luta pela demarcação e regularização dos territórios e na necessidade da implantação de políticas visando seu desenvolvimento e acesso a melhores condições de vida.

Tradicionalmente, estas comunidades tinham como atividades econômicas, a agricultura de corte e queima, a caça e extrativismo, visando atender suas demandas por alimentos, com comercialização dos excedentes. A partir da década de 1960, com a legislação ambiental, o corte da vegetação e o uso do fogo para plantio foram proibidos, reduzindo a agricultura, o que levou as comunidades à buscarem novas alternativas econômicas, com exploração de outros recursos naturais.

Neste cenário, nos últimos anos, várias políticas foram lançadas, como o Programa Brasil Quilombola, a Nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural, instituída pela Lei nº 12.188/10 e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040/2007, tendo como base a agroecologia, que prioriza o uso dos recursos locais, com menor dependência de insumos externos, visando à sustentabilidade das atividades produtivas. Porém, mesmo com os projetos desenvolvidos,

observam-se poucos resultados concretos e efetivos e normalmente acabam sendo dependentes de novos aportes financeiros. Embora com base na agroecologia, tais projetos têm priorizado a substituição de insumos sintéticos e práticas degradadoras, por técnicas sustentáveis, desconsiderando as relações existentes entre a população e seu território e sem considerar essa perspectiva nas ações.

Há que considerar que a agroecologia tem incorporado em seus processos as questões técnicas de produção, o saber local e a cultura, mas vinculados às atividades produtivas. A abordagem territorial, por sua vez, possui uma perspectiva mais abrangente, envolvendo além das questões endógenas, que caracterizam a própria identidade, as questões exógenas, da relação da comunidade com a sociedade mais ampla. Por esse motivo, essa abordagem deveria estar na base dos projetos agroecológicos e em sua implementação.

Considerando que o território é delimitado e demarcado segundo a ocupação dos grupos, sua forma de uso e manejo dos recursos e pelas relações socioculturais que mantém com o ambiente, é um importante instrumento de análise e compreensão do modo de vida e da própria definição de comunidades remanescentes de quilombos.

Para Garcia (1976) o território é portador de significados que sobrepõem a configuração física e sendo parte integrante da cultura, relaciona-se às formas de compreensão, direcionando as ações das comunidades. Um aspecto importante é que se constitui no substrato espacial sobre o qual o ser humano é capaz de relacionar-se, elaborando significados (RIOS, 2011). Assim, não é qualquer território que faz parte da cultura quilombola, mas aquele relacionado com sua história de busca pela autonomia e liberdade. É suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade (BONNEMAISON, 1981). Por meio de práticas culturais e relações é que se constrói, coletivamente, a identidade quilombola.

Cruz (2011) considera que o uso do território se concretiza em domínios culturais como parentesco, economia, saúde, política e religião. O sentimento de pertencimento se constrói desde a representação física, como pela representação intelectual e espiritual, sendo o substrato onde se desenha a interação de grupos (GARCIA, 1976).

Apresenta uma importante dimensão econômica, sendo o resultado da apropriação e valorização do espaço mediante a representação e o trabalho, com ênfase em seu papel como fonte de recursos. Como organização do espaço, vai responder às necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade, e sob este aspecto, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam (GIMENEZ, 2000).

Rios (2001) acrescenta a dimensão política, ressaltando que o território é construído pelo e no tempo e vem a ser o produto do conjunto de relações que os indivíduos

estabelecem entre si e com a natureza. Dentro das combinações com outros indivíduos, o grupo pode ter divisão do trabalho e critérios para fazê-lo, bem como *status* político e normas de relacionamento (GARCIA, 1976). Essa dimensão também está relacionada aos conflitos e alianças entre grupos distintos e a competição e cooperação entre grupos espacialmente diferenciados. Nomear o território constitui uma das primeiras marcas de apropriação e identidade, transmitindo sua existência a outros, fazendo referência a área específica e dando ao exterior a visão unitária, global, daquele espaço geográfico (GARCIA, 1976).

Cada território apresenta características e propriedades físicas específicas, sejam naturais ou resultantes dos usos e práticas do grupo social. Nessa concepção, sua dimensão física corresponde à materialidade. Os elementos naturais são transformados em potencialidades, na medida em que a sociedade percebe sua importância como recurso e os integra à suas práticas, que podem ser predatórias ou sustentáveis. O grupo, ao apropriar-se de um espaço, decide por um conjunto de intervenções cuja natureza está relacionada às suas concepções éticas, suas opções políticas e seu nível tecnológico.

O território também pode ser portador de capital social, que segundo Silva (2007) é um conjunto de conhecimentos, práticas, valores, habilidades e tradições que permitem a construção da sociedade em uma estrutura que dá sentido à vida. Refere-se à conexão entre indivíduos, redes sociais e às normas de reciprocidade e lealdade que nascem deles (PUTNAM, 2000) e se constrói sobre a base de insumos, matéria-prima ou precursores socioculturais existentes em quase todas as sociedades; a confiança e o afeto que se associam com a familiaridade (amizade e vizinhança) e com a extensão das normas de solidariedade do lugar nuclear à rede de parentesco mais ampla. O capital social é definido pela confiança, normas de reciprocidade e participação; e desta forma, permite às pessoas cooperarem, ajudarem-se e promoverem a prosperidade (PUTNAM, 2000).

Assim, ao pensarmos o planejamento de projetos e Políticas Públicas que visam o desenvolvimento de grupos e comunidades, há de se considerar a ancoragem do conceito antropológico de território – como um espaço portador de significados que sobrepõem a sua configuração física e como parte integrante da cultura, relaciona-se às formas de compreensão, direcionando as ações das comunidades -, ao conceito de agroecologia que lhes dão suporte, permitindo uma compreensão mais ampla dos processos envolvidos nas realidades em questão. No presente estudo, tal abordagem se configura especialmente importante dadas as peculiaridades culturais da comunidade quilombola aqui tratada.

No espaço transformado em território, as comunidades desenvolveram e desenvolvem atividades socioeconômicas que se configuram como práticas culturais, identificando-se com sua história de busca pela liberdade e autonomia. O acesso a terra e

aos recursos atém-se às relações sociais, de parentesco e grupais. A reprodução cultural baseia-se em uma ocupação e utilização comunal do espaço (ITESP, 2002).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar sob as diferentes dimensões do território (sociocultural, econômico, político e ambiental) os projetos de agroecologia desenvolvidos na comunidade quilombola Mandira.

Metodologia

Esta pesquisa constitui-se um estudo de caso dos Projetos agroecológicos implantados na comunidade remanescente de quilombo Mandira, localizada no município de Cananéia/SP.

De acordo com o ITESP (2002), sua fundação ocorreu no ano de 1868, quando Francisco Mandira, recebeu a área denominada Sítio Mandira, na forma de doação, de sua meia-irmã. Francisco era fruto da relação do senhor Antônio Florêncio de Andrade com uma de suas escravas.

A área ocupada pela comunidade é de 54 hectares e a área reconhecida e não titulada está em processo judicial. A comunidade é constituída por 18 famílias, totalizando 64 pessoas. Foram analisados dois projetos na comunidade: a criação da Reserva Extrativista do Mandira e ordenamento das atividades pesqueiras; e a implantação de Sistemas Agroflorestais.

Para coleta de dados foram utilizadas as técnicas de entrevistas parcialmente estruturadas, observação participante e diálogos informais, sendo essas técnicas realizadas com a totalidade da comunidade e análise documental dos projetos desenvolvidos.

A entrevista parcialmente estruturada possui alguns tópicos fixados e outros são redefinidos conforme o andamento da entrevista e permite maior controle da situação pelo informante (VIERTLER, 1988), ficando mais livre para o diálogo. Em todas as etapas de coleta de dados optou-se pelo não uso de gravação, pois muitas pessoas da comunidade consideram este uso como invasivo, e poderia interferir negativamente na obtenção dos dados e na liberdade do informante.

A observação participante, de acordo com Bryun (1966, p.13, apud HAGUETTE, 1987, p.70) pode ser entendida como:

“[...] um compartilhar consciente e sistemático, conforme as circunstâncias o permitam nas atividades de vida e, eventualmente, nos interesses e afetos de um grupo de pessoas. O tempo implica não que os observadores estejam participando do estudo, mas que eles estão participando nas atividades do grupo sendo observado”.

Nesse caso, houve a participação junto às famílias nas atividades extrativas em áreas de manguezal, durante o manejo das ostras nos viveiros de engorda, em atividades de pesca, manejo agrícola nos sistemas agroecológicos e na realização de mutirões.

O sistema agroalimentar foi analisado por meio do Recordatório 24 horas e frequência de consumo. O Recordatório 24 horas consiste na obtenção de informações verbais sobre a ingestão alimentar das últimas 24 horas anteriores às consultas, com dados sobre os alimentos e bebidas consumidos. Esse instrumento foi utilizado por ser bem aceito pela maioria dos entrevistados, o tempo de administração é curto, não promove alteração na dieta habitual, pois o relato é posterior à ingestão e como essa é imediatamente anterior, os indivíduos se lembram da maior parte de alimentos e bebidas que ingeriram. Pela técnica contemplar informações de apenas um dia, não acaba refletindo o hábito alimentar do indivíduo, e dessa forma, utilizou-se adicionalmente a frequência de consumo, sendo um questionário composto por uma lista de alimentos e bebidas, apresentado ao indivíduo que indica aqueles de sua preferência e a frequência semanal de ingestão (HOLANDA; BARROS FILHO, 2006), com identificação da origem dos produtos.

Também foram levantadas as fontes de renda das famílias; o recebimento de benefícios, como bolsa família e aposentadoria.

Para análise da cobertura de solo nas áreas de agricultura, utilizou-se de um quadro vazado de 0,5m x 0,5m, lançado aleatoriamente na área, realizando a avaliação por meio da observação do percentual de cobertura do solo, atribuindo notas de 1 a 4, sendo o maior valor, para 100% de cobertura.

Procurou-se, com as técnicas de levantamento de dados, identificar aspectos econômicos, ambientais, socioculturais e políticos vinculados ao território, permitindo a análise dos dados.

O levantamento de dados foi realizado entre fevereiro de 2011 e setembro de 2013.

Resultados e discussão

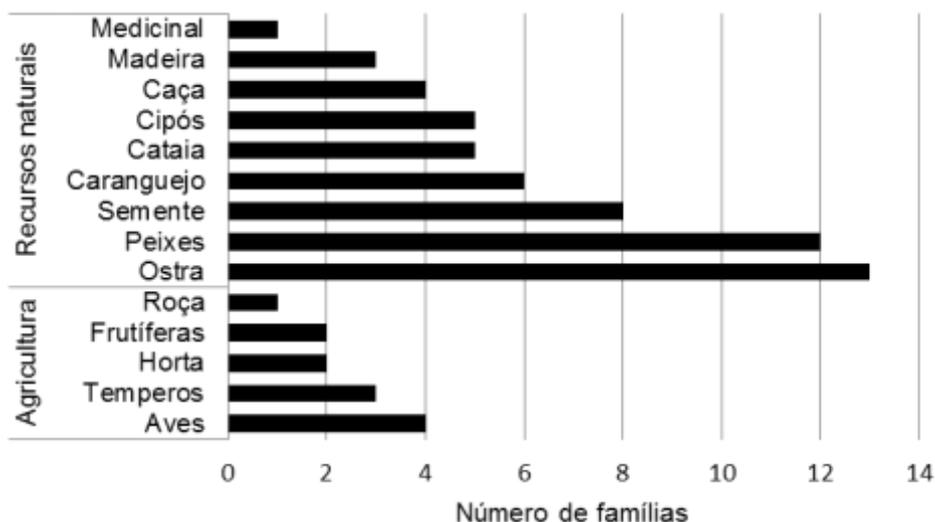
Projeto de criação da Resex e ordenamento das atividades

Perspectiva econômica

As famílias de Mandira fazem uso de diversos recursos, para geração de renda e consumo, conforme pode ser observado na Figura 1, sendo os principais produtos comercializados, a ostra nativa (*Crassostrea brasiliiana*) e o caranguejo-uçá, conforme verificado na Figura 2. A pesca tem a finalidade de autoconsumo e seu uso não é frequente

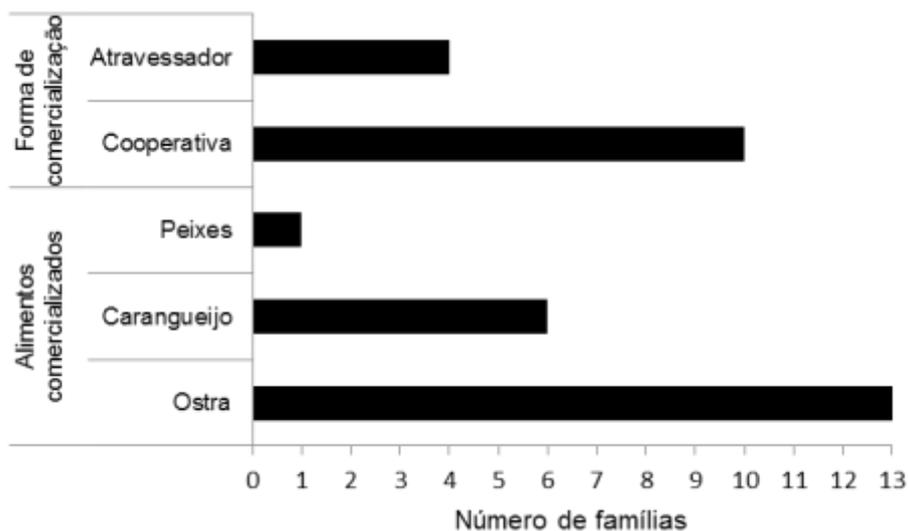
entre todas as famílias. Para Gimenez (2000) a dimensão econômica do território se configura por meio dos usos e práticas realizadas, sendo uma fonte de recursos e meio de subsistência, permitindo às famílias sua reprodução material.

Figura 1. Uso de recursos naturais e agricultura praticada entre as famílias que trabalham com manejo de recursos marinhos



Organização: Autores

Figura 2. Produtos e forma de comercialização das famílias que trabalham com manejo de recursos marinhos



Organização: Autores

Com o manejo de ostra realizado em viveiros, a criação da Resex e a fundação da COOPEROSTRA, a remuneração com esta atividade foi maior e a técnica de engorda tornou-se mais interessante, tanto do ponto de vista econômico, quanto ambiental, comparativamente ao extrativismo. O valor pago é de R\$5,00 a R\$6,00 a dúzia de ostra,

variando em função do tamanho. A comercialização se dá pela COOPEROSTRA e para atravessadores. Neste último caso, as famílias relataram que no início das atividades da Cooperativa, houve problemas financeiros, acarretando em atrasos nos pagamentos, o que vem ocorrendo atualmente, o que motivou o desligamento. Segundo os entrevistados, este atraso tem ocorrido atualmente e preferem vender para atravessadores, considerando que o preço pago é o mesmo da Cooperativa e o pagamento se dá no momento da entrega dos produtos.

Atualmente, a Cooperativa realiza a entrega das ostras duas vezes por semana na cidade de São Paulo e em todo litoral paulista. Sua fundação favoreceu a comercialização da ostra, agregando valor ao produto, porém, inicialmente como a comunidade não estava capacitada para o trabalho administrativo, houve a contratação de funcionários, o que acarretou em problemas administrativos e atualmente continua com problemas financeiros e processos trabalhistas. Segundo Gehlen (2004) Políticas Públicas têm sido implementadas com o estímulo à criação de cooperativas, na expectativa de que esta ação irá resolver os problemas de geração de renda em comunidades culturalmente diferenciadas. Porém, nem sempre superam os problemas existentes, pois estes grupos são portadores de racionalidades centradas em valores éticos sobre a reprodução socioeconômica e nas relações sociais e com o meio natural, priorizando valores de convívio em detrimento de competitividade econômica. Assim, estes fatores podem ser o motivo para a pouca participação das famílias na gestão da COOPEROSTRA, principalmente após os problemas financeiros.

Nos meses de dezembro a fevereiro todas as famílias recebem o seguro-defeso¹ e vendem apenas as ostras que estão nos viveiros. Esse fato garante o cumprimento das normas de proibição de coleta de ostras no período reprodutivo, contribuindo para a manutenção dos estoques naturais e garantindo renda às famílias.

Com a análise das atas de reuniões do processo de elaboração do Plano de Manejo da Resex, em 2005 foi determinado que o cenário ideal da Unidade fosse que cada família possuísse a quantidade de 20 viveiros, obtendo com este montante retorno econômico e sustentabilidade na atividade. O número atual de viveiros por família está abaixo desse valor, com apenas 4 famílias possuindo mais de 15 viveiros (Figuras 3 e 4). Nesses locais, o tempo para a engorda da ostra, permite que haja a reprodução, contribuindo para a manutenção dos bancos naturais.

O projeto de manejo de recursos pesqueiros tem seu principal foco o manejo de ostra, buscando a racionalização por meio da engorda em viveiros. Este maior incentivo acabou por promover a especialização na geração da renda, considerando que as famílias

¹ O Seguro defeso é um benefício assegurado, concedido ao pescador artesanal em períodos em que o mesmo é proibido de pescar, para preservar o período de reprodução dos peixes.

que trabalham com essa atividade, dedicam-se exclusivamente a ela, não explorando outras oportunidades que existem ou podem existir no território, estando mais dependentes desse recurso.

Com relação ao caranguejo-uçá, atualmente 6 famílias realizam sua comercialização periodicamente e as demais realizam a exploração no período de reprodução, tanto para consumo, quanto para comercialização esporádica. Entre as famílias que comercializam rotineiramente, a quantidade extraída é de 65 a 85 dúzias por semana, considerado sustentável de acordo com o Plano de Manejo. A venda de caranguejo-uçá é realizada principalmente para atravessadores e em menor quantidade para COOPEROSTRA.

No que diz respeito ao aspecto econômico, o projeto de criação da Resex e ordenamento das atividades promoveu melhorias para as famílias, obtendo melhor remuneração pelos produtos do extrativismo.

Figuras 3 e 4. Viveiros de engorda de ostras e atividades de manejo pelos extrativistas.



Fonte: acervo do autor.

Perspectiva Ambiental

O manejo de ostras se caracteriza pela coleta no mangue, com tamanhos entre 5 e 10 cm que posteriormente são colocadas nos viveiros de engorda e em torno de 6 a 8 meses estão aptas para venda, pois o preço aumenta conforme seu tamanho.

As ostras que estão imersas permanentemente devem ser deixadas no mangue para que constituam bancos de reprodução perenes. Também há o defeso anual, de dezembro a fevereiro, não sendo permitida a coleta no meio natural, apenas a venda das ostras que estão nos viveiros. Com relação às práticas de manejo de recursos naturais dentro da Resex, nota-se que os moradores têm conhecimento sobre as normas, em especial no manejo de ostra, mas há relatos de moradores que coletam indivíduos em

tamanhos não permitidos, relacionando-se à comercialização da ostra desmariscada para atravessadores e foi relatado apenas em uma família.

A quantidade extraída de *Crassostrea brasiliana* varia de acordo com as famílias e o tipo de trabalho, se individual ou familiar, como observado na Figura 5. A principal forma de produção se dá por meio do cultivo em viveiros e quando os extrativistas encontram ostras maiores que 10 cm no meio natural e que não estejam imersas permanentemente, realizam a coleta e vendem direto.

Figura 5. Quantidade de *Crassostrea brasiliana* coletada pelas famílias



Organização: Autores

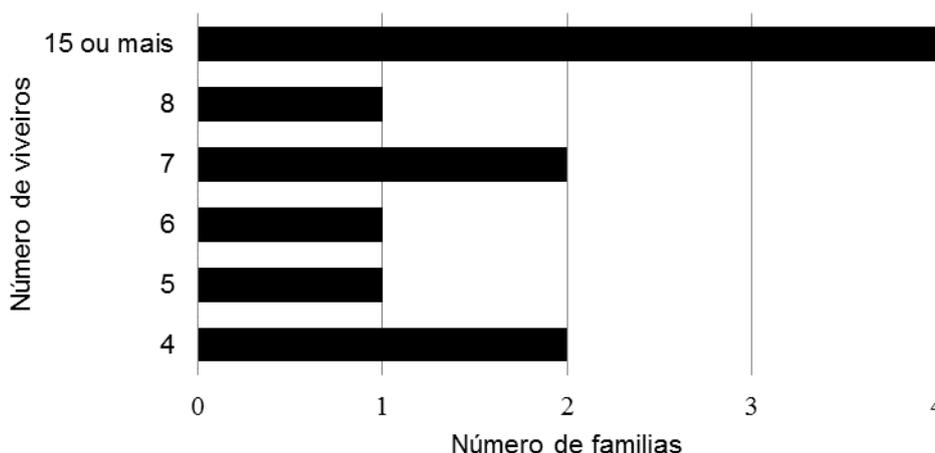
Segundo o Plano de Manejo (ICMBio, 2010) a extração de ostras está abaixo da capacidade extração, porém, as entrevistas e a observação das atividades dos moradores indicam que a quantidade de ostra a ser retirada dos mangues não é abundante, havendo necessidade de coleta do recurso em áreas fora da Resex. Para as famílias, a área da Unidade é pequena e nos últimos anos há mais pessoas se dedicando à atividade. Fato importante a ser destacado na realização do Plano de Manejo em 2005 é que a área definida como Reserva foi considerada pelos técnicos que atuaram no projeto, insuficiente para a manutenção de qualidade de vida da população e consideraram importante a criação de outras Unidades com a mesma finalidade. Vale citar que a percepção da comunidade sobre os recursos é uma das metodologias citadas no Plano de Manejo para a quantificação do estoque na Unidade. Esses fatores têm levado à redução de moradores dedicados à atividade, buscando trabalhos assalariados.

Como este projeto teve seu foco voltado para o manejo da ostra e caranguejo, houve maior dependência desses recursos para a geração de renda, o que pode estar acarretando, maior exploração. O caráter econômico acaba direcionando a produção do

território e o mercado externo passa a contribuir para as transformações territoriais, orientando as suas modificações (FARJADO, 2010).

De acordo com o Plano de Manejo, o cenário ideal para a Resex seria a maioria dos coletores trabalhando com viveiros de engorda, expandindo gradualmente sua quantidade e mantendo o número de quatro dias de extração do meio natural. Segundo Cardoso (2008) após a criação da Resex, os coletores não mais precisaram sair da Unidade para garantir a produção diária e os trabalhos extrativistas de coleta no mangue foram reduzidos para quatro dias por semana, reduzindo a pressão sobre os estoques. Atualmente, todos os moradores trabalham com viveiros, como observado na Figura 6 e algumas famílias realizam a extração de ostras no meio natural por 5 dias na semana, o que pode também contribuir com o aumento na exploração. A quantidade extraída de ostras em Mandira aumentou na última década, até o ano de 2010, sendo que, de acordo com levantamento realizado, houve redução na quantidade no último ano, que é o mesmo período citado pelos moradores como o início da redução dos estoques no meio natural.

Figura 6. Número de viveiros por família



Organização: Autores

Antes da criação da Resex, a comunidade utilizava diversas áreas para a coleta de ostras, sendo o conjunto dessas, maior para o extrativismo. A área da Resex de 1.177,8 hectares, inicialmente tinha previsão para ser maior e devido a questões de desapropriação, evitando a demora da criação da Unidade, foi definida apenas em área de marina. Após sua criação, os extrativistas não podem mais retirar ostras de outras áreas como anteriormente, o que pode contribuir para a exploração mais intensiva na Unidade.

De acordo com o Instituto de Pesca, a captura por unidade de esforço² aumentou após a realização do Plano de Manejo, porém houve redução em 2010. Estes dados se

² Captura por unidade de esforço refere-se ao trabalho dedicado para a realização do objetivo de captura.

relacionam com a necessidade de alguns extrativistas saírem da Resex do Mandira para realizarem a coleta de ostras para posterior engorda. Para Bonnemaïson (1981) na medida em que a comunidade percebe a importância do território como recurso, estes são transformados em potencialidades e integrados às suas práticas, que podem ser predatórias ou sustentáveis.

Para Pereira (2010), a prática de extrativismo de caranguejo-uçá na Resex do Mandira mostrou-se sustentável em todos os aspectos analisados, considerando fator importante para este fato, o número de extrativistas em relação à área disponível para coleta e por serem os manguezais bem conservados e produtivos.

No Plano de Manejo da Resex é determinada a proibição de algumas práticas, como a abertura de grandes buracos, a coleta de fêmeas e de indivíduos menores que 6 cm de largura da carapaça, a retirada exclusiva da pata do caranguejo, o desrespeito ao período de defeso e a captura com redes, que são colocadas na entrada das galerias. Mesmo sendo proibido, de acordo com a Portaria do IBAMA nº. 52/2003, ainda há o uso de redes em Mandira. Jankowsky (2007) menciona que embora a redinha seja um método mais produtivo e facilita o trabalho, é menos seletivo e por isso é proibida. Apesar disso, esta armadilha, tem tido aceitação crescente nas últimas décadas entre os extrativistas de vários estados brasileiros (NORDI, 1992), por sua fácil confecção e instalação e baixo custo, possibilitando aumento do rendimento da captura. Percebe-se que apenas restringir determinadas práticas não garante seu cumprimento, pois estas ações, sem o envolvimento ou consentimento dos usuários, resultam fragmentadas e mais propensas ao fracasso (BERKERS et al., 2001). Se não ocorrer o apoio local não haverá o cumprimento das normas estabelecidas (MOLLER et al., 2004) e por esse motivo há tendência para abordagens participativas e de base comunitária buscando a conservação ambiental nas ações e Políticas Públicas.

Para o caranguejo-uçá, de acordo com o Instituto de Pesca, a quantidade extraída está acima de 5.000 dúzias ao ano, com aumento no número de extrativistas na região de Cananéia. Este aumento pode ter ocasionado redução na captura por unidade de esforço desse recurso. A captura realizada pelos beneficiários de Mandira não foi considerada predatória no Plano de Manejo, em razão dos baixos volumes extraídos, porém, observa-se aumento nos últimos anos, havendo necessidade de acompanhamento dos estoques, visando garantir a sustentabilidade de manejo.

As dimensões econômica, política e cultural do território quilombola estão interligadas e têm sua base material nas relações da comunidade com a natureza, que são estabelecidas na construção de saberes próprios e dos usos praticados. É por meio desse que as comunidades quilombolas expressam sua leitura do ambiente, desenvolvida nas

relações cotidianas, na construção do modo de vida e relacionada à reprodução material e simbólica (FERREIRA, 2006).

Na perspectiva ambiental, há indícios de redução dos estoques de ostras no meio natural, de acordo com a perspectiva dos extrativistas e pelos dados de captura de esforço do Instituto de Pesca, o que pode comprometer a manutenção dos bancos naturais. A busca de um equilíbrio ambiental implicaria na adoção de novas alternativas como a diversificação de atividades.

Perspectiva Sociocultural

O território responde inicialmente às necessidades básicas de subsistência e a partir desta, sua produção está sustentada pelas relações sociais. O território explorado pela comunidade deixa de ser apenas um espaço de obtenção do retorno econômico e passa a ser um espaço com sua identidade, que historicamente se constituiu. Assim, pode ser considerado como meio de subsistência, fonte de recursos e lugar de inscrição de um passado histórico e de memória coletiva (GIMENEZ, 2000).

O maior número de viveiros de ostras pertence a famílias que trabalham juntas (pais e filhos), incluindo as mulheres, que vão para o mangue de 1 a 2 vezes por semana.

São poucas as famílias que se dedicam ao cultivo nos quintais entre aquelas que trabalham com o manejo de ostra e caranguejo-uçá; a maioria deixou essa atividade, ficando mais dependente do mercado para alimentação. Do total de famílias da comunidade, apenas 6 possuem cultivos de espécies frutíferas, hortaliças, temperos e criação animal, que será abordado posteriormente. Essa redução é recente, pois no Plano de Manejo constava que o cultivo nos quintais ainda era frequente em quase todas as casas. Os motivos para essa mudança estão relacionados à facilidade de compra e especialização da atividade econômica, com maior dedicação do tempo para o manejo de recursos marinhos.

A produção possui importante vínculo com as questões socioculturais das comunidades e o abandono dessa prática como fonte de alimentos pode se configurar em um risco para a manutenção da cultura quilombola. Vale ressaltar que, com o fim dessa prática, deixam de existir relações de solidariedade, como a prática dos mutirões em momentos como o plantio e a colheita.

Na perspectiva sociocultural destaca-se a mudança nos hábitos alimentares e nos modos de produção/obtenção dos alimentos, com maior dependência de produtos externos à comunidade, podendo comprometer a segurança e soberania alimentar.

Perspectiva Política

Nesta perspectiva, consideramos a participação e envolvimento dos membros da comunidade nas ações dos projetos, buscando autonomia.

A análise da participação dos moradores de Mandira nas reuniões (Conselho Deliberativo da Resex, Associação e Projetos) e tomadas de decisão, demonstra que apesar de registro da presença, muitas vezes, não há envolvimento nas tomadas de decisão. Este fato foi relatado anteriormente durante o desenvolvimento dos projetos do PDA com manejo de ostra nativa e com criação da Resex:

“Desde o início do projeto a maior dificuldade encontrada foi a pequena participação da comunidade. Nas reuniões era clara a presença de uma liderança, sendo que os demais membros da comunidade, mesmo presentes, raramente expressavam suas opiniões. O mesmo acontecia com as tarefas relacionadas ao projeto, pouquíssimas pessoas da comunidade estavam realmente envolvidas. A partir de diagnosticada a dificuldade de participação da comunidade, seguida pela percepção do grupo que o plano de manejo não poderia ser realizado com a participação de uma pequena parte da comunidade, a coordenadora do projeto e uma técnica do Instituto de Pesca se propuseram a formular um roteiro com perguntas relacionadas ao Plano de Manejo, aplicando-o em todas as casas dos associados. Quanto à gestão da associação, o sucesso depende do aumento da participação da comunidade (tanto em reuniões quanto assumindo tarefas da associação)”.

Em nossas entrevistas, os moradores relataram que as tomadas de decisão se limitam apenas aos membros da diretoria, que ocupam e já ocuparam cargos anteriormente. Os atuais membros são aqueles com maior articulação e assim, para muitas famílias, eles acabam tomando as decisões. Nos relatórios do projeto PDA houveram vários relatos referentes à baixa participação da comunidade: “atualmente participam aproximadamente 20 a 30 pessoas nas reuniões da associação (44 associados) e menos de 10% dos associados tomam decisões”.

Em outro relatório do projeto é citado que

“anteriormente a entidade estava muito centrada em um líder, que acabava se tornando o responsável por todas as conquistas da comunidade, bem como de todas as insatisfações da mesma. Muitos dos associados não conheciam a prática da gestão da REMA³ e nem ao menos entendiam qual era a função da associação para o Mandira. Atualmente, apesar de ainda haver falhas nas funções da nova gestão, mais famílias estão envolvidas no processo e atuando com mais responsabilidade com relação a REMA”.

Com o desenvolvimento dos projetos, mesmo havendo pouca participação, a comunidade passou a ter maior atuação, não apenas nas ações diretamente relacionadas

³ REMA: Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Bairro Mandira.

às propostas do Projeto, mas em articulação com outras comunidades e entidades, como Fóruns, Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras - EAACONE, movimento negro no Brasil. A formação de novas lideranças, de acordo com os relatórios consultados foi determinante para aumentar a participação da comunidade.

“Uma alteração interessante que ocorreu durante o projeto foi a mudança dos membros da diretoria, incluindo jovens formados pelo projeto. Os membros anteriores a esta gestão, estavam na diretoria há muitos anos, intercalando funções, devido ao pequeno número de famílias atuantes na REMA. Pequeno aumento quantitativo na participação, mas grande aumento qualitativo. A REMA estava inicialmente centrada em 1 liderança que se posicionava em nome da comunidade. Durante o projeto pelo menos um integrante de cada família participou ativamente das tomadas de decisão e das ações desenvolvidas. Formação de outras lideranças, pelo menos quatro, incluindo mulheres e jovens. A participação da comunidade de forma geral ainda não é ideal, devido à falta ou flutuação no envolvimento com a REMA, mas houve grande avanço no processo de formação para participação”.

Nos resultados finais alcançados com o projeto PDA é citada a

“maior participação da comunidade durante as reuniões e assumindo responsabilidade nas atividades do projeto, da REMA e da Cooperostra e a participação da comunidade, que ainda precisa aumentar bastante, principalmente quanto a necessidade de mais pessoas assumirem responsabilidades dentro do projeto, possibilitando um empoderamento mais igualitário dos moradores do Mandira”.

No relatório final do projeto em 2008, consta a “participação bastante instável dos associados ao longo do período do projeto, necessitando a manutenção de estratégias de mobilização”.

A participação se torna fundamental para o êxito das Políticas Públicas, tanto as que visam o desenvolvimento sustentável, quanto as que possuem caráter mais social e através da participação se obtém melhores resultados qualitativos e quantitativos (PAREDES, 2011), além da autonomia da comunidade nos processos.

Esta mobilização entre as famílias que trabalham com manejo de recursos marinhos foi prejudicada, não tendo a mesma continuidade com o final do Projeto. Também houve desconfiança dos moradores com relação à Diretoria e assim, a formação de capital social também ficou prejudicada.

Estes fatores não significam que o projeto de criação da Resex não foi participativo, mas após os problemas com a COOPEROSTRA, houve desmobilização e desmotivação das famílias, com redução da participação e envolvimento, observados atualmente.

Segundo os relatórios do projeto e entrevistas, ainda há desconfiança relativa à diretoria da comunidade “A credibilidade da REMA aumentou, devido a sua maior atuação

local e pela maior participação dos associados, mas ainda existem conflitos e desconfianças com relação à diretoria, independente da equipe”.

Nas normas das Reservas Extrativistas é incluída a necessidade de participação no sentido de promover o empoderamento da comunidade, e para que ela seja protagonista de sua própria história (GOHN, 2004). Este tema entrou na pauta das Políticas Públicas e busca processos que tenham a capacidade de gerar novos mecanismos de desenvolvimento sustentável, com a mediação de agentes externos, quando necessário. O empoderamento está relacionado ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar as comunidades, em seu crescimento e autonomia, com melhoria gradual de seu modo de vida.

Segundo Berkers et al. (2001) a valorização dos saberes locais e a participação das comunidades no processo de gestão são fundamentais para o manejo sustentável de recursos. Na elaboração do Plano de Manejo, mesmo havendo a participação, não houve o envolvimento dos atores nas tomadas de decisão e a continuidade da mobilização, dificultando a produção de capital social.

Na perspectiva política, é possível considerar que a reduzida participação e envolvimento das famílias compromete a autonomia relacionada às ações na Resex, o que pode levar à dependência de agentes externos ou a tomada de decisão centralizada nos membros da Diretoria para a solução dos problemas.

Projeto com sistemas agroflorestais

Perspectiva Econômica

Na comunidade, de todas as famílias, apenas 6 trabalham com agricultura, constituindo-se para essas a principal fonte de renda. Esse fato se deve às restrições impostas pela legislação ambiental, não permitindo a derrubada e uso do fogo para plantio das roças e à criação de Unidades de Conservação, aumentando a fiscalização ambiental entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse período, dadas as restrições de acesso aos recursos que tradicional e sazonalmente exploravam, as famílias se tornaram mais dependentes da economia de mercado e passaram a atender de forma mais sistemática as demandas de indústrias e comerciantes por produtos com maior valor comercial, como palmito, madeiras, camarão e por fim o manejo de ostra, tornando-se a principal atividade econômica na comunidade (SALES; MOREIRA, 1996).

Dentre as que trabalham com cultivo da ostra, apenas uma dedica-se também à roça de subsistência, realizada em área reconhecida, mas ainda não titulada da comunidade. Vale referir que as áreas boas para a agricultura, estão localizadas nesse

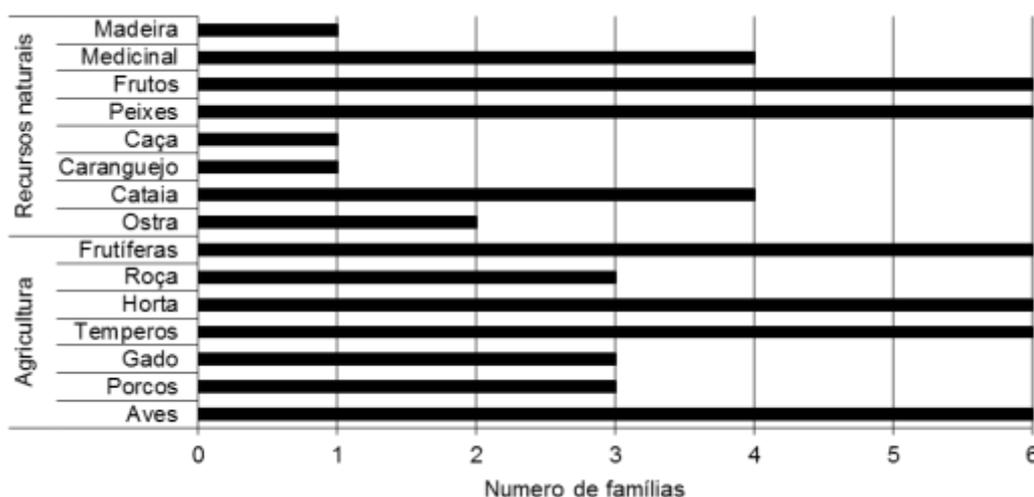
território, sendo que as já tituladas se encontram em encostas e morros, oferecendo maior dificuldade para o manejo.

A atividade agrícola das famílias se caracteriza pelo cultivo de diversas espécies de hortaliças e frutos, cultivados com técnicas agroecológicas e em SAF. Estes sistemas possuem espécies como palmito jussara, pupunha e real, azeitona-do-ceilão, araticum, pitanga, banana e outras frutíferas. Alguns autores têm destacado a importância destes sistemas para a agricultura familiar no combate à pobreza, na segurança alimentar e na conservação dos recursos naturais (PALUDO; COSTABEBER, 2012).

As famílias também realizam a coleta de frutos nativos com objetivo de consumo e comercialização, tanto *in natura*, como no preparo de licores e geleias, como observado na Figura 7. Os frutos mais obtidos são jussara, araticum, abiu, pitanga e cambuci. Os produtos artesanais são preparados nas próprias residências das famílias durante a semana, incluindo banana chips, mel, geleias, licores, pães, carnes defumadas e produtos típicos da alimentação, como beiju de arroz. Esse processamento teve iniciativa das próprias famílias. A maior diversidade de produtos comercializados e de atividades econômicas ocorre nesse Projeto, incluindo também produtos de origem animal e maior diversidade de itens produzidos e explorados do meio natural, como verificado na Figura 8.

Esta iniciativa agroecológica teve início entre os próprios agricultores que posteriormente obtiveram apoio com o projeto da ONG PROTER, através do PDA para implantação dos SAF em 2006, e os capacitou em agroecologia e sistemas agroecológicos de produção.

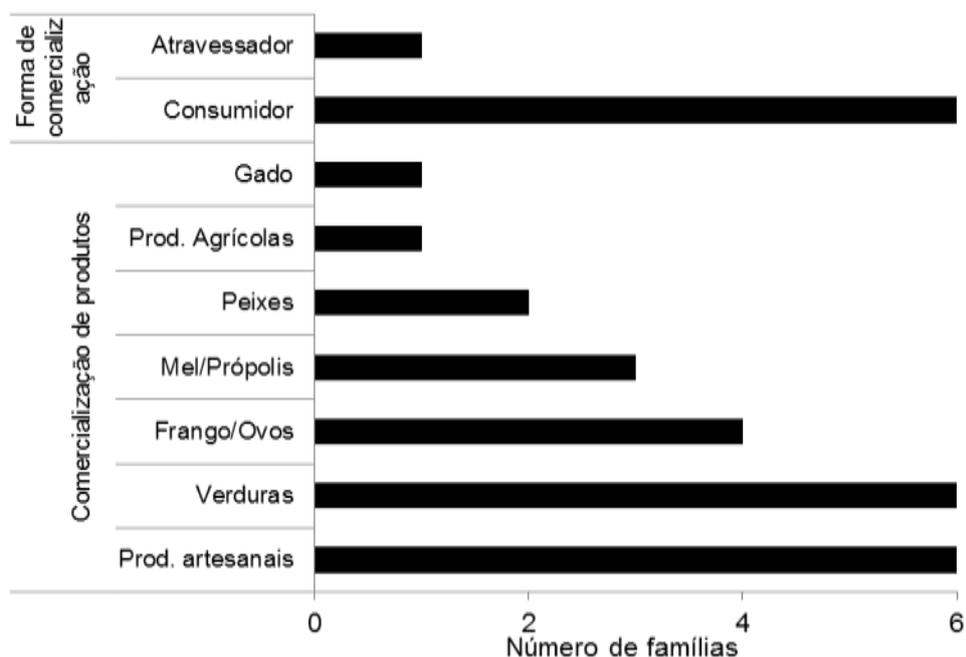
Figura 7. Uso de recursos naturais e agricultura praticada entre as famílias que trabalham com agricultura



Organização: Autores

O cultivo de hortaliças consiste no uso de dejetos animais como fonte de nutrientes e uso de caldas e extratos para controle de insetos e doenças, embora seja rara a necessidade. A criação animal é composta de gado, frango, porcos e pato.

Figura 8. Produtos e forma de comercialização das famílias que trabalham com agricultura



Organização: Autores

Nesse modo de produção torna-se importante a diversificação, com integração de produtos vegetais e animais, reduzindo a necessidade de insumos externos, como observado. A diversificação da produção é uma estratégia para se alcançar menor dependência de insumos externos e este projeto proporcionou maior relação com as demais atividades desenvolvidas pelas famílias, incluindo a agricultura de subsistência, pois há roças de coivara⁴ para autoconsumo, a criação animal, a produção hortícola e frutífera.

Nota-se que as práticas, iniciativas e conhecimentos dos agricultores constituem o ponto de partida deste Projeto, que atuou como mobilizador das iniciativas de desenvolvimento, buscando integração das atividades e diferentes recursos naturais existentes, o que pode denotar referência ao território.

Os produtos são comercializados em uma feira agroecológica na cidade de Cananéia/SP, organizada aos sábados, com venda direta ao consumidor, apresentando alta diversidade de produtos. Inicialmente houve apoio da Prefeitura Municipal de Cananéia para

⁴ Coivara é uma técnica agrícola tradicional que utiliza a derrubada da mata nativa, seguindo da queima da vegetação e plantio de várias culturas durante 2 a 3 anos. Posterior a esse período, a área é deixada em pousio por 3 a 20 anos, com recuperação da vegetação nativa. Esse método é utilizado principalmente em agricultura de subsistência.

sua realização, principalmente para transporte dos produtos e, atualmente, a Feira não conta com apoio do Poder Público.

Os produtos variam de acordo com a sazonalidade de cada espécie, presente no território, tanto nativa, quanto cultivada. A venda em canais curtos de comercialização tem um reflexo territorial que devolve poder e independência ao meio rural frente ao meio urbano e a prioridade passa a ser a alimentação sadia dos agricultores, associada à comercialização (SEVILLA GUZMÁN; SOLER, 2010). Além disso, a venda direta proporciona maior proximidade entre agricultor e consumidor e auxilia a sustentabilidade da produção, pois o sistema produtivo tem lógicas agroecológicas e busca novas atividades potenciais, explorando o território como fonte de recursos (SOLER, 2009).

Normalmente estas feiras são administradas através de parceria entre o Poder Público local, as associações de produtores e Instituições de apoio, aumentando o poder político dos agricultores, ao atuarem nessas lógicas.

A combinação entre agroecologia e circuitos curtos de comercialização pode repercutir nas diferentes dimensões territoriais, como a econômica, por meio da valorização da paisagem e dos recursos naturais; a sociocultural, através da aproximação de produtores e consumidores e o conhecimento local associado ao manejo com valorização da cultura local e práticas alimentares; e a ambiental, através do uso de práticas sustentáveis de produção.

Na perspectiva econômica, destaca-se a diversificação de produtos para venda, o que contribui para o manejo sustentável das espécies. O processamento dos produtos, associado à venda direta, agrega valor e proporciona melhor remuneração às famílias.

Perspectiva Ambiental

Os sistemas de produção observados entre as famílias possuem baixa dependência de insumos externos, utilizam os recursos renováveis locais, valorizam o conhecimento local e tem a função de consumo interno e comercialização. Estas premissas estão em consonância com algumas das propostas por Gliessman (2000) para o manejo sustentável dos agroecossistemas.

Estes sistemas promovem a complexidade e diversidade de produtos, com interações entre espécies, não sendo resumidos à substituição de insumos externos ou sintéticos por sustentáveis. Para Paludo e Costabeber (2012) o redesenho de agroecossistemas através dos sistemas agroflorestais vêm se mostrando viável tanto do ponto de vista econômico, como ecológico, recuperando sua capacidade produtiva. Os autores relataram que estes sistemas também têm promovido a fixação dos agricultores no campo, o resgate da autoestima das famílias e o incentivo às formas associativistas.

Algumas pesquisas têm indicado que a venda em canais curtos e direto ao consumidor promove o estímulo à diversificação da produção, aumentando a biodiversidade agrícola e a complexidade e equilíbrio dos agroecossistemas. Esse pode ser o motivo da maior diversidade de cultivos observados entre as famílias de Mandira.

A base de manejo e produtividade é a diversidade, minimizando as necessidades de insumos, com potencialização dos ciclos naturais do agroecossistema, promovendo a produção dos insumos no próprio território. As espécies presentes são nativas e exóticas, com interesse alimentar e para obtenção de produtos para comercialização, nativas e exóticas. As características das áreas de produção das famílias podem ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Características das áreas de estudo

Área	Diversidade total de espécies na área	Cobertura de solo (%)	Insumos utilizados
1	20 sp.	100	Esterco e Serrapilheira
2	18 sp.	90	Esterco
3	14 sp.	100	Serrapilheira
4	22 sp.	70	Esterco e Serrapilheira
5	10 sp.	70	Esterco
6	11 sp.	80	Esterco e Serrapilheira

Organização: Autores

Os sistemas agroflorestais implantados pelas famílias se caracterizam como sucessionais biodiversos, análogos em estrutura e função às florestas tropicais. Estes sistemas têm se mostrado promissores para produção com a conservação dos recursos naturais, inclusive biodiversidade e sem a utilização de insumos externos (PENEIREIRO, 1999). Em estudo na Mata Atlântica foi reconhecido seu potencial para o manejo dos recursos naturais, para geração de renda e segurança alimentar (VIEIRA; HOLL; PENEIREIRO, 2009).

Nessa perspectiva, a diversidade de espécies exploradas e cultivadas e a baixa necessidade de insumos externos, por meio da integração entre produção vegetal e animal, promove maior sustentabilidade à produção, além de diversificar os itens para abastecimento da família.

Perspectiva Sociocultural

Atualmente verifica-se que os trabalhos desenvolvidos com os SAF entre as famílias são realizados através de mutirões, realizados esporadicamente, como observado

nos trabalhos de campo. Estas famílias também trabalham com roças de subsistência, com plantio de arroz, feijão, milho, mandioca e batata doce, utilizando plantios consorciados e variedades locais. Segundo Munari (2009) esse é um complexo sistema agrícola, desenvolvido pelas populações tradicionais e representa experiências acumuladas ao longo de séculos de interação entre população e natureza e baseada no conhecimento dos processos naturais e das espécies. É a prática relacionada entre a cultura e aspectos econômicos e ambientais (MUNARI, 2009). Foi através deste sistema, que a autonomia foi alcançada pelas famílias, sendo um dos elementos identificados na definição de comunidades remanescentes de quilombos. Porém, pesquisas vêm apontando a redução nesta prática entre comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e entre os fatores associados está o estímulo à realização de cultivos comerciais, atrelado ao aumento da renda familiar, como subsídios do governo e as restrições ambientais que limitam a derrubada de novas áreas da floresta (PEDROSO-JUNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008). Todos estes fatores são observados também em Mandira, como causas da redução da prática, sendo observada apenas entre as famílias que tem a agricultura como fonte de renda. Como consequência, ocorre a perda das técnicas e do conhecimento associado à coivara, bem como das variedades agrícolas, acarretando na redução do capital social e cultural.

No caso das comunidades remanescentes de quilombos, o território era apropriado por meio dos usos e práticas que desenvolviam (FERREIRA, 2006), orientadas para autoconsumo e comercialização. Essas atividades socioeconômicas se configuram como práticas culturais, utiliza a mão-de-obra familiar e identifica-se com a autonomia das famílias. A organização da produção considera os ciclos da natureza, e a partir destes, as técnicas mais adequadas e os processos de trabalho são construídos.

Este manejo dos agroecossistemas realizado pelas famílias, com maior diversidade e integração entre produção animal e vegetal e exploração de espécies nativas, implica diretamente na oferta de mais produtos para autoconsumo, tanto de origem vegetal, quanto animal, respeitando os ciclos naturais, a sazonalidade de produção e a oferta dos recursos disponíveis no território.

Os sistemas alimentares são a interação complexa entre as dimensões ecológica, técnica, social e econômica (BUTTEL, 1993). Percebe-se entre as famílias que o consumo de hortaliças e frutos ocorre com frequência e possuem menor dependência de compra de alimentos, incluindo produtos básicos como arroz e feijão e maior diversificação alimentar. Esta maior oferta está relacionada com a maior diversidade de produtos explorados para venda. Para Sevilla Guzmán (2001) quando os componentes socioculturais, incluídos os hábitos alimentares, são trabalhados de forma igualitária às variáveis ecológicas e

agronômicas, tem-se como resultado o fortalecimento das especificidades socioculturais, a valorização da alimentação e dos alimentos locais.

Na perspectiva sociocultural, destaca-se o trabalho realizado em mutirões; a produção nas roças de coivara; a produção para autoconsumo, com maior diversidade de itens consumidos e menor dependência de alimentos externos e industrializados.

Perspectiva Política

A venda através de circuitos curtos proporciona aos agricultores, maior autonomia, em comparação com demais formas de comercialização, que segundo Darolt e Constanty (2008), torna o sistema de produção simplificado e especializado em um ou dois produtos, repetindo a lógica comercial e industrial utilizada em sistemas convencionais.

As famílias atuam na Associação Rede Cananéia, com reuniões realizadas constantemente e estão envolvidas nas ações, desempenhando funções e assumindo as tarefas, muitas vezes realizadas em sistemas de mutirão.

O empoderamento está relacionado ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar as comunidades, em seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva. Todos estes fatores podem ser observados nesse Projeto. Percebe-se que por haver menor intervenção de agentes externos, estas famílias se empoderaram das ações e tomam as decisões conjuntamente, aumentando a participação, a cooperação e a confiança. Este Projeto, tendo uma perspectiva mais ampla, que se aproxima da abordagem antropológica do território, promoveu a formação de capital social.

O Projeto proporcionou maior envolvimento das famílias em todos os processos. A intervenção técnica externa atua como articulador inicial das ações e o grupo organiza mutirões entre os beneficiados para a execução das ações.

Há também maior cooperação, inclusive na comercialização, que ocorre aos sábados na cidade de Cananéia/SP na feira agroecológica. Não são todos os produtores que participam neste momento, porém, os demais levam os produtos de todos para serem comercializados. Percebe-se maior envolvimento destas famílias em todas as etapas dos projetos, desde sua formulação - em que todos participam das decisões, na implantação e comercialização. Assim, fica evidente que a participação neste caso, proporcionou a cooperação entre famílias e a formação de capital social.

Quando a ancoragem territorial está presente nas ações dos projetos, esses se tornam ricos em capital social e assim obtém-se melhores resultados com as ações implementadas. Um território rico em capital social pode abrigar recursos humanos e naturais para a promoção do desenvolvimento local sustentável.

As Políticas Públicas recentes estão propiciando a emergência de novos atores sociais, induzindo a reelaboração de conceitos, como o de identidade sociocultural, que inclui a noção e o lugar do trabalho e as relações de trabalho com o meio ambiente. Porém, muitas vezes as Políticas Públicas reintroduzem a questão da centralidade do trabalho, na sua perspectiva de competitividade e, para ser eficiente a renúncia aos saberes locais e apropriação de outros, levando à perda do controle do processo em sua totalidade, criando dependência aos técnicos externos à comunidade (GEHLEN, 2004).

No caso dos produtores agroecológicos, juntamente com a lógica econômica, competição e inserção no mercado, trabalha-se ainda com os modos de produção tradicional, como as roças de coivara, com finalidade de abastecimento da família, que está relacionado ao seu sistema cultural, em que estas práticas sempre foram responsáveis pela reprodução da família.

Para Nicola e Diesel (2006) o trabalho dos agentes externos tem que estar intimamente relacionado com a formação de capital social, para assim, proporcionar o desenvolvimento das comunidades, o que pode ser observado nesse Projeto.

Nessa perspectiva, observa-se que a participação e envolvimento das famílias proporcionaram maior cooperação e autonomia, com formação de um importante capital social para as relações endógenas e exógenas à comunidade.

Considerações finais

A partir da perspectiva econômica do território, os dois projetos implantados contribuíram para a melhoria da renda, sendo o montante obtido semelhante entre ambos. Porém, a venda direta ao consumidor, no caso dos SAF, tem contribuído com a maior oferta de produtos e diversificação das atividades econômicas.

Há maior dependência do mercado externo para as famílias que se dedicam ao manejo da ostra e caranguejo, diferentemente daquelas que se dedicam aos SAF, com maior autonomia para produção e comercialização e diversidade de produtos, contribuindo para o manejo e oferta de alimentos.

Na perspectiva ambiental, a especialização da atividade de manejo de ostra, associada a maior quantidade de extrativistas, pode estar relacionada à redução de seus estoques. Os SAF apresentam diversidade de espécies, contribuindo para o manejo e uso dos recursos locais como insumos, integrando a criação animal e vegetal, o que em princípio leva a maior sustentabilidade.

Assim, no presente estudo, o projeto de SAF proporcionou a autonomia, a cooperação, com realização de mutirões, contribuindo para a formação de capital social e confiança entre as mesmas; a alimentação mais saudável e práticas sustentáveis de

produção. Elementos esses vinculados à identidade quilombola. Em oposição, as famílias que se dedicam ao manejo de recursos marinhos, apresentam maior dependência de alimentos externos e maior consumo de itens industrializados. Também, entre essas, há menor cooperação, não sendo observado/relatado, a realização de mutirões.

Na perspectiva política, o projeto de SAF promoveu autonomia das 6 famílias e participação nas tomadas de decisão e conselhos. Entre as demais famílias, há menor participação e envolvimento, com poucos membros tomando decisões e assumindo cargos.

Esses resultados indicam que a perspectiva territorial se constitui um importante instrumento de avaliação de Projetos e também pode contribuir na implementação de ações de Políticas Públicas agroecológicas.

Referências

BERKES, F.; MAHON, R.; MCCONNEY, P.; POLLNAC, R.; POMEROY, R. **Managing Small-Scale Fisheries: alternative directions and methods**. Ottawa: International Development Research Centre, 2001. 320 p.

BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. **L'espace géograp.**, Paris, n. 4, p. 249-262, 1981.

BRASIL. Portaria nº 52, de 30 de setembro de 2003. Proíbe a captura, a manutenção em cativeiro, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, o armazenamento e a comercialização dos indivíduos da espécie *Ucides cordatus*, durante o período que especifica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 out. 2003.

BUTTEL, F. Environmentalization: origins, processes, and implications for rural social change. **Rural Sociol.**, Iowa, v. 57, n. 1, p. 1-27, 1993.

CARDOSO, T.A. **A construção da gestão compartilhada da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia, SP**. 2008. 130 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CRUZ, B.N. Soportes teóricos y etnográficos sobre conceptos de território. **Rev. Coherencia**, Medellín, v. 8, n. 14, p. 209-229, 2011.

DAROLT, M.R.; CONSTANTY, H. Estratégias de fortalecimento entre produtores e consumidores orgânicos. In: FÓRUM INTERNACIONAL DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL ORGÂNICO E BIOTECNOLOGIAS, 1., 2008, Curitiba. **Resumos...** Curitiba: Orgânica, 2008. p. 44-45.

FARJADO, S. A questão locacional e a Nova Geografia. **Rev. Ambiência**, Guarapuava, v.6, n. 1, p. 161-168, 2010.

FERREIRA, S.R.B. Campesinidade e território quilombola no Norte do Espírito Santo. **GEOgrafia**, Londrina, n. 16, p. 57-82, 2006.

GARCIA, J.L. **Antropología del territorio**. Madrid: Taller de ediciones Josefina Betancor, 1976. 178 p.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo Perspect.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

GIMENEZ, G. Território, cultura e identidades. In: BARBERO, J.M.; ROCHE, F.L.; ROBLEDO, A. (Org.). **Cultura y región**. Bogotá: CES, 2000. p. 87-132.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. 654 p.

GOHN, M.G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde Societ.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 224 p.

HOLANDA, L.B.; BARROS FILHO, A.Z. Métodos aplicados em inquéritos alimentares. **Rev. Paul. Pediatría**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 62-70, 2006.

ICMBio. **Plano de Manejo Participativo**: Reserva Extrativista do Mandira – Cananéia/São Paulo. São Paulo, 2010. 192 p.

ITESP - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório Técnico-científico de identificação das comunidades remanescentes de quilombos de Mandira/Cananéia-SP**. São Paulo, 2002. 50 p.

JANKOWSKY, M. **Perspectiva a um manejo sustentável subsidiado pela ecologia humana: o caso da captura do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus*, no Município de Cananéia, SP, Brasil**. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

MOLLER H.; BERKERS, F.; LYVER, P.O.; KISLALIOGLU, M. Combining science and traditional ecological Knowledge: monitoring populations for co-management. **Ecol. and Soc.**, Wolfville, v. 9, n. 3, p. 2-12, 2004.

MUNARI, L.C. **Memória social e ecologia histórica**: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NICOLA, M.P.; DIESEL, V. A formação de capital social e o desenvolvimento sustentável. **Cad. Agroecologia**, Porto Alegre, v. 1, p. 41-44, 2006.

NORDI, N. **Os catadores de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) da região de Várzea Nova (PB)**: uma abordagem ecológica e social. 1992. 107 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1992.

PALUDO, R.; COSTABEBER, J.A. Sistemas agroflorestais como estratégia de desenvolvimento rural em diferentes biomas brasileiros. **Rev. Brasil. Agroecologia**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 63-76, 2012.

PAREDES, S.V. Evaluando la participación social: democracia y políticas públicas. **Rev. Mexic. Sociología**, México, v. 73, n. 1, p. 105-137, 2011.

PEDROSO-JUNIOR, N.N.; MURRIETA, R.S.S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v. 3, n. 2, p. 153-174, 2008.

PENEIREIRO, F.M. **Sistemas Agroflorestais dirigidos pela sucessão natural**: um estudo de caso. 1999. 127 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999.

PEREIRA, A.L.C. **Estrutura populacional do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus*, (Linnaeus, 1763) (Crustacea, Brachyura, Ocypodidae) e sustentabilidade do extrativismo na reserva extrativista do Mandira, Cananéia, São Paulo, Brasil.** 2010. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Editora FGV: 2000. 257 p.

RIOS, F.T. Diversidad y sentido patrimonial: contribuciones desde la antropología del territorio al estudio de comunidades tradicionales. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 153-167, 2011.

RIOS, F.T. Complejidad territorial y sustentabilidad: notas para una epistemología de los estudios territoriales. **Rev. Horiz. Antropológicos**, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 105-115, 2001.

SALES, R.J.R.; MOREIRA, A.C. **Reservas extrativistas no complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia – domínio Mata Atlântica.** São Paulo: Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 22, 1996. 48 p.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecol. Desenv. Rur. Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p.35-45, 2001.

SEVILLA GUZMÁN, E.; SOLER, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **PH Cuadernos**, Andalucía, v. 26, p. 190-217, 2010.

SILVA, P.S. **Políticas públicas e mediação social na comunidade remanescente de quilombos de Casca – Mostardas, RS.** 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOLER, M. **El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios.** Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009. 38 p.

VIEIRA, D.; HOLL, K.; PENEIREIRO, F. Agro-successional restoration as a strategy to facilitate tropical forest recovery. **Restorat. Ecology**, Washington, v. 17, n. 4, p. 451–459, 2009.

VIERTLER, R.B. **Ecologia cultural: uma antropologia da mudança.** São Paulo: Ática, 1988. 61 p.

Sobre os autores

Rafael Navas - Graduação em Engenharia agrônoma pela FCAV-UNESP; Mestrado em Ecologia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP); Doutorado em Ecologia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP); Professor da Universidade Federal de Alagoas, Centro de Ciências Agrárias – Maceió, Alagoas, Brasil.

Maria Elisa Paula Eduardo Garavello - Graduação em Economia Doméstica pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Agronomia-Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Ciência Social pela Universidade de São

Paulo (USP); Livre-Docência pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP); Professora Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), Departamento de Economia, Administração e Sociologia.

Como citar este artigo

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 165-191, jan.-mar. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo “Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território” foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as) **Rafael José Navas da Silva e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Rafael José Navas da Silva e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello** ficaram especialmente responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual, bem como; o autor **Rafael José Navas da Silva**, pela aquisição de dados e suas interpretações e análises foram realizadas por ambos autores.

Recebido para publicação em 14 de maio de 2016.

Devolvido para a revisão em 09 de maio de 2017.

Aceito para a publicação em 25 de maio de 2017.

No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas

Lucas Gama Lima

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Sertão – Delmiro Gouveia, Alagoas, Brasil

e-mail: lucasaelima@yahoo.com.br

Flavio dos Santos

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Sertão – Delmiro Gouveia, Alagoas, Brasil

e-mail: flavio.geografiaufal@gmail.com

Resumo

No Semiárido de Alagoas, os camponeses estabelecem uma relação comunitária, baseada na preservação e troca de sementes crioulas, através dos Bancos Comunitários de Sementes. Essa iniciativa busca suplantar o avanço dos cultivos transgênicos e preservar os códigos genéticos e culturais que permeiam o *savoir-faire* camponês. Em meio a uma economia mundializada, formada pela atuação de grandes corporações empresariais, que movem enormes somas de recursos, lobby e toda sorte de expedientes para monopolizar a produção e a reprodução social da vida, o papel desempenhado pelos camponeses é de suma relevância, materializando uma resistência territorial, alicerçada na autonomia de cultivo, na segurança alimentar e na agrobiodiversidade.

Palavras-chave: Semente crioula; território; mundialização; semente transgênica; agrobiodiversidade.

In the Semi-arid of Alagoas, the resistance germinates on the land: the territorial struggle in defense of native seeds

Abstract

In the Semi-arid of Alagoas, the peasants establish a community relation, based on the preservation and exchange of native seeds, through Community Seed Banks. This initiative seeks to surpass the advancement of transgenic crops and preserve the genetic and cultural codes that permeate the peasants' *savoir-faire*. Amidst a globalized economy, formed by the performance of large government corporations, which move a large amount of resources, lobby and all possible means to monopolize the social production and reproduction of life, the role taken by peasants is of vital concernment, materializing a territorial resistance, based in cultivation autonomy, food safety and agricultural biodiversity.

Keywords: Native seed; territory; globalization; transgenic seed; agricultural biodiversity.

En el Semiárido de Alagoas, la resistencia germina en la tierra: la lucha territorial en defensa de las semillas criollas

Resumen

En el Semiárido de Alagoas, los campesinos establecen una relación comunitaria, basada en la preservación y cambio de semillas criollas, a través de los Bancos Comunitarios de Semillas. Esta iniciativa busca contener el avance de los cultivos transgénicos y preservar

los códigos genéticos y culturales que permean el *savoir-faire* campesino. En el contexto de una economía mundializada, formada por la actuación de grandes corporaciones empresariales, que mueven enormes sumas de dinero, presión y todas las maneras para monopolizar la producción y la reproducción de la vida, el papel desempeñado por los campesinos es muy relevante, materializando una resistencia territorial, sostenida en la autonomía de cultivo, en la seguridad alimentaria y en la agrobiodiversidad.

Palabras-clave: Semilla criolla; territorio; mundialización; semilla transgénica; agrobiodiversidad.

Introdução

O presente artigo tem como propósito a investigação da luta territorial de resistência das comunidades camponesas, para a preservação das sementes crioulas, frente ao crescente processo de inserção de sementes transgeneticamente modificadas no Semiárido de Alagoas.

A mundialização do capital, deflagrada no último quartel do século XX, alavancou um processo sem precedentes de concentração e centralização, dando origem a grandes corporações monopólicas, que atuam em escala mundial, através de inovações em biotecnologia e em engenharia genética. Essas multinacionais têm disseminado as sementes transgênicas de alguns gêneros agrícolas, a exemplo do milho e da soja, sob a justificativa de serem mais resistentes a pragas e, portanto, mais produtivas.

Entretanto, subjacente a esse discurso mistificador, esconde-se a possibilidade de monopolização e patentização dos códigos genéticos de reprodução da vida. No Semiárido de Alagoas, apesar de suas condições edafo-climáticas singulares, já se observa o cultivo de milho transgênico, especialmente, em propriedades beneficiadas com o Canal do Sertão.

Preocupados com a possibilidade de expansão dessas sementes para as pequenas propriedades de base familiar, alguns movimentos sociais e associações comunitárias, sob a organização da Articulação do Semiárido (ASA), têm tentado evitar a destruição das chamadas sementes crioulas. Também conhecidas como sementes da resistência, são símbolos de identidade com a terra e materializam a agrobiodiversidade. Elas representam a resistência da cultura camponesa às determinações do mundializado mercado biogenético e asseguram a autonomia de cultivo, bem como, a segurança alimentar das comunidades camponesas.

No Semiárido de Alagoas está em construção uma rede de Bancos Comunitários de Sementes (BCS), mantida pelos próprios camponeses, que busca preservar esse patrimônio genético e cultural. Entretanto, é um processo ainda incipiente e que carece de investimentos do Estado, por meio de políticas públicas, para a dotação de equipamentos adequados de manutenção das sementes crioulas e delimitação de territórios livres de cultivos transgênicos.

Desse modo, faz-se necessário investigar a territorialidade da reprodução camponesa no Semiárido de Alagoas, mediada pela luta de preservação das sementes crioulas, em meio ao avassalador processo de mundialização do capital, comandado pelas multinacionais, que objetiva controlar e monopolizar a (re)produção social da vida. O território para o capital pressupõe uma territorialidade calcada na reprodução da propriedade privada, na captura da renda da terra e nas relações de poder que lhe convenham, enquanto que o território camponês é, por sua vez, condição de vida, cristalizando-se numa territorialidade pautada na produção familiar autônoma de alimentos e sementes e na luta pela/para fixação na terra (Dutra Júnior; Dutra, 2008). Assim, a presente investigação consiste em identificar os mecanismos de resistência das comunidades camponesas ao cultivo de sementes transgênicas no Semiárido de Alagoas, mediados pela preservação de sementes crioulas, compreendendo-os como uma territorialidade que contraria os ditames do capital e constrói um território de vida.

Trata-se de uma investigação que assume grande relevância social e ambiental, porque suscita uma análise pormenorizada das ações empreendidas pelos movimentos socioterritoriais, situados em Alagoas, em favor da posse e reprodução de sementes isentas de transformação genética em laboratório e responsáveis pela preservação da agrobiodiversidade. Segundo Fernandes (2005), esses movimentos socioterritoriais se constituem como sujeitos coletivos, que protagonizam a luta pela conquista de um território, não como trunfo, senão como espaço fundamental para sua existência e resistência, portanto, para uma territorialidade autônoma que confronte a monopolização e simplificação da vida.

A análise da luta camponesa pela preservação do território como condição de vida, através do uso da semente crioula, exige uma reflexão da totalidade das relações sociais no campo. Essa totalidade é marcada pela contradição espacial entre aqueles que produzem para a reprodução familiar e comunitária e aqueles que intentam se apropriar do campo como território para a reprodução do capital. Há uma disputa em curso ora aberta, ora velada, cuja síntese poderá impactar o futuro das comunidades camponesas, mas, também, o destino da reprodução da espécie humana.

Por situarmos a análise do espaço agrário do Semiárido de Alagoas no interior da disputa territorial de dois projetos antagônicos, compreendemos que o materialismo histórico-dialético pode contribuir para o desvendamento das contradições que ensejam a singularidade/totalidade dessa contenda. Esse método parte do pressuposto que a urdidura de relações que tomam forma no Semiárido de Alagoas são pertinentes ao tempo histórico vigente, marcado pelas injunções cada vez mais frequentes do mercado mundializado sobre os conhecimentos, o patrimônio cultural e genético das sementes e o *savoir-faire* dos camponeses. Assim, tomamos por base o materialismo histórico-dialético, para

considerarmos o campo alagoano inscrito em um constante processo de alteração, identificarmos os sujeitos envolvidos nessa trama social e analisarmos seus conflitos provenientes da disputa pelo território.

O artigo resulta de pesquisa em andamento no âmbito do Observatório das Lutas por Terra e Território em Alagoas (OBELUTTE), vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL), por meio da qual foram levantados dados primários e secundários, obtidos por meio de visitas aos camponeses, bancos comunitários de sementes, cooperativas, além de consulta aos dados públicos, divulgados pelo Governo de Alagoas. A primeira parte do trabalho dedica-se a analisar a relevância da semente crioula no Semiárido, enquanto fonte basilar para a agrobiodiversidade e a autonomia camponesa. Em seguida, é realizada uma investigação sobre a mundialização da economia e seus impactos no campo, através das investidas das corporações empresariais do ramo agroquímico e suas sementes transgênicas, destacando o perigo da simplificação dos ecossistemas e monopolização da produção e reprodução da vida. A terceira parte do artigo se destina a evidenciar a resistência territorial dos camponeses, por meio da criação dos Bancos Comunitários de Sementes. Na última parte da investigação, busca-se analisar as contradições da política de sementes do Governo de Alagoas, sublinhando sua ação deliberada em promover a indústria sementeira, em detrimento da legislação estadual e dos Bancos Comunitários de Sementes.

Por fim, espera-se por meio do recurso ao método materialista histórico-dialético, perscrutar a singularidade/totalidade para que alcancemos a particularidade do Semiárido de Alagoas, como síntese dialética das contradições que subjazem a disputa territorial vigente no campo.

Semente crioula no Semiárido: território de autonomia camponesa, biodiversidade e segurança alimentar

O Semiárido Nordeste forma uma complexa unidade geográfica, alicerçada em condições edafo-climáticas singulares, a exemplo da baixa e concentrada pluviosidade, solos com pequena profundidade e sujeitos à desertificação, drenagem hidrográfica autóctone e intermitente¹, além da elevada evapotranspiração, que impõe perdas consideráveis das águas pluviais e fluviais. Ab'Saber (2003) explica que o Semiárido do Nordeste, considerado uma das áreas mais habitadas do mundo, possui atributos de origem climática, hídrica e fitogeográfica que lhe conferem características próprias e desafios à convivência.

¹ Apenas o Rio São Francisco atua como drenagem permanente no Semiárido de Alagoas.

Essa unidade geográfica é habitada por camponeses, que buscam conviver com o quadro natural da região e resistir ao processo de expansão dos empreendimentos monocultores e concentradores de renda, a exemplo do Canal do Sertão, obra pública situada no Semiárido de Alagoas e que integra a transposição das águas do Rio São Francisco, destinada a contemplar, majoritariamente, a iniciativa privada, através do empreendimento monocultor do agronegócio.

Parte expressiva do Semiárido do Nordeste é formada por minifúndios, frutos de uma multissecular e assimétrica distribuição de terras no país que, ao negligenciar a questão agrária, legitimou o latifúndio/agronegócio como modelo ordenador do campo. No Semiárido de Alagoas não é diferente, a estrutura fundiária concentrada, resultou na formação de minifúndios que impactam diretamente em seu quadro social. “Historicamente, é uma região castigada com alguns dos piores índices sociais e econômicos do Brasil, assim como todo o Estado” (GONÇALVES, 2016, p. 83).

No contexto dessa contradição socioespacial, os camponeses estabeleceram uma relação com a terra, mediada pelas sementes crioulas, que são transmitidas de geração em geração. As sementes crioulas, também chamadas de sementes da resistência², são cultivadas e trocadas pelas/entre as famílias camponesas, há séculos, e representam a garantia da agrobiodiversidade³ e fonte de produção de diversos gêneros agrícolas que integram o hábito alimentar do sertanejo: como o milho, o feijão e a mandioca. As sementes crioulas são organismos vivos, com características fenotípicas diversas, que foram domesticadas pelas comunidades camponesas e que, portanto, integram seu conhecimento e sua prática social por gerações. Não se refere somente às sementes em si, senão, como esclarece Trindade (2006), a um conjunto de gêneros agrícolas como tubérculos, batata, entre outros.

Ao longo do tempo, essas sementes foram submetidas a uma seleção genética, no âmbito da própria atividade agrícola camponesa, resultando na constituição de pioneiras reservas de germoplasma, advindas da própria interação dos agricultores com o ambiente. Acerca disso, Campos (2008) explica que a manipulação de sementes pelos camponeses integra a história da agricultura mundial, sendo uma prática cultural que sempre lhes garantiu autonomia.

As sementes crioulas formam um patrimônio gênico único, pois as possíveis alterações genéticas, contraídas ao longo de séculos, decorreram de sua relação com o próprio ambiente, ou seja, *in situ*, sem ingerência externa. Seu rendimento junto ao solo, ao

² As sementes crioulas assumem denominações regionais, geralmente associadas à identidade dos camponeses com as mesmas. Em Alagoas são chamadas de sementes da resistência, no Piauí, sementes da fartura, em Minas Gerais, sementes da gente e na Paraíba, sementes da paixão.

³ Bazile (2011) explica que a agrobiodiversidade compreende os organismos animais e vegetais, suas espécies, os genes, as pragas, os predadores, ecossistema e, inclusive, a interação humana com todos eles.

clima, às plantas ruderais ou adventícias, às pragas e aos insetos, enfim, ao ecossistema é de amplo conhecimento dos camponeses. Dufumier (2011) afirma que devemos aos camponeses a domesticação de plantas e, por conseguinte, uma grande biodiversidade adaptada a um conjunto de ecossistemas.

Com destacada variabilidade e possuindo genótipos que interagem com os fatores abióticos (água, luz solar, terra, entre outros), as sementes crioulas são resilientes às condições próprias do Semiárido e asseguram uma troca de matéria e energia de acordo com a capacidade de reposição do ambiente.

[...] as sementes dos produtores correspondem a um grande número de variedades, são adaptadas ao ecossistema (resistentes à seca) e, além do mais, produzem alimentos que agradam o paladar dos consumidores locais (DUQUE, 2009, p. 311).

Num contexto de déficit de água, distribuição irregular de chuvas e intensa radiação solar, onde se verifica uma grande tendência a perdas de sementes e suas variedades, o papel exercido pelas sementes crioulas é reduzir essa possibilidade, evitando o estreitamento da base genética (erosão genética) do ecossistema do Semiárido. Ademais, em momentos de maior intervalo de tempo sem precipitação pluvial, em que a produção agrícola diminui ou cessa no Semiárido, as sementes crioulas são consumidas pelos camponeses, atuando como elemento essencial para a convivência com a prolongada estiagem.

Essas também figuram como um patrimônio cultural dos camponeses, servindo como elementos de uma sociabilidade à margem da celeridade e da acumulação de capital. O sistema de trocas, estabelecido por meio de uma rede comunitária, que integra a prática social e a memória coletiva de seus membros garante, além da preservação da agrobiodiversidade – evitando o estreitamento da base genética – a consolidação de um *ethos* de solidariedade, compartilhamento de experiências e gestão coletiva dos desafios de convivência com a seca. “As sementes das espécies cultivadas são portadoras de mensagens genéticas e de mensagens culturais” (PETERSEN et al, 2013, p. 36).

O intercâmbio entre membros da comunidade e até de pessoas à margem do círculo comunitário integra a prática camponesa. Nela, as sementes representam muito mais que a garantia de produção de alimentos, senão o elemento formador de sua própria sociabilidade. “O intercâmbio de materiais genéticos entre vizinhos, familiares, pessoas que passam por dificuldades econômicas, curiosos interessados na experimentação é um princípio imerso na cultura camponesa” (REIS, 2012, p. 170).

Assim, no campo do Semiárido de Alagoas, estabelece-se uma territorialidade marcada pela relação entre as comunidades camponesas, a terra e as sementes crioulas. Juntas, elas integram o território como condição de vida. Um território que tem resistido às

acintosas investidas do capital no Semiárido em nome da uniformidade genética, da simplificação do ecossistema e da desintegração dos sistemas comunitários de trocas.

A mundialização do capital no espaço agrário: disseminação das sementes transgênicas e ameaça à soberania e segurança alimentar

O processo de mundialização do capital, que ganhou novos contornos a partir da década de 1970, está plasmado na busca desenfreada pela valorização do valor. Neste sentido, a dinâmica de acumulação combina produção de mais-valor e, concomitantemente, a valorização fictícia de capitais num contexto de (des)regulamentação de fronteiras, fluidez de investimentos e apropriação monopólica. Parte expressiva das empresas que atuam em escala mundial captam seus recursos por meio de *players* (fundos de investimento, fundos de pensão, bancos, entre outros) localizados em diferentes formações sociais.

Indubitavelmente, o capital mundializado galvanizou as corporações empresariais de caráter transnacional, a expandirem seus tentáculos sobre o espaço agrário mundial. Conforme Oliveira (2012), a mundialização do capital tem impulsionado as corporações monopólicas a se apropriarem do campo de duas formas: através da territorialização do capital (onde há a aquisição da terra) e através da monopolização do território (onde o capital sem se apropriar da terra, tenta comandar seu uso).

Entre as corporações empresariais, que operam em escala mundial e ilustram a presença do capital mundializado no campo, estão as transnacionais do ramo agroquímico. Em pouco mais de 20 anos, no bojo do processo de acumulação mundializada, antigas empresas de sementes se articularam com empresas do ramo químico, catapultando uma escala colossal de concentração e centralização de capitais dedicados à manipulação e patenteamento de organismos vivos, em especial, sementes.

Nas duas últimas décadas, essas empresas têm se especializado em estudos de biotecnologia e engenharia genética com o propósito de disseminar as sementes transgeneticamente modificadas⁴ no espaço agrário de vários países. Essas sementes são manejadas em laboratório, *ex situ* da terra, que contam com a introdução de genes de outras plantas e/ou animais.

As companhias de sementes eram pequenas companhias familiares, e tinham pouca influência econômica e social, enquanto agora fazem parte do poderoso cartel da “indústria da ciência da morte”; e, por último, a Vida que era sagrada ficou reduzida a simples pedaços de DNA. (BERLAN, 2011, p. 144).

⁴ Corroboramos com a avaliação de Porto-Gonçalves (2007) da imprecisão conceitual no uso da expressão Organismos Geneticamente Modificados (OGM's) como sinônimo de transgênicos. Igualmente corroboramos com a noção de Berlan (2011), na qual o uso corrente da expressão OGM's por empresas e pesquisadores destina-se a ocultar suas singularidades e seu potencial aniquilador da agrobiodiversidade.

Saudada como portadora de elevada produtividade e como possível solução para o problema da fome no mundo, as sementes transgênicas contam com um expressivo *lobby* das corporações transnacionais, visando seu inadvertido consumo e uso irrestrito sobre os distintos ecossistemas. “Os novos produtos desenvolvidos na área da biotecnologia e da transgenia, bem como sua utilização, produziram um aparelho de assessoria e de lobismo nem sempre transparente aos cidadãos” (FUCHS, 2012, p. 219).

Ferment (2011) explica que a narrativa discursiva, usualmente empregada por essas corporações, para inserção das sementes transgênicas inclui, além da questão da fome e do aumento da produtividade, redução dos custos de produção e uso em ambiente salino e de forte estresse hídrico.

Nesse sentido, sob os imperativos do capital, a ciência e o exercício do lobismo têm atuado para fornecer os elementos necessários à apropriação privada e, crescentemente monopólica da (re)produção social da vida, ensejando um cenário perigoso à humanidade.

Não é necessário ser um socialista militante para perceber os perigos que nos esperam. É relevante lembrar, nesse contexto, o alarme causado por Joseph Rotblat, Prêmio Nobel de 1997, a respeito da orientação para o lucro das atividades de pesquisa nas áreas de biotecnologia e clonagem. Como sabemos, sob as leis do capital, essas atividades - tolhidas pelos imperativos expansionistas do sistema, quaisquer que sejam as consequências humanas e ecológicas - representam uma nova dimensão do potencial de autodestruição da humanidade. Essa nova dimensão se acrescenta ao arsenal já existente de armas nucleares, químicas e biológicas, cada uma delas capaz de nos infligir muitas vezes um holocausto universal (MÉSZÁROS, 2003, p. 38).

O Brasil, junto com a Argentina, Estados Unidos, Canadá e China, já figura como um dos maiores receptores desse tipo de semente. No Semiárido de Alagoas tem sido gestada uma ação direcionada para a monopolização do território, através da disseminação de sementes transgênicas que pode levar à extinção das sementes crioulas.

Como são feitas fora do ambiente, os efeitos das sementes transgeneticamente modificadas sobre a biota podem ser deletérios. Porto-Gonçalves (2004) explica que por serem confeccionadas à margem do ambiente onde serão introduzidas, as sementes transgênicas tendem a simplificar o ecossistema e desequilibrar as trocas de matéria e energia.

Assim, diferente das sementes crioulas, cuja relação metabólica com o ambiente já é plenamente conhecida das comunidades camponesas, as sementes produzidas em laboratório agem imponderavelmente. No Semiárido Brasileiro, onde a segurança alimentar é sempre uma meta a ser conquistada, as sementes transgeneticamente modificadas representam um verdadeiro risco, pois podem esterilizar a terra, impulsionar processos erosivos rumo à desertificação, desequilibrar a troca natural de matéria e energia no

ecossistema e, inclusive, germinar gêneros agrícolas que representem danos à saúde. A respeito dessa possibilidade, Sales (2007) afirma:

[...] a interação dos transgênicos com o meio ambiente, a possibilidade de transferência horizontal de genes e a polinização cruzada, associada à imprevisibilidade dos resultados práticos da recombinação de genes em vegetais, podem perfeitamente adicionar novas substâncias alergênicas ao rol das que já se conheciam, bem como transformar produtos alimentícios, que antes não geravam alergias, em produtos alergênicos. Se se imaginar, por exemplo, a hipótese da inserção de um gene de sapo no genoma do feijão para que se tenha determinado efeito benéfico desejado. Como se poderão prever os efeitos práticos que isto causará no sistema digestivo de seres humanos que nunca tiveram incluído em sua alimentação o consumo habitual de sapos? (Ibid, p.51).

Ferment (2011) chama a atenção para o perigo do lançamento de transgênicos no ambiente. Ele revela que os transgênicos surgiram a partir de pesquisa em biotecnologia na área de saúde, resultando na descoberta de vacinas com proteínas de valor medicinal. Essas pesquisas sempre ocorreram circunscritas aos laboratórios, com produção industrial dentro de incubadoras e socialização pública apenas das proteínas de interesse terapêutico (as bactérias e demais micro-organismos transgeneticamente modificados, são descartados após a produção da proteína). Entretanto, quando a biotecnologia passou a ser empregada nas pesquisas destinadas às plantas agrícolas, todo o material transgeneticamente modificado (ou seja, *ex situ*) e com capacidade de reprodução tem sido deliberadamente liberado nos ecossistemas, além de consumido *in natura* pela população.

Destaca-se que as corporações empresariais do ramo agroquímico romperam com a unidade multissecular do *savoir-faire* camponês, que envolve a produção e a reprodução de sementes *in situ*. O propósito dessa dissociação reside no interesse pela monopolização dos códigos genéticos e, por sua vez, na monopolização da (re)produção da vida. Ao analisar esse fenômeno, Berlan (2011) afirma que ele:

Implicou a separação no que a vida reúne, isto é, **separou a produção da reprodução**. A primeira poderia permanecer nas mãos dos agricultores, a segunda deveria tornar-se monopólio dos investidores/multiplicadores. **Significava expropriar a prática básica da agricultura, espalhar o grão colhido de alguém**. Significava conferir um privilégio de multiplicador sobre a reprodução, à custa não apenas dos agricultores, mas de toda a sociedade. A vida tinha que ser “cercada” assim como a terra de uso comum (*the commons*) tinha sido cercada na Inglaterra, criando, assim, uma nova figura social revolucionária, o livre proletariado, inteiramente divorciado de quaisquer meios de produção, à exceção de sua força de trabalho (Ibid, p. 144, grifo do autor).

Cada vez mais a dimensão da reprodução se autonomiza em laboratório, guiada pelo interesse mercantil. É sobre o divórcio entre produção e reprodução que reside a tese insistentemente difundida pelas corporações empresariais entre sementes e grãos, na qual os frutos da produção do agricultor não podem ser lançados diretamente na terra sob pena

de violação dos direitos de propriedade da reprodução. Por serem códigos genéticos patenteados, as corporações transnacionais detêm o controle de sua reprodução, cobrando royalties pelo seu uso e distribuição, bem como, processando criminalmente àqueles que fizeram uso indireto, ou seja, através da contaminação involuntária de suas lavouras, em razão de cultivos transgênicos em propriedades adjacentes.

Dessa feita, as sementes transgênicas tendem a tornar as famílias camponesas vulneráveis às ingerências do capital monopólico internacional (que seguramente lhes usurpará a autonomia de cultivo e a prática cultural de transmissão de sementes entre os membros das comunidades), bem como, vinculará a reprodução da sociedade às injunções do mercado.

Por isso, Bartra (2006) afirma que, se antes o monopólio da terra gerava somente a captura da renda da terra camponesa ao capital, as pesquisas em biotecnologia e engenharia genética, propiciadas pelas corporações multinacionais, apontam para a monopolização da existência da vida. Altieri (2006) afirma que o fortalecimento do paradigma da biotecnologia, através da produção de sementes, desencadeia um processo com consequências socioeconômicas e ambientais mais perversas que as produzidas na denominada Revolução Verde.

No Semiárido de Alagoas já é possível encontrar sementes transgeneticamente modificadas, sendo vendidas em estabelecimentos agropecuários. Também já é possível encontrar o cultivo de milho transgênico na agricultura irrigada, situada no Canal do Sertão.

Imagem 1- Cultivo de milho transgênico no Semiárido de Alagoas



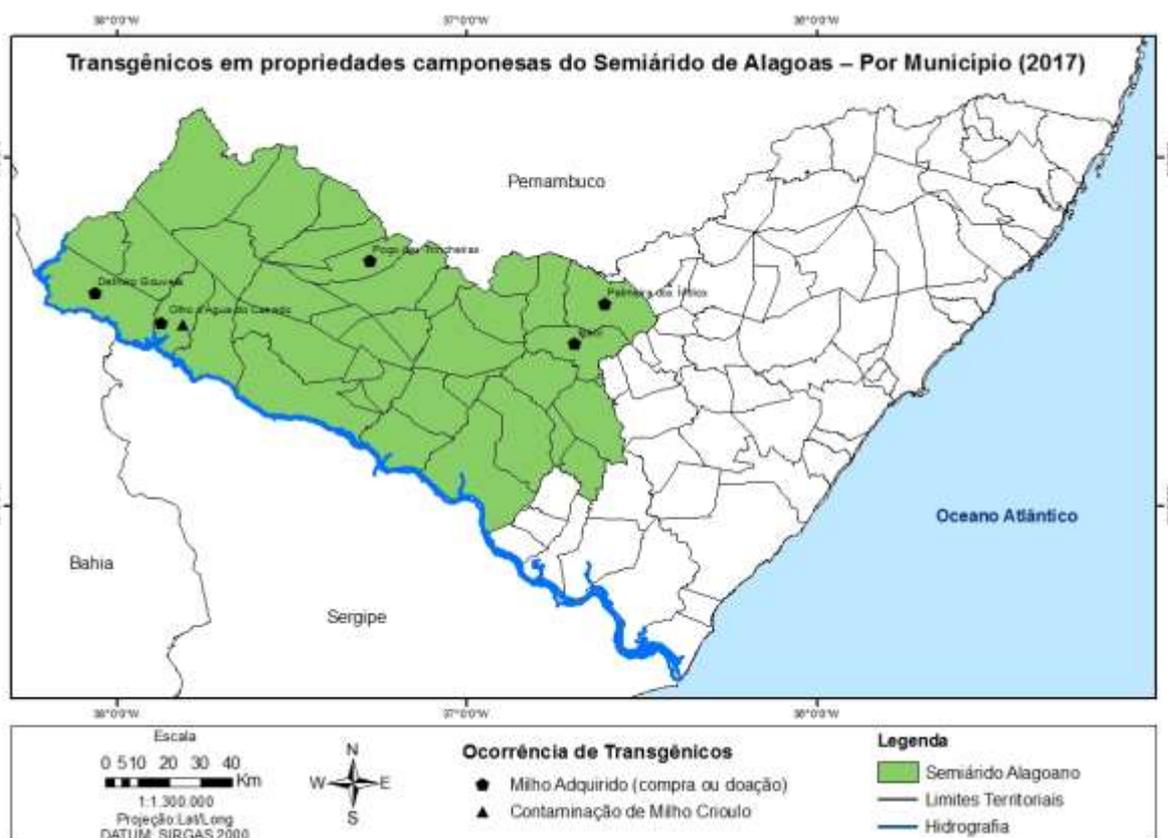
Fonte: Trabalho de campo, Povoado Craíbas do Lino, Delmiro Gouveia/AL, abril de 2017.

A Articulação do Semiárido de Alagoas (ASA/AL) vem realizando testes de transgenia em cultivos de milho situados em propriedades camponesas, pertencentes ou não aos bancos comunitários de sementes. Nesse levantamento, realizado entre janeiro e maio de 2017 foi registrada apenas uma contaminação de semente crioula, detectada no cultivo de milho da variedade Batité, em propriedade camponesa localizada no município de

NO SEMIÁRIDO DE ALAGOAS, A RESISTÊNCIA GERMINA NA TERRA:
A LUTA TERRITORIAL EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOULAS

Olho D'água do Casado. Nos demais casos, as sementes transgênicas de milho foram adquiridas, inadvertidamente, por meio de compra em feiras locais. No mapa seguinte estão registrados os municípios do Semiárido de Alagoas, onde foram encontradas propriedades camponesas com cultivos transgênicos. Os dados confirmam que o Semiárido de Alagoas é alvo de uma expansão silenciosa de sementes transgeneticamente modificadas, que tem alcançado as propriedades camponesas sem o seu conhecimento prévio.

Mapa 1- Transgênicos em propriedades camponesas do Semiárido de Alagoas – Por Município (2017)



Fonte: ASA, 2017. Organização dos dados e elaboração do mapa: autores.

Esses cultivos de sementes transgeneticamente modificadas ameaçam os cultivos de sementes crioulas, haja vista que o fluxo gênico por meio do vento, da chuva e dos pássaros contribui para a contaminação das propriedades adjacentes, em geral pertencentes às famílias camponesas.

Novas pesquisas revelam que o pólen transgênico, caído diretamente no solo ou espalhado pelo vento e depositado em outros lugares, é uma fonte importante de contaminação transgênica. Em geral, a contaminação é reconhecida como inevitável, portanto, “não pode haver coexistência de cultivos transgênicos e não transgênicos” (HO, 2004, p. 17).

Silva Junior (2015) revelou por meio de uma análise matemática do comportamento de um organismo natural (cultivo de semente crioula) e sua variante transgênica que, em um

ambiente de concorrência pelos mesmos nutrientes, há uma tendência à exclusão do organismo natural.

Em suma, os cultivos de sementes crioulas não podem coexistir com cultivos transgênicos, atuando esses últimos como organismos invasores e aniquiladores. A depender das características da planta cultivada (polinização aberta e cruzada ou fechada)⁵ o grau de exposição à contaminação é mais elevado. Andrioli (2012) explica que o milho, por ser uma gramínea de polinização aberta e cruzada, está mais suscetível à contaminação.

Vale ressaltar que uma vez contaminada a terra com sementes transgênicas toda a produção original é prejudicada e as sementes crioulas perdidas. Além disso, torna-se desafiador para o camponês fazer o processo de descontaminação, uma vez que depois de cada colheita sobram remanescentes de sementes transgênicas no solo e/ou nos instrumentos agrícolas, propiciando o nascimento de um novo ciclo de produção que contaminará o cultivo de sementes crioulas.

Essa questão afeta, necessariamente, a autonomia camponesa. Aqui verificamos que a indústria agroquímica, além de ter cindido o processo de produção da reprodução das sementes – o que por si só já conduz a um caminho catastrófico de monopolização e simplificação da (re)produção da vida do planeta – tem buscado fragilizar as redes de resistência camponesas por meio da contaminação deliberada de seus cultivos não transgênicos.

Para forçar a aceitação desses produtos [...] a disseminação ilegal de transgênicos e a contaminação genética estão no centro da estratégia da indústria da biotecnologia, buscando tornar sua presença um fato consumado (FERNANDES, 2007, p. 117).

Preocupados com o avanço das sementes transgênicas sobre o Semiárido de Alagoas, é realizado desde 2004 o Encontro Estadual de Sementes, sob a coordenação da Articulação do Semiárido (ASA). Além disso, estão sendo criados os Bancos Comunitários de Sementes (BCS's). Esses bancos são reservas mantidas pelos membros dessas comunidades que trocam sementes crioulas entre si e evitam o desaparecimento desse patrimônio. Uma ação ainda incipiente, que busca resistir à ofensiva dos transgênicos, por meio do envolvimento da própria comunidade na preservação de suas conhecidas sementes, ou seja, constituindo um território de vida, a margem do processo mundializado de mercantilização dos códigos genéticos.

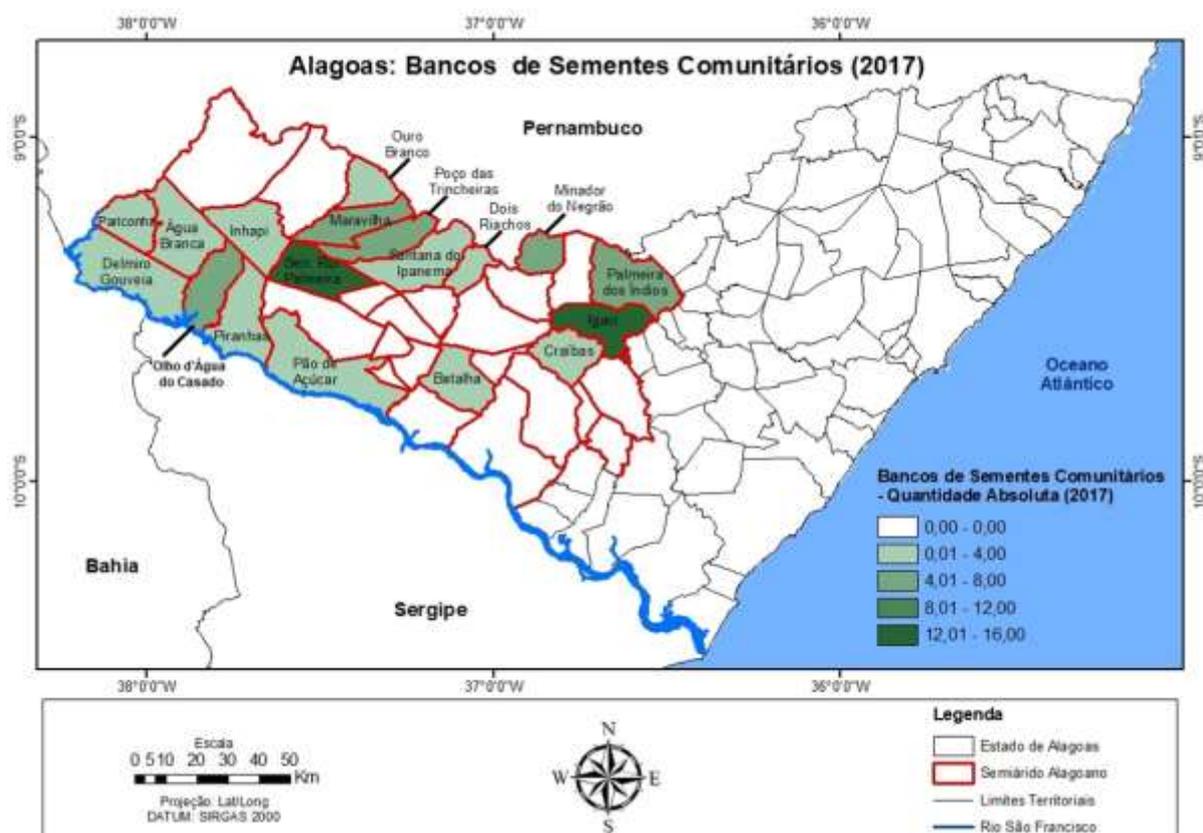
⁵ Segundo Centro Ecológico (2006), na polinização aberta, o pólen presente na parte masculina da flor pode ser conduzido por agentes polinizadores (insetos, ventos e aves) para cruzamento em óvulos de outras variedades da espécie. Na polinização fechada, a possibilidade de cruzamento é bem menor.

A experiência dos Bancos Comunitários de Sementes no Semiárido de Alagoas

Os Bancos Comunitários de Sementes (BCS) começaram a ser organizados ainda na década de 1970, em meio à ditadura militar, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), vinculadas à Igreja Católica. No Semiárido de Alagoas as CEB's tiveram um relevante papel ao impulsionar as trocas comunitárias de sementes entre os camponeses e ajudá-los na constituição dos BCS's. "No Alto Sertão de Alagoas foi este um dos espaços motivador/animador para as diversas formas de resistência e organização do povo de Deus" (COPPABACS, 2012, p. 6).

Os camponeses dos municípios de Água Branca e Pariconha, no Alto Sertão Alagoano, foram pioneiros, construindo um articulado sistema de intercâmbio e preservação de sementes, que agiam providencialmente para a dotação de reservas comunitárias de variedades, num contexto marcado pela frequente perda de sementes, em razão da baixa e irregular pluviosidade.

Com a desintegração das CEB's, algumas comunidades camponesas conseguiram preservar a prática comunitária de preservação das sementes, sob a influência da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A criação da ASA, em 1999, constrói um novo capítulo na história da luta em defesa das sementes crioulas, haja vista que ela se constituiu como uma frente de organizações representativas de camponeses e povos tradicionais, sob uma orientação política de convivência com a seca. A ASA articula uma rede de BCS's no Nordeste, através do Programa Sementes do Semiárido, onde tem existido uma rica troca de experiências, como também o planejamento de uma bandeira comum de resistência ao avanço dos transgênicos sobre os cultivos de sementes crioulas. Segundo dados da ASA (2017) existem no Semiárido de Alagoas 89 BCS's, distribuídos em 17 municípios, entre as Mesorregiões do Agreste e Sertão do estado. No mapa seguinte é possível observar sua distribuição espacial.

Mapa 2- Alagoas: Bancos Comunitários de Sementes (2017)

Fonte: ASA, 2017. Organização dos dados e elaboração do mapa: autores.

Os BCS's funcionam como centros coletivos de reservas de sementes crioulas, que asseguram a proteção de variedades de diferentes espécies, amplamente conhecidas do *savoir-faire* camponês. Ademais de assegurar a autonomia camponesa e a segurança alimentar, são igualmente relevantes na salvaguarda de múltiplas sementes, que integram a agrobiodiversidade do Semiárido.

As Casas e Bancos Comunitários de Sementes possibilitam a preservação dos recursos genéticos locais, contribuem para a segurança alimentar das comunidades e fortalecem a organização dos grupos, incentivando a participação e a solidariedade (GARCÍA, 2004, p. 8).

A singularidade dos BCS's reside em sua capacidade de arremeter as reservas individuais das famílias camponesas em um projeto coletivo de base local. As famílias continuam a ter seu contingente próprio, em suas residências, mas inspiradas pelo princípio da coletividade e no interesse de preservação de suas histórias, destinam parte de suas sementes ao Banco Comunitário. Uma ação não formal de educação que eleva o patamar da consciência da comunidade, contribuindo com a ruptura com uma das dimensões do domínio oligárquico do Semiárido de Alagoas, qual seja, o clientelismo.

Imagem 2- Exemplo de Banco Comunitário de Sementes



Fonte: Banco Comunitário de Sementes (Distrito de Piau, Piranhas/AL, abril de 2017).

Imagem 3- Amostra de Sementes de Banco Comunitário



Fonte: trabalho de campo, Distrito de Piau, Piranhas/AL, abril de 2017.

A operacionalidade dos BCS's costuma ocorrer da seguinte forma: a) os camponeses associados entregam parte de suas variedades para integrarem a reserva permanente do Banco; b) essas variedades são armazenadas separadamente em recipientes próprios e catalogadas num livro de registro, onde consta sua proveniência e o tempo em que se encontra nas mãos de uma determinada família camponesa; c) o empréstimo de sementes aos associados ocorre com registro no livro de empréstimos, e o solicitante tem a contrapartida de devolver ao banco uma parte acrescida da quantidade de

sementes que pegou inicialmente; d) os camponeses se reúnem periodicamente com objetivo de avaliar a dinâmica de funcionamento do banco, estratégias para o fortalecimento da experiência comunitária e os desafios para a convivência com a seca.

Parte expressiva dos BCS's se articula em rede, através de organizações como Cooperativas, Associações, Núcleos, dentre outras. No Semiárido de Alagoas algumas entidades se destacam na luta em defesa das sementes crioulas, a exemplo da Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas de Bancos Comunitários de Sementes (COPPABACS), a Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA), o Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha/AL (CDECMA), a Cáritas Brasileira e o Centro de Apoio Comunitário de Tapera em União a Senador - CACTUS. Por meio dessas entidades, os camponeses discutem a realidade do Semiárido e traçam planos para a defesa das sementes crioulas, fortalecimento dos BCS's e contenção dos avanços dos cultivos transgênicos.

Nesse sentido, a experiência dos BCS's e sua articulação em rede forma o substrato da resistência territorial camponesa ao avanço do capital no Semiárido Alagoano. Nela não repousam a competitividade, a busca incessante da acumulação e a simplificação do ecossistema por monocultivos, típicos do agronegócio. Na contenda territorial de dois projetos antagônicos, o território camponês confronta o princípio monopolizador da economia mundializada, assegurando uma territorialidade baseada na identidade cultural e na convivência comunitária. Um dos desafios dos movimentos socioterritoriais é consolidar os BCS's, conquistando uma política pública que não somente reconheça a legitimidade desse território, como também, reserve parcelas significativas do orçamento do estado de Alagoas para seu fortalecimento.

O desrespeito à Lei estadual 6.903/2008 e os (des)caminhos da política pública de sementes crioulas em Alagoas

Até o ano de 2003 não existia no Brasil um aparato infraconstitucional que reconhecesse a legitimidade das sementes crioulas. A lei nº 6.507 de 1977, criada durante o regime autoritário no país e no contexto ainda vigente da Revolução Verde, negava tacitamente a produção de sementes pelos camponeses, valorizando uma rede formal de produção, beneficiamento e comercialização que só beneficiava as empresas privadas.

Em razão de grande mobilização de movimentos socioterritoriais, sindicatos e organizações não governamentais é aprovada, em 2003, a Lei 10.711, também conhecida como Lei de Sementes. Nela, de forma inédita, há dispositivos que reconhecem como legítimas as cultivares crioulas, considerando-as como variedades desenvolvidas,

adaptadas ou produzidas por agricultores familiares, assentados de reforma agrária ou indígenas, que possuam traços determinados e amplamente conhecidos da comunidade.

Entretanto, ao tempo que a lei suscita, explicitamente, as cultivares crioulas, ela também impõe limites ao processo de beneficiamento e comercialização das mesmas. Como a lei pressupõe a fiscalização do Ministério da Agricultura e a inclusão das sementes no Registro Nacional de Cultivares (RNC), desde que atendam aos critérios de homogeneidade e estabilidade genética, confronta-se com as características imanentes às sementes crioulas.

Como já tratado, as sementes crioulas correspondem às variedades genéticas que não passaram por melhoramento *ex situ* e que se adaptaram às condições próprias do ecossistema. Dessa feita, elas formam um complexo de organismos vivos, cuja principal característica é a adaptação permanente ao ambiente, por meio do manejo dos camponeses. Não se pode exigir uma homogeneidade, haja vista que a heterogeneidade é o predicado que garante a sua singularidade.

O estabelecimento de tais critérios – homogeneidade e estabilidade – exclui as variedades que não os preenchem, sendo que, em muitos casos, as variedades mais bem adaptadas às condições locais podem não atender a tais critérios, justamente por serem heterogêneas (SANTILLI, 2012, p. 465).

Ao se requerer critérios que fogem ao escopo das sementes crioulas, a Lei 10.711/2003 legitima o mercado formal de sementes melhoradas e/ou transgeneticamente modificadas, atentando contra a agrobiodiversidade.

[...] a legislação que respalda o trabalho com as sementes no Brasil desfavorece a racionalidade técnica da agricultura familiar e a conservação da biodiversidade (SILVA et al., 2011, p. 2).

Não obstante essa contradição presente na lei, a mesma carrega em seu artigo 48 um grande avanço para a rede local de produção de sementes crioulas, já que proíbe expressamente o estabelecimento de restrições à inclusão de sementes e mudas de cultivares crioulas em programas de financiamento ou em programas de distribuição de sementes, destinados aos agricultores familiares. Assim, abre-se uma brecha para a realização de políticas públicas que valorizem a produção de sementes crioulas por meio da garantia da compra por parte do Estado.

À luz desse preceito, os camponeses passaram a buscar a aprovação de leis em seus respectivos estados que preconizassem o processo de compra e distribuição de sementes crioulas, bem como, apoiassem sua produção e preservação pelas comunidades locais. Em Alagoas, após uma ampla mobilização, capitaneada pela ASA, foi aprovada a Lei 6.903 de 2008, através da qual foi criado o Programa Estadual de Bancos Comunitários de Sementes.

A referida lei estadual, conforme consta em seu artigo 2º, destina-se a fortalecer os bancos comunitários já existentes e impulsionar a criação de novos, “mediante o apoio ao resgate, à multiplicação e abastecimento de variedades locais existentes no estado de Alagoas” (Lei 6.903/2008). Pode-se afirmar que esse ordenamento jurídico de base estadual representa um avanço na luta processual pelo reconhecimento das sementes crioulas. Vale lembrar que, de acordo com a própria lei, o Estado deve incluir, anualmente, em sua programação orçamentária, recursos que venham a contemplar o mencionado programa.

Ocorre que entre a promulgação da Lei 6903/2008 e sua execução prática forjou-se um hiato de grandes proporções. Os Bancos Comunitários de Sementes em Alagoas continuam sem receber recursos ordinários do orçamento anual e o Governo do Estado tem optado em comprar sementes não crioulas de empresas privadas.

Observa-se no Portal da Transparência Graciliano Ramos (Alagoas) que as despesas com a aquisição de sementes não crioulas para doação, produzidas por empresas especializadas em melhoramento genético e fabricação de tecnologias e insumos para o agronegócio é bastante expressivo. No período de 2008 (ano em que foi aprovada a Lei 6903) a 2016 foram emitidas ordens bancárias para execução de despesas com compra de sementes, que totalizam R\$ 81.146.095,25. Desse valor absoluto, somente ao grupo empresarial Santana, sediado no estado do Rio Grande do Norte, foram emitidas ordens bancárias que totalizam R\$ 65.164.599,00, o que equivale a 80,30% do total de despesas do estado de Alagoas, com aquisição de sementes, no período de 2008 a 2016. Somente em 2017, o governo de Alagoas estima gastar 12,5 milhões de reais com a aquisição de 1 milhão e 250 mil quilos de sementes convencionais de feijão, milho, sorgo e arroz para todo o estado.

Em contrapartida, o governo do estado de Alagoas destinou um valor bem inferior para execução de despesas com a Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes (COPPABACS), sediada em Delmiro Gouveia, e considerada uma das maiores organizações do Semiárido de Alagoas, que agregam camponeses produtores de sementes crioulas. Segundo o Portal da Transparência Graciliano Ramos (Alagoas), a COPPABACS recebeu para destinos diversos (visitas de agentes de saúde, capacitação, construção de cisternas, entre outras), no período de 2008 a 2016, recursos que totalizam R\$ 5.006.381,50. Nenhum desses recursos foi destinado à compra de sementes de seus BCS's. Em verdade, mesmo após a criação da Lei 6903/2008, o estado de Alagoas jamais inseriu em seu orçamento recursos destinados à compra e distribuição de sementes crioulas.

Gráfico 1- Gastos do Governo de Alagoas com aquisição de Sementes Não Crioulas (2008-2016)



Fonte: Portal da Transparência Graciliano Ramos- Alagoas. Organização dos dados e elaboração: autores.

Quadro 1- Ranking de valores recebidos por cada empresa do Governo de Alagoas por meio de compra de sementes (2008-2016)

Ordem	Empresas	Valor (R\$)	Origem
1º	Grupo Santana	65.164.599,00	Rio Grande do Norte
2º	Rural Representações e Comércio – LTDA	7.041.700,00	Rio Grande do Norte
3º	Grupo Fernando João Prezzotto	3.388.100,00	Santa Catarina/Goiás
4º	Agrocana Comércio e Representações LTDA	2.685.400,00	Alagoas
5º	B & G Comércio e Serviços LTDA	461.680,00	Goiás
6º	Safranorte e Sementes LTDA	364.680,00	Bahia

Fonte: Portal da Transparência Graciliano Ramos- Alagoas. Organização dos dados e elaboração: autores.

É notável a discrepância: enquanto o governo de Alagoas concede vultosas quantias para a continuidade de um ciclo vicioso e oneroso de compra de sementes não crioulas de corporações empresariais, com o fito de doar, majoritariamente, aos camponeses, a Lei 6903/2008 é solenemente ignorada. Assim, não se verifica políticas públicas que reservem parcelas do orçamento para a compra de sementes crioulas, nem para o fortalecimento da rede de Bancos Comunitários de Sementes.

Imagem 4 - Solenidade de entrega de Sementes Não Crioulas aos camponeses do Alto Sertão Alagoano



Fonte: trabalho de campo, Delmiro Gouveia/AL, maio de 2017.

Imagem 5 - Estoque de Sementes Não Crioulas de feijão, milho e sorgo, a serem distribuídas aos camponeses do Alto Sertão Alagoano



Fonte: trabalho de campo, Delmiro Gouveia/AL, maio de 2017.

As oligarquias locais, que comandam o estado de Alagoas há décadas, articuladas com o agronegócio, adotam um *modus operandi* que lhes são próprios, quais sejam, usam dos mecanismos do Estado para reproduzir a estrutura social dominante. O programa de concessão gratuita de sementes não crioulas, operado pelo governo do estado, é justificado sob uma narrativa, baseada no caráter emergencial do programa, diante da suposta vulnerabilidade camponesa à seca.

É fato que há alguns anos e, destacadamente, a partir de 2012, o Semiárido de Alagoas, bem como todo o perímetro do Semiárido nordestino, são anualmente atingidos por uma estiagem de peculiar intensidade e alcance, que decorre, segundo Marengo et al (2016), de alterações anormais na circulação atmosférica e no regime de chuvas da região. Esse quadro afeta diretamente as comunidades camponesas, que, desprovidas de infraestrutura para criação e/ou preservação de bancos comunitários de sementes, usam suas reservas de sementes crioulas para o plantio (quando possível) ou para o alimento.

Entretanto, a política de aquisição de sementes não crioulas para o Semiárido de Alagoas, em detrimento da perspectiva de convivência com a seca, faz uso de expedientes que fragilizam a autonomia das comunidades camponesas, tornando-as cativas permanentes da ação assistencialista do Estado. Portanto, um instrumento funcional ao clientelismo regional.

Comumente, a estreiteza das áreas plantadas e, sobretudo, a irregularidade climática fazem com que as colheitas fiquem comprometidas e a família não consiga reconstituir o seu estoque de sementes. Essas circunstâncias podem levar as famílias a consumir as sementes, simplesmente pela necessidade premente de se alimentarem. Por outro lado [...] os programas governamentais disponibilizam sementes certificadas, melhoradas em outras regiões e pouco adaptadas às condições locais de solo e clima e ao sistema de manejo. Historicamente estes programas têm feito uso politiquero das sementes, trocando-as por voto (ANA, 2007, p. 19).

Igualmente ao que acontece em âmbito nacional, em que a Lei de Sementes se alicerça em contradições de difícil solução – ensejando avanços e concomitantemente limites –, a “Lei dos Bancos Comunitários de Sementes de Alagoas” é uma superestrutura jurídica em disputa.

Através de lutas nos últimos anos, os movimentos sociais conseguiram mudanças que permitem que as sementes crioulas sejam comercializadas nos programas públicos de distribuição de sementes. Entretanto, esse ainda é um fato que necessita da “boa vontade” dos gestores e pressão popular para concretização desse direito das famílias agricultoras (SILVA et al, 2011, p. 2).

De um lado estão os camponeses, em sua maioria, organizados coletivamente, ávidos em dispor de recursos para a garantia mínima de salvaguarda de sementes que formam a base da agrobiodiversidade. Do outro, estão os setores que apoiam a simplificação genética e o melhoramento *ex situ* das sementes, atendendo ao compasso frenético da produtividade do agronegócio. Apenas a capacidade de mobilização dos movimentos socioterritoriais e das organizações não governamentais, a exemplo da ASA, podem alterar a correlação de forças desse confronto de dois projetos territoriais diametralmente opostos. O território de vida, em síntese, pressupõe, invariavelmente, a

garantia da produção e reprodução autônoma das sementes pelos próprios camponeses, sem a tutela do Estado e sem a ingerência do capital monopólico.

Considerações finais

A mundialização da economia, lastreada pela mobilidade, concentração e centralização de capitais, empreendeu um processo de monopolização sem precedentes.

Em decorrência disso, as sementes vêm sendo submetidas aos ditames da racionalidade técnica do mercado, que usa os preceitos da biotecnologia e da engenharia genética para alterar os organismos vivos. Além de divorciar a dimensão da produção da dimensão da reprodução das sementes, esse movimento das corporações empresariais almeja se apropriar monopolicamente dos códigos genéticos indispensáveis à (re)produção da vida na Terra.

Dessa feita, pode-se afirmar que está em curso um processo que ameaça a autonomia camponesa, oferece sérios riscos à agrobiodiversidade e, inclusive, à própria existência humana. No Semiárido de Alagoas, as sementes transgênicas têm se expandido e alcançado as propriedades camponesas. A contaminação das sementes crioulas já é uma realidade, podendo se alastrar muito rapidamente.

Diante desse contexto, os camponeses buscam resistir através da luta territorial pela preservação e intercâmbio das sementes crioulas. Nessas sementes estão inscritas as bases da agrobiodiversidade e a própria história das comunidades. No Semiárido de Alagoas, essas sementes possuem a virtude de estarem bem adaptadas aos solos pouco profundos, à baixa e concentrada pluviosidade, à elevada evapotranspiração, aos demais elementos do ecossistema e ao *savoir-faire* camponês. Ademais, numa formação social marcada pela presença notável do latifúndio e do clientelismo como exercício da política, contribuem para uma ruptura paradigmática. Não despropositadamente são chamadas em Alagoas de Sementes da Resistência.

A criação dos BCS's contribui para tecer fios de solidariedade e assegurar a autonomia e segurança alimentar. Apesar da ausência de políticas públicas que fortaleçam a prática social da troca de sementes crioulas, e o não cumprimento da Lei Estadual 6903/2008 por parte do governo do estado, os BCS's cresceram nos últimos anos no Semiárido de Alagoas, por meio da atuação consistente de várias organizações camponesas capitaneadas pela ASA/AL, além de movimentos socioterritoriais.

Seguramente, há muito a se construir ainda e o contexto é desafiador para os camponeses, mas a luta territorial em defesa das sementes crioulas no Semiárido Alagoano é inquestionavelmente uma realidade. Uma luta pautada na convivência com a seca, na

construção de base comunitária e coletiva e num uníssono rechaço à monopolização da produção e reprodução da vida.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALAGOAS. Lei nº 6.903 de 3 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a criação do programa estadual de bancos comunitários de sementes e dá outras providências. **Iteral**: Maceió, p. 1-3, jan. 2008.

_____. **Portal da Transparência Graciliano Ramos 2017**. Disponível em: <<http://transparencia.al.gov.br/>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

ALTIERI, Miguel Ángel. **Agroecologia: princípios e estratégias para a agricultura sustentável na América Latina do século XXI**. 2006. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agroecologia%20-%20principios%20e%20estrat%C3%A9gias%20para%20a%20agricultura%20sustent%C3%A1vel%20-%20Miguel%20Altieri%20-%202006.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2017.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. O escândalo da liberação de transgênicos no Brasil. In: ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard. (Org). **Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 259-264

Articulação do Semiárido – ASA/AL. **Bancos Comunitários de Sementes**. Maceió, 2017.

_____. **Transgênicos em propriedades camponesas**. Delmiro Gouveia, 2017.

Articulação Nacional de Agroecologia - ANA. **Grupo de Trabalho de Biodiversidade. Uso e conservação da biodiversidade**. Rio de Janeiro, 2007. (Caderno Preparatório do II Encontro Nacional de Agroecologia).

BARTRA, Armando. **El capital en su laberinto: de la renta de la tierra a la renta de la vida**. Ciudad de Mexico: Universidad Autónoma de la Ciudad de México; Itaca, 2006.

BAZILE, Didier. Biodiversidad, agrobiodiversidad y recursos fitogenéticos para agricultura y alimentación: entre origen, acceso, circulación y apropiación de lo vivo. In: BAZILE, Didier. (Coord). **Alimentación, semillas, patentes... agrobiodiversidad: derechos de propriedade intelectual sobre lo vivo y el mejoramiento de espécies agrícolas**. Santiago: Aún creemos en los sueños, 2011. p. 7-16.

BERLAN, Jean-Pierre. “Ele semeou, outros colheram”: a guerra secreta do capital contra a vida e outras liberdades. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles. (Org). **Transgênicos para quem?** Agricultura, ciência e sociedade. Brasília: MDA, 2011. p. 140-169.

BRASIL. Lei nº 10.711 de 5 agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. **Casa Civil**, Brasília, ago. 2003.

CAMPOS, Antonio Valmor de. Sementes de vida: pesquisa e propriedade intelectual. In: **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 9, n. 13, jun. 2008. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/389/701>>. Acesso em: 1 jun. 2008.

CENTRO ECOLÓGICO. **Biodiversidade**. Passado, presente e futuro da humanidade. Brasília: MDA, 2006.

Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas de Bancos Comunitários de Sementes (COPPABACS). **Sementes da resistência: preservando a cultura e a vida no Semiárido Alagoano**. Delmiro Gouveia, 2012.

DUFUMIER, Marc. Os riscos para a biodiversidade desencadeados pelo emprego das plantas geneticamente modificadas. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles. (Org). **Transgênicos para quem?** Agricultura, ciência e sociedade. Brasília: MDA, 2011. p. 239-243.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter; DUTRA, Clísia Perpétua dos Santos Cardoso. A reprodução do capital no campo e o território da resistência do campesinato: o movimento dos pequenos agricultores (MPA) na Bahia. In: **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v.3, n.5, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11835/6925>>. Acesso em: 12 fev. 2008.

DUQUE, Ghislaine. A Articulação do Semiárido Brasileiro: camponeses unidos em rede para defender a convivência no Semi-árido. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. (Org). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 303-320.

FERMENT, Gilles. Análise de risco das plantas transgênicas: princípio da precaução ou precipitação? In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles. (Org). **Transgênicos para quem?** Agricultura, ciência e sociedade. Brasília: MDA, 2011. p. 93-139.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: uma contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **Revista Nera**, Presidente Prudente, a. 8, n. 6, jan/jun. 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460/1436>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

FERNANDES, Gabriel Bianconi. Chega de manipulação. In: VEIGA, José Eli da. (Org). **Transgênicos: sementes da discórdia**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p. 77-128.

FUCHS, Richard. A rede invisível dos lobistas. In: ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard. **Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 219 a 222.

GARCÍA CARRASCOSA, María. **Experiências brasileiras com sementes crioulas: relato de uma viagem (bio)diversa**. 2004. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2004/05/280783.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

GONÇALVES, Japson. Um velho mercado de trabalho para um novo Semiárido: Alagoas em perspectiva. In: SOUZA, Diego et al (Org). **'Questão social' em Alagoas: expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital**. Maceió: Edufal, 2016. p. 83-104.

HO, Mae-Wan. **Em defesa de um mundo sustentável sem transgênicos**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARENGO, Jose A. et al. A seca de 2012-15 no Semiárido do Nordeste do Brasil no contexto histórico. **Revista Climanalise**, edição comemorativa de 30 anos, 2016. Disponível

em: <<http://climanalise.cptec.inpe.br/~rclimanl/revista/pdf/30anos/marengoetal.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

MÉSZÁROS, István. **Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. In: Colóquio Internacional de Geocrítica. 12, 2012, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Geocrítica, 2012. p. 1-15.

PETERSEN, Paulo et al. Sementes ou grãos? Lutas para a desconstrução de uma falsa dicotomia. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 36-45, mar. 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Sementes, de saberes e de poderes ou de OGMs e OLMs: em busca de precisão conceitual. In: **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 03, n. 1, jan/jun. 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/search/advancedResults>>. Acesso em 30 mai. 2017.

_____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: **Revista Interthesis**, Florianópolis, v. 01, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

REIS, Maria Rita. **Tecnologia social de produção de sementes e agrobiodiversidade**. 2012. 288 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Distrito Federal.

SALES, Claudino Carneiro. **Organismos geneticamente modificados, alimentos transgênicos e biossegurança: perspectivas ambientais e legais**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

SANTILLI, Juliana. A lei de sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. In: **Boletim do Museu Emilio Goeldi**, Belém, v. 7, n. 2, p. 457-475, ago. 2012.

SILVA, Emanuel Dias da. et al. Pesquisa participativa para avaliação e seleção das Sementes da Paixão junto às famílias agricultoras na Paraíba. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 7, 2011, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Associação Brasileira de Agroecologia, 2011. p. 1-5.

SILVA JUNIOR, Rinaldo Vieira da. **Análise matemática do impacto ambiental de plantações transgênicas**. 2015. 128 f. Tese (Doutorado em Matemática) – Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

TRINDADE, Carina Carreira. Sementes crioulas e transgênicos. Uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: Congresso Nacional do Conpedi, 15, 2006, Manaus. **Anais...** Manaus: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 2006. p.15-18.

Sobre os autores

Lucas Gama Lima – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Doutorado em

Geografia Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Professor do curso de Geografia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Sertão – Delmiro Gouveia, Alagoas, Brasil.

Flávio dos Santos – Graduando em Geografia na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), campus Sertão – Delmiro Gouveia, Alagoas, Brasil; Realizou intercâmbio na Universidade Coimbra (Portugal); Membro do Grupo de Estudos em Geografia do Trabalho, vinculado ao Grupo de Pesquisa em Análise Regional (GEPAR).

Como citar este artigo

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flávio dos. No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 192-217, jan.-mar. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Lucas Gama Lima** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pelos procedimentos técnicos e tradução do resumo do artigo e; o segundo autor **Flávio dos Santos**, pela aquisição de dados e suas interpretação e análise.

Recebido para publicação em 11 de agosto de 2017.
Devolvido para a revisão em 19 de setembro de 2017.
Aceito para a publicação em 25 de setembro de 2017.

A Licenciatura em Educação do Campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais

Heliadora Georgete Pereira da Costa

Governo do Estado do Amapá/Secretaria Municipal de Educação – Santana, Amapá, Brasil
e-mail: heliadoracosta@gmail.com

Roni Mayer Lomba

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Macapá, Amapá, Brasil
e-mail: ronimayer@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa sobre o curso de Licenciatura em Educação do Campo (EDOC) ofertado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). É uma abordagem qualitativa, cuja metodologia constou da análise de documentos tais como, os editais, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a pesquisa de campo com a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas direcionadas aos acadêmicos, docentes e coordenador do curso, a fim de discutir os impactos dessa política educacional na formação dos sujeitos do campo no Estado do Amapá. A análise dos dados revelou, que a LEDOC é um desafio para a Unifap, uma vez que rompe com o modelo tradicional das licenciaturas mantidas pela instituição, assim como é um grande avanço das políticas públicas de educação voltadas para atender os povos do campo.

Palavras-chave: Educação do campo; LEDOC; formação; política pública.

The Countryside Education Degree in the State of Amapá: current challenges and perspectives

Abstract

This article aims to present the survey results over the course of Rural Education Degree (LEDOC) offered by the Federal University of Amapá (UNIFAP). It is a qualitative approach, whose methodology verified the analysis of documents such as the edicts, the Pedagogical Project of the Course (PPC) and the field research with the application of questionnaires and semistructured interviews directed to the academics, teachers and course coordinator. In order to discuss the impacts of this educational policy on the training of rural subjects in the State of Amapá. The analysis of the data revealed that LEDOC is a challenge for Unifap, since it breaks with the traditional model of degrees maintained by the institution, as it is a great advance in public education policies, aimed at serving the rural people.

Keywords: Countryside Education; LEDOC; formation; public policy.

L'éducation rurale Diplôme en état Amapá: défis et enjeux actuels

Resume

Cet article vise à présenter les résultats de l'enquête au cours de diplôme dans le domaine de l'enseignement dispensé par l'université Fédérale de Amapá. Est une approche qualitative dont la méthodologie comprenait l'analyse des documents tels que les avis, le projet pédagogique du cours et l'enquête sur le terrain avec des questionnaires et des entretiens semi-structurés dirigés à des universitaires, des enseignants et le coordonnateur

du cours afin de discuter de l'impact de cette politique éducative dans la formation du champ sujet dans l'état de l'Amapá. L'analyse des données a révélé que le degré dans le domaine de l'éducation est un défi pour UNIFAP car il rompt avec le modèle traditionnel des degrés détenus par l'institution et constitue une avancée majeure des politiques publiques visant l'éducation à rencontrer des gens terrain.

Mots-clés: L'éducation rurale; LEDOC; formation; politiques publiques.

Introdução

Neste artigo objetiva-se fazer uma abordagem sobre o curso de Licenciatura regular de Educação do Campo ofertado pela Unifap, como uma interseção dos cursos que nasceram com o apoio do Procampo e foram implantados nos *campi* da referida universidade, localizados no interior do Estado do Amapá, desde 2008. É um importante avanço da política educacional do campo, com uma abrangência significativa para atender os povos do campo.

Em 2012, com a chamada pública do Ministério da Educação (MEC), por meio do edital nº 02/2012-SESU/SETEC/SECADI/MEC, a Unifap conseguiu a aprovação da Licenciatura em Educação do Campo Ciências Agrárias e Ciências da Natureza, com ênfase em Agronomia e Biologia, que passou a compor a programação de cursos de graduação da instituição, a partir de 2014.

O curso em execução no campus do Município de Mazagão objetiva a formação de educadores para o exercício da docência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas áreas de agronomia e biologia, buscando elevar a escolaridade e a qualidade do ensino nas escolas do campo. A formação de professores com o entendimento da política educacional do campo agrega instrumentos importantes para o desdobramento das lutas sociais e para a construção de projetos educativos mais próximos da realidade camponesa.

Para realizar a análise dos dados sobre a realidade da formação em LEDOC no Município de Mazagão foi adotado como procedimento metodológico a abordagem qualitativa, buscando compreender o objeto investigado dentro das contradições e fragmentações que marcam o contexto mais amplo em que ele está inserido. Assim, a pesquisa de campo teve início no mês de julho de 2015, ocorreu nas turmas que entraram em 2014, sendo denominadas pelas letras "A" e "B". Foram entrevistados 10 acadêmicos da turma "A" e aplicados 65 questionários respondidos por 31 acadêmicos da turma "A" e por 34 acadêmicos da turma "B", a fim de complementar dados da pesquisa. Além dos alunos realizou-se entrevistas com 12 docentes do colegiado da LEDOC e ainda foram entrevistados os 02 coordenadores pedagógicos do referido curso. Porém, os depoimentos foram selecionados, em conformidade com os objetivos deste estudo. No corpo deste texto,

os alunos são identificados como Acadêmico em Formação (AF), os professores como Docente-Formador (DF) e os coordenadores como Coordenação-Pedagógica (CP). Todos os depoimentos das entrevistas serão enumerados, conforme a fala de cada entrevistado.

Para construir o *corpus* teórico deste estudo foi realizada a escolha do material de apoio bibliográfico, visando subsidiar o levantamento dos dados empíricos sobre a formação de profissionais para as escolas do campo, abordando sua trajetória, construção, desafios e perspectivas para a realidade do Estado do Amapá. De forma simultânea ao levantamento da literatura e à pesquisa de campo, foi realizada a análise dos documentos de criação da LEDOC: Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura (Parecer CNE/CP nº. 9/2001); Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução nº. 1, de 3 de Abril de 2002); Licenciatura Plena em Educação do Campo (Minuta original do MEC/Secadi); os editais das chamadas públicas de 2008, 2009 e 2012 que fizeram a seleção de projetos das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, inclusive da UNIFAP; o Memorial, o Projeto Vivencial e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) das turmas de Educação do Campo da UNIFAP.

Assim, este estudo apresenta um panorama da oferta da formação inicial em nível da Educação Superior voltada para os trabalhadores do campo na realidade da Amazônia Amapaense e os inúmeros desafios para a sua execução. Com as discussões sobre a Educação Superior do Campo no contexto do Estado do Amapá, busca-se compreender a realidade e a diversidade regional, social e cultural dos povos do campo.

É necessário pensar a oferta de ensino superior para os povos do campo a partir do panorama histórico da educação brasileira, buscando pensá-la no contexto da Amazônia Amapaense, a fim de identificar como vem se constituindo o processo de formação em LEDOC nessa região. Historicamente, no Brasil, o ensino superior ficou concentrado nos centros urbanos e isso gerou um *déficit* sobre a demanda de educação para os trabalhadores do campo, particularmente no Estado do Amapá, onde as universidades públicas tiveram um processo de implantação tardio. Nesse contexto, a política educacional amplia o acesso dessas populações ao ensino superior.

Avanços atuais na política pública de Educação do Campo no Ensino Superior: a Licenciatura em Educação do Campo na UNIFAP

No estado do Amapá, a LEDOC vem sendo construída a partir da iniciativa da Unifap, que provocou e contou com a participação dos movimentos sociais na elaboração da proposta da LEDOC-Ciências Agrárias e da Natureza, como destacado no Projeto Pedagógico do Curso:

[...] neste projeto teve papel fundamental a Rede de Associações das Escolas Famílias do Amapá- RAEFAP, a EMBRAPA, Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Secretaria de Estado da Educação-SEED, os Movimentos Sociais do Campo, o Comitê de Educação do Campo, os Territórios da Cidadania, dentre outros (UNIFAP, 2012, p. 4).

Sobre a aprovação da proposta da Unifap, a coordenação pedagógica diz que:

[...] depois do PROCAMPO ter sido uma experiência exitosa em todas as regiões brasileiras, o movimento social por meio do FONEC, por meio da CONEC, por meio das instâncias da CONTAG, do MST e da FETRACE e outras estruturas sociais com representação nacional demandaram de maneira muito forte, de maneira muito incisiva, no segundo mandato do governo Lula, principalmente, e conseguiram tirar, conseguiram a garantia do MEC de criar cursos de licenciatura nas universidades brasileiras, cursos que tivessem ingresso regular, portanto, que não fossem cursos com uma única turma, que era a realidade do Procampo. Diante disto, o governo abriu um edital para que as universidades pudessem inscrever seus projetos para as licenciaturas em Educação do Campo, como cursos permanentes e, no ano 2012, aprovou 42 universidades que pleitearam curso de graduação em Educação do Campo para seus estados, para suas bases e, entre elas, estava a UNIFAP. O projeto da UNIFAP foi aprovado na posição 11ª, foi um projeto que ficou muito bem colocado diante de outras universidades que têm um trabalho bem mais denso, consistente na área da educação do campo e a partir da aprovação então, nesse edital de 2012, estruturou-se na Unifap, as ações necessárias para que este curso pudesse ser instalado no Mazagão e pudesse ter continuidade (CP 01).

Os cursos regulares de LEDOC são ofertados no *campi* na Unifap, no Município de Mazagão¹, ao sul do Estado do Amapá. A motivação para a escolha do município do Mazagão para abrigar a LEDOC-Ciências Agrárias e Ciências da Natureza ocorreu porque o campus já havia recebido o curso pelo Procampo, conforme afirmação da coordenação pedagógica da LEDOC:

[...] a seleção do município do Mazagão não tem uma situação sociológica ou cultural diversa de tantos outros municípios do interior do estado que poderiam receber esse curso, ela teve essa experiência onde já temos uma base, já temos uma turma formada que abriu caminho para que o Mazagão viesse a receber essa licenciatura e agora, até mesmo, vai abrir caminho para que o Mazagão receba novos cursos da área das ruralidades e o Procampo acabou colocando o Mazagão como sede para a Unifap desenvolver cursos que venham atender a população do campo do Amapá (CP 01).

O primeiro processo seletivo ocorreu em 2014. Nele foram aprovados 120 estudantes, que formaram duas turmas nomeadas como (A e B) composta por 60

¹ O Município de Mazagão localiza-se ao sul do Estado do Amapá, compreendendo uma área é de 13, 131 km². Estima-se que tenha uma população estimada de 19.157 habitantes em 2014. Limita-se com os municípios de Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana, Vitória do Jari, Laranjal do Jari e com a foz do rio Amazonas (IBGE, 2016).

acadêmicos, que foram objetos de pesquisa para este estudo. O acesso ao curso é realizado por meio de edital específico, destinado às populações do campo, um aspecto positivo na consideração feita pelos acadêmicos, como fica evidente neste depoimento feito por um acadêmico da LEDOC:

[...] uma coisa é lançarem um vestibular para os alunos da cidade que estão em cursinhos o ano inteiro, outra coisa foi esse vestibular que foi lançado em que a gente teve nosso tempo para estudar os conteúdos que foram exigidos e, além disso, muita coisa que foi pedida estava relacionada com a nossa vida, então, ficou mais fácil pra gente passar no vestibular do que se a gente fosse tentar fazer outro curso concorrendo com os alunos da cidade (AF 01).

O curso procura dialogar com a realidade socioeconômica, cultural e educacional específica das comunidades do campo por meio de um currículo embasado na alternância pedagógica, o que garante um período de aulas intensivas em tempo integral para realização da parte teórica, e o tempo destinado para o desenvolvimento de projetos nas comunidades.

A Pedagogia da Alternância é um dos pilares da educação do campo, porque alia a teoria e a prática para “[...] garantir o vínculo dos estudantes com suas comunidades de origem” (FREITAS, 2011, p. 45). Ela tem como característica a imersão das comunidades e das famílias no processo formativo, trazendo para o espaço acadêmico experiências sobre o modo de vida camponês, enriquecendo as práticas educativas.

O depoimento de um docente da LEDOC esclarece como a alternância pedagógica vem sendo desenvolvida no curso:

Na licenciatura, a Alternância acontece nos tempos. O curso tem o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade, que é, quando o aluno não está dentro da sala de aula, ele tem uma série de atividades intencionais para desenvolver. Na essência do curso de licenciatura se organizam os campos disciplinares ao redor de eixos temáticos, que são um outro componente da Alternância Pedagógica, no qual você não tem a separação das disciplinas como se fossem caixinhas estanques, mas você tem um trabalho de interdisciplinaridade focada e intencional, ao redor de um eixo pedagógico a cada semestre, e aí você tem várias atividades e ações para materializar essa alternância na licenciatura. Os meninos saem do Tempo Universidade levando vários instrumentos para desenvolverem no Tempo Comunidade, eles vão fazer estudos, pesquisas, eles vão fazer entrevistas, eles vão fazer inserções nas escolas, nas associações, nas instituições presentes nas comunidades, eles vão fazer um diário que a gente chama de caderno de campo, caderno da realidade e, na volta para o próximo semestre, o curso inicia com a retomada de todo esse processo que o educando presenciou no Tempo Comunidade por meio de oficinas, por meio de seminários nos quais eles vão partilhar toda essa riqueza, toda essa reflexão para concatenar os tempos e para quebrar com essa coisa da nossa academia separar os semestres e as disciplinas, então, nós consideramos que esse é um elemento muito rico da Licenciatura em Educação do Campo, que vai dar um impacto muito positivo na formação dos sujeitos, pois esperamos

que eles não tenham um perfil fragmentado, que é um problema muito grave presente na formação superior em todo o Brasil, a gente está tentando trabalhar a Alternância Pedagógica para romper com esses limites, com essas cisões e efetivamente formar os nossos meninos com um perfil que seja mais integral, mais de acordo com uma visão antropológica moderna, em que o ser humano é considerado em suas múltiplas dimensões e todos os aspectos da vida da gente estão intrinsecamente ligados (DF 01).

Para Nosella (2014, p. 19-20), a Pedagogia da Alternância “[...] transcende, pois toda relação pedagógica é uma dialética integradora entre o saber escolar e os saberes da vida [...]”. Desta forma, ela permite que os licenciados em LEDOC aprofundem a compreensão sobre a realidade, apropriando-se das demandas e dos problemas da comunidade e da luta social no campo, o que pode ser confirmado na entrevista de uma acadêmica da LEDOC:

[...] o curso inclui projetos nas nossas comunidades e nós passamos a ser disseminadores de conhecimentos, porque nós conhecemos os agricultores da comunidade e eles querem nos ouvir, não criam resistências e mesmo quando não estou desenvolvendo os projetos do curso, eu tento me incluir na vida da comunidade, levando para eles o que eu aprendo, quando estou no curso, por exemplo, na escolinha lá da comunidade, a gente já está começando a implantar uma horta, já começamos a oferecer curso de biofertilizantes para a comunidade e tudo isso vai nos ajudar, em algumas aulas de ciências os alunos são levados para a comunidade para aprender, estamos tentando fazer da mesma forma que é feito aqui no curso e isso é muito interessante para nós, então, quando retornamos para o curso a gente repassa para a turma como o trabalho foi desenvolvido na comunidade (AF 01).

Diante desses relatos sobre o desenvolvimento da Alternância Pedagógica no curso, compreende-se que a formação em Educação do Campo ocorre dentro da experiência dialética entre Tempo Comunidade – Tempo Universidade – Tempo Comunidade que enriquece o processo formativo e procura romper com a organização disciplinar, que acontece nas demais licenciaturas ofertadas pela Unifap. A relação universidade-comunidade “[...] é dinâmica e se efetua em um movimento contínuo de ir e retornar. Embora seja a forma mais complexa da alternância, seu dinamismo permite constante evolução [...]” (QUEIROZ E SILVA, 2008, p. 3).

Com essa perspectiva de formação embasada na alternância e sendo de caráter multidisciplinar, a matriz curricular do curso propõe a sua organização em 04 núcleos, sendo:

Núcleo de conteúdos básicos: constituído de estudos dos fundamentos educacionais e dos campos do saber que fornecem o embasamento teórico necessário para o aprendizado profissional; **Núcleo de conteúdos específicos:** composto por campo de saber, destinado à caracterização da identidade profissional, congregando estudos nas áreas de Ciências Agrárias e Ciências da Natureza, com ênfase em Agronomia e Biologia;

Núcleo de conteúdos de aprofundamentos de estudos: composto pelos estágios e práticas pedagógicas; **Núcleo de conteúdos diversificados:** constituído das atividades complementares (UNIFAP, 2012, p. 20).

Esses núcleos curriculares contribuem para a reflexão sobre a interdisciplinaridade proposta para a formação docente. Conforme dispõe o PPC do curso, busca-se contemplar a integração entre as disciplinas, procurando vencer a fragmentação do conhecimento. Para Frigotto (2011, p. 35) “[...] a questão da interdisciplinaridade se impõe como necessidade e como problema fundamental no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico”. Nesse sentido, a interdisciplinaridade contribui para a reflexão sobre as questões políticas, econômicas, educacionais, a respeito da realidade social e da complexidade do caráter histórico dos sujeitos e seu envolvimento com o mundo.

Para efetivar o currículo, o curso é composto de 4.560 h/a, distribuídas em: 3420 h de conteúdos de natureza científico-culturais, 450 h de práticas pedagógicas, 480h estágios supervisionados e 210 h de atividades complementares, com o total de 67 disciplinas organizadas em 08 semestres. Do total da carga horária, 3.300h são destinadas ao TU e 1.260 h para o TC (UNIFAP, 2012). Desta forma:

[...] a organização curricular por etapas equivalentes a semestres regulares cumpridas em Regime de Alternância entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade. Entende-se por Tempo- Escola os períodos intensivos de formação presencial no campus universitário e, por Tempo Comunidade, os períodos intensivos de formação presencial nas comunidades camponesas, com a realização de atividades pedagógicas orientadas e acompanhadas pelo corpo docente do curso (UNIFAP, 2012, p. 19).

Além da organização dos núcleos, as disciplinas de estágios e práticas pedagógicas estão articuladas em 08 eixos que buscam problematizar a realidade do campo. Os eixos temáticos estão estruturados em torno das discussões sobre a educação do campo como norteadora para o desenvolvimento da interdisciplinaridade entre os componentes curriculares. No início de cada semestre, é realizada a atividade de culminância das atividades do eixo, com a exposição dos resultados do Projeto Integrador de Vivência Pedagógica² desenvolvidos no TC.

O TU tem como estratégias pedagógicas a aula expositiva dialogada, o estudo de texto, o portfólio, o mapa conceitual, o estudo dirigido, a solução de problemas (Aprendizagem Baseada em Problemas – PBL), o ensino com pesquisa, o seminário, estudo de caso, o painel, dentre outras. No TC, utiliza-se como instrumentos didático-pedagógicos o plano de estudo; o caderno da realidade; as visitas de estudo e as visitas às famílias (UNIFAP, 2012, p. 28).

² Projeto desenvolvido pelos alunos sob a orientação docente durante o Tempo Comunidade. Tem como objetivo promover o ensino, a pesquisa, a extensão e, conseqüentemente, traz a reflexão para os alunos e professores da universidade a partir das situações vivenciadas na realidade (UNIFAP, 2012).

As atividades do TC são desenvolvidas em diferentes comunidades do campo, uma vez que o curso congrega estudantes de todo o estado do Amapá. Referindo-se aos municípios de origem dos acadêmicos, a pesquisa revelou que no curso há acadêmicos, inclusive, de municípios do interior do Estado do Pará, conforme representado na figura abaixo:

Figura 1. Mapa de localização dos acadêmicos LEDOC/UNIFAP, campus do Município de Mazagão.



Fonte: Costa, 2016.

De acordo com os dados da pesquisa, entre os acadêmicos da LEDOC, 36 declararam residir no Mazagão, sendo a maioria na zona rural do município, como Distrito do Carvão, Camaipi, Vila Maracá, Foz do Mazagão Velho, São Miguel do Rio Maracá e Rodovia Mazagão Novo – Mazagão Velho. Daqueles que disseram residir no município de Santana, apenas 1 mora na sede, mas trabalha como professor na comunidade de Mazagão Velho, onde passa a semana, os demais correspondem ao Assentamento do Anauerapucu e da Comunidade Três Irmãos, no Rio Vila Nova, 4 alunos declararam moradia na zona rural de Macapá, sendo de São Joaquim do Pacuí e de Tracajatuba I do Pacuí. Em menor número, estão acadêmicos de Laranjal do Jari, Serra do Navio, Pedra Branca, Afuá e Almeirim, que são estes dois últimos, municípios paraenses, localizados próximos ao Amapá.

Como se observa, a maioria dos alunos pertence ao campo, confirmando a proposta dos cursos de LEDOC, no sentido de “[...] suprir a enorme lacuna nos patamares de formação dos educadores do campo e de contribuir para elevar o nível de escolaridade dos jovens do campo, ainda que não sejam educadores” (MOLINA, 2011, p. 120).

O curso congrega alunos oriundos de vários municípios amapaense, o que ocorre devido à falta de condições financeiras de uma parcela dos trabalhadores do campo no Estado do Amapá, que tem dificuldade de se manter na capital, Macapá, para dar continuidade aos estudos. Outra variável que contribui para isso é a falta de instituições de ensino superior, públicas e/ou privadas, na maioria dos municípios amapaense, como confirma a fala de um acadêmico entrevistado:

[...] os jovens da minha comunidade praticamente não têm expectativa nenhuma, principalmente, em relação à continuidade dos estudos, porque da Serra do Navio para Macapá é muito longe, então, para fazer um curso de ensino superior é muito difícil e muitos lá sobrevivem só da agricultura, porque muitos pais não têm condições de mandar o filho para a cidade para vim estudar (AF 02).

Neste sentido, “Se um grupo social tem mais dificuldade de acesso a direitos educacionais, o Estado tem a obrigação de assegurar políticas diferenciadas para garantir o direito a estas pessoas, como ocorre com a educação no campo” DUARTE (2008, p. 38). O cumprimento desta atribuição do Estado vem ocorrendo por meio de políticas educacionais focais recentes que visam a diminuir as perdas relativas à privação de estudos para a população do campo.

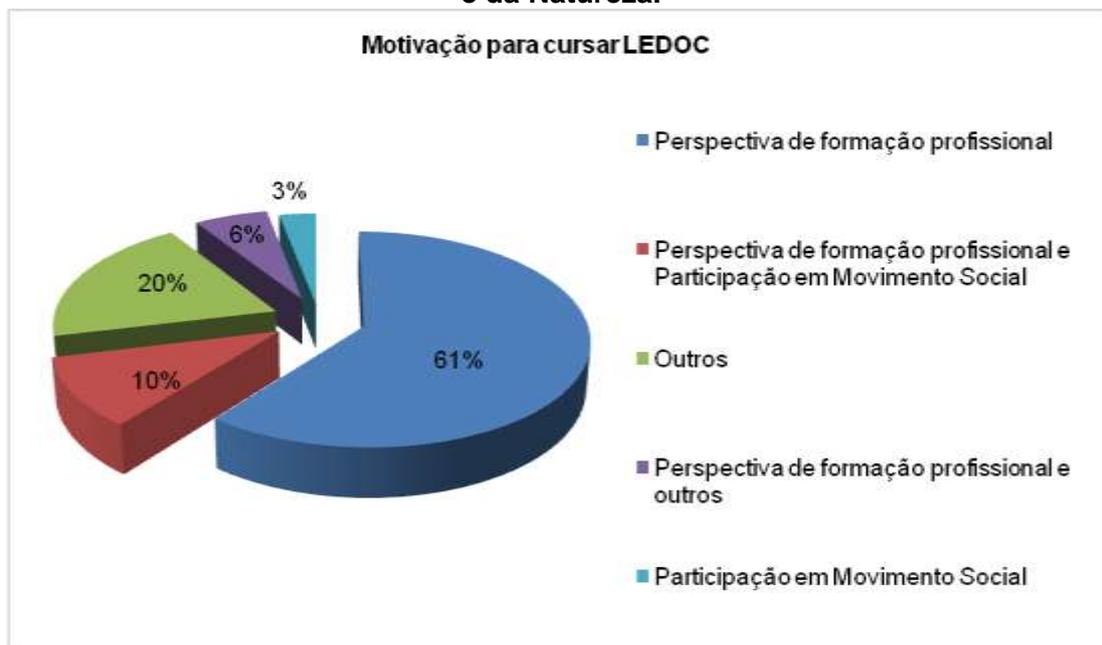
Outra questão relevante levantada sobre a LEDOC é que a relação dos alunos com o campo não corresponde ao seu envolvimento com os movimentos e organizações sociais camponesas. Considerando que a Educação do Campo é um paradigma pensado a partir das demandas sociais e a elaboração da LEDOC na Unifap, por conseguinte contou com a cooperação de movimentos sociais, portanto, pode-se questionar o fato de a maioria dos acadêmicos não participarem dos movimentos e organizações sociais camponesas. Dos acadêmicos que participaram da pesquisa, 63% deles não participam de movimentos ou organizações sociais do campo; 34% declararam que são filiados em sindicato rural, pastorais de igrejas, colônia de pescadores, associação de assentados e de escola família, o que está vinculado às atividades que esses acadêmicos desenvolvem em suas comunidades. Essa baixa participação nos movimentos sociais pode estar associada ao contexto histórico, político e social do Estado do Amapá, em que os movimentos do campo ainda são pouco atuantes, embora haja a representação da Rede de Escolas-Família do Amapá (RAEFAP), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Amapá (FETAGRAP), Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outros na construção da LEDOC na Unifap.

Durante a pesquisa, percebeu-se o reconhecimento da importância do curso, conforme declara o acadêmico “[...] essa licenciatura do campo veio abrir um leque de oportunidades para que as pessoas do campo tenham acesso ao conhecimento, para depois buscar desenvolver a comunidade” (Mazagão, 2016). Nos depoimentos esteve evidente a preocupação tanto dos egressos quanto dos acadêmicos de que a LEDOC traga

resultados para a escola do campo e que ajude a “[...] transformar a realidade da educação e da comunidade” (Mazagão, 2016).

No gráfico, foram organizadas as motivações apresentadas pelos alunos para cursar a LEDOC – Ciências Agrárias e Ciências da Natureza.

Gráfico 1. Motivação dos acadêmicos para cursar a LEDOC/UNIFAP Ciências Agrárias e da Natureza.



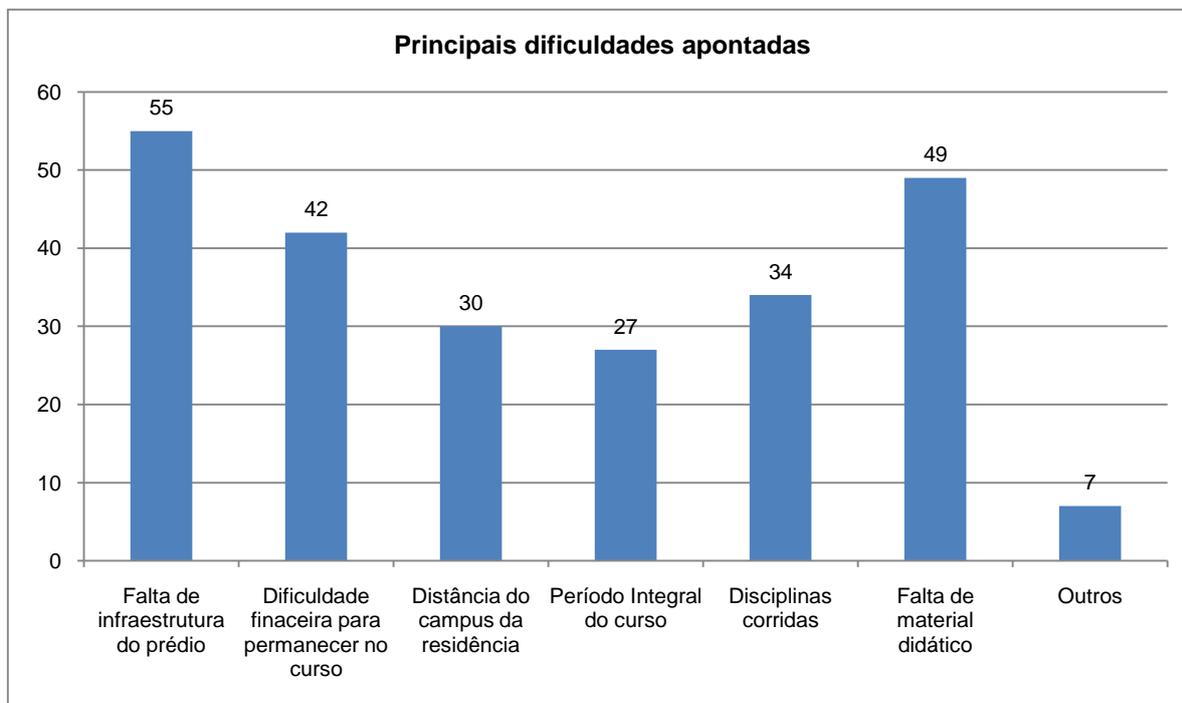
Fonte: Costa, 2016.

No Gráfico 1, pode-se observar que a perspectiva de formação profissional aparece como estímulo principal, que levou a maioria dos acadêmicos a cursar a LEDOC na Unifap, o que é justificado pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho e de exercer atividades pedagógicas em escolas do campo, devido à carência de profissionais formados nessas áreas. Além disso, os acadêmicos dizem ainda que as escolas do campo necessitam de professores que conheçam a realidade dos alunos e que sejam capazes de desenvolver conteúdos, de acordo com as especificidades da comunidade. Nesse sentido, Caldart (2007, p. 4) afirma que “a especificidade de que trata a Educação do Campo é do campo, dos seus sujeitos e dos processos formadores em que estão socialmente envolvidos”.

No que concerne aos desafios encontrados no curso, os discentes denunciam a falta de estrutura física adequada para acolhê-los durante o TU, haja vista que muitos deles vêm de comunidades distantes para o período intensivo de aulas, sendo que “[...] o espaço físico ainda está a desejar, pois não temos biblioteca, laboratório para pesquisar e até mesmo alojamento, que deveria ter porque muitos colegas vêm de municípios distantes para estudar e não têm onde ficar aqui no município” (Mazagão, 2016).

Corroborando com o depoimento do entrevistado, no gráfico abaixo são apresentadas as dificuldades apontadas pelos acadêmicos em relação à formação na LEDOC.

Gráfico 2. Dificuldades relativas à LEDOC/UNIFAP Ciências Agrárias e Ciências da Natureza expostas pelos acadêmicos do curso.



Fonte: Costa, 2016.

A infraestrutura do campus em questão ainda é apontada como a principal dificuldade que vem sendo destacada pelos acadêmicos da LEDOC regular, e isto está relacionado à inexistência de espaços como biblioteca, laboratórios de biologia e de informática para atender as atividades práticas e de pesquisa das disciplinas.

A falta de material didático citado refere-se também à ausência de biblioteca com acervo literário para pesquisa. Conforme exposto nas informações coletadas, os alunos dizem que ficam limitados ao uso dos materiais (apostilas e livros) que os docentes podem oferecer, não tendo opções de ampliar a pesquisa sobre os conteúdos estudados.

No que se refere à dificuldade financeira, os acadêmicos que têm a atividade do campo, agricultura, pesca, extrativismo, como única fonte de renda, expõem que o fato de ficarem entre 2 e 3 meses longe de casa, deixam de produzir e, sem renda alternativa, comprometem o rendimento familiar e isso contribui para que apresentem problemas financeiros, inclusive, para manter-se no curso, pois o foco fica fora da sala de aula. Dentre a opção “outros”, que aparece no gráfico, foram manifestadas diversas situações, como obstáculos no curso, tais como a inexistência de refeitório, a falta de água potável, limpeza dos banheiros e transporte para as atividades de campo.

Estas dificuldades apontadas pelos acadêmicos são confirmadas pela coordenação pedagógica do curso LEDOC, quando diz:

Nós iniciamos o curso no Mazagão sem termos os laboratórios organizados, sem termos a biblioteca instalada, sem termos uma copa, uma cantina para que os alunos possam fazer a sua refeição, uma vez que o curso é integral, eles entram as 08h e ficam até as 18h no campus, a gente tem dois turnos de aulas, de segunda à sexta feira, no período do Tempo Universidade, o que o caracteriza como um curso integral e a gente não têm essas estruturas para colocar à disposição dos nossos alunos (CP 02).

Quanto à ajuda para custear a permanência dos alunos no curso, há a oferta de bolsas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), mas não contempla todos os alunos. O PPC prevê o apoio inicial aos acadêmicos, disponibilizando material didático como medida para assegurar sua permanência na graduação, mas o relato da coordenação informa que:

Nós temos na universidade pública brasileira uma carência de condições, pensando, principalmente, nos nossos acadêmicos que têm deficiência financeira e até mesmo vulnerabilidade social, então, nesse sentido, os instrumentos criados na política pública brasileira para a educação, ainda deixam muito a desejar, temos infelizmente, adolescentes, jovens que conseguem passar no Enem, que conseguem passar no vestibular, conseguem ingressar na universidade, mas não conseguem, efetivamente, permanecer até concluir o curso, mesmo com as bolsas que são oferecidas pelo serviço de apoio que a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários disponibiliza, a gente tem essa realidade na universidade brasileira. No caso específico do Mazagão, essas dificuldades são acrescidas de uma infraestrutura que é incipiente e que não conta ainda com todos os instrumentos necessários a um curso completo (CP 01).

Durante a realização da pesquisa, foi possível observar os trabalhos de ampliação e melhoria do campus. Segundo a coordenação do curso, há a sinalização da reitoria, no sentido de melhorar a estrutura, buscando ofertar o ensino com mais qualidade.

Como se observa, no início destes cursos, no Amapá, havia um despreparo, principalmente, em relação à estrutura física para garantir qualidade à formação acadêmica dos futuros profissionais das escolas do campo. Como afirmado, há desafios a serem superados e prejuízos na formação da primeira turma, assim como ocorreu nas turmas do Procampo.

Como um curso regular, o MEC autorizou “[...] a contratação de até 15 docentes e de 03 técnicos administrativos para o curso” (UNIFAP, 2012, p. 07). Esta é uma nova realidade que se apresenta sobre o curso de LEDOC, pois as duas turmas do Procampo, Laranjal do Jari e Mazagão, respectivamente, não tinham um caráter efetivo na instituição e, por isso, precisou contar com a colaboração do colegiado de outros cursos para a sua efetivação. A organização do colegiado é um importante avanço para a graduação em

educação do campo no Estado do Amapá, que passou a ser uma política permanente na Unifap, desde 2014.

Diante disso, esta licenciatura cumpre a Política Nacional de Educação do Campo, viabilizando a inclusão dos trabalhadores no ensino superior, o que abrange:

Os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da Reforma Agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, sem paginação).

Pensar a Educação do Campo significa compreender a dinâmica social dos povos do campo, possibilitando sua inserção em processos educativos sistemáticos, construídos a partir de seu modo de vida. Diante disso, o processo didático-pedagógico em que a LEDOC vem sendo desenvolvida, permite a análise de que a alternância pedagógica traz uma singularidade para as licenciaturas em Educação do Campo, que ultrapassa a organização curricular, porque vem permitindo um processo dialético entre o conhecimento teórico e empírico, possibilitando a construção coletiva de novos saberes.

Mas não se pode negar que há uma histórica ausência do Estado no provimento das necessidades básicas de quem vive no e do campo no Estado do Amapá. Durante a pesquisa, um dos acadêmicos partícipes pediu para fazer uma consideração sobre essa ausência dos órgãos governamentais nas comunidades, segue o relato da entrevista:

Eu quero fazer uma consideração e dizer que o campo, aqui no Amapá, é muito esquecido, tanto em forma de campo mesmo, ou seja, de plantar, colher, até os órgãos que deveriam nos apoiar, estão nos esquecendo, quanto em relação à educação também, para você ter uma idéia, esse ano queriam parar a escola da nossa comunidade, porque só tinha 22 (vinte e dois) alunos e se a comunidade não lutasse para a escola ficar lá, hoje em dia, a gente teria todas as crianças estudando na comunidade mais à frente que a Água Branca, então, a gente lutou para a escola continuar lá. As prefeituras, o governo federal, o governo estadual não olham praticamente para nós. Nós estamos muito esquecidos, nos falta energia elétrica, estrada, escola mesmo a nossa só tem 3 (três) salas de aulas e 3 (três) professores e funciona da pré escola ao 5º ano do Ensino Fundamental, funciona com classes multisseriadas e já chegou o laboratório de informática, mas internet nunca chegou, então, eu vejo que há necessidade de se voltar o olhar um pouquinho mais para o campo também, porque lá também tem criança que quer e precisa aprender, de lá também pode sair grandes pesquisadores, grandes lideranças comunitárias e tudo isso é deixado de lado, principalmente, a educação do campo, mesmo porque o que está acontecendo, é que simplesmente se pega um conteúdo da cidade e manda para lá e também o aperfeiçoamento dos profissionais do campo, porque pegam um profissional da cidade que nunca teve contato com o campo e mandam para lá, te vira, merenda escolar também não temos. Precisamos um pouquinho mais do olhar dos governantes para as comunidades do campo no Amapá (AF 03).

Como reação a esse tipo de situação relatada pelo acadêmico, às desigualdades educacionais e a ausência do Estado nas comunidades, os sujeitos do campo protagonizam um processo de luta para assegurar direitos, como manter as escolas no campo. É assim que nacionalmente a Educação do Campo vem sendo construída.

Entende-se, nesse processo, a importância do envolvimento da academia nas questões relativas à realidade dos alunos e aos problemas enfrentados no campo amapaense. A universidade reconhece as especificidades da educação e seu vínculo com o trabalho no campo.

Logo, a Educação do Campo faz uma ruptura paradigmática com o modelo de escolarização descontextualizada e desterritorializada ofertado pelo Estado para os povos do campo, que se sustentava em uma “[...] educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos” (CALDART, 2002, p. 19), induzindo ao fracasso escolar e refletindo na precarização das escolas, no trabalho dos professores e no ensino.

No contexto nacional, a aproximação entre a universidade e os movimentos camponeses ganhou força a partir dos anos 1990, com a “[...] mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas [...]” (CALDART, 2008, p.71). Nesse âmbito, o Pronera e o Procampo estão entre as principais políticas de oferta de ensino superior voltadas para a formação dos sujeitos do campo.

Esse processo de formação traz o fortalecimento do debate em torno da educação e do desenvolvimento do campo. Desta forma, as políticas educacionais para o campo não se limitam à garantia do acesso aos processos educativos sistematizados, mas cria o entendimento crítico-reflexivo sobre as formas de produção e reprodução do capital e, inclusive, dos conhecimentos impostos ao campo pelo modelo hegemônico, que é, predominantemente, urbano-industrial (CALDART, 2008).

Na análise sobre as licenciaturas em Educação do Campo desenvolvidas no Amapá, constatou-se as limitações da formação, apontadas na pesquisa, principalmente, pela falta de infraestrutura da universidade para a realização dos cursos. Além disso, aqui no Estado do Amapá, há ainda pouca participação dos movimentos sociais na luta pelas políticas de Educação para o Campo, temática que carece de estudos mais consistentes.

A abertura da Unifap para os cursos de LEDOC é de fundamental importância, porque possibilita o acesso dos sujeitos do campo ao ensino superior. Todavia, a oferta da licenciatura não é um fim em si mesmo, ou seja, não se esgota na democratização da universidade e na incorporação destas graduações, mas traz para o âmbito acadêmico uma experiência que parte das demandas e das necessidades da sociedade, uma vez que, os sujeitos do campo são protagonistas de um paradigma de educação, capaz de aliar o mundo acadêmico com a realidade dos alunos e é, nesse âmbito, que a LEDOC abre espaço para repensar o papel social da universidade e da escola do campo.

Considerações finais

O Estado do Amapá tem uma característica rural marcante. Esse fato é observado nos Distritos da Fazendinha, do Coração e no Curiaú, comunidades rurais muito próximas do perímetro urbano de Macapá e exemplos da relação urbano-rural vivenciada no Amapá, fato muitas vezes desconhecido pelas pessoas.

Esta afirmação revela o caráter paradoxal que permeou a construção deste estudo, tanto no que foi apreendido nos discursos teóricos quanto ao que foi revelado na pesquisa realizada. A visibilidade da Educação do Campo enquanto paradigma contra-hegemônico é revelada na luta dos movimentos sociais e por diretrizes legais, de âmbito nacional. Entretanto, ao mesmo tempo em que há o discurso oficial e legal da política educacional, ainda permanece um cenário de exclusão das populações do campo no Brasil, o que reflete na baixa escolaridade e na dificuldade de efetivação dessa política.

A história da Educação demonstrou contradições constantes na oferta de ensino para os sujeitos do campo, visto que, em muitos momentos, esse direito lhes foi negado, vindo a ser amplamente discutido após os anos 1990, quando as políticas passaram a ser elaboradas pelos Movimentos Sociais Camponeses e o Estado.

Procurou-se neste artigo analisar o desenvolvimento dos cursos regulares de Educação do Campo ofertados pela Unifap. O trabalho permitiu compreender os princípios fundamentais da Educação do Campo e o itinerário da formação inicial dos sujeitos, assim como profissionais para atuar nas escolas do campo. Nas comunidades rurais do Estado do Amapá, muitas vezes, o professor atua em classes multisseriadas, que são a única alternativa de escolarização. Além disso, as condições de trabalho, de ensino-aprendizagem e a infraestrutura de muitas escolas são precárias, marcadas pela falta de material didático, falta de merenda escolar, falta de transporte e dificuldade de acesso às comunidades.

A Educação do Campo nasceu de um movimento emancipatório, que trouxe a normatização e a institucionalização de programas e diretrizes para subsidiar o currículo das escolas do campo. As primeiras manifestações acerca dessa nova concepção de educação mostraram a necessidade de planejar, propor, elaborar políticas contextualizadas com a realidade das comunidades rurais.

O desenvolvimento do artigo permitiu visualizar a realidade do ensino público ofertado nas escolas do campo no Estado do Amapá por meio dos questionários, entrevistas e análise de documentos, o que ampliou as reflexões sobre a necessidade de que as políticas públicas de educação alcancem as comunidades rurais, pois as propostas curriculares utilizados no ensino das escolas do campo ainda são uma cópia dos currículos elaborados para a realidade das escolas urbanas.

Quanto ao ensino superior, só recentemente a Unifap passou a atender a demanda específica de trabalhadores do campo, processo legitimado pela Política Nacional de Educação para o Campo, que deu subsídio para a aprovação dos cursos do Procampo, cujo objetivo é a formação dos professores. Outra questão relevante sobre o campo amapaense é a carência de profissionais qualificados, o que também se constitui como um dos pontos nevrálgicos que estrangulam a qualidade do ensino.

No que concerne à formação inicial dos docentes e trabalhadores do campo, na etapa de graduação, esta é uma conquista legítima dos movimentos sociais, a partir da aprovação das Diretrizes Operacionais da Educação Básica na Escola do Campo, do Pronera e, posteriormente, do Procampo e Pronacampo, que ampliaram o debate para a efetivação de cursos voltados para as populações rurais nas universidades públicas, em vários estados brasileiros. Nesse trabalho foi possível perceber que estes cursos de graduação em Educação do Campo trouxeram para dentro das universidades uma concepção interdisciplinar para a formação dos profissionais das escolas do campo.

O itinerário de elaboração e desenvolvimento da LEDOC, na Unifap, foi de início um desafio para os acadêmicos, professores e coordenadores pedagógicos, pois foi necessário planejar práticas educativas distintas daquelas habitualmente desenvolvidas na academia. Mediante isso, os referenciais teóricos da Educação do Campo favorecem a oferta de uma sequência dinâmica aos cursos de LEDOC, em que a ação-reflexão-ação torna-se visível.

Os documentos analisados permitiram entender esta licenciatura, desde a sua proposição, elaboração e implantação. É um curso organizado em áreas do conhecimento, com diferentes componentes curriculares, sua efetivação careceu da articulação por meio da interdisciplinaridade e da Pedagogia da Alternância, pois na Educação do Campo valoriza-se o local, a cultura, a realidade e a participação dos sujeitos para o processo emancipatório.

Na turma regular de LEDOC, há clareza sobre o processo de alternância entre o TU e o TC, e a interdisciplinaridade é elemento indispensável nesse processo. Nesse sentido, teoria e prática se associam de maneira mais significativa, conforme consta no PPC e no desenvolvimento das atividades pedagógicas do curso.

A organização do colegiado com professores efetivos é outro ponto que merece ser destacado, uma vez que se percebe o envolvimento e a compreensão dos docentes com a realidade da educação do campo, dentro de uma perspectiva de resistência e de afirmação como um novo paradigma educativo. O acompanhamento dos professores nas atividades do Projeto de Vivência Pedagógica, desenvolvido durante o TC, é efetivo e participativo tanto pela presença da universidade quanto das comunidades que buscam superar a dicotomia entre a teoria e a prática.

A efetividade da proposta do curso depende, em parte, do compromisso dos professores na execução do currículo e na proposição de processos pedagógicos que favoreçam a realidade do campo amapaense, com todas as singularidades da Amazônia. Acredita-se que o desenvolvimento da LEDOC, no Estado do Amapá, é indispensável para democratizar o espaço acadêmico e aproximar a Unifap da realidade das populações do campo.

Portanto, pode-se afirmar que, apesar das dificuldades enfrentadas nos cursos de LEDOC, no que concerne à ausência de condição estrutural e limites teórico-metodológicos impostos pela realidade e condições naturais da Amazônia, estas políticas públicas são indispensáveis para associar a educação com a economia e a ecologia, repensando os processos educativos e a escola do campo e, com isso, propor um modelo de desenvolvimento rural sustentável para o Estado do Amapá.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad. Edital Nº 2, de 23 de Abril de 2012. Chamada Pública para seleção de projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para Licenciatura em Educação do Campo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 de set de 2016.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge et al (Orgs.). **Educação do Campo**: identidades e políticas públicas. Brasília. DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

_____, Roseli Salete. **Educação em Movimento**. Formação de Educadoras e Educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In “Campo, Política Pública e Educação”. Coleção Por uma Educação do Campo. Brasília: NEAD, 2008.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da. *Políticas públicas de educação: um estudo sobre os programas federais de educação para o campo no Amapá*. 134 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional). UNIFAP, Macapá, 2016.

DUARTE, C. S. In: SANTOS, C. A. (org). “A Constitucionalidade do Direito à Educação dos Povos do Campo”, In “Campo, Política Pública e Educação”. Coleção Por uma Educação do Campo. Brasília: NEAD, 2008.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Rumos da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica; FREITAS, Helena Costa Lopes de (Org.). **Educação do Campo**. Revista em Aberto, INEP, vol. 24, nº 85, Brasília, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S.; CONTE, S. F.; PEIXER, Z. I. (Orgs.). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS Sonia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil**. Reflexões a partir da tríade: Campo –

Política Pública – Educação. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. MOLINA, Mônica Castagna. Sonia Meire dos JESUS, Santos Azevedo de (org.). Memória e História do PRONERA. Brasil, 2011.

NOSELLA, Paolo. **Educação no Campo**: origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória, ES: EDUFES, 2014.

QUEIROZ João Batista Pereira de; SILVA, Lourdes Helena da. Formação em Alternância e Desenvolvimento Rural no Brasil: As Contribuições das Escolas Famílias Agrícolas. **Actas do III Congresso de Estudos Rurais** (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAAlg, CD-Rom, 2008.

UNIFAP. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo **docência multidisciplinar em Ciências Agrárias e da Natureza**. Macapá, 2011.

Sobre os autores

Heliadora Georgete Pereira da Costa – Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Funcionária pública do Setor Econômico do Estado do Amapá, atua junto às comunidades de Pesca do estado como Extensionista Social de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desenvolve função na Agência de Pesca do Amapá (PESCAP) credenciada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Roni Mayer Lomba – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Doutor titular no curso de Geografia e no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Como citar este artigo

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. A Licenciatura em Educação do Campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 218-235, jan.-mar. 2018

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Heliadora Georgete Pereira da Costa** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual, aquisição de dados e suas interpretação e análise; e o segundo autor **Roni Mayer Lomba**, pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 23 de maio de 2017.
Devolvido para a revisão em 15 de agosto de 2017.
Aceito para a publicação em 15 setembro de 2017.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre:** Araraquara-SP. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola**. Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná**. Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul**. Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares**. Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de**

Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas. Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Sílvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo). Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p.

53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios**. Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España**. Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre**. Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos**. Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question**. Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisal Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glauca de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATEs em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”**. Ano 17, n. 25, p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex**. Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa**. Ano 18, n.28, p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18, n. 27, p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16, n. 23, p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17, n. 25, p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.**

Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil**. Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATEs: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

COMPÊNDIO DE AUTORES

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p. 150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campeinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.**

Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATEs: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR**. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diógenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrario en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos**. Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP.** Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária.** Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, p. 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sérgio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHU, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do tekoporã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brillhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazonia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.